



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Kérima Martins Parreira

**UM OLHAR SOBRE A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS DE 1999 A 2015**

GOIÂNIA-GO

2017

Kérima Martins Parreira

**UM OLHAR SOBRE A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA POLÍTICA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO ESTADO DE GOIÁS DE 1999 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Castro Vieira

Ficha catalográfica

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

P258 Parreira, Kérima Martins

Um olhar sobre a dimensão estratégica da política de desenvolvimento regional no estado de Goiás de 1999 a 2015[manuscrito]/ Kerima Martins Parreira.-- 2017.

227 f.; il. 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Planejamento Territorial , Goiânia, 2017

Inclui referências f. 193-198

1Planejamento regional - Goiás (Estado). 2. Tática política - (subd. geog.). I. Vieira, Jeferson de Castro. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 332(043)

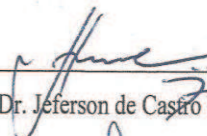


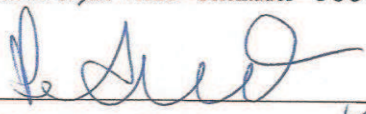
KÉRIMA MARTINS PARREIRA

Um Olhar Sobre a Dimensão Estratégica da Política de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás de 1999 a 2015

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 31/08/2017 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:


Prof. Dr. Jeferson de Castro Vieira - Orientador – PUC Goiás


Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa – PUC Goiás


Prof. Dr. Marcos Bittar Haddad – /FANAP

Goiânia,
Agosto, 2017

Aos meus filhos Bárbara, Bruna e Bernardo e a meus pais (minha mãe nos braços do Pai), aos quais dedico meu afeto e a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Jeferson de Castro Vieira;

Aos meus professores que abriram novos portais de conhecimento;

À minha família, amigos e em especial aos meus filhos que entenderam minha ausência;

Aos colegas de mestrado que me ajudaram com informações de apoio;

Em especial, ao meu amigo gestor Sérgio Carvalho;

A Deus, pela Sua Poderosa Mão;

A todos, Minha Gratidão.

“O processo social, na realidade, é um todo indivisível. De seu grande curso a mão classificadora do investigador extrai artificialmente os fatos econômicos. A designação de um fato econômico já envolve uma abstração, a primeira entre muitas que nos são impostas pelas condições técnicas da cópia mental da realidade. Um fato nunca é puro ou exclusivamente econômico; sempre existem outros aspectos em geral importantes.”

(Schumpeter, Joseph Alois, 1982, p.9).

RESUMO

A presente pesquisa intitulada: Um olhar sobre a dimensão estratégica da Política de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás de 1999-2015 busca compreender por meio de um estudo analítico dos 4 Planos Plurianuais (PPA) elaborados e executados em Goiás (2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2015). Nesse trabalho, parte-se da premissa de que o instrumento PPA além da obrigação legal constitucional pode revelar o significado do desenvolvimento regional para os governos, através das intervenções estatais definidas e seu impacto no território. Busca-se, por meio do processo de formulação e execução de políticas públicas deste importante instrumento de planejamento, analisar como a questão regional tem sido abordada, os territórios selecionados (regiões), captar nas diretrizes e ações estratégicas formuladas, a priorização dos problemas existentes e as soluções propostas. Ciente de que a construção de uma Política de Desenvolvimento Regional deve perpassar pelo combate às desigualdades regionais, promover a integração, este trabalho visa efetuar uma retrospectiva cronológica do marco teórico existente em Desenvolvimento Regional, a formulação do Planejamento e da Política Pública de Desenvolvimento Regional no Brasil e em Goiás através dos Planos Nacionais e Estaduais concebidos, as estratégias de desenvolvimento regional aplicadas e investigar se em Goiás, nos últimos quinze anos (1999-2015), os planos governamentais instituídos foram pensados e executados em observância ao perfil, dinamicidade, potencialidade e peculiaridades das regiões goianas e como se deu a execução pública dos programas elencados nos PPAS – volume de recursos aplicados, grau de eficiência, eficácia e efetividade de forma a alavancar o desenvolvimento e diminuir as desigualdades regionais existentes.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Planejamento; Desenvolvimento Regional; Goiás.

ABSTRACT

The present research entitled: A look at the strategic dimension of the Regional Development Policy in the State of Goiás from 1999-2015 seeks to understand through an analytical study of the 4 Pluriannual Plans (PPAs) elaborated and executed in Goiás (2000-2003; 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015). It is based on the premise that the PPA instrument, besides the constitutional legal obligation, can reveal the meaning of regional development for governments through defined state interventions and their impact on the territory. Through the process of formulation and execution of public policies of this important planning instrument, it is sought to analyze how the regional question has been addressed, the selected territories (regions), to capture in the guidelines and strategic actions formulated, the prioritization of existing problems And the proposed solutions. Aware that the construction of a Regional Development Policy must go through the fight against regional inequalities, promote integration, this work aims to make a chronological retrospective of the existing theoretical framework in Regional Development, the formulation of Planning and Public Policy for Regional Development in Brazil and Goiás through the National and State Plans conceived, the regional development strategies applied and investigate whether in Goiás, during the last fifteen years (1999-2015), the government plans were designed and executed in accordance with the profile, dynamicity, potentiality And peculiarities of the regions of Goiás and how the public execution of the programs listed in the PPAS – volume of resources applied, degree of efficiency, effectiveness and effectiveness in order to leverage development and reduce existing regional inequalities.

Keywords: Public policies; Planning; Development Regional; Goiás.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGDR	Agência de Desenvolvimento Regional
APL	Arranjo Produtivo Local
BD	Banco de Desenvolvimento
CAESGO	Companhia Agrícola do Estado de Goiás
CAIXEGO	Caixa Econômica do Estado de Goiás
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado
CERNE	Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado
CF	Constituição Federal
CGE	Controladoria Geral do Estado
CIAGO	Companhia de Abastecimento do Estado
CIOP	Centro Integrado de Operação Policial
CODEGO	Companhia de Desenvolvimento Econômico
CRER	Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás
DGSAG	Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo
DIAL	Distrito Agroindustrial de Luziânia
FAPEG	Fundação de Amparo à Pesquisa
FCO	Fundo de Financiamento do Centro-Oeste
FNE	Fundo de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo de Financiamento do Norte
FOMENTAR	Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
GOIAS TUR	Empresa de Turismo do Estado de Goiás
GREMI	Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores 1
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HGG	Hospital Geral de Goiânia
ICMS	Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrícola de Goiás
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-E	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação
IDHM-L	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Longevidade
IDHM-R	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Renda

IMB	Instituto Mauro Borges
IPASGO	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás
IQUEGO	Indústria Química do Estado de Goiás
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEBAG	Metas e Base para a Ação de Governo
MI	Ministério da Integração Nacional
MIDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MINTER	Ministério do Interior
MOG	Ministério de Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAG	Planos de Ação do Governo
PDE	Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás
PDEN	Política de Desenvolvimento do Nordeste
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PERGEB	Programa da Região Geoeconômica de Brasília
PGT	Plano Global de Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Ponto de Inclusão Digital
PLANO MB	Plano Mauro Borges
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDRur	Política Nacional de Desenvolvimento Rural
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
POE	Plano de Obras e Equipamentos
POLAMAZONIA	Polos Agrícolas e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PPA	Plano Plurianual
PRO-AVANÇAR	Programa Qualificação Profissional para a Empregabilidade
RMG	Rede Metropolitana de Goiânia
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SALTE	Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SALTE	Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia
SED	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEGPLAN	Secretaria de Gestão e Planejamento
SEPRE	Secretaria de Políticas Regionais
SINE	Programa Atendimento ao Trabalhador
SIT	Sistema Integrado de Transporte
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UEG	Universidade Estadual de Goiás - UEG
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Goiás, Plano de Governo, 2012 a 2015.	72
Figura 2 – Regiões de Planejamento do Estado de Goiás	74
Figura 3 – Caracterização econômica dos municípios goianos por tipo de economia	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil, Três Gerações de Políticas Regionais, 1950-2017.	44
Quadro 2 – Brasil, Produção de Políticas Públicas Nacionais, 1950-2017.	46
Quadro 3 – Brasil, Marcos da Política Regional, anos 1946, 1958, 1962.	48
Quadro 4 – Brasil, Instituições Nacionais com atribuição de Desenvolvimento Regional, anos 1964-2017	50
Quadro 5 – Brasil, Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional e Ambiente Político – Econômico, 1945 a 2009.	51
Quadro 6 – Brasil, Os Discursos Nacionais de Desenvolvimento Regional na evolução temporal, 1956-2017	54
Quadro 7 – Goiás, Divisão Regional, anos 1940-1960 e 1961-1965	61
Quadro 8 – Goiás, Plano de Desenvolvimento Estratégico do Governo, 2012-2015.	73
Quadro 9 – Estado de Goiás, PPA 2000 – 2003: GOIÁS SÉCULO XXI, Linhas e objetivos estratégicos.....	84
Quadro 10 – Estado de Goiás, Dados PIB e PIB per capita, anos 1998, 2005	85
Quadro 11 – Estado de Goiás, Gestão Financeira, anos 1999-2005	88
Quadro 12 – Estado de Goiás, evolução do Agronegócio, anos 1998 e 2005	89
Quadro 13 – Estado de Goiás, evolução da Mineração, anos 1998 e 2005	89
Quadro 14 – Estado de Goiás, evolução em números do Comércio Exterior, anos 1998 e 2005	90
Quadro 15 – Estado de Goiás, evolução em número Emprego e Renda, Ciência e Tecnologia, Incentivos Fiscais a projetos, anos 1998 e 2005	91
Quadro 16 – Estado de Goiás, evolução investimento em infraestrutura – transporte, aeródromos, plataforma logística, anos 1998 e 2005.....	92
Quadro 17 – Estado de Goiás, evolução investimento em infraestrutura – transporte, aeródromos, plataforma logística, anos 1998 e 2005.....	93

Quadro 18 – Estado de Goiás, Investimentos em Programas na Rede de Proteção Social, 1998 e 2005.....	94
Quadro 19 – Estado de Goiás, Rede pública de Saúde, anos 1998 e 2005	95
Quadro 20 – Estado de Goiás, Investimentos em Educação, anos 1998 e 2005	96
Quadro 21 – Estado de Goiás, Investimentos e Estruturação do setor Segurança Pública, anos 1998 e 2005.....	97
Quadro 22 – Estado de Goiás, Investimentos e Estruturação do setor Segurança Pública, anos 1998 e 2005.....	98
Quadro 23 – Goiás, Investimentos em Segurança Pública, anos 1998 e 2005.	99
Quadro 24 – Cenário Goiás na elaboração do PPA 2012-2015.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estado de Goiás e regiões, Tipo de economia - (em %), 2009	77
Tabela 2 – Estado de Goiás e regiões, PIB, taxa de crescimento e ranking regional, Goiás /Brasil, anos 2003-2005	87
Tabela 3 – PPA 2004-2007, Linha 1: Goiás Competitivo e Polo econômico regional – Execução orçamentária-financeira, 2006 e 2007	102
Tabela 4 – Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional – Execução orçamentária-financeira, eficácia física, eficiência e desempenho – 2006 e 2007	103
Tabela 5 – PPA 2004 – 2007, Linha 2: Goiás Cidadania com melhoria de qualidade de Vida– Execução orçamentária-financeira, 2006 e 2007	107
Tabela 6 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007 – Linha 3: Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado, execução orçamentária financeira, anos 2006 e 2007....	108
Tabela 7 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007, Linha 3 – Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado, execução orçamentária financeira de desenvolvimento regional, anos 2006 e 2007.....	109
Tabela 8 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007 – Linha 4: Administração Pública Moderna e Empreendedora, execução orçamentária financeira, anos 2006 e 2007	111
Tabela 9 – Estado de Goiás, PPA parametrização por eixos, execução orçamentária e financeira. Anos de 2006 e 2007.....	112
Tabela 10 – Goiás no Cenário Nacional e estadual – Alguns números e rankings.	114
Tabela 11 – PPA 2008-2011, Eixo 1: Desenvolvimento Humano e Social -"Goiás Cidadania e Bem-estar Social" Execução orçamentária- financeira, Anos 2008,2009, 2010 e 2011	116
Tabela 12 – PPA 2008-2011, Eixo 2: Desenvolvimento Econômico e Científico-Tecnológico- Goiás empreendedor e competitivo. Execução orçamentária-financeira, Anos 2008, 2009, 2010 e 2011	117
Tabela 13 – PPA 2008-2011, Eixo 3: Desenvolvimento Regional e Local Sustentável – "Goiás Integrado e Sustentável". Execução orçamentária- financeira, Anos 2008, 2009, 2010 e 2011	119

Tabela 14 – Estado de Goiás, PPA 2008-2011 Eixo 4: Desenvolvimento da Administração Pública – Goiás Excelência em Gestão Pública. Execução orçamentária- financeira, Anos 2008,2009, 2010 e 2011	120
Tabela 15 – PPA 2012-2015 – execução orçamentária financeira, Eixo Desenvolvimento Regional, Anos 2012-2015	126
Tabela 16 – PPA 2012-2015, Eixo 3 – Estruturação de uma Nova Administração Pública	129
Tabela 17 – Parametrização do PPA 2012-2015, Eixo Desenvolvimento Social. ...	130
Tabela 18 – Estado de Goiás, PPA 2012-2015, Execução orçamentária-financeira, Eixo 2, Desenvolvimento Regional, Anos 2012-2015.....	131
Tabela 19 – Indicadores Físico-demográficos, Área, população residente, população por faixa etária, densidade demográfica Estado de Goiás e Regiões de Planejamento, Anos 1991,2013-2014.	133
Tabela 20 – Goiás, regiões de planejamento. Indicadores econômicos e sociais. Anos, 1991, 2013, 2014	135
Tabela 21 – Estado de Goiás: Produto Interno Bruto per capita – 1999-2014	136
Tabela 22 – PIB Per capita, Dados por Região de Planejamento de Goiás – média. Anos 2010-2014	137
Tabela 23– Estado de Goiás, PIB per capita por região	138
Tabela 24 – Estado de Goiás. Evolução do emprego por região, (CAGED), ANOS 1999-2015	140
Tabela 25 – Estado de Goiás, empregos total – vínculos empregatícios, RAIS (número postos de trabalho), por regiões de planejamento, anos 1999-2015	141
Tabela 26 – Estado de Goiás – total de número de empregos (postos de trabalho,) por região de planejamento, 10 melhores ranking, anos 1999, 2003, 2007, 2012, 2015.	143
Tabela 27 – Ranking dos 10 municípios goianos com menor população censitária. Anos 1980, 1991, 2000, 2010	150
Tabela 28 – Estado de Goiás, percentual (%) de número de empregos e rendimento nominal médio mensal por região de planejamento, ano 2013	151
Tabela 29 – Rendimento médio. Anos 1999-2015	151

Tabela 30 – Estado de Goiás, IDHM- Renda, por região de planejamento, Anos 1991, 2000	153
Tabela 31 – IDHM- Renda- Ranking dos 10 municípios goianos com melhor posicionamento. Anos 1991,2000 e 2010	154
Tabela 32 – IDHM- Renda- Ranking dos 10 municípios goianos com pior posicionamento. Anos 1991,2000 e 2010	154
Tabela 33 – Estado de Goiás, Balança Comercial – Exportação, anos 1999, 2003, 2007, 2011, 2015	155
Tabela 34 – Estado de Goiás, Balança Comercial – Exportação, ranking de municípios maior exportadores por região de planejamento, anos 1999, 2003, 2012, 2015	157
Tabela 35 – Estado de Goiás, indicadores na agropecuária por regiões de planejamento, ano 2013.....	160
Tabela 36 – Estado de Goiás, comparativo de produção da agricultura, e participação Brasil e ranking, anos de 2000-2015.....	160
Tabela 37 – Estado de Goiás- Financiamento à Agricultura: Custeio, investimento, comercialização e total, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015.....	161
Tabela 38 – Estado de Goiás- Financiamento à Agricultura total, por região de planejamento, anos 1999,2003, 2007, 2011 e 2015	161
Tabela 39 – Estado de Goiás- Financiamento à Pecuária: Custeio, investimento, comercialização e total, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015.....	162
Tabela 40 – Estado de Goiás- Financiamento à Pecuária total, por região de planejamento, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015	162
Tabela 41 – Estado de Goiás, Efetivo de rebanho bovino (cabeças), por regiões de planejamento, anos 1999,2003,2007, 2011, 2015	162
Tabela 42 – Estado de Goiás, Efetivo de rebanho de aves (cabeças), por regiões de planejamento, anos 1999,2003,2007, 2011, 2015	163
Tabela 43 – Goiás, Percentual (%) de população atendida por água Goiás. Anos 2007-2015	164
Tabela 44 – Estado de Goiás, percentual (%)de população atendida por esgoto, anos 2005-2015	165

Tabela 45 – Estado de Goiás, percentual (%) de população atendida por esgoto, regiões de planejamento, ano 2014.	165
Tabela 46 – IDHM, Estado de Goiás e Regiões de Planejamento. Anos 1991, 2000, 2010	166
Tabela 47 – Ranking dos 10 municípios goianos de maior IDHM. Anos de 1991, 2000, 2010	166
Tabela 48 – Ranking dos 10 municípios goianos de menor IDHM. Anos de 1991, 2000, 2010	167
Tabela 49 – Goiás, regiões, indicadores sociais, anos escolhidos.....	168
Tabela 50 – IDHM – Educação, Ranking das Regiões de Planejamento Estado de Goiás, Anos 1991, 2000, 2010	169
Tabela 51 – Ranking dos 10 municípios goianos com melhor posicionamento IDHM-Educação, Anos 1991, 2000, 2010	170
Tabela 52 – Ranking dos 10 municípios goianos com pior posicionamento IDHM-Educação, Anos 1991, 2000, 2010	170
Tabela 53 – Número de leitos (milhares) por regiões de Planejamento e Estado de Goiás. Anos 2000-2016.....	172
Tabela 54 – Ranking IDHM- Longevidade por Região de Planejamento, Estado de Goiás. Anos 1991,2000, 2010.....	173
Tabela 55 – IDHM- Longevidade – Ranking dos municípios goianos com melhor posicionamento. Anos 1991, 2000, 2010	173
Tabela 56 – IDHM- Longevidade – Ranking dos municípios goianos com pior posicionamento. Anos 1991, 2000, 2010	173
Tabela 57 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficácia Física, PPAs de 2006 a 2015	175
Tabela 58 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: índice de liquidação, PPAs de 2006 a 2015.....	176
Tabela 59 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: índice de participação, PPAs de 2006 a 2015.....	177
Tabela 60 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: eficiência, PPAs de 2006 a 2015.....	179

Tabela 61 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: eficiência, PPAs de 2006 a 2015..... 180

Tabela 62 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira, média dos indicadores, PPAs de 2006 a 2015..... 181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado de Goiás, PIB per capita, comparativo de crescimento por região, anos 2010 e 2014.....	138
Gráfico 2 – Estado de Goiás e Regiões, evolução do emprego, anos de 1999-2015	142
Gráficos 3 – Estado de Goiás, regiões de planejamento, Nº de empregos (RAIS) anos de 1999-2015.....	142
Gráfico 4 – Estado de Goiás, População atendida com água, anos 2005-2015.	164
Gráfico 5 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-eficácia física, PPA's 2006 – 2015	175
Gráfico 6 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-índice de liquidação, PPA's 2006 – 2015.....	177
Gráfico 7 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-índice de participação, Ppas 2006 – 2015	178
Gráfico 8 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-índice de participação, Ppas 2006 – 2015	179
Gráfico 9 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-, PPA's 2006 – 2015.....	180
Gráfico 10 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Social, Ppas de 2006-2015.	182
Gráfico 11 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Econômico, Ppas de 2006-2015.	183
Gráfico 12 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira, Eixo Desenvolvimento Regional, PPA's de 2006-2015.....	184
Gráfico 13 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira, Eixo Gestão Pública, Ppas de 2006-2015.....	185

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE QUADROS.....	16
LISTA DE TABELAS.....	18
LISTA DE GRÁFICOS.....	23
SUMÁRIO.....	24
INTRODUÇÃO.....	27
1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS NO BRASIL	31
1.1 Marcos Teóricos da Política Regional e sua aplicabilidade no Brasil.....	32
1.1.1 Fase predecessora: 1926 – 1956.....	33
1.2 Primeira Geração de Políticas Regionais: Anos 1950 – 1970.....	33
1.2.1 Perspectiva Keynesiana.....	34
1.2.2 Teoria do Grande Impulso (Big Push), Paul Rosenstein – Rodan (1940–1950).....	34
1.2.3 Teorias de centro/periferia e da dependência e modelos de causação cumulativa (MYRDAL, 1957; KALDOR, 1957; HIRSCHMANN, 1958).....	34
1.2.4 Teoria da Causação Circular Cumulativa – Myrdal (1965).....	35
1.2.5 Polos de Crescimento de Perroux (1955).....	36
1.2.6 Estratégia do Desenvolvimento Econômico – Albert Hirschman (1961).....	37
1.2.7 Teoria de Base Exportadora – North (1955).....	37
1.3 Segunda Geração de Políticas Regionais: 1970–1990.....	39
1.3.1 Enfoque da Competividade: 1970 – 1990.....	40

1.3.1.1	Milieu innovateur – Ambientes Inovadores. Aydalot (1986).....	41
1.3.1.2	Clusters ou arranjos produtivos locais –Schmitz (1997) e Porter (1998).....	41
1.3.1.3	A busca de uma Terceira Geração de Políticas Regionais: a síntese exógena – endógena: 1990 até 2017 (atualidade).....	42
1.4	Produção de Políticas Públicas Nacionais e Regionais.....	46
1.4.1	Contextos temporais das Políticas Públicas Nacionais: 1950 – 2017	46
1.4.2	Antecedentes e Revisão das experiências brasileiras de Desenvolvimento Regional: meados do século XX – início do XXI.....	47
1.4.3	Matriz Institucional do Desenvolvimento Regional no Brasil.....	49
1.4.4	Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regionais no Brasil e Ambiente Político – Econômico: 1945 – 2009	50
1.4.5	Os discursos de desenvolvimento regional na evolução temporal	53
2 PLANEJAMENTO ESTATAL NO ESTADO DE GOIÁS: AÇÃO REGIONAL NO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES NO ESTADO		60
2.1	Planejamento estatal no Estado de Goiás: análise da ação regional no território goiano	60
2.1.1	Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE): 1961- 1964.....	61
2.1.2	Plano de Ação do Governo (PAG): 1968-1970.....	64
2.1.3	Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), 1975	65
2.1.4	Plano Global de Trabalho (PGT): 1984-1987	67
2.1.5	Primeiro Plano Plurianual (2000-2003): Plano Estratégico Goiás Século XXI	68
2.1.6	Segundo PPA (2004-2007): Goiás para o Século XXI – Avançar mais	70
2.1.7	Terceiro PPA (2007-2011): Goiás, Estado da Qualidade de Vida	70
2.1.8	Quarto PPA (2012-2015): Plano de Desenvolvimento Estratégico.....	71
2.2	A experiência da Regionalização e Desenvolvimento das regiões no Estado	73
3 O PLANO PLURIANUAL COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO: 2000 – 2015		79
3.1	Plano plurianual – PPA 2000/2003: Plano Goiás Século XXI.....	80

3.2	Cenário de Goiás Período de 2000 – 2003	81
3.2.1	Produto Interno Bruto – PIB e per capita	81
3.2.2	Comércio Exterior	82
3.2.3	Agronegócio	82
3.2.4	Atração de investimentos	82
3.2.5	Mineração	83
3.2.6	Indicadores Sociais.....	83
3.3	Características do PPA de 2000-2003.....	84
3.3.1	Estrutura: Diretrizes, Estratégias, Setores, Programas.	84
3.3.2	Resultados Alcançados – Período de 2000 a 2005.....	85
3.3.2.1	Crescimento Econômico.....	85
3.3.2.2	Finanças Públicas.....	88
3.3.2.3	Agronegócio	88
3.3.2.4	Mineração.....	89
3.3.2.5	Comércio Exterior	90
3.3.2.6	Ciência e Tecnologia, Incentivos Fiscais e Emprego e Renda.....	90
3.3.2.7	Infraestrutura	92
3.3.3	Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Urbano – Infraestrutura Urbana, Saneamento, Energia Elétrica	93
3.3.4	Desenvolvimento Social	94
3.3.4.1	Saúde	95
3.3.4.2	Educação.....	96
3.3.4.3	Segurança pública	97
3.3.4.4	Cultura, Turismo e Esporte.....	97
3.3.5	Planejamento e Gestão Governamental.....	98
3.4	PPA 2004-2007: Avançar Mais.....	99

3.4.1	Linha 1: Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional Desenvolvimento Econômico.....	100
3.4.1.1	Setor Agropecuário.....	100
3.4.1.2	Setor: Indústria, Comércio e Serviços	101
3.4.1.3	Setor: Infraestrutura, Tecnologia e Informação	101
3.4.2	Linha 2: Goiás Cidadania Com Melhoria De Qualidade De Vida E Desenvolvimento Social	104
3.4.2.1	Setor: Assistência Social	104
3.4.2.2	Setor: Educação, Esporte e Cultura	105
3.4.2.3	Setor: Segurança e Justiça.....	106
3.4.2.4	Setor: Saúde.....	106
3.4.2.5	Setor: Transporte Coletivo.....	107
3.4.2.6	Setor: Previdência	107
3.4.3	Linha 3 – Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado.....	108
3.4.4	Linha 4 – Administração Pública Moderna e Empreendedora.....	111
3.5	PPA 2008-2011- GOIÁS, ESTADO DA QUALIDADE DE VIDA	113
3.5.1	Cenário – 2007	113
3.5.1.1	Desenvolvimento Econômico: Agropecuária, Indústria, comércio e serviços, infraestrutura	113
3.5.1.2	Desenvolvimento Humano e Social.....	115
3.5.1.3	Desenvolvimento Regional.....	118
3.5.1.4	Desenvolvimento da Administração Pública.....	118
3.6	PPA 2012-2015	121
3.6.1	Cenário Socioeconômico de Goiás.....	121
3.6.2	PPA de 2012- 2015 – Eixos Estratégicos	122
3.6.3	PPA 2012-2015 – Execução orçamentária-financeira	122
3.6.3.1	Eixo I: Execução orçamentária- financeira – Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social (Desenvolvimento Social)	123

3.6.3.2	Eixo II – Revitalização e Ampliação da Infraestrutura (Desenvolvimento Econômico e Regional).....	123
3.6.3.3	Eixo III – Estruturação de uma Nova Administração Pública.....	129
3.7	INDICADORES DE RESULTADO.....	132
3.7.1	Desenvolvimento Econômico.....	134
3.7.1.1	Taxas de Crescimento.....	134
3.7.1.2	Produto Interno Bruto per capita.....	136
3.7.1.3	Oferta de Emprego.....	138
3.7.1.4	Rendimento Médio.....	150
3.7.1.5	IDHM – Renda: padrão de vida.....	152
3.7.1.6	Exportações.....	155
3.7.1.7	Agricultura e Pecuária.....	159
3.7.1.8	Infraestrutura – Água e Esgoto.....	163
3.7.1.9	Esgoto.....	165
3.7.2	Desenvolvimento Social.....	165
3.7.2.1	Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM.....	165
3.7.2.2	Taxa de Analfabetismo – Escolas – Alunos Matriculados.....	167
3.7.2.3	Saúde – Hospitais e Leitos.....	170
3.7.3	Análise geral da execução orçamentária – financeira dos PPAs de 2006 a 2015.....	174
3.7.3.1	Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficácia Física dos PPAs de 2006 a 2015.....	174
3.7.3.2	Análise geral da execução orçamentária – financeira: Índice de liquidação dos PPAs de 2006 a 2015.....	176
3.7.3.3	Análise geral da execução orçamentária – financeira: Índice de participação dos PPAs de 2006 a 2015.....	177
3.7.3.4	Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficiência dos PPAs de 2006 a 2015.....	178

3.7.3.5 Análise da execução orçamentária – financeira geral dos PPAs de 2006 a 2015.....	179
3.7.3.6 Análise da execução orçamentária – financeira , Média Geral e Desempenho por Eixos , , PPAs de 2006 a 2015.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
APÊNDICE A – Planejamento Estatal no Estado de Goiás	1999
APÊNDICE B – O Plano Plurianual como estratégia de intervenção no território goiano, 1999 - 2015.	200
APÊNDICE C – Análise geral da execução orçamentária-financeira, 2006-2015.	205
APÊNDICE D – Avaliação Geral da Gestão Estratégia de Desenvolvimento Regional em Goiás – 1999-2015.....	216

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada: *Um olhar sobre a dimensão estratégica da Política de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás de 1999-2015* busca compreender os 4 Planos Plurianuais (PPA) elaborados e executados em Goiás (2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2015).

Ciente de que a construção de uma Política de Desenvolvimento Regional deve perpassar pelo combate às desigualdades regionais e promover a integração, este trabalho visa efetuar uma retrospectiva da Política Pública de Desenvolvimento Regional no Brasil e em Goiás, e investigar se em Goiás, nos últimos quinze anos (1999 – 2015), os planos governamentais propostos têm sido capazes de promover o desenvolvimento e diminuir as desigualdades regionais no Estado.

A abordagem territorial utilizada nas políticas públicas recentes no Brasil, apesar de suas especificidades, abrange em tese, o território como recorte espacial, que inclui as áreas rurais e urbanas, envolvendo uma teia ou rede de relações sociais, com sentimentos de pertencimento e identidades socioculturais historicamente constituídas, mas que é, simultaneamente, um campo de forças e disputa de poder, com oposições, contradições e conflitos; a valorização da escala local na implementação de políticas concretas – enquanto espaço de ação em que transcorrem as relações sociais e a importância da integração e coordenação das políticas públicas no território (BRANDÃO, 2012).

Nesse trabalho, a ótica da análise inicia-se no marco teórico dos estudos regionais, sua influência no Planejamento Governamental e Regional, seja no âmbito nacional ou no Estado de Goiás. O principal instrumento de análise no âmbito estadual foram os Planos Plurianuais. Parte-se da premissa de que o instrumento PPA além da obrigação legal constitucional, pode revelar o significado do desenvolvimento regional para os governos, através das intervenções estatais definidas e seu impacto no território.

O primeiro capítulo traz uma contextualização das políticas públicas nacionais no Brasil com a fundamentação conceitual, subsidiado por Saraiva (2006), de política pública como um sistema de decisões públicas, deliberadas por atores governamentais revestidos de autoridade pública, com vistas a manter ou modificar uma realidade setorial ou vários setores. Efetua uma revisão dos Marcos Teóricos

da Política Regional e sua aplicabilidade no Brasil apresentando o atual estado da arte das teorias de desenvolvimento regional com diferentes visões teóricas sobre a questão regional, seus desdobramentos e implicações numa linha cronológica intitulada “três gerações de políticas regionais” (DINIZ; CROCCO, 2006) que vai de 1950 a 2017. São apresentadas as principais estratégias de desenvolvimento regional propostas neste período por teóricos renomados, dentre os quais podemos citar: Rosenstein-Rodan (1940-1950); Myrdal (1957), Kaldor (1957), Hirschmann (1958), North (1955), Storper e Scott (1988), Gremi (1986), Porter (1998), Castells, (1996), Romer e Lucas (1990), Sassen (1991).

Esse capítulo aborda também as experiências brasileiras e a matriz institucional de Desenvolvimento Regional de meados do século XX a início do XXI, as Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regionais no Brasil e o ambiente Político – Econômico e os principais discursos regionais – planos e programas instituídos. Na fundamentação foram utilizados teóricos nacionais que tem contribuído para entender a questão regional no Brasil: Steinberger (1988; 2013); Diniz; Crocco (2006), Brandão (2012), Rocha Neto e Oliveira (2013), Araújo (2014), Limonad (2015), dentre outros.

O segundo capítulo trata da formulação do Planejamento da Política Pública em Goiás através dos Planos Estaduais concebidos, os critérios adotados de regionalização ao longo do tempo, as estratégias de desenvolvimento regional aplicadas no território goiano. Autores como Arrais (2007), Salgado (2010) apoiaram a construção desse marco histórico. Nesta etapa há que se registrar a dificuldade de acesso à memória institucional do planejamento estatal.

No terceiro capítulo foi efetuada uma análise minuciosa da execução (volume de recursos aplicados, grau de eficiência, eficácia e efetividade) dos Planos Plurianuais desse período em 4 eixos – Gestão Pública, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Regional, de forma a investigar, se os planos governamentais instituídos foram pensados e executados em observância ao perfil, dinamicidade, potencialidade e peculiaridades das regiões goianas.

Na metodologia de pesquisa aplicada para a construção da dissertação foram utilizados dados secundários oriundos de sistematizações e análises realizadas por outros autores e instituições, seguida da seleção e consolidação das informações e análise crítica que fundamentou a elaboração dos dois primeiros capítulos. O

terceiro capítulo foi alvo de uma pesquisa e análise minuciosa. A coleta de dados dos 4 (quatro) Planos Plurianuais – PPAs deste período: 2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2015 tiveram como principais fontes a Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado – SEGPLAN, a Controladoria Geral do Estado – CGE e o Instituto Mauro Borges – IMB.

Buscou-se no capítulo três, na primeira etapa, analisar cada Plano Plurianual em todas as suas dimensões e pilares, desde a mensagem enviada à assembleia, o cenário no qual se baseou a sua construção, os indicadores da época, a visão de futuro que se almejava alcançar e que nortearam sua estruturação, a concepção de programas e ações com os respectivos orçamentos a eles destinados. A segunda etapa situou-se no âmbito da execução sendo efetuada uma minuciosa pesquisa e tabulação de dados da execução orçamentária, física e financeira dos 4 PPAs, o que incluiu análise de eixos estratégicos, programas e ações planejados visando verificar o alcance dos resultados propostos, tendo como principal parâmetro os relatórios de Gestão Governamental¹ de cada exercício, disponíveis de 2006 a 2015. Há que se ressaltar que, no período de 2000 a 2005, foram utilizados dados disponíveis de relatórios institucionais de realizações governamentais (não publicados) da Secretaria de Gestão e Planejamento enviados para Assembleia Legislativa. Tais documentos – de cunho de resultados alcançados – possuíam características mais orientadas para publicidade do que com crivo de avaliação de gestão. Por fim, na terceira etapa, foi efetuada uma análise de indicadores para constatar se os esforços e gestão governamental conduziram o Estado de Goiás ao desenvolvimento econômico, à uma melhoria na qualidade de vida da população e um desenvolvimento regional mais equilibrado nas dez regiões de planejamento do Estado. Buscou-se avaliar a efetividade da projeção do Estado de Goiás no cenário regional e nacional, além de pontuar quais foram os desafios e macro objetivos expressos nos PPAs na série histórica estudada. A principal fonte de pesquisa desta última etapa foi o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO), as edições de “Goiás no Contexto Nacional”, disponíveis de 2007 a 2015. A partir deste documentou buscou-se analisar a posição do Estado de Goiás nos setores – economia, agropecuária, indústria, comércio, balança comercial, emprego e renda, educação, saúde, saneamento, entre outros.

¹ Fonte: CGE

Portanto a análise da gestão governamental do Estado de Goiás, notadamente no que tange o desenvolvimento regional a que este trabalho se propôs, seguirá de forma diferenciada, uma mais geral de 1999 a 2005 pela carência de dados mais consistentes neste período, e outra, com mais rigor qualitativo, no período de 2006 a 2015.

Ao final, espera-se responder ao tema que levou a efetuar essa pesquisa, qual seja, se *“A Política de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás está estruturada de forma estratégica em observância à dinâmica regional, aos problemas existentes de forma a combater as desigualdades regionais”* e responder de forma a confirmar ou refutar a hipótese de que *“Não há uma Gestão Estratégica de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás”* e que *a formulação e execução existente se dá de forma incipiente e não contempla um projeto integrado de competitividade em respeito às escalas territoriais locais e regionais, suas possibilidades e complementaridades econômicas.*

As considerações finais efetuarão uma análise geral da Gestão Estratégica da Política de Desenvolvimento Regional do Estado visando a ativação das potencialidades locacionais, a promoção do desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS NO BRASIL

Existem várias correntes na Ciência Política acerca do que venha a ser Política Pública. Neste trabalho adota-se o conceito de política pública como um sistema de decisões públicas, deliberadas por atores governamentais revestidos de autoridade pública, com vistas a manter ou modificar uma realidade setorial ou vários setores, expressas por meio de estratégias ou instrumentos de execução – planos, programas, ações, arcabouço legislativo, ou doutrem, de forma a nortear e direcionar a consecução dos objetivos públicos (SARAIVA, ENRIQUE, 2006)².

A política pública para ser constituída passa por estágios importantes:³

- i. Agenda: inclusão de determinada demanda social na lista de prioridades governamentais;
- ii. Elaboração: É o processo destinado a identificar e delimitar um problema ou necessidade atual, determinar as possíveis alternativas para sua solução, avaliar os custos e os efeitos de cada uma delas e estabelecer prioridades;
- iii. Formulação: Avaliação político-pragmática das alternativas recomendadas – conveniência e oportunidade; disponibilidade de recursos, escolha definitiva de um curso de ação e viabilizar através de instrumento legal (política explícita);
- iv. Implementação: Definição do modelo organizacional, desenho dos mecanismos de coordenação e comunicação, elaboração de todos os programas e projetos; planificação e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política;
- v. Execução: conjunto de ações que visam realizar o que for previsto;
- vi. Acompanhamento: processo sistemático de gerenciamento;
- vii. Avaliação: processo sistemático e permanente de avaliação dos resultados alcançados – eficiência, eficácia e efetividade⁴.

² SARAIVA, Enrique; FERRAREZI., Elisabete. **Políticas Públicas - coletânea**. ENAP, vol.1, Brasília, 2006.

³ ibdem

A concepção de uma Política Pública tem como “moldura” contextos e trajetórias de cenários internos e externos que não devem ser ignorados, e a formulação de estratégias governamentais pode sofrer influência de determinadas correntes teóricas de pensamento que postulam caminhos possíveis para problemas específicos, por vezes, acrescidos de benchmarking⁵ de práticas exitosas, numa soma de fatores que apoiam a tomada de decisões e estabelecimento de diretrizes estratégicas.

A seguir, marcos teóricos que influenciaram, de forma explícita ou implícita, em maior ou menor grau, a formulação de Política Pública no Brasil e no Estado de Goiás.

1.1 Marcos Teóricos da Política Regional e sua aplicabilidade no Brasil

A revisão que se segue, do atual estado da arte das teorias de desenvolvimento regional apresenta diferentes visões teóricas sobre a questão regional, seus desdobramentos e implicações numa linha cronológica intitulada “três gerações de políticas regionais” (DINIZ; CROCCO, 2006).

Três grandes momentos de pensamento podem ser identificados na produção teórica em economia regional, influenciados por uma produção teórica anterior, que neste trabalho abordo como predecessora – as teorias clássicas de localização. Este termo predecessor se deve ao fato de que a formulação de política regional propriamente dita datou do século XX, emergindo no bojo das grandes crises do capitalismo (I Guerra Mundial, Revolução Russa, Crise de 1929, II Guerra Mundial).

O embasamento teórico e instrumental da economia regional e urbana destas fases tiveram aplicabilidade no Brasil⁶. Neste trabalho essa aplicabilidade é pontualmente identificada no âmbito do Estado de Goiás, no que concerne a concepção de ações e estratégias governamentais. No entanto, ressalta-se que em

⁴ Eficiência: capacidade de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo; Eficácia: relação entre resultados pretendidos e resultados obtidos; Efetividade: resultado concreto alcançado com estreita relação entre os resultados obtidos e o objetivo proposto.

⁵ *Benchmarking*: tomar como referência práticas e processos de outros setores de uma empresa ou instituição sejam, internos ou externos, tentar apropriá-los ou aprimorá-los, utilizando – se de boas práticas já exitosas e aplicar na organização com ganho de tempo e maior alcance de resultados. (Conceitos ² e ³ de elaboração própria).

⁶ DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Crocco. Bases teóricas e instrumentais da economia regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil. Contribuições Teóricas Recentes. **Economia Regional e Urbana**, Belo Horizonte: UFMG, 2006.

nível estadual, percebe-se tão somente a influência, mas não produção teórica em si, enquanto que em nível nacional, esta produção pode ser verificada e é usada como referência neste trabalho.

A fase predecessora proporcionou as bases, o arcabouço para a produção teórica em política regional e foi marcada pelas teorias clássicas de localização que contribuíram para difundir a ciência regional.

1.1.1 **Fase predecessora: 1926 – 1956**

As teorias clássicas de localização: conjunto de trabalhos com uma evolução de certa forma sequenciada de von Thünen, 1926 (Espaço Isolado), Weber, 1909 (Teoria da Localização das Indústrias), Christaller, 1933 (Os lugares Centrais), Losh, 1940 (A Ordem Espacial da Economia) a Isard, 1956 (Localização e Economia Espacial) propondo este último, uma linha de pensamento que se convencionou nominar de “Regional Science”, Ciência Regional. As teorias clássicas de localização postulavam, dentre outros, a importância do custo do transporte, o conceito de que a renda econômica dependia da distância do mercado, e influenciou o planejamento urbano (CAVALCANTE, 2008)⁷.

1.2 **Primeira Geração de Políticas Regionais: Anos 1950 – 1970**

Economias estraçalhadas pós-guerra e crescente desemprego fizeram com que países recorressem aos fundamentos do *keynesianismo*, que postulava a fundamental importância da interferência do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social. (Diniz, Clélio 2006).⁸

As teorias de desenvolvimento regional deste período davam ênfase em fatores de aglomeração – concentração espacial das atividades produtivas e influenciaram o desenvolvimento dos espaços subnacionais com suas produções teóricas: Perroux, 1955 (Polos de Crescimento), Myrdall, 1957 (Causação Circular e Acumulativa) e Hirschman, 1958 (Efeitos para frente e para trás).

⁷ CAVALCANTE, L. R. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. **RBEUR - Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, V.2, N.1, 2008.

⁸ DINIZ, C. C. A Busca de um Projeto de Nação: O Papel do Território e das Políticas Regional e Urbana. **Revista Economia**. Dezembro, 2006.

1.2.1 *Perspectiva Keynesiana*

O período denominado de a Primeira Geração de Políticas Regionais (1950-1970) foi marcado pela influência do mais importante economista da primeira metade do século XX, John Maynard Keynes (1883-1946).

Segundo, Diniz e Crocco, 2006⁹, a corrente Keynesiana questionava a existência de mecanismos automáticos de correção de mercados e defendia a intervenção estatal na economia tendo como objetivo central da política macroeconômica, a obtenção do pleno emprego. São ditas políticas do tipo “*top-down*”, de cima para baixo, construídas em centros de poder de decisão já para serem implementadas sem cunho participativo.

Outras abordagens teóricas importantes, distintas em suas derivações de política econômica, possuíam semelhanças, mas também peculiaridades e estratégias distintas. Tais teorias postulavam que o nível de desenvolvimento alcançado por uma região resultava do lugar que a mesma ocupava em um sistema de natureza hierarquizada e de relações assimétricas definidas pelo comportamento dos fluxos e forças externas à própria região (LIBERATO, 2008).

Dentre elas, destacam-se:

1.2.2 *Teoria do Grande Impulso (Big Push), Paul Rosenstein – Rodan (1940–1950)*

A Teoria do grande impulso (Big Push) postulava a intervenção do estado com investimento em regiões economicamente deprimidas devido à escassez de capital, ausência de complementaridade local e mercado de capital inexpressivo como estratégia de desenvolvimento.

1.2.3 *Teorias de centro/periferia e da dependência e modelos de causação cumulativa (MYRDAL, 1957; KALDOR, 1957; HIRSCHMANN, 1958)*

Pressupunham que o centro era o *locus* do poder de comando, o qual controlava o excedente das cadeias produtivas, além de produzir e difundir novas tecnologias, enquanto a periferia era subordinada pela apropriação do excedente

⁹ DINIZ; CROCCO. Contribuições Teóricas Recentes. **Economia Regional e Urbana**, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

econômico e dependente da tecnologia externa. Esta perspectiva estava presente nas chamadas teorias de centro/periferia e da dependência e modelos de causação cumulativa (MYRDAL, 1957; KALDOR, 1957; HIRSCHMANN, 1958), teorias estas que mostravam os mecanismos determinantes de concentração de investimentos em regiões e de escolha de localidades.

1.2.4 *Teoria da Causação Circular Cumulativa – Myrdal (1965)*

Segundo Madureira (2015)¹⁰, a Teoria da Causação Circular Cumulativa, buscava mostrar que o crescimento da economia em uma região gerava um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais e migração de capital humano. No entanto, no sentido inverso, as economias não beneficiadas pelo crescimento desenvolvem um “Círculo Vicioso” e o fechamento de empresas, ampliando o desemprego e desencadeando a diminuição da renda da região.

Assim, em sua Teoria da Causação Circular Cumulativa, busca mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da taxa de natalidade, etc. De um modo inverso, as economias não beneficiadas por esse processo desenvolvem um “Círculo Vicioso” em que o fechamento de empresas, amplia o desemprego, que por sua vez diminui a renda da região, que gera novos desempregos. (MADUREIRA, 2015, p. 12-13).

A Teoria da Causação Circular preocupava-se em analisar as inter-relações que aconteciam dentro de um sistema social, enquanto sistema econômico movimentava-se com base em questões exógenas. Myrdal (1965) postulava uma política intervencionista nas forças de mercado, de modo a condicioná-las a alavancar rumo ao progresso social. Era favorável que em países subdesenvolvidos, os governos intervissem na economia e assumissem várias funções de estímulo à economia local e incentivassem investimento e alocação de capitais em setores como infraestrutura, transportes, tecnologia agrícola, educação, saúde e capacitação. Tinha como um dos pressupostos que os planos estratégicos de desenvolvimento, não deveriam ter preocupações com relação a custos e lucros,

¹⁰MADUREIRA, E. Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. **Revista Thêma et Scientia** – Vol. 5, n.2, jul./dez 2015

mas com a criação de economias externas que elevassem a competitividade do país ou região.

O Desenvolvimento da economia seria então impulsionado por círculos virtuosos de um *mix* de investimento e capital social ou ao contrário, por um círculo vicioso, pela diminuição ou ausência dos mesmos:

1.2.5 ***Polos de Crescimento de Perroux (1955)***

Para Diniz e Crocco (2006, p. 12) a abordagem Keynesiana também se faz presente na análise de polos de crescimento de Perroux (1955) e Boudeville (1968) que combinavam a existência de efeitos acumulativos de escala e aglomeração com efeitos de demanda induzida.

A teoria postulava que a instalação de uma indústria motriz em uma dada região geográfica teria uma função indutora de crescimento gerando interdependências entre firmas compradoras e vendedoras de insumos com efeitos de polarização naquela dada região. A região central, onde se localiza o polo, pode exercer efeitos propulsores e efeitos regressivos sobre outras regiões. (Myrdal, 1968; Hirschman, 1974 apud Souza, 2005)¹¹. Os efeitos ditos propulsores, seriam efeitos positivos de encadeamento da produção e do emprego sobre atividades induzidas de regiões vizinhas, agindo assim, como um polo de crescimento, seja pelo estímulo de inovações tecnológicas, redução de preços, ampliação da oferta de produtos e de mercado. Ao contrário, os efeitos regressivos, funcionariam como uma drenagem. Ao inserir na cadeia novas técnicas e novos bens aumentava-se a demanda na região que, conseqüentemente, poderia provocar arrefecimento de mercado nas regiões periféricas. Sendo assim, um polo urbano ou industrial seria de desenvolvimento, em relação à economia regional, quando os efeitos propulsores forem superiores aos efeitos regressivos, sendo a região capaz de neutralizar ou amenizar os efeitos negativos e internalizar os efeitos positivos a ponto de conseguir absorver o conhecimento e gerar um processo acumulativo de desenvolvimento, ou seja, um polo de crescimento que se tornou também um polo de desenvolvimento.

¹¹ SOUZA, N. Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre, v.16, n.1, pag.87-112,2005.

1.2.6 *Estratégia do Desenvolvimento Econômico – Albert Hirschman (1961)*

Hirschman evidenciava a ideia dos mecanismos de pressão como indutores do desenvolvimento econômico mediante o conceito de “encadeamentos para frente e para trás” e de que o crescimento desequilibrado seria a estratégia correta a ser adotada pelos países subdesenvolvidos no processo de desenvolvimento econômico. Em termos de política pública, era adepto de que o Estado não deveria pulverizar os investimentos em todas as regiões buscando um crescimento equilibrado uma vez que enfraqueceria os efeitos de encadeamento no interior do polo anulando a capacidade indutora, de propagação espacial do crescimento econômico entre as regiões. Para tanto, propunha como estratégia selecionar alguns projetos chaves, prioritários para destinar os investimentos e concentrar o esforço de crescimento.

1.2.7 *Teoria de Base Exportadora – North (1955)*

North (1955), influenciou a formulação de políticas públicas no que concerne a temática exportação com a ideia central de que a base exportadora de uma determinada região impulsionaria o desenvolvimento.

Madureira (2015), adverte que a base exportadora de uma região impulsionaria o desenvolvimento regional, sendo uma condição necessária, mas não suficiente. Assim descreve o autor:

Considerando que o crescimento de uma região está intimamente ligado ao sucesso de sua base exportadora, nota-se que o declínio de um produto de exportação, deve vir acompanhado do surgimento de outro, caso contrário a região ficará estagnada. O declínio de um produto pode surgir de muitas variáveis, entre elas, [...]: mudanças na demanda, exaustão de recurso natural, elevação dos custos dos fatores produtivos, mudanças tecnológicas, etc.

[...] O desenvolvimento dos transportes pode impulsionar uma região, em razão da diminuição de custos. A participação dos governos estadual ou federal é de grande importância nesse sentido, uma vez que, através de incentivos e investimentos, pode otimizar os custos da região tornando-a competitiva (Piffer 2009 apud MADUREIRA, 2015, p. 10).

A formulação teórica deste período em economia regional foi fortemente influenciada pelo paradigma macroeconômico da não existência de mecanismos naturais de obtenção de pleno emprego e as teorias dominantes aceitavam que o

processo de desenvolvimento capitalista acarretaria desigualdades regionais. Do ponto de vista regional, não havia uma convergência entre crescimento e desenvolvimento e neste sentido as teorias tiveram como característica mais marcante a intervenção ativa do Estado, pressupondo estratégias e políticas deliberadas para alavancar o desenvolvimento regional (DINIZ; CROCCO, 2006).

Ao analisar a política pública de forma explícita ou implícita por meio de ações e investimentos governamentais, tanto em nível federal quanto estadual (Goiás) percebe-se que algumas destas teorias compuseram o portfólio de estratégias institucionais de fomento ao desenvolvimento regional. Dentre ela, destacam-se:

- i. Polos de crescimento: instalação de uma indústria motriz, em uma determinada região, comumente com menor dinamismo, para que através de seus efeitos a montante e jusante, se tornassem um polo de crescimento e estimulassem o desenvolvimento da mesma;
- ii. Prioridades para o setor industrial: impulso governamental para industrialização das regiões mais atrasadas visando a superação das diferenças regionais, eliminação ou diminuição das diferenças entre as estruturas produtivas das regiões e alavancando os processos de industrialização das regiões atrasadas;
- iii. Mecanismos de compensação para as regiões atrasadas – incentivos fiscais: mecanismo adotado de compensação, os incentivos fiscais tinham como fundamento compensar as desvantagens locacionais em regiões atrasadas com a intervenção do Estado na atração de empresas para a localidade e na garantia de parcela da lucratividade das mesmas pelo subsídio fiscal;
- iv. Marcos regulatórios com restrições à localização de atividades em determinadas regiões: mecanismos para restringir a localização de atividades em determinadas regiões evitando concentração e incentivar a localização em outras regiões.

O que tem se intitulado como produção recente em Economia Regional, neste trabalho, subdividido em 2 momentos teóricos: Segunda e Terceira Geração de Política Regional.

1.3 Segunda Geração de Políticas Regionais: 1970–1990

Este período representou um marco na história econômica, tanto nas teorias vigentes quanto na implementação de políticas públicas e é comumente intitulado de “Anos Dourados do Capitalismo” pelas significativas taxas de crescimento e um Sistema de Bem-Estar Social.

A produção teórica desta fase tinha enfoque na competitividade, reestruturação produtiva e aceleração da divisão internacional do trabalho com grande ênfase às externalidades, sobretudo às tecnológicas. No que tange este último aspecto, observou-se a influência de Marshall (1890) e da corrente evolucionista denominada Neo-Shumpeteriana (Shumpeter, 1911 e 1942) na importância dada aos impactos dos processos de inovação tecnológica e aprendizado no desenvolvimento regional. Emergem nesta fase, conceitos de Desenvolvimento Endógeno e de Desenvolvimento Territorial.

Foram as estratégias de desenvolvimento regional ou local neste período que influenciaram os governos nacionais e subnacionais, entre eles o Brasil e o Estado de Goiás:

- i. Polos de crescimento (Perroux, 1977);
- ii. Distritos industriais (Piore e Sabel, 1984) e Organização Industrial (Storper e Scott, 1988);
- iii. Ambientes inovadores (GREMI, 1986¹²); *Learning Regions* – regiões de aprendizado (Escola Californiana: Scott e Stoper, 1986; Scott, 1988; Storper e Walker, 1989);
- iv. Clusters e Arranjos Produtivos Locais - APL (Schmitz, 1997; Porter, 1998);
- v. Construção de vantagens comparativas em âmbito localizador (Porter, 1990);
- vi. Sociedade e Economia em Rede (Castells, 1996);
- vii. Crescimento Endógeno (Romer, 1986 e 1990; Lucas, 1988 e 1990);
- viii. Importância do Capital Social: Putnam (1993)

¹² GREMI: Grupo Europeu de Pesquisa sobre os Ambientes Inovadores

Abaixo, são explicitadas algumas das estratégias mais relevantes e que tiveram maior aplicabilidade na formulação de políticas públicas tanto de cunho nacional quanto estadual.

1.3.1 ***Enfoque da Competividade: 1970 – 1990***

Diniz e Crocco (2006) ressaltaram que a década de 1970 foi um marco na história econômica seja pelas teorias vigentes seja pelas políticas públicas implementadas. Ressurge a concepção de que o mercado é capaz de garantir o crescimento de longo prazo de forma sustentada, como na Escola Novo – Clássica rechaçando a intervenção do Estado proposta pelos Keynesianos. A premissa era de que a intervenção estatal só desviaria, de forma não sustentável, a economia de sua trajetória natural, e no longo prazo, ocasionaria mais inflação. O crescimento deveria ser obtido não mais pelo estímulo à demanda, mas pelas melhorias das condições da oferta.

Em termos macroeconômicos o paradigma a seguir, seria a busca da estabilidade monetária. No campo político, o estado deveria se retirar da economia ficando apenas com suas funções básicas, determinado pelo chamado Estado Mínimo (Neoliberalismo).

Esse processo iniciado nos anos 1970, estendeu-se até os anos 1980, determinando um movimento de abertura comercial e financeira muito forte acelerando a reestruturação econômica e a internacionalização da produção. As transformações ocorridas tiveram seu rebatimento no espaço geográfico, seja pela perda de dinamismo das regiões afetadas, pela desindustrialização ou pela reestruturação produtiva com surgimento de novas regiões de crescimento.

Esses fatores influenciaram a política econômica do Brasil como também a política de desenvolvimento regional com um novo marco – desenvolvimento endógeno dando ênfase à: competitividade com vistas à inserção internacional, inovação, economia do conhecimento, redes de cooperação, valorização da capacitação local, mobilização e desenvolvimento de recursos específicos e habilidades da região. Destacam-se:

A base do conceito da Teoria do Crescimento Endógeno corresponde à endogeneização do progresso técnico, compreendido como o aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção tendo como premissa que o

aumento do estoque de conhecimentos é o verdadeiro motor do crescimento per capita, prioritariamente à acumulação de capital físico ou humano. São fatores importantes:

Neste sentido, fatores como inovação tecnológica endógena (que surgem como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (ou seja, o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico.¹³ (GUERINO e CARVALHO, 2001, p 471).

1.3.1.1 *Milieu innovateur – Ambientes Inovadores. Aydalot (1986)*

O conceito de ambientes inovadores está estreitamente ligado ao Grupo de Pesquisas Europeias sobre ambientes inovadores (GREMI) formado por teóricos importantes tais como Aydalot, Camagni, Boisier, dentre outros. Para estes autores as inovações desempenhavam um papel preponderante e ressaltavam a importância da formação de vínculos de cooperação e interdependência entre as empresas para a construção de uma rede de inovação em um ambiente coletivo de aprendizagem.

Neste sentido, é salutar o papel dos atores locais no desenvolvimento: universidades, centros de pesquisa, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, dentre outros, no sentido de estimular as inovações, reduzir os custos de produção das empresas locais e buscar um melhor posicionamento no mercado, ou seja, um ambiente institucional profícuo à inovação como estratégia competitiva.

1.3.1.2 *Clusters ou arranjos produtivos locais – Schmitz (1997) e Porter (1998)*

Porter (1998) apud Macena (2012) apresenta o conceito de clusters como concentrações geográficas de empresas interconectadas de um setor específico englobando arranjos de empresas relacionadas, e outras entidades importantes para competição, que incluem, por exemplo, fornecedores de matérias-primas especializadas, tais como componentes, máquinas e serviços, bem como

¹³ GUERINO, E.; CARVALHO, E. A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 467-482, novembro 2001

fornecedores de infraestrutura especializada. Essa concentração geográfica e setorial de empresas podem auferir ganhos de eficiência que as empresas raramente poderiam atingir isoladamente, ganhos que se tornariam uma vantagem competitiva obtida pelas externalidades e ação conjunta.

Segundo Grupo Rede Sist, arranjos produtivos locais (APL) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas com vínculos, mesmo que incipientes, envolvendo a participação e a interação de empresas de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros nas suas variadas formas de representação e associação. Os APL podem incluir também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Pode-se dizer, que o diferencial de um cluster e de APL, se dá pela intensidade do vínculo e da abrangência na formação da rede. Os clusters possuem maior intensidade de vínculos e é basicamente formado pela participação de empresas privadas de uma determinada atividade produtiva que se aglomeram para o desenvolvimento do agrupamento, com menor envolvimento do governo. Os APLs envolvem outros tipos de atividades, como comércio e serviços e recebem uma atenção governamental de fomento à esta estratégia,

1.3.1.3 A busca de uma Terceira Geração de Políticas Regionais: a síntese exógena – endógena: 1990 até 2017 (atualidade)

Este período foi marcado pelo processo de globalização, fragmentação do mercado e marginalização de regiões, frutos do neoliberalismo. As teorias dessa fase davam ênfase na Economia Regional e Urbana e Geografia Econômica e traziam conceitos tais como, ordenamento do território, novas territorialidades, importância das escalas territoriais, instrumentos de análise regional, dentre outros e propiciaram um retorno às políticas regionais, com novas formulações, numa síntese entre exógeno (I Geração) e endógeno (II Geração).

A partir dos anos 1990 se inicia uma terceira geração de políticas regionais, fruto da avaliação do processo de globalização e do posicionamento econômico dos

sistemas regionais de produção no contexto global. As políticas de terceira geração dão maior ênfase no papel do ambiente institucional, no processo de desenvolvimento, partindo da hipótese que o ambiente institucional é fator determinante na capacidade de resposta dos territórios.

Abaixo, autores e conceitos que influenciaram e/ou influenciam esta fase e a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento regional:

- Scott et al (1999) – Cidades região: Grandes Aglomerações urbanas aptas a terem conectividade com os fluxos econômicos mundializados;
- Sassen (1991) – Cidades mundiais. Metrópoles que concentram grandes corporações, serviços, centros de tecnologia, etc.;
- Coraggio (1994) e Singer (2002) – Economia solidária e popular: Circuito alternativo de produção, distribuição e consumo de bens dos setores populares urbanos ou unidades domésticas de trabalhadores;
- Bates (1988) e Ostrom (1990) – Teoria dos jogos e ação coletiva localizada: Avaliação da ação coletiva para capacitar a cooperação e relações de confiança;
- Banco Mundial: Governança local, Governança Social, Boas Práticas

A Segunda Geração de Política Pública Regional, ao contrário da fase anterior, propôs uma abordagem de baixo para cima. Sua influência, mesmo que implícita, pode ser observada nas estratégias e ações governamentais propostas pelo Estado Nacional como pelo Governo de Goiás, em proposições nos Planos Plurianuais, com estratégias de desenvolvimento de cadeias produtivas, estímulo à inovação e desenvolvimento de potencialidades locais.

No Quadro 1 a seguir, tem-se um resumo destas três Gerações de Políticas Públicas de 1950 até a atualidade, 2017

Quadro 1 – Brasil, Três Gerações de Políticas Regionais, 1950-2017.

Período	
1950-1970	1970-1990
Conceituação	
I Geração de Políticas Regionais	II Geração de Políticas Regionais
Pressupostos teóricos	
<p>Grande influência da Escola Keynesiana (1950-1960):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existência de mecanismos automáticos que garantam a obtenção do pleno emprego; ▪ Necessidade de intervenção do Estado na economia para a correção dos mercados: infraestrutura, instalação de empresas; ▪ Objetivo central: obter pleno emprego; ▪ Estímulo à demanda. 	<p>Grande influência da Teoria do Crescimento Endógeno, de Ambientes Inovadores e Arranjos Produtivos Locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oposição à Política intervencionista do Estado. ▪ Mecanismos de mercado são capazes de garantir o crescimento a longo prazo de forma sustentada (Escola Novo-Clássica) ▪ Intervenção do Estado a longo prazo gera mais inflação. ▪ Estímulo às condições de oferta: redução de encargos pelas empresas, flexibilização do mercado de trabalho, aumento de capital humano.
Paradigma	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não existência de mecanismos naturais para garantir o crescimento; ▪ Política intervencionista do Estado na economia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Busca da estabilidade monetária ▪ Retirada do Estado da Economia: Estado mínimo
Processo de Desenvolvimento	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Enfatizam algum tipo de mecanismo dinâmico de autorreforço resultantes de externalidades decorrentes de aglomeração industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento regional endógeno; ▪ Ênfase na competitividade e atributos locais; ▪ Inserção internacional como elemento central de desenvolvimento ▪ Vantagens comparativas regionais
Influência no Desenvolvimento Regional	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento regional não é garantido pelas forças de mercado sendo necessária a intervenção do Estado para que os desequilíbrios fossem superados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de Desindustrialização; ▪ Incorporação de capital institucional, social no entendimento da dinâmica regional; ▪ Valorização da capacitação local; ▪ Inovação, conhecimento, redes, cooperação.
	<p>Grande influência da Globalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de globalização, financeirização e mundialização de capital. ▪ Oferta de vantagens do setor público nacional, regional ou local influencia as escolhas locais.
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posicionamento econômico e político dos sistemas regionais no contexto global e setorial ▪ Síntese exógeno – endógeno; ▪ Políticas de desenvolvimento regional não podem ser exclusivamente locais ▪ Implementação de governança local com articulação de instituições, públicas e civis
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de urbanização; ▪ Importância da infraestrutura intra-urbana – transporte, saneamento, habitação, serviços coletivos e sistema de transporte intra-regional ▪ Novas técnicas de análise regional: econometria espacial; cartografia, etc.

Influência teórica e Estratégias para impulsionar o desenvolvimento regional	
<p>Teoria do grande impulso (big push) Paul N. Rosenstein-Rodan (1940-1950)</p> <ul style="list-style-type: none"> Investimento do Estado em regiões economicamente deprimidas devido escassez de capital, ausência de complementaridade local e mercado de capital inexpressivo; <p>Teoria da Causação Circular e Acumulativa Myrdal (1957)</p> <ul style="list-style-type: none"> A Teoria da Causação Circular preocupa-se em analisar as inter-relações que acontecem dentro de um sistema social, enquanto o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas; <p>Polos de Crescimento. Perroux (1961)</p> <ul style="list-style-type: none"> Ideia central: formar um polo de crescimento através da instalação de uma indústria motriz para que seus efeitos a montante e a jusante estimulem o desenvolvimento de uma região; <p>Hirschman (1958)</p> <ul style="list-style-type: none"> "Economias externas": complementaridades que caracterizam o processo de desenvolvimento; Uma sequência de desequilíbrios ⇒ induzem investimentos ou pressões ⇒ adoção de políticas econômicas. ⇒ desenvolvimento autossustentado. 	<p>Romer (1986 e 1990) e Lucas (1988 e 1990): Teoria do Crescimento endógeno.</p> <ul style="list-style-type: none"> Existência de rendimentos crescentes e economias de escala. O crescimento ⇒ comportamento e decisões locais e políticas públicas que cubram as falhas de mercado ⇒ melhoria do ambiente institucional endógeno; <p>Porter (1990): Construção de vantagens competitivas em âmbito localizado;</p> <p>Aydalot (1986): Milieu innovateur</p> <ul style="list-style-type: none"> Meio tecnocientífico virtuoso em ambiente coletivo de aprendizagem. <p>Schmitz (1997) e Porter (1998): Clusters ou arranjos produtivos locais</p> <ul style="list-style-type: none"> Interdependências geradas pela concentração espacial/setorial de empresas Arranjos produtivos locais; Incubadoras (empresas), e Sistemas de Inovação; Parques tecnológicos: instituições universitárias e de pesquisa com a capacidade inovadora
	<p>Scott et al (1999): Cidades região</p> <ul style="list-style-type: none"> Grandes Aglomerações urbanas aptas a terem conectividade com os fluxos econômicos mundializados; Sassen (1991): Cidades mundiais. Metrópoles que concentram grandes corporações, serviços, centros de tecnologia, etc.; <p>Coraggio (1994) e Singer (2002): Economia solidária e popular</p> <ul style="list-style-type: none"> Circuito alternativo de produção, distribuição e consumo de bens dos setores populares urbanos ou unidades domésticas de trabalhadores; <p>Bates (1988) e Ostrom (1990): Teoria dos jogos e ação coletiva localizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação da ação coletiva para capacitar a cooperação e relações de confiança; <p>Banco Mundial</p> <ul style="list-style-type: none"> Governança Local e Boas práticas
Exemplificação de Estratégias utilizadas pela União e Governo de Goiás	
<ul style="list-style-type: none"> Construção de Distritos Industriais; Política de incentivos fiscais; Política de atração de investimentos; Elaboração de Programas de Desenvolvimento elegendo polos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Arranjos Produtivos Locais; Fomento ao crédito para empresas; Centros tecnológicos e de conhecimento. Parques Tecnológicos; Articulação em Fóruns Empresariais Criação de Conselhos setoriais

Fonte: Diniz; Crocco ,2007.p.11-30¹⁴; Brandão, Carlos Antônio ,2012.p.40-42¹⁵. Elaboração da autora.

¹⁴ DINIZ, C.; Campolina e CROCCO, M. Economia Regional e Urbana- Contribuições Teóricas Recentes. Belo Horizonte, Ed. UFMG,p.11-30, 2006.

¹⁵ BRANDÃO, C. A. Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1ª reimpressão, p.40-42 2012

1.4 Produção de Políticas Públicas Nacionais e Regionais

1.4.1 Contextos temporais das Políticas Públicas Nacionais: 1950 – 2017

Segundo Steinberger¹⁶ (2013), a dimensão territorial das políticas públicas nacionais restringe-se à constatação de que elas se realizam no território brasileiro e envolvem macro e microrregiões, estados e municípios. Na verdade, elas se realizam no território enquanto espaço de ação, mas comumente são pouco concebidas em sua gênese de uma análise e fundamentação mais profunda.

No Brasil, a produção de políticas públicas nacionais concretizou-se a partir da segunda guerra mundial, passando por momentos de oscilação: da importância do Estado-Nação, seguida de um arrefecimento na fase dominante do neoliberalismo e depois, por uma revalorização do Estado Nacional. São identificados assim 3 contextos, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Brasil, Produção de Políticas Públicas Nacionais, 1950-2017.

Primeiro contexto	1950 – 1990	<ul style="list-style-type: none"> • Forte presença do Estado Nacional; • Planejamento tecnocrático-autoritário; • Provedor de infraestrutura e de serviços; • Incentivo à iniciativa privada; • Políticas compensatórias
Segundo contexto	1990 – 2000	<ul style="list-style-type: none"> • Neoliberalismo; • Estado mínimo • Regulação, privatização e terceirização de serviços públicos.
Terceiro contexto	2000 – 2017*	<ul style="list-style-type: none"> • Hibridismo: traços tecnocráticos e autoritários; • Postura democrática; • Planejamento de forma participativa • Ampliação dos quadros da máquina do Estado

Fonte: Marília Steinberger, 2013, p.23-25. Elaboração da autora.

Nota: * atualidade

O primeiro contexto da consolidação das políticas públicas, de 1950 – 1990 foi marcado pela forte presença do Estado Nacional, com planejamento tecnocrático-autoritário; provedor de infraestrutura e de serviços à população, facilitador da presença da iniciativa privada, políticas compensatórias entre as quais ambiental, a regional, a urbana, a rural.

¹⁶ STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**/Marília Steinberger et al. Brasília: Ler Editora, 2013, p.23-25

O segundo contexto, de 1990 – 2000 foi marcado pelo neoliberalismo. Era o Estado-Mínimo com papel de regulador com funções de intermediação e articulação. Estado das Agências, das privatizações e terceirizações. Foi um período de ausência de planejamento nacional e de formulação de políticas públicas, com foco no imediatismo, no localismo, na administração pontual de programas, projetos, inclusos os de meio ambiente, regional, urbano ou rural.

O terceiro e último contexto se iniciou em 2000 e vigora até 2015 (atualidade) caracteriza-se por uma espécie de hibridismo, pois guarda traços tecnocráticos e autoritários do primeiro contexto aliados a uma nova postura democrática e participativa que tem se chamado de desenvolvimento social. É o retorno do planejamento de forma participativa, aliança Estado-sociedade civil e uma ampliação dos quadros da máquina do Estado.

Dessa forma, conclui Steinberger (2013) que o retorno ao planejamento nacional trouxe a retomada da formulação de políticas públicas nacionais, tendo em comum, o território, e denominadas políticas “espaciais”, cada uma, seguindo trajetórias diversas em fases distintas, com funcionalidades específicas, a saber:

- i. Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA);
- ii. Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT);
- iii. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU);
- iv. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- v. Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDRur).

1.4.2 Antecedentes e Revisão das experiências brasileiras de Desenvolvimento Regional: meados do século XX – início do XXI

Três grandes marcos de planejamento com reverberação nas políticas regionais no Brasil devem ser referenciados: Marco Legal, Marco Conceitual e Marco Governamental, expressos no Quadro 3 a seguir.

O período que antecede 1960 foi marcado por uma série de ações isoladas, de caráter assistencialista, comumente voltados para soluções de problemas e potencialidades emergentes e basicamente desvinculadas de planos nacionais,¹⁷

¹⁷ Plano Geral de Viação, em 1934; Plano Especial de Obras Públicas e Preparo da Defesa Nacional, em 1939; Plano de Obras e Equipamentos (POE), em 1944-46; Plano de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (Salte), em 1950-54, e Plano de Metas, em 1956-60.

não se tratando, portanto, de planejamento regional. O primeiro caminho encontrado para tratar da questão regional naquele período foi institucional (Constituição de 1946) ao designar cotas de arrecadação nacional para intervenções governamentais em problemas regionais¹⁸.

Quadro 3 – Brasil, Marcos da Política Regional, anos 1946, 1958, 1962.

Marco Legal	<ul style="list-style-type: none"> • 1946: Constituição Federal – aplicação dos recursos federais nas regiões menos desenvolvidas (Nordeste e Amazônia);
Marco Conceitual	<ul style="list-style-type: none"> • 1958: Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) coordenado por Celso Furtado – Primeira análise teórica das desigualdades regionais. Destaque do papel do setor público na promoção do desenvolvimento;
Marco Governamental	<ul style="list-style-type: none"> • 1962: Plano Trienal – marco inicial das políticas de desenvolvimento regional no Brasil inserindo na agenda governamental objetivos sociais e distribuição espacial das atividades econômicas.

Fonte: STEINBERGER, 1988, p.118-128; Rocha Neto e Oliveira, 2013, p.163-184 Dados trabalhados pela autora

Para Steinberger (1988) e Rocha Neto; Oliveira (2013) só se pode falar em planejamento regional no Brasil com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Inicialmente restrita à elaboração de um plano de desenvolvimento para a região, a SUDENE teve sua atribuição ampliada buscando uma ação integrada no espaço regional ao coordenar atividades de vários órgãos do Governo Federal no Nordeste, deixando então, um legado importante no que concerne o planejamento regional.

Até então a questão regional era basicamente focada no problema da seca no Nordeste, sendo a partir do relatório do Grupo de Trabalho (GTN, 1958) que a questão regional teve sua perspectiva ampliada e entendida numa abordagem integrada nas dimensões econômica, ambiental, social e outras, sendo, portanto, um marco conceitual.

Se a Constituição Federal pode ser considerada o marco legal da Política Regional no Brasil, os pressupostos postulados pelo GTDN seriam o marco conceitual e posteriormente, o marco governamental, com a elaboração do Plano Trienal em 1962 que concebia objetivos sociais e de distribuição espacial de

¹⁸ 3% da arrecadação nacional para o Plano de Defesa Contra os Efeitos das Seca do Nordeste, 3% para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e 1% para o Plano de Aproveitamento Total das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco.

atividades econômicas e que, na atualidade, ainda sustenta as políticas regionais do país (Quadro 3).

A despeito de um esforço dirigido para a questão regional muitos dos planos regionais desse período receberam a crítica de serem simples programas de distribuição e aplicação de verbas e fonte adicional de recursos.

1.4.3 *Matriz Institucional do Desenvolvimento Regional no Brasil*

Para Steinberger (1988), até meados de 1964, não existia nenhuma entidade regional com status de ministério sendo todas àquela época vinculadas à Presidência da República e suas atribuições e diretrizes eram estabelecidas por Planos Diretores de Desenvolvimento. Somente, em 1967 foi criado o primeiro ministério com atribuição regional, o *Ministério do Interior (MINTER)*, que, no entanto, tinha outras atribuições concorrentes, umas muito abrangentes e outras muito específicas, o que na prática dificultava sua atuação na esfera regional. Relata a autora:

[...] Mas, de fato, o MINTER tinha outras atribuições concorrentes com o desenvolvimento regional. Sua atuação estendia-se também às ações de desenvolvimento urbano, radicação de populações, ocupação do território, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, proteção contra as secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios, habitação, defesa e preservação do meio ambiente e integração do universitário ao processo de desenvolvimento. Era, portanto, sem dúvida, um rol de atribuições excessivamente abrangente. Nesse contexto, desenvolvimento regional era apenas uma das atribuições. Os problemas oriundos dos conflitos indígenas e das calamidades públicas foram, cada vez mais, conformando a imagem do MINTER.

[...] A par disso, observa-se que atribuições de natureza diversa, algumas muito abrangentes e outras muito específicas, algumas finalísticas e outras meio e, mais ainda, algumas de caráter permanente e outras casuísticas, estavam listadas como atribuições de mesmo peso e hierarquia. Era patente a indefinição do objeto de trabalho central do MINTER. Faltava-lhe identidade (STEINBERGER, 1988, p. 119).

Segundo Rocha Neto e Oliveira (2013, p. 169), de 1990 a 1995 uma série de mudanças institucionais ocorreram no nível federativo brasileiro com criação e extinção de Secretarias ou Ministérios imbuídos de atribuições e competências de integração regional, desenvolvimento urbano, irrigação, defesa civil, articulação com estados e municípios, até que em 1999, foi criado o Ministério da Integração Nacional (MI) tendo-se a retomada efetiva da formulação de políticas nacionais de desenvolvimento regional. Essas mudanças podem ser constatadas no Quadro 4:

Quadro 4 – Brasil, Instituições Nacionais com atribuição de Desenvolvimento Regional, anos 1964-2017

Até 1964	Não existia nenhuma entidade regional com status de ministério
1967	Criado o <i>Ministério do Interior (MINTER)</i>
1990	É extinto o Ministério do Interior e criado a Secretaria de Desenvolvimento Regional junto à Presidência da República
1992	Secretaria de Desenvolvimento Regional se transforma em Ministério da Integração Regional
1995	Extinção do Ministério da Integração Regional e criação da Secretaria de Políticas Regionais (SEPRE) com status de Ministério
1999	Criado o Ministério da Integração Nacional (MI) e se mantém até os dias de hoje

Fonte: Rocha Neto; Oliveira, 2013,p.163-184. Elaboração da autora.

1.4.4 *Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regionais no Brasil e Ambiente Político – Econômico: 1945 – 2009*

Segundo SENRA (2011),¹⁹ ao longo do período de 1945 a 2009, as políticas de desenvolvimento regional formuladas de forma explícita, como política governamental ou de forma indireta, como iniciativas e apoio, tiveram pelo menos dois grandes objetivos, à saber: a diminuição das desigualdades regionais – econômicas e sociais e, a promoção da ocupação do território nacional. O autor identificou 4 fases distintas quanto ao ambiente político e econômico do Brasil:

1. Nacional Desenvolvimentismo: atuação estatal sem uma coordenação centralizada e formulação da primeira política de desenvolvimento regional para a Região Nordeste e outras iniciativas regionais;
2. Desenvolvimentismo Militar: forte atuação estatal com investimentos em programas de industrialização, produção agrícola e mineração; criação de polos industriais e agrícolas e fortalecimento das políticas de incentivos fiscais e tributários e creditícios;
3. Neoliberal: enfraquecimento da ação do estado com a extinção ou desvalorização das instituições tradicionais do desenvolvimento regional;
4. Neodesenvolvimentista atuação estatal com multiplicidade e sobreposição de instituições públicas com atribuições de desenvolvimento regional.

O Quadro 5 a seguir, mostra um resumo dos marcos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regionais no Brasil e o Ambiente Político – Econômico: 1945 – 2009.

¹⁹ SENRA, K. V. Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil. In: FARIA, R.; SCHVARBERG, B. (Orgs.). Políticas urbanas e regionais no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2011

Quadro 5 – Brasil, Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional e Ambiente Político – Econômico, 1945 a 2009.

	FASE I NACIONAL- DESENVOLVIMENTISTA	FASE II DESENVOLVIMENTISTA MILITAR	FASE III NEOLIBERAL	FASE IV NEODESENVOLVIMENTISTA
Período	1945 (Pós –Guerra) – 1964 (Golpe Militar)	1964 (Golpe Militar) – até meados de 1980	Meados de 1980 a 2000	2000 a 2009
Fundamento Teórico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ I Geração de Política Regional; ▪ Teóricos influentes: Keynesianismo; Mrydal – Causação Circular; ▪ Intervenção do Estado na Economia; ▪ Necessidade do investimento público para ampliação da demanda nos períodos de desaquecimento econômico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ I Geração de Política Regional; ▪ Teóricos influentes: Keynesianismo; Perroux – Polos de Crescimento; ▪ Escola Superior de Guerra. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processo de Globalização e revolução tecnológica; ▪ Redução das despesas do Estado, liberação da economia, ampliação das exportações para pagamento da dívida externa; ▪ Fomento à inovação, competitividade das empresas nacionais e inserção nos mercados internacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novo ciclo “social-desenvolvimentista”: ▪ desenvolvimento econômico e proteção social; ▪ Recondição da temática das desigualdades regionais em uma perspectiva transversal à agenda governamental.
Fatos Relevantes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1952: Criação do Banco do Nordeste; ▪ 1959: Política de Desenvolvimento do Nordeste (PDEN); ▪ Criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); ▪ 1961: Plano Diretor da SUDENE- Criação de sistema de incentivos fiscais e financeiros no âmbito da SUDENE. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1968: Criação de Superintendências de Desenvolvimento Regional para as 5 macrorregiões, coordenadas pelo Ministério do Interior (MINTER); ▪ 1970-1971: Programas Especiais-instrumentos dos PNDs para promoção dos polos de desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1985-1989: Nova República: degradação das instituições públicas; ▪ 1988: revisão dos Fundos de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) para aplicações para microempresa e setor rural; ▪ 1996-1999: Plano Plurianual (PPA) e 7 Eixos de Integração. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2003: Política regional entra na agenda governamental; ▪ 2003 – 2007: Formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); ▪ PPA 2004-2007 e PPA 2008-2011: ações e iniciativas fora do escopo da PNDR contribuindo para o combate às desigualdades regionais; ▪ Criação de universidades federais e escolas federais de educação profissionalizante no interior do país; ▪ Obras de saneamento e

Conclusão

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento público para ampliar a demanda nos períodos de desaquecimento econômico e garantir o equilíbrio do sistema capitalista; ▪ Criação de um conjunto de instituições sem coordenação centralizada; ▪ Criação de mecanismos de benefícios fiscais, tributários e creditícios para a promoção do Nordeste; ▪ Aporte de recursos para infraestrutura e industrialização na Região Sudeste; ▪ Criação de uma plataforma para investimentos na Região Centro-Oeste com a construção de Brasília (Governo Juscelino Kubitschek – Plano de Metas). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Forte investimento do Estado na Economia e no desenvolvimento regional; ▪ Planos Regionais de Desenvolvimento inseridos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, sobretudo nos PND I e II; ▪ Incentivos fiscais e creditícios para a industrialização e projetos agropecuários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extinção ou desvalorização das instituições tradicionais do desenvolvimento regional; ▪ Redução dos incentivos fiscais e tributários como instrumento do desenvolvimento regional; ▪ Valorização dos territórios e do desenvolvimento local; ▪ Adoção de Políticas macroeconômicas com estabilização da moeda e consequentemente, estabilização da renda para a população mais pobre. 	<p>habitação;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gasodutos, refinarias e portos; ▪ Dinamização das atividades rurais com a agricultura familiar; ▪ Programas de transferência de renda (Benefício de Prestação Continuada); ▪ Ampliação ao crédito e microcrédito; ▪ 2011: Avaliação do PNDR. <p>Política Nacional de Desenvolvimento Regional e diferenciação das mesorregiões;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Multiplicidade e sobreposição de instituições públicas que se dedicavam ao desenvolvimento regional; ▪ Foco territorial ou local; ▪ Política dos Territórios da Cidadania; ▪ Elaboração de planos de desenvolvimento, para diferentes escalas territoriais.
<p>Características</p>				

Fonte: SENRA, 2011, p.2-p. 18. Dados trabalhados pela autora.

1.4.5 *Os discursos de desenvolvimento regional na evolução temporal*

Para Steinberger (1988), a primeira referência implícita sobre a questão regional em planos nacionais ocorreu no Plano de Metas em 1956, destacando-se entre as metas elencadas, a construção de Brasília e abertura da Belém-Brasília que visavam o chamado custo social do desenvolvimento. Mas o primeiro tratamento explícito e não setorial só aconteceu a partir do Plano Trienal (1963 – 1965) O Quadro 6, expressa uma síntese, dos principais discursos de desenvolvimento regional na evolução trienal, explicitados em seguida.

Sucedendo ao Plano Trienal, foram concebidos no período de 1964 a 1966 o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), com o objetivo de atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais sociais mediante melhoria das condições de vida que incluía, ainda, um capítulo intitulado Valorização Regional e refletia uma opção clara pelo crescimento econômico.

Em 1966, o Plano Decenal (1968 – 1976) apresentou um capítulo específico para o desenvolvimento regional e onde a questão regional era compreendida como elemento essencial ao processo de desenvolvimento global. No entanto, nenhum dos dois Planos – Trienal e Decenal foram implantados, ficando tão somente no campo da concepção (STEINBERGER, 1988).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), vigente no período de 1968 a 1970 ratificou a proposta do Plano Decenal que não tinha sido implementado e dava ênfase a termos como crescimento econômico, integração regional e inseria o conceito de polos de desenvolvimento, mas também não foi implementado sendo mais um Plano que não saia do campo da formulação de política pública.

Na década de 1970, o documento de Metas e Base para a Ação de Governo (MEBAG) não foi concebido propriamente como plano, nem tinha caráter discursivo, mas era um documento que legitimava os programas e projetos já aprovados anteriormente e que estavam em execução à época. Como documento, incluía um capítulo de Desenvolvimento Regional e Urbano que concebia três estratégias para o desenvolvimento regional, a saber: o desenvolvimento regional integrado, o desenvolvimento do Nordeste e a execução da política de consolidação de ocupação da Amazônia, com uma preocupação centrada no desenvolvimento e ocupação de território.

Quadro 6 – Brasil, Os Discursos Nacionais de Desenvolvimento Regional na evolução temporal, 1956-2017

Período	Nome	Elementos chave de Atuação	Status
1956	PLANO DE METAS	Construção de Brasília e abertura da Belém-Brasília	Implantado
1963 – 1965	PLANO TRIENAL	Marco e um capítulo para desenvolvimento regional	Não implantado
1964 –1966	PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (PAEG)	Atenuar os desníveis sociais, econômicos setoriais e regionais	Implantado
1968 – 1976	PLANO DECENTAL	Questão regional – elemento essencial para o desenvolvimento global.	Não implantado
1968 – 1970	PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO (PED)	Crescimento econômico, integração regional, polos de desenvolvimento	Não implantado
1970	METAS E BASE PARA A AÇÃO DE GOVERNO (MEBAG)	Não era Plano. Legitimava os programas e projetos regionais	Implantado
1972-1974	I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (I PND)	Desenvolver o Nordeste, ocupar a Amazônia e o Centro-Oeste; Polos regionais (agrícolas-industriais para o Sul e Nordeste e Polos agrícola-minerais para o Norte e Planalto Central)	Implantado
1975-1979	II PND	Ratifica o IPND, criação de instrumentos programáticos; estratégias de integração nacional (POLOAMAZONIA)	Implantado com dificuldades
1980-1985	III PND	Desconcentração de recursos e parceria público privada	Não implantado
2003	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)	Objeto: profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais.	Concepção
2008 – 2011	I FASE DA PNDR	3 eixos – organização social, emprego e renda e infraestrutura. Aprovado por decreto,	Implementado com dificuldades
2012- 2015	II FASE DA PNDR	Aborda Pacto federativo. Carece de institucionalização, instrumentos de ação e implementação.	Não concretizou

Fonte: Steinberger ,1988, p.118-129²⁰; Rocha Neto, J. Oliveira, Suzana, 2013,p.163-184²¹. Elaboração da autora

²⁰STEINBERGER, M. Política de Desenvolvimento Regional: uma proposta para debates. Revista Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 117-129, abr./jun. 1988

²¹ROCHA NETO, J. Oliveira, Suzana O território na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: STEINBERGER, M. Território, estado e políticas públicas espaciais (org.), Brasília: Ler Editora, 2013, p.163-184

Para Senra (2011), de 1972 a 1985, as principais linhas do planejamento nacional foram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (ROCHA NETO; OLIVEIRA, 2013).

O I PND (1972-1974) correspondeu a um período de crescimento econômico extraordinário no Brasil, aliado a baixas taxas de inflação. O plano buscava desenvolver o Nordeste, ocupar a Amazônia e o Centro-Oeste sem prejuízo do crescimento do Centro-Sul. Apresentava pela primeira vez propostas de polos regionais, sendo idealizado polos agrícolas-industriais para o Sul e Nordeste e Polos agrícola-minerais para o Norte e Planalto Central.

No II PND (1975-1979), os problemas econômicos do período – crise econômica mundial – geraram sérios obstáculos para sua implementação. Ele ratificava o I PND, com a criação de instrumentos programáticos para colocar em prática as estratégias do primeiro, tratava das desigualdades regionais sob a ótica da integração nacional e incluiu estratégias de integração nacional do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste com o Centro-Sul. Criou Polos Agrícolas e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília e abordava as questões regionais vistas sob a ótica do financiamento e desenvolvimento industrial com aglomerações nas regiões e integração dos grandes mercados.

O III PND (1980-1985), criado com o objetivo de corrigir e reduzir as disparidades regionais; abolia as metas presentes nos I e II PND; propunha desconcentração de recursos e de somar esforços do governo e da iniciativa privada na promoção do desenvolvimento regional, que ao contrário do que se esperava, gerou conflitos. Foi idealizado em plena crise econômica mundial e nacional (crise da dívida pública), com reflexos no campo político, com o desgaste do regime militar e não logrou êxito.

O período de 1985 a 2002 foi marcado por um “abandono” das políticas regionais. A partir de então, de forma incipiente, e mais acirrada em 2003, tem-se a retomada de formulação de política pública de cunho regional. A concretização de questões regionais na agenda governamental se deu nos Planos Plurianuais de 2004 – 2007 e 2008 – 2011 com orientação de formulação de um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que promovesse a coesão territorial. Nesse sentido, a questão regional passou a ser uma questão nacional.

A PNDR foi estruturada em 3 eixos: organização social, emprego e renda e infraestrutura. Adotava critérios de atuação no território a partir de uma tipologia Microrregional baseada no cruzamento de duas variáveis – PIB (Produto Interno Bruto) per capita e rendimento médio domiciliar (ROCHA NETO; OLIVEIRA, 2013). Muito embora tenha sido concebida como uma política de baixo para cima, transversal e colaborativa com multiplicidade de atores, por embates institucionais à época, foi aprovada por Decreto em 2007.

Segundo Araújo *et al.* (2015)²² ao debater a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o objeto principal do PNDR são as profundas desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais. Por ser uma política de governo, a política é antes de tudo nacional, e não está restrita a um único ministério e pela complexidade do território brasileiro, a requer uma abordagem em múltiplas escalas. Acerca do objeto da PNDR e seu campo de atuação, destaca que:

Os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas sub-regiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural no País, são a matéria-prima das políticas regionais. É para atuar nessas duas direções, de forma clara e direta, que se justifica a existência da PNDR. Atuar nos territórios que interessam menos aos agentes de mercado, valorizando suas diversidades, configura-se com uma estratégia para a redução das desigualdades. Ou seja, a desigualdade de renda, na sua expressão territorial, decorrente da ausência/ou estagnação da atividade econômica é o que interessa a esta política; reduzi-la ajuda a construir um país de todas as regiões e não apenas de algumas.

[...] De modo inverso ao que muitos pensam o objeto do PNDR não é o combate à pobreza, que constitui um problema afeto a outros campos de ação pública.

[...] O fundamento da Política reside na oportunidade de que se articulem iniciativas de cunho territorial tendo em vista os níveis de coesão e integração das estruturas socioeconômicas espacialmente distribuídas (ARAÚJO et al, 2015, p. 31-33)²³.

Para Steinberger (2008) o desenvolvimento regional deve ser considerado sobre três abordagens complementares – supra, inter e intra-regional:

- i. Abordagem supra regional: atuação mais plena, de amplitude nacional, que extrapola as fronteiras das regiões e que, via de regra, desconhece os impactos regionais;

²² ARAÚJO, T. B. *et al.* Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Uma proposta para discussão. In: **Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização? Processos. Escalas, agentes** Ester Limonad et al. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

²³ *Ibidem*

- ii. Abordagem inter-regional: reconhece os laços regionais seja da interdependência regional ou de ações que ultrapassam os limites políticos administrativos das regiões, comumente por interesse comum afetos à utilização de recursos naturais;
- iii. Abordagem intra regional: voltado para dentro das regiões, pela peculiaridade e potencialidade regional.

Segundo Brandão (2004) faz-se mister pensar alternativas para interpretar e agir política e territorialmente. Os agentes privados e públicos estabelecem suas estratégias no território, mas este, em si, não é fixo, pelo contrário. É uma construção social conflituosa, uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional.

Araújo (2014) destaca a importância da construção de uma política pública nacional que articule ações descentralizadas com abordagem em múltiplas escalas, identificando a dimensão das desigualdades, inter e intra-regionais. Tratar como positivo, como potencialidade a crescente diferenciação interna das diversas macrorregiões do país. Assim diz a autora:

É fundamental evitar o localismo exagerado, que pode intensificar muitos desajustes sociais no país, propondo ações nacionais. No Brasil continental, heterogêneo, diverso e desigual não servem as soluções centralizadas nem o localismo atomizante, temos que construir políticas nacionais que articulem ações descentralizadas.

[...]. Inserir a dimensão da desigualdade nas políticas federais é uma grande tarefa nacional a se realizar (ARAÚJO, 2014, p.22).²⁴

Na mesma linha, Brandão (2004) pressupõe que cada problema tem a sua escala específica e que é preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes àquela problemática específica. Sobre as articulações entre os atores, observa ainda o autor:

Além das articulações intra-regionais é importante ampliar seu raio político de manobra a fim de negociar sua inserção inter-regional. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. Esses contratos devem articular horizontalmente os agentes políticos de determinada escala.

[...]. Qualquer diagnóstico local, regional ou nacional deveria explicitar os conflitos e compromissos postos; posicionar recorrentemente a região ou cidade no contexto: mesoregional, estadual, nacional etc.; identificar seus nexos de complementaridade econômica; estudar sua inserção frente aos ritmos diferenciados dos processos econômicos dos diversos territórios com

²⁴ BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global** – 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

os quais se relaciona conjuntural e estruturalmente. O pesquisador da dimensão territorial do desenvolvimento deve ser um apanhador de sinais e um caçador de hierarquias.

[...] a grande bússola dos estudos regionais e urbanos deve ser o princípio teórico-metodológico da Divisão Social do Trabalho (BRANDÃO, 2004, p. 61).

Neste sentido, as regiões são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade e é importante à investigação da base operativa, do *locus* espacial, dos centros de decisão e dos sujeitos históricos determinantes dos processos em questão. (BRANDÃO, 2014)

Para o autor, o grande desafio é discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc., que ele assim expressa:

- 1) dimensionar o poder privado, sua capacidade transformativa, de promover mudanças nas relações gerenciais, tecnoprodutivas, trabalhistas, e de investigar a teia de relações intersetoriais existentes nos diversos pontos do espaço;
- 2) dimensionar o poder público, sua capacidade de coordenação estratégica, de organicidade de ações, capacidade de sancionar decisões estruturantes através de financiamentos adequados etc.;
- 3) dimensionar a capacidade de as frações de classe compartilharem valores coletivos. Existe substância política para um comprometimento legitimado com um projeto de maior competitividade sistêmica, justiça social e ambiental e de avanço das opções estratégicas (BRANDÃO, 2004, p. 62).

Na formulação de Políticas Públicas é importante dimensionar as escalas. Relações institucionais precisam ser repactuadas; canais de concertação de interesses reconstruídos e contratos sociais territorializados precisam ser estabelecidos. Esta seria uma proposta das políticas de desenvolvimento em uma dimensão espacial e também politizadora, democrática com capacidade de resgatar o potencial das diversidades presentes na cultura brasileira. O debate teórico contemporâneo sobre a problemática regional percorre o caminho da reconstrução teórica, do retorno aos clássicos e à literatura inter-disciplinar na tentativa de avanços teóricos e analíticos sobre o desenvolvimento regional, no entanto nenhuma das correntes de pensamento tem dado uma explicação satisfatória aos fenômenos territoriais da atualidade (BRANDÃO, 2014).

Diniz (2006) corrobora da mesma opinião: há que se trabalhar com múltiplas escalas territoriais tanto para efeitos de regionalização quanto para implementação de políticas públicas. As transformações da economia mundial recriam regionalismos

como mecanismos de reação econômica e de poder político, em especial da globalização. Assim descreve a globalização e seus efeitos:

O processo de globalização universaliza, mas ao mesmo tempo fragmenta e marginaliza territórios, criando novas escalas de poder e de ação. [...]. Reduz a autonomia dos Estados Nacionais como escala privilegiada nas relações econômicas internacionais e recria as localidades como escala de regulação, ação e de políticas [...]. Por outro lado, ampliam-se os conflitos e as contradições entre as escalas.²⁵ (DINIZ, 2006, p. 52)

É consenso, Diniz (2006), Brandão (2014), Araújo (2014), a importância do Projeto Nação. A cerca da necessidade de retorno das políticas nacionais, reflete Diniz:

Os sistemas produtivos não podem ser vistos nem na sua perspectiva localista nem tampouco na suposta uniformidade territorial das condições de produção, o que implica a necessidade de retorno às políticas nacionais e à articulação em múltiplas escalas e instâncias Governo (Federal, Estadual, Municipal, Metropolitana) e entre os Governos, as empresas e a sociedade civil (Diniz, C.,2006,p.5)²⁶

Apesar da crise e do dismantelamento das políticas regionais no nível de países, a União Europeia se apresenta como a maior experiência contemporânea de políticas regionais com um conjunto crescente de políticas e instrumentos para o desenvolvimento de uma região e fornece elementos de boas práticas para se repensar o Projeto Nação Brasil, de proporções semelhantes, vasto territorialmente, rico potencialmente e diversificado culturalmente, com desigualdades regionais em múltiplas escalas.

²⁵ DINIZ. C – A busca de um Projeto de Nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Revista Economia, Selecta**. Brasília (DF), v.7,n.4,p.52,dez.,2006.

²⁶ Ibidem, p.5

2 PLANEJAMENTO ESTATAL NO ESTADO DE GOIÁS: AÇÃO REGIONAL NO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES NO ESTADO

2.1 Planejamento estatal no Estado de Goiás: análise da ação regional no território goiano

Segundo Almeida (1964), as primeiras tentativas de planejamento em Goiás ocorreram em 1955, no governo de José Ludovico de Almeida (1955 -1959) através da proposta efetuada pelas classes produtoras do estado, para criar uma Comissão de Desenvolvimento econômico, visando inserir Goiás e a região Centro-Oeste no plano nacional, sendo a proposta avaliada pelo então governador à época, como não oportuna ou não necessária naquele momento. Posteriormente, em 1956, o governador reviu seu posicionamento e criou o Conselho Superior de Planejamento e Coordenação, constituído pelos poderes legislativo, executivo, partidos políticos e classes produtoras, com o intuito de elaborar um Plano Quinquenal de Desenvolvimento, plano este, ancorado em uma proposta de maior participação do capital privado no desenvolvimento econômico do Estado, um esboço de parceria público-privada.

O Plano Quinquenal, embora não tenha decolado por razões políticas, contribuiu ao institucionalizar, mesmo que de forma embrionária, a função de planejamento e de orçamento no Estado de Goiás. Por outra, a criação de um conselho de planejamento e de coordenação estabeleceu bases para instituir em governos futuros, instâncias de debate e planejamento setorial e/ou multidisciplinar que passaram a fazer parte de organogramas do poder executivo, tais como Conselhos setoriais, Grupos de Trabalho, Grupos Executivos, dentre outros. Como exemplo, no governo de José Feliciano Ferreira (1959-1961), imbuído desse conceito, foi criado o Grupo de Estudos e Programação com o objetivo de promover o sistema econômico e social do Estado motivados na ocasião, pela construção de Brasília e da preocupação dos efeitos subsequentes, sobretudo, daqueles de desequilíbrios decorrentes entre urbano e rural (SALGADO, 2010).

Outro estudo efetuada no governo José Feliciano Ferreira (1959-1961) capitaneado pela Fundação Getúlio Vargas analisava a evolução econômica de 1949 – 1958 do Estado de Goiás, e apesar da base limitada de dados estatísticos

disponíveis à época, foi efetuado um diagnóstico econômico do estado, e constatado sérios problemas como baixa oferta de energia elétrica e de vias de transporte; crescimento desequilibrado do território goiano com forte concentração capital e regiões próximas; setor produtivo voltado para atendimento à demanda externa, dentre outros gargalos. Este estudo impulsionou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (PDE), aprovado por lei de 1960.²⁷

2.1.1 *Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE): 1961- 1964*

O mérito da materialização do processo de planejamento e da primeira regionalização com objetivos administrativos no Estado de Goiás (RIBEIRO, 2004 apud SALGADO, 2010) coube ao governador Mauro Borges (1961-1963). Até 1940, a divisão regional vigente era a adotada pelo Conselho Nacional de Geografia, baseada em critérios fisiográficos, dividindo o estado em 11 zonas; critério este não recepcionado pelo PDE, que instituiu, um critério de regionalização fundamentado na diferenciação econômica dos municípios (homogeneidade de estimativas de renda e PIB), sendo composto por 6 regiões, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Goiás, Divisão Regional, anos 1940-1960 e 1961-1965

Período: 1940 a 1960	Período: 1961-1965
Conselho Nacional de Geografia (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE)	Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás- PDEG
1. Norte; 2. Taguatinga; 3. Paranã; 4. Planalto; 5. Anápolis; 6. Sul; 7. Alto Tocantins; 8. Goiânia; 9. Médio Araguaia; 10. Sudoeste; 11. Alto Araguaia.	1. Norte; 2. Planalto; 3. Mato Grosso de Goiás; 4. Goiânia; 5. Estrada de Ferro; 6. Sudoeste
Critério: Fisiográfico	Critério: homogeneidade (renda e PIB)
Análise: Concentração produtiva Capital e regiões vizinhas	Crescimento desequilibrado do território goiano; PIB e a renda, concentração na Região Goiânia.

Fonte: SALGADO, Tatiana ,2010, p.60-74²⁸. Elaboração da autora.

²⁷ Lei nº 3.040, 7 de novembro de 1960.

²⁸ SALGADO, T. Planejamento e regionalização: Análise dos Planos Plurianuais elaborados pelo Governo do Estado de Goiás entre 1999 a 200; Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2010.

O PDE foi dividido em 9 setores – agricultura e pecuária; transportes e comunicação; energia elétrica; educação e cultura; saúde e assistência social; fundo de desenvolvimento econômico; levantamento de recursos naturais; aperfeiçoamento e atualização das atividades do estado e turismo, todos com objetivos, estabelecimento de metas e definição de percentual de investimento fixado para o período de 1961 a 1965.

Segundo Arrais (2007), o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, publicado em dois volumes, foi conhecido pela reforma administrativa e a criação de uma inédita estrutura técnico-burocrática com a criação de inúmeros órgãos, secretarias e respondendo à necessidade de modernização do estado. Dentre os órgãos criados, destacaram-se:

[...] CERNE (Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado, lei 4.034, 06/06/1962), passando pela assistência ao funcionalismo público por meio do IPASGO (Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás), até o setor financeiro com a criação da CAIXEGO (Caixa Econômica do Estado de Goiás) e do BD (Banco de Desenvolvimento). O PDE também respondeu às demandas da agropecuária, daí o destaque para a criação de empresas e institutos com objetivo de estimular a capitalização da agricultura, tais como o IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrícola de Goiás), a CAESGO (Companhia Agrícola do Estado de Goiás), a CASEGO (Companhia de Armazéns e Silos do Estado), a CIAGO (Companhia de Abastecimento do Estado), programas de colonização, cujo marco foi o combinado Agro-Urbano de Arraias, além de fomentar a infraestrutura de circulação, já que o transporte foi, reconhecidamente, um dos gargalos da economia goiana durante parte significativa do século XX (ARRAIS, 2007, p. 29).

Percebe-se que a concepção do PDE estava em sinergia com a fase Nacional Desenvolvimentista, descrita anteriormente, que postulava a intervenção do Estado na economia e a necessidade de investimento públicos em setores prioritários para alavancar o desenvolvimento. Da mesma forma, a concepção do Plano (PDE) recebeu a influência do pensamento Keynesiano de intervenção do estado na economia e de teóricos desta linha.

A teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1955), contribuiu na formulação da política regional no mandato de Mauro Borges, uma vez que a política econômica e social tinha caráter polarizador. Foram definidos à época, Polos Prioritários de Desenvolvimento de cada área, como um espaço compreendido pela interligação das três principais cidades de cada região e suas áreas de influências,

tendo, entre outras finalidades, estimular o crescimento das mesmas e a desconcentração de serviços públicos, especialmente educação e saúde.

A Estratégia Espacial é definida pelo esforço do Governo estadual em diminuir o desequilíbrio existente entre as várias regiões em que foi dividido o Estado. Compreenderá basicamente a aplicação de recursos para a organização do espaço físico e econômico, do sistema social e a melhoria, ampliação e implantação de equipamentos sociais básicos. Isso se fará inicial e preferencialmente nas áreas-programa de cada região e, com muito maior ênfase, no Polo Prioritário de Desenvolvimento de cada área, que é o espaço compreendido pela interligação das três principais cidades de cada região. (COSTA JÚNIOR, 1976, p. 130).

Na mesma linha, pode-se afirmar que:

No quadro de intervenção, as cidades de Goiás, Rio Verde, Goiânia, Porangatu, Gurupi, Araguaína, aparecem na primeira ordem de prioridade. Interessante que, no Entorno de Brasília, situado na região Leste, não foram identificadas cidades como alvo de prioridades, exceção para Anápolis. Essa escala gradativa de prioridades sinalizou para a canalização de recursos governamentais para reforçar o caráter polarizador e irradiador dessas cidades. A regionalização, dessa forma, foi subvertida pela polarização. O papel do planejamento passa a ser o de estimular o crescimento dessas cidades, como se ao Estado coubesse seguir o curso “natural” da economia.²⁹

O fomento à industrialização que marcou a Política Nacional tanto na fase nacional desenvolvimentista (1945-1964) quanto na fase desenvolvimentista militar (1964-1980) influenciou o Plano de Desenvolvimento Econômico elaborado no Governo Mauro Borges. Pode-se inferir que, na busca de novas concepções de intervenção pública nos espaços regionais, com vistas ao enfrentamento, em novas bases, dos desafios do desenvolvimento regional, a presença de outra importante estratégia – Distritos Industriais, foi incluída na formulação de política pública nacional e dos estados subnacionais. Os Distritos Industriais tiveram sua gênese em Marshall (1890) foram utilizados, na década de 1970-1980, na Itália. A aplicabilidade desses conceitos pode ser identificada na ênfase à industrialização e a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), em 1976 e o apoio na concentração das atividades econômicas na área de influência da BR-060, entre Goiânia, Anápolis e Brasília.

Segundo Vieira (2013), havia na concepção do PDE, uma tentativa de Planejamento Regional no que concerne a formulação de uma nova estrutura

²⁹ Arrais, T. A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007, p.31-32

econômica e social que proporcionasse a superação da realidade vigente e a elevação do nível de vida da coletividade goiana com envolvimento das três esferas de governo e a iniciativa privada.

Para Arrais (2007), o PDE (1961) foi empreendido como um esforço para racionalizar a presença do Estado no território, embora não bem-sucedido, uma vez, mas que na avaliação final, constatou-se que as desigualdades foram acentuadas e que o Centro-Sul do estado continuou sendo privilegiado. As modificações estruturais e estratégia de modernização agrícola, de estimulação dos polos propostas seriam uma árdua tarefa para vencer desigualdades moldadas desde o período colonial em um território cuja marca fundamental foi a continentalidade.

É importante destacar que, na concepção de Planejamento Governamental, o PDE foi precursor de um sistema de planejamento estadual e de modernização da administração pública. Refletiu a vontade de ruptura com o atraso econômico e político de Goiás, a ânsia pela modernização, o fortalecimento da organização administrativa do Estado, a expansão da oferta de serviços nos principais setores da administração pública e a construção de parcerias. A respeito da importância do PDE como instrumento de planejamento à época, Vieira diz:

Assim, não resta dúvida de que mesmo com todas as limitações e restrições que estavam sujeitas os Estados, pode-se concluir que a elaboração e implantação do Plano MB já surgiam como uma forma superior de se fazer política econômica e social. Isto porque garantia ao Estado de Goiás poderes públicos para incrementar com eficácia os objetivos definidos pelo governo estadual. Com certeza, a experiência goiana de planejamento contribuiu significativamente para a construção de um sistema articulado dos planos estaduais de desenvolvimento com o sistema de planejamento nacional que vigora nos PPAs (Planos de Ação) atuais. Sendo assim, pode-se afirmar que o Plano MB foi uma experiência muito interessante de planejamento em Goiás (VIEIRA, 2013, p. 8).

2.1.2 Plano de Ação do Governo (PAG): 1968-1970

O segundo Plano de governo elaborado no Estado de Goiás foi no mandato de Otávio Lage (1966-1971). A exemplo do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo Federal foi elaborado o Plano de Ação do Governo (PAG) para o triênio 1968-1970. Para melhor entender o desenvolvimento regional e propor ações de intervenção, a Secretaria de Planejamento trabalhou em cooperação com Conselho Nacional de Geografia no PAG. Foi adotado o critério de regionalização do território em regiões homogêneas para fins de diagnóstico dividindo o estado em 16

regiões. O diagnóstico socioeconômico efetuado revelou baixo dinamismo da economia goiana; altas taxas de crescimento populacional decorrentes de elevadas taxas de migração; alta concentração de renda; baixo dinamismo industrial e incipiente mercado interno. O plano deu ênfase aos setores da educação, transporte e energia e à infraestrutura social, sobretudo nos municípios do interior, e foi concebido como perfil municipalista (SALGADO, 2010), ressaltando a questão urbana advinda da migração e sugerindo a criação da Companhia de Habitação do Estado de Goiás e da Empresa de Saneamento de Goiás.

No Governo de Leonino Ramos Caiado (1971-1975), embora tenha-se referências de elaboração de um Plano em 1971 (CUNHA, 2006 apud SALGADO, 2010), não se tem registros de publicação legislativa. Mas ressalta-se nesse período ações de âmbito regional, como fomento ao eixo Goiânia – Anápolis e o aporte de recursos do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), a construção de equipamentos públicos importantes como Estádio Serra Dourada e Autódromo de Goiânia e a criação de importantes instituições governamentais com interface direta para o desenvolvimento econômico como Companhia de Desenvolvimento Econômico (CODEG), Goiás Industrial, Empresa de Turismo do Estado de Goiás (Goiás Tur), Caixa Econômica do Estado de Goiás, dentre outras.

2.1.3 Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), 1975

Para Arrais (2007), o terceiro plano de governo intitulado “Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo (DGSAG), 1975” foi lançado no mandato de Irapuan Costa Júnior (1975-1979), um pouco mais de uma década depois do Plano Mauro Borges (1961-1964). Ressalta o autor que, do ponto de vista demográfico, a década de 1970 foi marcada uma alta taxa de migração do rural para as cidades; do ponto de vista político, o regime vigente era estilo autoritário, e o Governo Irapuan tinha a política do estado alinhada às diretrizes nacionais, ao contrário do seu antecessor e do ponto de vista econômico, o cenário era favorável: intenso processo de modernização na agricultura para atender às demandas nacionais de exportação; criação de Programas que privilegiavam o Centro-Oeste e, em especial, Goiás. Como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e a Geoeconômica de Brasília,

Para efeitos de diagnóstico do Plano DGSAG o Estado de Goiás dividido em 7 regiões que revelaram mais uma vez fortes desníveis regionais, conforme demonstrado a seguir:

- Norte;
- Noroeste;
- Nordeste;
- Leste;
- Centro-Oeste;
- Sul;
- Sudoeste

Os projetos de intervenção do DGSAG foram fundamentados à luz da teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux com estratégia de intervenção de formação de Polos prioritários de Desenvolvimento concebidos por um polígono interligando as principais cidades do polo, no intuito de possibilitar a radiação de serviços industriais básicos e sociais na sua região e diminuindo a concentração nos grandes centros. O plano DGSAG foi assim o primeiro Plano Estadual com conceitos de política territorial. Foram destaque nesse período: a criação em Goiás, do Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR) que teve importante papel no estado como fonte de pesquisas e diagnósticos e a criação de polos agroindustriais (SALGADO, 2010), aliando a vocação agropecuária do estado à estratégia de aglomeração produtiva.

No governo Ary Valadão – 1979 a 1984, assim como no de Leonino Caiado, não houve registro formais de Planos de Governo ou Planos de Ação, mas cabe destacar no campo de desenvolvimento regional alguns projetos, tais como: irrigação de várzeas financiados com aporte de recursos federais provenientes da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); POLOCENTRO, ocupação do Cerrado e Programa da Região Geoconômica de Brasília (PERGEB) advindos da estratégia nacional de modernização das atividades agropecuárias do Centro-Oeste com dotação de infraestrutura e pesquisa agropecuária. Três projetos foram relevantes à época: Projeto Rio Formoso, Rio dos Bois e Rio do Sono e Alto Paraíso (SALGADO, 2010, p. 51).

2.1.4 *Plano Global de Trabalho (PGT): 1984-1987*

O quarto plano intitulado Plano Global de Trabalho (PGT) ocorreu no mandato do Governo de Iris de Rezende Machado (1984 – 1987). Estruturado em três partes para o período de março de 1984 a março de 1987 continha na primeira parte os objetivos e estratégias; na segunda, o diagnóstico sócio – econômico numa série histórica de 43 anos (1940 – 1983) e na terceira e última parte, o plano apresentou, pela primeira vez no planejamento público estadual, as ações governamentais organizadas por meio de programas e projetos setoriais a partir de 14 setores econômicos e dividindo o estado em uma nova regionalização, 20 regiões (SALGADO, 2010, p. 53).

A política pública de fundo do PGT era gerar emprego sendo esse o objetivo fundamental das ações governamentais. As estratégias foram desenhadas em três áreas, contendo cada uma, diretrizes próprias.

1. Estratégia social (oito diretrizes): educação, saúde, saneamento, habitação; ocupação produtiva, emprego, desenvolvimento agrícola através de projetos regionais.

2. Estratégia econômica (seis diretrizes): infraestrutura – energia, transporte, armazenagem; diversificação produtiva; agropecuária, indústria, microempresas.

3. Estratégia espacial (cinco diretrizes), sendo três no campo do desenvolvimento regional – descentralização espacial das atividades econômicas, descentralização espacial da oferta dos serviços público; ativação do planejamento regional participativo e por último, descentralização administrativa e mutirões itinerantes. No entanto, embora as estratégias propostas apontassem iniciativas para combater a desigualdade regional, os projetos e ações privilegiaram o Centro Sul (SALGADO, 2010).

Os próximos governos, Henrique Santillo (1987-1991); 2º mandato de Iris Rezende Machado (1991-1994); Luiz A. Maguito Vilela (1995-1998), embora com ações relevantes, não constituíram Planos Governamentais ou Planos de Ação em seus governos. Foi no mandato de Marconi F. Perillo Júnior (2000 – 2003) que voltou a se instituir um Plano Governamental.

É uma exigência constitucional (Constituição Federal/1988) que as unidades federativas adequem seus processos de planejamento de médio prazo por meio dos Planos Plurianuais (PPA). Em Goiás, esta previsão legal foi recepcionada pela

Constituição Estadual (5 de outubro de 1989), art. 110, Seção II, dos Orçamentos, conforme se segue:

Art. 110 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 09-09-2010, D.A. de 09-09-2010 (grifo da autora).

Muito embora o ponto de partida da elaboração dos Planos Plurianuais tenha sido as determinações emanadas da Constituição de 1988, os dois primeiros Planos Plurianuais da União (1991-1995 e 1996-1999) tiveram baixa importância atribuída pelo Poder Executivo federal, ao processo de planejamento governamental e careceram de um maior embasamento teórico e metodológico, o que influenciou no protelamento da observância da obrigatoriedade dos PPAs pelas unidades federativas do país, incluso o Estado de Goiás.

No entanto, com o advento do Decreto nº 2. 829, de 28/10/98, e da Portaria MOG nº 42, de 14/04/99 que alterou em profundidade, o marco conceitual e metodológico para a elaboração e gestão do Plano Plurianual (PPA) e orçamentos públicos, estabeleceu diretrizes e norteou, União e Estados, na formulação dos respectivos Planos Plurianuais bem como influenciou também em mudanças significativas nos processos de trabalho, concepção das estruturas organizacionais, sistemas de informação e processamento, mecanismos de contabilidade e controle da administração pública brasileira e no formato de uma gestão pública de cunho mais gerencial

Esse reflexo foi visto em Goiás, com a elaboração em 1999, do primeiro PPA do Estado, no governo de Marconi Perillo e representou uma retomada do processo de planejamento governamental com vistas a uma gestão voltada para resultados.

2.1.5 Primeiro Plano Plurianual (2000-2003): Plano Estratégico Goiás Século XXI

O primeiro plano foi o Plano Plurianual 2000 – 2003, denominado Plano Estratégico Goiás Século XXI que teve o propósito de corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais de crescimento. No PPA constavam estratégias governamentais de intervenção territorial, vinculadas a um objetivo perfazendo um

total de 125 programas. Assim descrevia a orientação do Ministério de Orçamento e Gestão (MOG):

Art. 9º Para orientar a formulação e a seleção dos Programas que deverão integrar o Plano Plurianual e estimular a busca de parcerias e fontes alternativas de recursos, serão estabelecidos previamente, para o período do Plano:

I – Os objetivos estratégicos

DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998. (grifo da autora)

Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual; (grifo da autora).

PORTARIA Nº 42, DE 14 de abril de 1999, do MOG – DOU de 15.4.99.

A partir da análise econômica e social do território foram identificadas as diretrizes estratégicas do Plano e, a partir das potencialidades a serem desenvolvidas e/ou problemas a serem sanados, foram elaborados os programas.

Foram instituídas 5 estratégias ou diretrizes estratégicas em 20 setores econômicos, com 125 programas e 573 ações. A previsão de recursos advinha da união, receita estadual, municípios e setor privado. Foi concebido com forte previsão de parcerias, previsão de investimento 41% do previsto seria recurso extra estadual (União e parcerias) o que demandaria forte articulação institucional:

Foram diretrizes estratégicas:

1. *Goiás competitivo e polo econômico regional;*
2. *Goiás cidadania com melhoria da qualidade de vida;*
3. *Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado;*
4. *Governo moderno e empreendedor;*
5. *Alianças e parcerias em prol de Goiás*

As estratégias 1, 2 e 3 apresentavam cunho de fomento ao desenvolvimento regional. A primeira, foco regional a partir da escala nacional, com base no crescimento econômico; a segunda, ao admitir os desequilíbrios regionais, previu a implantação de projetos em quatro regiões do Estado e a terceira objetivava a correção das distorções e desequilíbrios regionais (ARRAIS, 2008, p. 32).

Neste PPA observou-se a priorização de regiões tendo vista minimizar. No entanto, apesar das estratégias indicarem o desenvolvimento regional, este PPA não foi planejado de forma regionalizada sendo tão somente regionalizado no que concerne a alocação da ação/público beneficiário por região. A regionalização do

PPA enquanto Planejamento tem sido um problema recorrente para os entes estaduais que via de regra, não tem sido superado.

Neste PPA a questão da regionalização foi abordada na vertente de alocação de recursos financeiros da ação programática e a destinação - público beneficiário por região, carecendo de uma estruturação dos programas e ações vinculadas à um estudo regional que fosse fundamentado nos problemas existentes, grau de relevância e urgência dos mesmos.

Os recursos foram distribuídos regionalmente, mas não planejados ou pensados regionalmente,

2.1.6 Segundo PPA (2004-2007): Goiás para o Século XXI – Avançar mais

O segundo PPA – Goiás para o Século XXI – Avançar mais foi elaborado para o quadriênio 2004 – 2007 sendo substancialmente muito similar ao primeiro, diferindo mais no volume de recursos destinados, quase o dobro do recurso previsto no primeiro PPA e, na redução de programas, passando de 125 para 90 (redução de 35 programas), o que tornaria, em tese, a execução menos burocrática.

É importante destacar que, no segundo PPA foi possível perceber um certo avanço no quesito regionalização relativo à espacialização das ações (território), seja pela forma de apresentação do Plano ou da divisão regional dos recursos.

2.1.7 Terceiro PPA (2007-2011): Goiás, Estado da Qualidade de Vida

O Terceiro PPA – Goiás com melhoria na qualidade de vida (2008-2011), elaborado no governo de Alcides Rodrigues Filho manteve a estrutura, a mesma linha dos dois PPAs anteriores, no entanto, as então “diretrizes estratégicas” receberam nova nomenclatura: Eixos de Desenvolvimento.

Neste PPA foram propostos 4 eixos de desenvolvimento (e não 5 como os seus predecessores) e a previsão de investimentos foi efetuada, pela primeira vez, de forma regionalizada recepcionando as 10 regiões de planejamento do estado.

Outros fatores que demonstram melhorias no planejamento governamental do estado foram a utilização da categoria de investimentos denominados “a regionalizar”, de recursos ainda não alocados espacialmente; a previsão de revisão do PPA para 2011, avaliando o grau de execução de programas e ações com possibilidade de alteração (inserção ou exclusão de novas ações). Quanto à

alocação de recursos financeiros houve acréscimo de recursos na manutenção da máquina pública e folha de pagamento estadual e o decréscimo, em investimentos diretos.

2.1.8 Quarto PPA (2012-2015): Plano de Desenvolvimento Estratégico

O PPA de 2012 – 2015 foi concebido com a visão de transformar Goiás em um dos maiores polos de desenvolvimento econômico do país. A base de modelo de gestão apresentado se firmou em eixos estratégicos de planejamento, em programas globais, estruturantes e integrados, pensados por regiões, setores da administração e por segmentos da sociedade e uma das principais estratégias adotadas, foi o incentivo fiscal para aumentar o parque industrial do estado.

Os programas propostos foram classificados em duas abordagens – finalidade e natureza:

a) Quanto à finalidade:

- i. Programas Finalísticos: que resultavam em bens e serviços de interesse direto e imediato da sociedade;
- ii. Programas de Gestão de Políticas Públicas: que abrangiam as ações de gestão de governo;
- iii. Programas de Apoio Administrativo: que correspondiam ao conjunto de despesas de natureza administrativa e outras, não passíveis de apropriação nos programas finalísticos, mas asseguram aos órgãos governamentais os meios necessários à sua implementação.

b) Quanto à natureza:

- i. Programas Estruturantes, aqueles com iniciativas governamentais capazes de alavancar outras iniciativas públicas ou privadas, de efeito multiplicador, com forte impacto econômico e/ou social capazes de dotar o Estado de um ambiente capaz de responder aos desafios das demandas da sociedade, bem como impulsionar o desenvolvimento dos diversos setores;
- ii. Programas Prioritários, aqueles voltados ao atendimento das prioridades finalísticas das ações públicas, eleitos dentro da capacidade de desembolso das diversas fontes de receitas disponíveis, não classificados no item.

Na formulação do PPA 2012-2015 o governo utilizou planos e estudos existentes sobre o Desenvolvimento de Goiás que consistiam em compromissos de campanha (Plano de Governo). A estrutura do Plano de Governo pode ser vista na Figura 1 como a estruturação do PPA – 03 eixos, 03 macro objetivos, 11 setores e 125 programas podem ser observadas no Quadro 8.

Figura 1 – Goiás, Plano de Governo, 2012 a 2015.



Fonte: PPA 2012 – 2015 (2012, p. 44)

Quadro 8 – Estado de Goiás, Plano de Desenvolvimento Estratégico do Governo (PPA), 2012-2015.

EIXO	MACRO OBJETIVO	SETORES	PROGRAMAS
Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social	Cidadania Já, com Desenvolvimento do Ser Humano	Cultura, Educação, Esporte e Lazer, Proteção Social, Saúde e Segurança.	42
Revitalização e Ampliação da Infraestrutura	Desenvolvimento Econômico, com Oportunidade para Todos os Goianos	Infraestrutura econômica; competitividade econômica, urbanismo e meio ambiente	54
Estruturação de uma Nova Administração Pública	Governo Transparente e Dinâmico, com o Estado a Serviço da Sociedade	Administração Pública	29

Fonte: PPA 2012-2015 (2012). Dados trabalhados pela autora

Muito embora o Planejamento Plurianual seja uma norma constitucional e um avanço no planejamento governamental – modernização administrativa, integração dos entes, construção participativa, possibilidade de estabelecer ações à luz das especificidades regionais, e mesmo que plataformas de projetos e diretrizes de campanha tenha norteado a elaboração do PPA, percebe-se que na prática, ainda há um descompasso entre a concepção e a elaboração, o planejamento e a execução; a execução e avaliação e a reformulação em novas bases.

É importante que esse importante instrumento seja cada vez mais aprimorado, que os gestores públicos sejam cada vez mais capacitados, e que a arena de discussão seja cada vez mais ampliada para que se possa elaborar Políticas Públicas mais condizentes com a realidade e que atenda o interesse da sociedade e do cidadão.

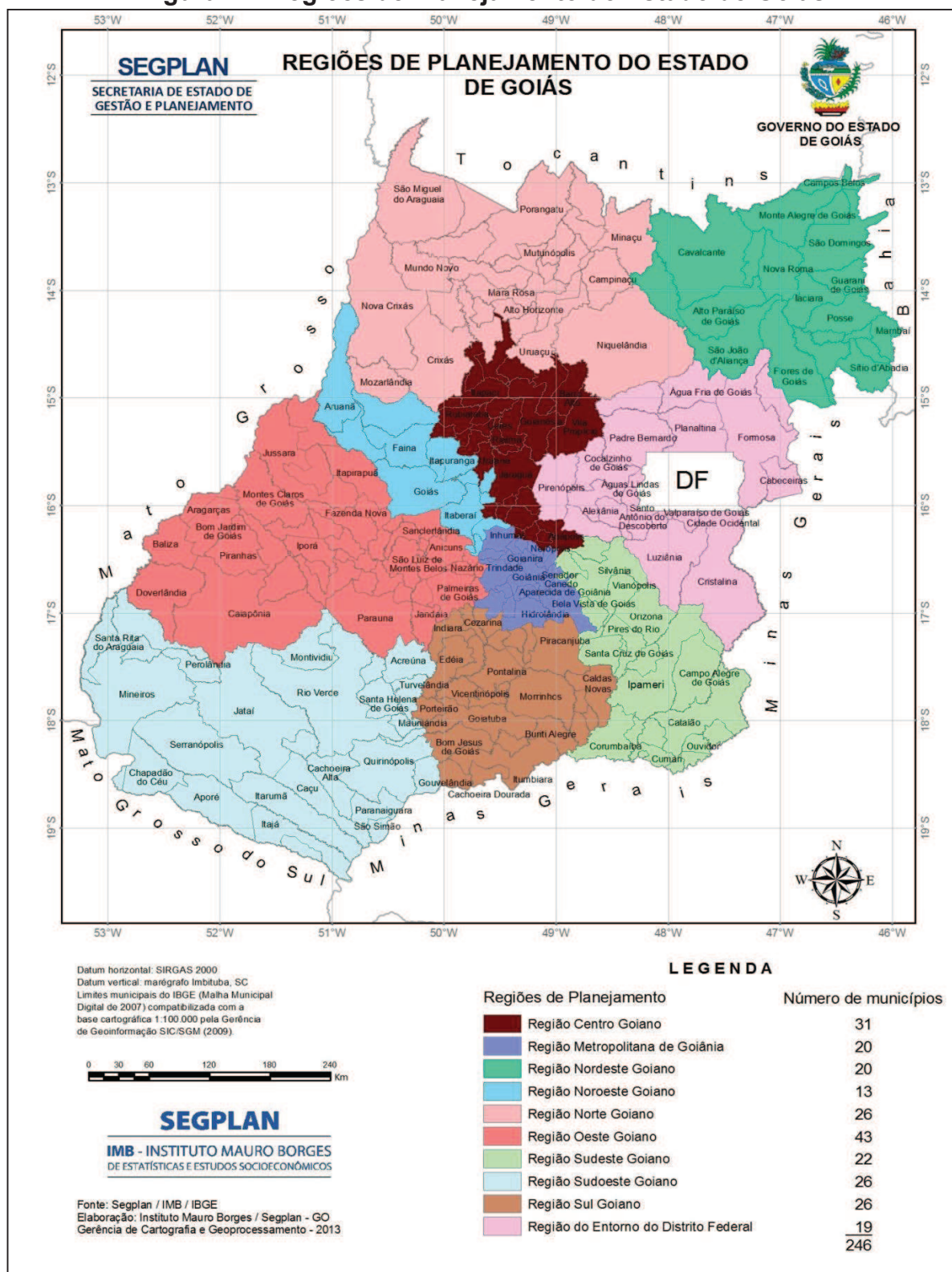
A avaliação dos 4 PPAs acima explicitados será realizada no capítulo 3 com base a identificar ou não a presença de gestão estratégica governamental no desenvolvimento regional no Estado de Goiás.

2.2 A experiência da Regionalização e Desenvolvimento das regiões no Estado

Segundo Instituto Mauro Borges (IMB), as regiões de planejamento foram institucionalizadas em número de 10 (dez) e foram integrantes à Lei do PPA 2004 - 2007 e continuam vigentes até o momento, sendo então a atual regionalização do

Estado instituída no sentido de orientar o planejamento das ações de governo (Figura 2).

Figura 2 – Regiões de Planejamento do Estado de Goiás



Fonte: IMB (SEGPLAN), Gerência de Cartografia e Geoprocessamento (2014, p. 45)

Visando melhor exemplificar a dinamicidade das regiões, o IMB efetuou uma caracterização econômica dos municípios goianos cruzando duas variáveis – tamanho e dinamicidade da economia. Na primeira, a principal variável foi a estatística do Produto Interno Bruto municipal (2009) e a segunda, teve por base, o crescimento do PIB entre o período de 2002 (ano inicial da nova metodologia do PIB) a 2009

Foram assim classificados,

I. **Quanto ao porte econômico:**

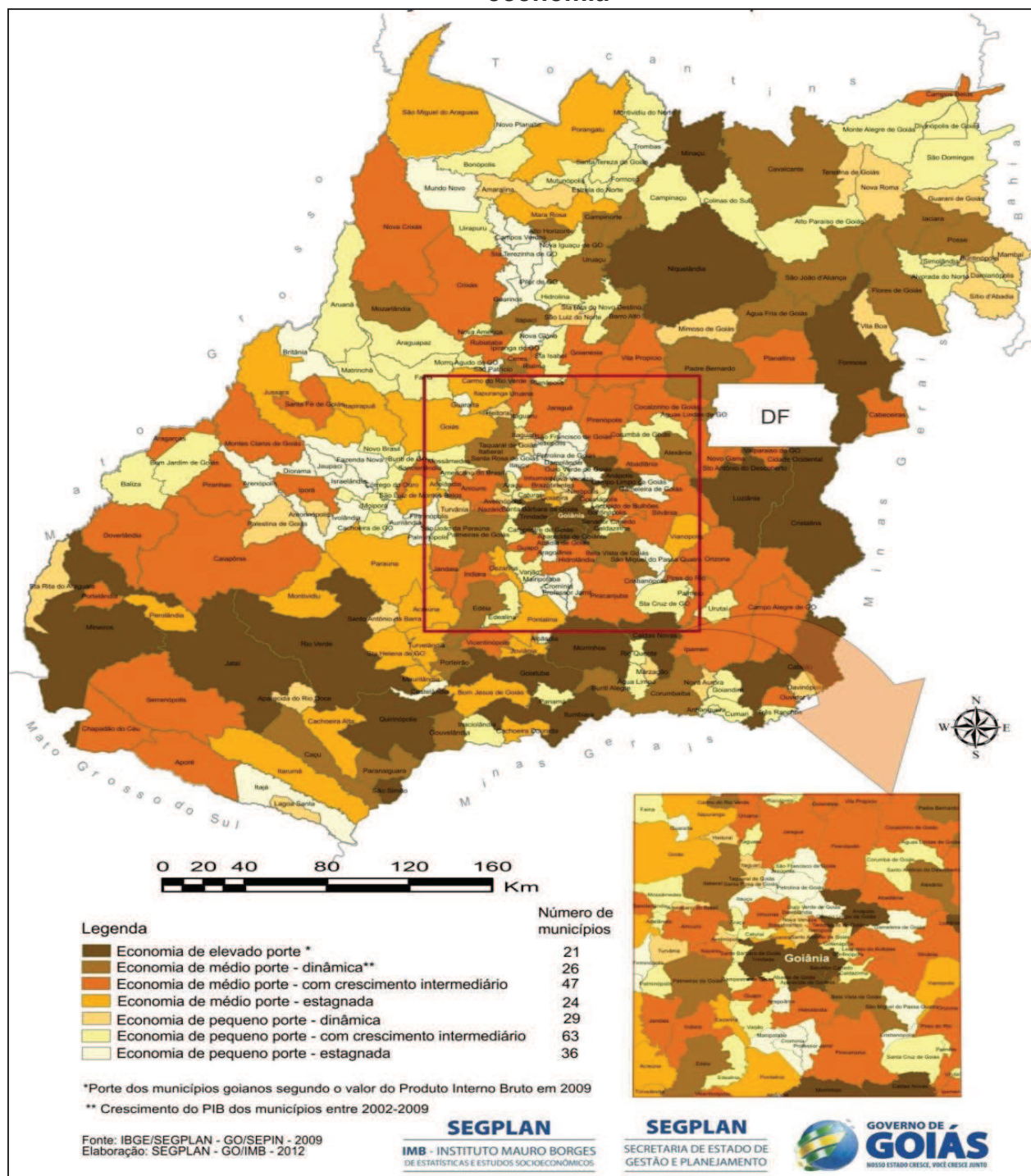
1. **Porte econômico elevado:** municípios com PIB acima da média dos municípios brasileiros;
2. **Porte econômico médio:** municípios com PIB entre a média e mediana dos municípios brasileiros;
3. **Porte econômico pequeno:** municípios com PIB abaixo da mediana dos municípios brasileiros.

II. **Quanto ao dinamismo**

1. **Dinâmicos:** 1º quartil dos municípios com maior crescimento;
2. **Estagnado:** 4º quartil dos municípios de menor desempenho;
3. **Intermediário:** 2º e 3º quartis.

Essa caracterização pode ser identificada na Figura 3.

Figura 3 – Caracterização econômica dos municípios goianos por tipo de economia



Fonte: IMB, Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos (2012, p.10)

Cruzando os dados das 7 classificações por regiões de planejamento do Estado conforme dados do Estudo têm –se o percentual de tipo de economia por região, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estado de Goiás e regiões, Tipo de economia - (em %), 2009

Tipo de Economia x Região	Nº de Municípios	% Centro Goiano	% Entorno do DF	% Metropolitana de Goiânia	% Nordeste Goiano	% Noroeste Goiano	% Norte Goiano	% Oeste Goiano	% Sudeste Goiano	% Sudoeste Goiano	% Sul Goiano	% TOTAL
Elevado porte	21	4,76	19,05	19,05	0,00	0,00	9,52	0,00	4,76	23,81	19,05	100
Médio porte – crescimento intermediário	47	14,89	17,02	8,51	2,13	0,00	4,26	23,40	14,89	8,51	6,38	100
Médio porte – dinâmica	26	11,54	15,38	3,85	19,23	3,85	15,38	3,85	3,85	11,54	11,54	100
Médio porte – estagnada	24	0,00	0,00	4,17	0,00	8,33	12,50	16,67	4,17	33,33	20,83	100
Pequeno porte – dinâmica	29	6,90	6,90	13,79	20,69	6,90	3,45	17,24	6,90	13,79	3,45	100
Pequeno porte – intermediário	63	14,29	1,59	7,94	12,70	9,52	14,29	19,05	11,11	0,00	9,52	100
Pequeno porte – estagnada	36	25,00	0,00	2,78	0,00	5,56	13,89	27,78	11,11	5,56	8,33	100

Fonte: IMB, Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos (2012). Elaborado pela autora

Tendo como estudos do IMB de classificação dos municípios, e analisando os critérios de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM nos três fatores, renda, educação e longevidade no ano de 2010 (IMB, 2014) e porte da economia, temos que os 11 municípios com melhor IDHM são predominantemente da região centro sul do Estado:

- i. 6 foram classificados como economia de elevado porte – região Sudoeste Goiano (2); Sudeste Goiano (1); Sul Goiano (1), Metropolitana (1) e região do Entorno do DF (1);
- ii. 2 como economia de médio porte – Centro Goiano (1) e Sudeste Goiano (1);
- iii. 1 de economia de pequeno porte – dinâmica, situado no Sudeste Goiano
- iv. 2 municípios com economia de Pequeno porte – intermediário com melhor desempenho de IDHM, são da região Sudeste Goiano.

E, as 10 piores classificações de IDHM (IMB, 2014) por tipo de economia, situam-se na metade oposta – Norte, Nordeste, Oeste do estado:

- i. Na economia classificada como médio porte dinâmica, 1 município na região Nordeste Goiano;
- ii. Na economia de Pequeno porte – dinâmica, 2 municípios estão na região Nordeste Goiano e 1 na região Norte Goiano;
- iii. Na economia de pequeno porte intermediário temos na região Norte Goiano (3) e região Nordeste Goiano (2);
- iv. Na economia de pequeno porte estagnada, 1 município na região Oeste Goiano.

O Estado de Goiás tem apresentado ao longo dos últimos 15 anos, crescimento econômico alterando seu perfil das atividades produtivas passando de uma economia eminentemente agropecuária para adentrar a era industrial com avanços tecnológicos, diversificação de serviços e agregação de valor aos produtos. Avanços esses que se iniciaram no estado no fim da década de 1990 com o novo ciclo de crescimento econômico, sobretudo, pelo transbordamento da agricultura e o fortalecimento do setor industrial, motivados pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo, pela oferta de matéria prima, localização central, facilitando a conexão entre sul e sudeste.

No entanto, por outro lado, no sentido da desconcentração da renda e da desigualdade regional percebe-se que nem todas as regiões do Estado têm presenciado um crescimento e/ou desenvolvimento mais acentuado.

De uma maneira geral, a metade Sul do Estado exibe economias de maior dinamismo, com melhores indicadores (emprego, renda, educação, industrialização) enquanto a metade Norte apresenta economias menos dinâmicas, de menor porte, com indicadores mais frágeis e atividade produtiva ligada sobretudo à agropecuária e dependente da administração pública.

Dessa forma, o crescimento e desenvolvimento alcançado ainda não foi capaz de alterar o quadro de desigualdades regionais entre o Norte e o Sul do estado.

3 O PLANO PLURIANUAL COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO: 2000 – 2015

O presente capítulo faz uma análise retrospectiva de Gestão Pública, notadamente do Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás no período de 2000 a 2015 tendo como principal base de estudo os 4 (quatro) Planos Plurianuais – PPAs deste período: 2000-2003; 2004-2007; 2008-2011; 2012-2015. A coleta de dados teve como principais fontes a Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado – SEGPLAN; a Controladoria Geral do Estado – CGE e o Instituto Mauro Borges – IMB.

Buscou-se na primeira etapa, analisar a peça Plano Plurianual em todas as suas dimensões e pilares, desde a mensagem enviada à assembleia, o cenário no qual se baseou a sua construção, os indicadores da época, a visão de futuro que se almejava alcançar e que nortearam sua estruturação, a concepção de programas e ações com os respectivos orçamentos a eles destinados. A segunda etapa, situou-se no âmbito da execução sendo efetuada uma minuciosa pesquisa e tabulação de dados da execução orçamentária, física e financeira dos 4 PPAs, o que incluiu análise de eixos, estratégias, programas e ações planejados visando analisar o alcance dos resultados propostos, tendo como principal parâmetro os relatórios de Gestão Governamental³⁰ de cada exercício, disponíveis de 2006 a 2015. No período de 2000 a 2005 foram utilizados dados disponíveis de relatórios institucionais de realizações governamentais (não publicados) da Secretaria de Gestão e Planejamento enviados para Assembleia Legislativa. Tais documentos – de cunho de resultados alcançados – possuíam características mais orientadas para publicidade do que com crivo de avaliação de gestão. Por fim, na terceira etapa, foi efetuada uma análise de indicadores para constatar se os esforços e gestão governamental conduziram o Estado de Goiás ao desenvolvimento econômico, à uma melhoria na qualidade de vida da população e um desenvolvimento regional mais equilibrado nas dez regiões de planejamento do Estado. Buscou-se avaliar a efetividade da projeção do Estado de Goiás no cenário regional e nacional, além de pontuar quais foram os desafios e macro objetivos expressos nos PPAs de todo o

³⁰ Fonte: CGE

período analisado. A principal fonte de pesquisa desta última etapa foi o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO), as edições de “Goiás no Contexto Nacional”, disponíveis de 2007 a 2015. A partir deste documentou buscou-se analisar a posição do Estado de Goiás no que concerne à situação física do estado, demografia, economia, agropecuária, indústria, comércio, balança comercial, finanças, emprego e renda, educação, saúde, habitação e saneamento, entre outras. Foram consultados também estudos e publicações de indicadores em séries históricas e Ranking de Competitividade dos 27 Estados, nos pilares – Eficiência da Máquina Pública, Potencial de Mercado, Sustentabilidade Social, Educação, Sustentabilidade Ambiental, Inovação, Infraestrutura, Capital Humano, Segurança Pública e Solidez Fiscal para subsidiar juntamente com os outros elementos a conclusão final deste trabalho.

Vale ressaltar que no período analisado de 2000 a 2015, os primeiros 5 a 6 anos (1999-2005) carecem de dados mais consistentes, e mesmo de indicadores publicados, obtendo-se um nível maior e melhor de dados a partir de 2006, e de indicadores a partir de 2008, carência essa que pode ter como um dos fatores, a recente retomada e valorização do planejamento governamental para uma gestão pública gerencial, percebida no contexto nacional e refletida nos entes estatais. Portanto, a análise da gestão governamental do Estado de Goiás, notadamente no que tange o desenvolvimento regional, a que este trabalho se propôs, seguirá de forma diferenciada, uma mais geral de 1999 a 2005, que em alguns dados aparece incluso o ano de 1998, período fora da série histórica estudada, mas que não foi possível desmembrar, uma vez que os relatórios disponíveis foram concebidos de forma agrupada 1998 -2005 ou 1999 – 2005.

Por outra, o período de 2006-2015 foi analisado com os critérios adotados pela CGE disponíveis nos relatórios anuais de gestão com indicadores de execução orçamentária e financeira, possibilitando um crivo qualitativo, o que será melhor explanado na série histórica dos PPAs de 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015.

3.1 Plano plurianual – PPA 2000/2003: Plano Goiás Século XXI

Embora previsto na Constituição do Estado de Goiás desde 1989, demorou para a construção efetiva do Primeiro Plano Plurianual. Este, foi inserido no plano de governo em um novo contexto, marcado pela globalização econômica, impondo ao

Estado uma busca por maior competitividade, desenvolvimento econômico e social diante do anseio de se tornar agente de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e, de forma mais ambiciosa, do país.

Sua construção primou-se por marcar a ação do Estado, seu campo de atuação, destacando as atividades que seriam efetivamente públicas e aquelas que poderiam ser desempenhadas por outros parceiros, redimensionando prioridades, e abrindo oportunidades para construção de alianças e parcerias com a União, Estados, Municípios, setor privado e entidades não governamentais.

Em sua fase preparatória, objetivando um processo participativo, o Primeiro Plano Plurianual (PPA) foi objeto de discussão com a comunidade do interior do Estado, o que ocorreu por meio de cinco encontros em regiões distintas do estado, sendo elas: Catalão (Sudeste Goiano), Rio Verde (Sudoeste Goiano), Uruaçu (Norte Goiano), Anápolis (Centro Goiano), Entorno do Distrito Federal e Itumbiara (Sul Goiano).

Tendo em vista que a construção do PPA por programas, propicia a compatibilização e a integração dos instrumentos do planejamento, conforme preconiza a Constituição do Estado foi proposto o que denominou à época um “Novo Modelo de Gestão” fundamentado nos seguintes objetivos:

- i. Atuar por programa;
- ii. Integrar o planejamento com o orçamento;
- iii. Dar transparência às ações governamentais;
- iv. Alocar recursos segundo objetivos estabelecidos;
- v. Estimular parcerias com o setor privado;
- vi. Permitir e realizar o controle da ação governamental e a sua avaliação;
- vii. Assegurar eficiência e eficácia nas suas ações.

3.2 Cenário de Goiás Período de 2000 – 2003

3.2.1 Produto Interno Bruto – PIB e per capita

Sendo o Produto Interno Bruto – PIB um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia e tendo como principal objetivo mensurar a atividade econômica, de 1990 a 1996 Goiás ocupava a 10ª posição no *rol* dos estados brasileiros mais ricos concorrendo com apenas 2,3% para a formação desse indicador, apesar de registrar

à época, crescimento a uma taxa superior (4,37%) à média anual de variação do PIB-Brasil (2,77%) e, no que concerne a renda per-capita, ocupava a 11ª classificação.

3.2.2 Comércio Exterior

No Comércio Exterior, o Estado de Goiás ocupava 12ª lugar do ranking com uma tímida inserção no cenário internacional com exportações anuais. De 1991 à 1998 entre 200 a 475 milhões de dólares, sobretudo de produtos primários, e com inserção de menos de 1%, das empresas goianas nas exportações brasileiras. Goiás movimentou cerca de 3% de seu PIB, abaixo dos 20% – indicador para o Brasil. A marca da sua importação foi de produtos industrializados.

3.2.3 Agronegócio

Situando-se entre os 10 estados que lideravam o setor rural, o agronegócio representava uma importante alavanca no processo econômico do Estado de Goiás com vantagens comparativas em volume de produção agropecuária, estoque de terras agricultáveis, clima e insolação favoráveis, reservas de água e recursos minerais. Além destas vantagens, há que se destacar o bom posicionamento geoeconômico, a localização em fronteira econômica em expansão promissora pelas vantagens locacionais, e a localização privilegiada de ponto de convergência dos eixos de integração nacional. Há que se destacar ainda a notória força que o Estado apresenta em setores de alto impacto no tecido econômico, como agropecuária e mineração, o que proporcionava boas perspectivas de ascensão no setor.

A atividade pecuária goiana, de 1989 a 1998, apresentou bons indicadores: 2º maior produtor de leite, 3º maior rebanho, 3º em produção de carne, de bezerras e confinamento do Brasil além de aumentar sua participação no volume de aportes financeiros concedidos ao setor rural: o crédito rural passou de 3,8% para 30,8%, sendo que os investimentos pecuários dobraram de 30,7% para 67,5%.

3.2.4 Atração de investimentos

Perspectivas de atração de investimentos geradas por fatores exógenos, como expansão vertiginosa da fronteira agrícola do Centro-Oeste, demandas crescentes do Mercosul e do Brasil aliadas à fatores endógenos, como a força da agroeconomia goiana e situação geográfica favorável, oportunizavam a instalação de parque de indústrias de bens de capital de uso agrícola fomentando o desenvolvimento de uma cadeia produtiva do setor de fabricantes de máquinas agrícolas, tratores, colheitadeiras dentre outros implementos que alavancaria o comércio interno e o desenvolvimento econômico e regional.

3.2.5 *Mineração*

Na Mineração, Goiás ocupava o 4º lugar no ranking brasileiro, atrás de Minas Gerais, São Paulo e Pará e seguido por Bahia e Rio de Janeiro. No Turismo, a cadeia turística de Goiás havia faturado em 1998, mais de R\$ 316 milhões com mais de 1 milhão de turistas, e pela potencialidade das belezas naturais existentes em diversos municípios goianos, o setor mostrava boas perspectivas de ascensão com fomento do mercado interno e geração de emprego e renda.

3.2.6 *Indicadores Sociais*

Em indicadores sociais Goiás ostentava o 12º lugar no índice de desenvolvimento humano – IDH do País.

Neste cenário, o Governo de Goiás como agente de fomento e promoção do desenvolvimento, formulou um conjunto de estratégias para impulsionar a economia goiana a galgar *upgradings* no cenário da riqueza nacional (PIB), tendo como desafio melhorias no ranking: de 10º do ranking para 9º PIB e no campo social, de 12º para 10º – IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

Visando dar maior sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, o Governo de Goiás elencou estratégias das quais destacaram-se:

- i. No comércio-exterior: especialização em bens exportáveis com uma política de marketing internacional ampliando a conquista de parceiros;
- ii. No desenvolvimento econômico: geração de fontes de vantagem competitiva para alavancar a economia regional;

- iii. Na agricultura e negócios: aumentar a projeção de seis bens – carne, grãos, mineração, lácteos, turismo e serviços, incluindo neste o comércio.

3.3 Características do PPA de 2000-2003

3.3.1 *Estrutura: Diretrizes, Estratégias, Setores, Programas.*

A concepção do PPA de 2000-2003 teve como visão estratégica “UM TEMPO NOVO PARA GOIÁS”, o que teoricamente representava um futuro melhor, com igualdade de oportunidades para todos os goianos e como objetivo central, a inserção de Goiás na economia nacional e internacional com ampliação do acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho.

Para tanto, o PPA 2000 – 2003 foi estruturado com 10 (dez) princípios de governo em 5 (cinco) linhas estratégicas com a proposta de programas (Quadro 9). Eram fundamentos: redução de custos e desperdícios, melhoria da qualidade de vida, correção das distorções dos desequilíbrios regionais através de programas multisetoriais voltados para o desenvolvimento e ocupação territorial garantindo a preservação do meio ambiente, além de metas de ajustes fiscal de redução de gastos de pessoal e de custeio da máquina administrativa e incremento de receita.

O PPA 2000 – 2003 – GOIÁS Século XXI foi proposto com 125 (cento e vinte e cinco programas) e uma previsão geral de recursos da ordem de R\$ 19.551.266,63 (dezenove milhões quinhentos e cinquenta e um mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos).

Quadro 9 – Estado de Goiás, PPA 2000 – 2003: GOIÁS SÉCULO XXI, Linhas e objetivos estratégicos.

LINHA ESTRATÉGICA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
I – Goiás Competitivo E Polo Econômico Regional	Tornar o Estado de Goiás competitivo frente à globalização econômica mundial e transformá-lo em relevante polo de desenvolvimento econômico regional no contexto nacional;
II – Goiás Cidadania Com Melhoria Da Qualidade De Vida	Criar condições objetivas para que a cidadania seja usufruída pelo conjunto da população e promover a melhoria da qualidade de vida através do acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho
III – Goiás Com Desenvolvimento Harmônico E Equilibrado	Buscar atingir a correção das distorções e dos desequilíbrios regionais causados pelo processo de desenvolvimento econômico e social e realizar a gestão da ocupação do espaço territorial de forma harmoniosa e sustentável em relação ao meio ambiente e ao crescimento da economia;
IV – Governo Moderno E Empreendedor	Empreender ações administrativas, participativas e descentralizadas, realizadas com dinamismo, qualidade e

V – Alianças E Parcerias Em Prol De Goiás	agilidade Promover a instituição de alianças estáveis com as entidades da sociedade civil organizada, visando um processo de desenvolvimento econômico social participativo, solidário e democrático.
--	--

Fonte: Estado de Goiás, PPA 2000 – 2003 (2000). Elaboração própria.

3.3.2 Resultados Alcançados – Período de 2000 a 2005

Devido à ausência de dados orçamentários anuais da execução do PPA 2000 – 2003, e do PPA 2004 – 2008 nos anos de 2004 – 2005 os resultados alcançados deste período tem como fonte Relatório de Realizações Governamentais de 1999 a 2005 disponível para consulta na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – SEGPLAN e na Assembleia Legislativa com publicidade à época, mas não publicados em anuais.

Constituem resultados físico financeiros alcançados por setor:

3.3.2.1 Crescimento Econômico

O cenário de Goiás, segundo dados do relatório governamental 1999 – 2005 mostram avanços no PIP e PIB per capita, com crescimento de 35% acumulado no PIB e 16% do PIB *per capita* com projeções à época favoráveis à melhoria no posicionamento de Goiás no ranking Brasil, o que veio a se efetivar conforme os dados publicados. O Estado avançou de 11º lugar em 1998 para 9º lugar em 2005. As projeções de PIB *per capita* se consolidaram posteriormente mais favoráveis que as projeções efetuadas, ficando o PIB *per capita* em 2003 em R\$8.441,00 e R\$ 9.585,00 em 2005. Neste intervalo temporal o PIB *per capita* goiano oscilou no ranking Brasil de 12º posicionamento nos anos de 2000 – 2001; para 10º em 2002; 11º em 2003 e 12º em 2004 e 2005. (Quadro 10).

Quadro 10 – Estado de Goiás, Dados PIB e PIB per capita, anos 1998 e 2005

PIB	Em 1998, 17,4 bilhões. Em 2005, 45,9 bilhões <i>projeção*</i> ³¹ 35% crescimento real Ranking PIB em 1998, 11º lugar, em 2003 10º, <i>projeção*</i> 9º lugar em 2004
PIB per capita	Em 1998 R\$ 3.610, 13º lugar no ranking. Em 2005 R\$ 8.162,00 Crescimento de 16%., 12º lugar.

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

³¹ * Projeção efetuada pela Segplan – Go. Relatório Governamental 1999-2005.

Em termos de PIB por regiões de planejamento, de 2002 a 2005 (Tabela 2), percebe-se que duas regiões mantiveram seus posicionamentos em relação ao ranking região/estado – Região Metropolitana (1º), Sudoeste Goiano (2º) e Sudeste Goiano (6º). Os 3º, 4º e 5º lugares alternaram entre as regiões, Sul Goiano, Centro Goiano e Entorno do DF. Os posicionamentos de 7º, 8º, 9º e 10º alternaram entre Norte, Oeste, Noroeste e Nordeste Goiano. Estes posicionamentos demonstram, de maneira geral, um maior desenvolvimento nas regiões situadas na faixa centro sul, excetuando o entorno do DF, e menos crescimento, na parte norte do estado.

As maiores taxas de crescimento do PIB por região no período de 2002-2005 foram registradas na região metropolitana (36%-38%), seguida da região Sudoeste (13%-16%). As menores taxas de crescimento ficaram na região nordeste em 2002 (1,26%) e na região noroeste nos anos 2003-2005 (1,51%-1,57%), denotando uma grande disparidade regional neste quesito. As demais regiões apresentaram índice de crescimento de aproximadamente 5% -10%.

A taxa de crescimento do PIB Goiás demonstrou uma evolução de 4,7% em 2003 para 6,7% em 2004, seguida de uma retração 3,5% em 2005. No entanto tanto a evolução quanto a queda na taxa de crescimento do PIB goiano não afetaram sua posição no ranking do país, permanecendo neste período, no 9º lugar. A dinâmica de crescimento e rank nacional está expressa na Tabela 2.

Tabela 2 – Estado de Goiás e regiões, PIB, taxa de crescimento e ranking regional, Goiás /Brasil, anos 2003-2005

Região	nº Municípios	2002				2003				2004				2005			
		PIB corrente	Taxa cresc.	Rank.	Ran k.	PIB corrente	Taxa cresc.	Rank.	Ran k.	PIB corrente	Taxa cresc.	Rank.	Ran k.	PIB corrente	Taxa cresc.	Rank.	Ran k.
Metropolitana de Goiânia	20	14.488.621	37,51 %	1º	1º	16.412.265	36,03%	1º	1º	18.684.347	36,56%	1º	1º	20.602.131	38,25%	1º	1º
Sudoeste Goiano	26	6.231.516	16,13 %	2º	2º	7.088.465	15,56%	2º	2º	7.811.174	15,28%	2º	2º	7.371.442	13,69%	2º	2º
Sul Goiano	26	3.588.865	9,29%	3º	3º	4.432.086	9,73%	3º	3º	4.904.138	9,60%	3º	3º	4.770.283	8,86%	4º	4º
Centro Goiano	31	3.448.873	8,93%	4º	4º	4.140.040	9,09%	4º	4º	4.318.650	8,45%	5º	5º	4.881.085	9,06%	3º	3º
Entorno do DF	19	2.993.784	7,75%	5º	5º	3.762.973	8,26%	5º	5º	4.352.374	8,52%	4º	4º	4.764.818	8,85%	5º	5º
Sudeste Goiano	22	2.805.124	7,26%	6º	6º	3.602.962	7,91%	6º	6º	3.969.741	7,77%	6º	6º	4.350.741	8,08%	6º	6º
Norte Goiano	26	2.097.510	5,43%	7º	7º	2.311.129	5,07%	8º	8º	2.633.431	5,15%	8º	8º	2.788.892	5,18%	7º	7º
Oeste Goiano	43	1.894.397	4,90%	8º	8º	2.342.694	5,14%	7º	7º	2.797.576	5,47%	7º	7º	2.665.967	4,95%	8º	8º
Noroeste Goiano	13	593.559	1,54%	9º	10º	716.906	1,57%	10º	10º	806.691	1,58%	10º	10º	810.724	1,51%	10º	10º
Nordeste Goiano	20	487.118	1,26%	10º	9º	748.374	1,64%	9º	9º	825.700	1,62%	9º	9º	859.037	1,59%	9º	9º
ESTADO DE GOIÁS	246	38.629.367	100%			45.557.894	100,00%			51.103.822	100,00%			53.865			
Taxa de crescimento PIB Goiás		-	-				4,7%				6,7%				3,5%		
Participação Goiás PIB Brasil e Ranking país			2,6%	9º	9º		2,7%	9º	9º		2,6%	9º	9º		2,5%	9º	9º

Fonte: SEGPLAN/IMB/GO³². Elaboração própria.

³² SEGPLAN/IMB/GO – BDE, variável PIB estado e regiões de planejamento, anos 2002-2005

3.3.2.2 Finanças Públicas

Dados da Segplan apontam que, de 1998 a 2005, o grau de endividamento recuou de 3,35 receitas anuais para 1,89 receitas anuais com recuo de 5 posições no ranking das maiores dívidas públicas proporcionais do País, saindo do 27^a lugar (a maior do País) para 22^o lugar com metas de ajuste fiscal cumpridas, pagamento de R\$ 4,8 bilhões de dívidas do governo anterior e quitação dos atrasos da folha de pagamento com seu pagamento no mês trabalhado. Na arrecadação de ICMS sinalizou crescimento de 56,5% de 1998 a 2005 e redução de carga tributária de 140 itens relativos à microempresa, agronegócio, indústria e comércio (Quadro 11).

Quadro 11 – Estado de Goiás, Gestão Financeira, anos 1999-2005

Grau de endividamento	Recuou de 3,35 receitas anuais para 1,89 receitas anuais, melhoria de 5 posições no ranking das maiores dívidas públicas proporcionais do País, saindo do 27 ^a lugar (a maior do País) para 22 ^o
Metas do ajuste fiscal	Todas cumpridas
Pagamento de dívidas	R\$ 4,8 bilhões (valor 12% maior que o orçamento de 1999 – curto prazo);
Redução da carga tributária	140 itens tiveram redução (microempresa, agronegócio, indústria e comércio);
Arrecadação de ICMS:	Crescimento real de 56,6% saindo de R\$ 1,5 bilhões em 1998 para R\$ 4,2 bilhões em 2005
Folha de pagamento	Em 1998, R\$ 113,9 milhões valor da folha/mês e pagas com atraso. Em 2005 Valor da folha/mês: R\$ 312,8 milhões (2005 pagas e no mês de trabalho)

Fonte:SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais,1999-2005.Elaboração própria.

3.3.2.3 Agronegócio

De 1999 a 2005, percebe-se uma melhoria nos indicadores do agronegócio (Quadro 12) com aumento na produção de grãos (69%), área irrigada (71%), rebanho bovino (13%), produção de aves (103%), produção de leite (47%), abate bovino (50%), abate de aves (2.535%), produção de açúcar (113%) e produção de álcool (64%). Dentre as estratégias de estabelecer parcerias anunciadas no Plano de Governo, destacaram-se aquelas efetivadas com a União no setor de irrigação – municípios de Luís Alves, Flores de Goiás e Três Barras

Quadro 12 – Estado de Goiás, evolução do Agronegócio, anos 1998 e 2005

Produção de grãos:	Crescimento de 69%, saindo de 6,7 milhões (t) em 1998 para 11,3 milhões (t) em 2005;
Área irrigada (pivô)	Crescimento de 71%, saindo de 66 mil (ha) em 1998 para 113 mil (ha) em 2005;
Rebanho bovino	Crescimento de 13%, saindo de 18 milhões (cabeças) em 1998 para 20,4 milhões em 2005;
Produção de aves	Crescimento de 103%, saindo de 19 milhões (cabeças) em 1998 para 38,6 milhões em 2005;
Produção de leite	Crescimento de 47%, saindo de 1,9 bilhão (litros) em 1998 para 2,8 bilhões (litros) em 2005 (2ª do País)
Abate bovino	Crescimento de 50% saindo de 380 (t) em 1998 para 569 (t) em 2005;
Abate de aves	Crescimento de 253 % saindo de 90 (t) em 1998 para 318 (t) em 2005;
Produção de açúcar	Crescimento de 113 % saindo de 6,8 milhões sacas em 1998 para 14,5 milhões sacas em 2005
Produção de álcool	Crescimento de 64 % saindo de 436 mil (m³) em 1998 para 717 mil (m³) em 2005.
Irrigação	Luiz Aves do Araguaia: R\$ 35 milhões (União) R\$ 3,9 milhões (Estado); Flores de Goiás: R\$ 43,2 milhões (União) R\$ 4,8 milhões (Estado); Três Barras: R\$ 26,9 milhões (União) R\$ 3 milhões (Estado);

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

3.3.2.4 Mineração

Indicadores positivos também foram observados no campo do FunMineral com projeção de investimento privados na ordem de R\$ 3,5 bilhões até 2007. Neste cenário o Estado se despontando com crescimento em alguns produtos tais como calcário agrícola (173%), fosfato (62%), ouro (89%) e colocando Goiás como segundo produtor no país destes últimos dois produtos (Quadro 13).

Quadro 13 – Estado de Goiás, evolução da Mineração, anos 1998 e 2005

FunMineral (financiamentos):	R\$ 12,4 milhões em 2005
Produção calcário agrícola	Crescimento de 173% % saindo de 841 mil (t) em 1998 2,3 milhões (t) em 2005;
Produção de fosfato	Crescimento de 62% saindo de 1,3 milhão (t) em 1998 para 2,1 milhões (t) em 2005 (2ª do País)
Produção de ouro	Crescimento de 89% saindo de 4,5 mil (t) em 1998 para 8,5 mil (t) em 2005 (2ª do País)
Investimentos privados e previstos	R\$ 3,5 bilhões (2000-2007)

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

3.3.2.5 Comércio Exterior

Nas exportações – seguindo a estratégia anunciada pelo Governo de incrementar o setor – foram realizadas de 1998 a 2005, 26 missões e efetivadas relações comerciais com 130 países, com crescimento de 372% e atingido a cifra de US\$ 1, 8 bilhões em volume de exportações (Quadro 14).

Quadro 14 – Estado de Goiás, evolução em números do Comércio Exterior, anos 1998 e 2005

Exportações	Crescimento de 372% saindo de US\$ 381 milhões em 1998 para US\$ 1,8 bilhão em 2005;
Países com relações comerciais	Crescimento de 88% saindo de 69 países em 1998 para 130 em 2005;
Missões comerciais realizadas	26 missões entre 1999 e 2005

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

3.3.2.6 Ciência e Tecnologia, Incentivos Fiscais e Emprego e Renda

No setor ciência e tecnologia, programas de incentivos fiscais foram instalados para alavancar o crescimento e desenvolvimento, tais como: Fomentar, Produzir e FCO, com o objetivo de melhorar a oferta de empregos e renda da população. Os números foram positivos para o período de 1998 a 2005 (Quadro 15): implantação de 49 infovias³³ em 35 municípios goianos e 21 telecentros³⁴.

No período de 2000 a 2005, destacaram-se algumas estratégias adotadas pelo governo do estado visando apresentar ganhos de participação na renda gerada no país, qual seja, a criação de programas de desenvolvimento e de incentivos fiscais. Em 2000, foram instituídos o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR, Lei 13,591) em substituição ao anterior, e o primeiro programa de incentivo fiscal – Fundo de Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR, Lei 9.489, 1984) que se fortaleceu no período. Os dois programas de incentivos fiscais implementados estiveram orientados para o desenvolvimento de

³³ **infovia** - projeto que pode ser definido como uma rede de comunicação de dados, baseado nos padrões da Internet, implantado em municípios com o objetivo de prover informações e meios de comunicação eletrônica para os cidadãos do município de forma universal, pois se trata de um conjunto de serviços e funcionalidades. (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI)

³⁴ **telecentro** - Ponto de Inclusão Digital – PID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O objetivo do telecentro é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos(MCTI)

três grandes grupos de segmentos industriais numa tentativa de diversificação da economia e de promover o adensamento de cadeias produtivas, processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias; química, farmacêutica e automobilística e setores tradicionais (exemplo: confecções, calçados, móveis).³⁵ Segundo a Segplan, o Programa Fomentar investiu R\$ 11,0 bilhões em 810 empresas (2000/2005); o Fomentar e Produzir R\$ 12 bilhões em 986 empresas 1999/2005; Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), R\$ 2,8 bilhões de investimento; 79.378 contratações e 282.791 empregos (1999/2005).

No âmbito geral o relatório indica um crescimento de 56% do emprego formal (6ª posição no ranking nacional) com geração de 524 mil novos empregos, sendo 324 mil empregos formais.

Ressalta-se que, neste trabalho os dados apresentados acima são expressivos, mas tão somente numéricos, e não se avalia aqui, a efetividade dos resultados apresentados para alavancar o desenvolvimento regional e/ou minimizar as desigualdades regionais (Quadro 15).

Quadro 15 – Estado de Goiás, evolução em número Emprego e Renda, Ciência e Tecnologia, Incentivos Fiscais a projetos, anos 1998 e 2005

Ciência e Tecnologia	Infovias: zero em 1998 para 49 pontos instalados em 35 cidades goianas; Telecentros: zero em 1998 para 21 telecentros em diversos municípios.
Incentivos Fiscais – Fomentar Produzir e FCO	Projetos Aprovados FOMENTAR: Período de 1983/1998 (16 anos): R\$ 6,21 bilhões em 802 empresas; R\$ 1,09 bilhões em 176 empresas; Período de 2000/2005 (6 anos): R\$ 11,0 bilhões em 810 empresas. FOMENTAR E PRODUZIR Período de 1999/2005 (7 anos): R\$ 12 bilhões em 986 empresas FCO – Investimento, Contratações e Nº de Empregos Período de 1989/1998: R\$ 1,1 bilhão de investimento; 27.157 contratações e 128.475 empregos; Período de 1999/2005: R\$ 2,8 bilhões de investimento; 79.378 contratações e 282.791 empregos.
Emprego e Renda	Emprego formal e carteiras de trabalho: crescimento de 56% do emprego formal (6ª posição no ranking nacional) com geração de 524 mil novos empregos, sendo 324 mil empregos formais; Mais de 1 milhão de carteiras de trabalho emitidas

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

³⁵SEGPLAN/ IMB-GO. Conjuntura Econômica Goiana, 2012, revista nº22. <http://www.imb.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02>.

3.3.2.7 Infraestrutura

Segundo a Segplan, de 1999 a 2005 foram investidos R\$ 1,055 bilhão no transporte, com pagamento da dívida herdada da gestão anterior (1998) com empreiteiros e fornecedores de R\$ 160 milhões (equivalentes a pavimentação de 350 km de rodovias) e foram efetuados investimentos em pavimentação de rodovias, duplicação, reabilitação, reconstrução de rodovias em diversos pontos do estado e investimento em infraestrutura para aeroporto e aeródromos da ordem de 28 milhões (1998 a 2005). Estes números estão exemplificados no Quadro 16, logo a seguir.

Quadro 16 – Estado de Goiás, evolução investimento em infraestrutura – transporte, aeródromos, plataforma logística, anos 1998 e 2005

Pavimentação de estradas	Pavimentação concluída: 1.625,81 km e Pavimentação em execução: 1.299,06 km Destaque: <ul style="list-style-type: none"> • GO-050 Paraúna / Montividiu – 97,78 km (R\$ 29,6 milhões) • GO-436 Cristalina/ Divisa GO/DF – 79,19 Km (R\$ 21,4 milhões) • GO-309 Buriti Alegre / Itumbiara – 23,50 km (R\$ 12,7 milhões) • GO-338 Abadiânia / BR-414 – 22 km (R\$ 11 milhões) • GO-338 Pirenópolis / Malhador – 17 km (R\$ 9,1 milhões)
Reabilitação de estradas	Reabilitação/reconstrução concluída: 1.151,76 km Reabilitação/reconstrução em execução: 339,16 km <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação da GO-010 (Goiânia/Leopoldo de Bulhões/Vianópolis/Luziânia) 185 km (R\$ 10,2 milhões) • Reabilitação GO-020 (Goiânia/Bela Vista/Cristianópolis (R\$ 11,5 milhões) • Reabilitação GO-060 (Goiânia/Trindade/Sta. Bárbara) (R\$ 13,8 milhões)
Duplicação Estradas	Duplicação concluída: 32,35 km <ul style="list-style-type: none"> • Duplicação GO-080 (Goiânia/Nerópolis): (R\$ 27 milhões) • Duplicação GO-040 (Goiânia/Aragoiânia): (R\$ 18 milhões) • Duplicação GO-070 (Goiânia/Inhumas): (R\$ 18 milhões)
Abertura Estradas e Pontes	Abertura de Estradas: 131,60 km <ul style="list-style-type: none"> • Ponte sobre o Rio Maranhão (GO-132/241) • Minaçu/Colinas/Cavalcante, extensão de 517,60 metros (R\$ 17,3 milhões)
Aeroportos e aeródromos	Obras de construção, ampliação e melhoria em 35 municípios: R\$ 28 milhões (1998 a 2005)
Plataforma Logística	Em execução

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

3.3.3 *Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Urbano – Infraestrutura Urbana, Saneamento, Energia Elétrica*

Segundo dados da Segplan, foram efetuados, de 1998 e 2005, investimento em infraestrutura nas áreas de saneamento, energia, desenvolvimento urbano e regional, meio ambiente(Quadro 17).

Quadro 17 – Estado de Goiás, investimento em infraestrutura – saneamento, energia, desenvolvimento urbano e regional, meio ambiente, anos 1998 e 2005

Saneamento:	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de coleta e tratamento de esgoto • Período de 1983 a 1998: 12 sistemas com tratamento (recursos BNH/CEF e Cachoeira Dourada); • Período de 1999 a 2005: 52 (41 concluídas e 11 a inaugurar) estações de tratamento com recursos próprios (R\$ 520 milhões) destaque para ETE Goiânia – R\$ 150 milhões;
Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Período de 1983 a 1998: 3.962 km de rede. Vários sistemas saturados • Período de 1999 a 2005: 4.715 km de rede com investimento de R\$ 133,2 milhões • Barragem João Leite: R\$ 103,56 milhões investidos
Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> • Eletrificação rural: 53 % de ampliação saindo de 265 mil consumidores em 1998 para 132 mil consumidores; • Subestações: 12 % de ampliação saindo de 86 mil subestações em 1998 para 98 subestações, com acréscimo de 33 estações; • Linhas de transmissão: 122 % de ampliação saindo de 9.382 km até 1998 para 20.812 km com acréscimo de 11.430 km de linhas.
Desenvolvimento Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Principais Ações: • Pavimentação urbana: 23 milhões de m² (investimento de R\$ 201 milhões); • Convênios com prefeituras e entidades: R\$ 173,8 milhões; • Obras para melhoria do transporte metropolitano: R\$ 4,8 milhões.
Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos: Fundeste (R\$ 20,2 milhões); • Programa de Desenvolvimento do Entorno do DF: Investimentos na ordem
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Área protegida do Estado: ampliação de 1,3% até 1998 para 4,8% em 2005; • Criação de Unidades de conservação: Investimento de R\$ 7 milhões em 7 Unidades de Conservação. • Parque Estadual do Araguaia; Recreativo de Mozarlândia; Estadual de Serra Dourada; • APA da Serra das Galés; APA do Encantado; APA João Leite; • Floresta Estadual do Araguaia. • Parques Estaduais consolidados: R\$ 9 milhões em 4 Parques Estaduais. • Parque Estadual de Terra Ronca; de Paraúna; dos Pirineus; • Altamiro de Moura Pacheco.

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

Foram investidos R\$ 150 milhões em sistemas de coleta e tratamento de esgoto ampliando de 12 sistemas (1999) para 52 (2005). O investimento em energia elétrica foi ampliado, tendo crescimento de 53% na eletrificação rural com alcance de 132 mil consumidores; 122% de ampliação de linhas de transmissão e 12% de

subestações e o investimento na Barragem João Leite de R\$103, 56 milhões. No que concerne ações de fomento à melhoria do desenvolvimento urbano, o relatório ressaltou a pavimentação de 23 milhões de m² (201 milhões), parcerias com prefeituras e entidades (R\$ 173,8 milhões) e o investimento de R\$ 4,8 milhões em transporte metropolitano e o investimento de R\$ 153,7 milhões no Entorno do DF.

No setor de Meio Ambiente o Área protegida do Estado (% da área total do Estado) experimentou uma ampliação de 1,3% (1998) para 4,8% em 2005 em percentual de áreas protegidas no Estado com a Criação de 7 Unidades de Conservação perfazendo um investimento de R\$ 7 milhões e a consolidação de 4 Parques Estaduais com Investimento de R\$ 9 milhões

3.3.4 *Desenvolvimento Social*

De 1999 a 2005 o Estado de Goiás teve como principal eixo o desenvolvimento social. O volume de recursos aportados de 1998 a 2005 e os benefícios estão expressos no Quadro 18:

Quadro 18 – Estado de Goiás, Investimentos em Programas na Rede de Proteção Social, 1998 e 2005

Salário-Escola	Até 1998 não existia. Investimento de R\$ 370 milhões com 85.000 famílias/mês beneficiadas;
Bolsa Universitária	Até 1998 não existia. Investimento de R\$ 171,4 milhões com 60.217 estudantes beneficiados;
Banco do Povo	Até 1998 não existia. Investimento de R\$ 74,9 milhões com 53.497 contratos financiados e 87 mil empregos gerados
Renda Cidadã	Nomenclatura anterior – Cesta Básica Investimento de R\$ 449,7 milhões com 140.321 famílias/mês beneficiadas (cartão cidadania)
Morada Nova	Nomenclatura anterior – Mutirão da Moradia Investimento de R\$ 152,8 milhões (21.182 casas); 104,4 mil famílias beneficiadas (cheque moradia/construção e reforma, moradia rural, quitação de imóvel financiado, habitar legal) ;5.053 cheques infraestrutura e moradia comunitário; 22,15 mil cheques ampliação.
Kits sanitários	Até 1998 não existia. Investimento de R\$ 28,8 milhões com 110.790 pessoas beneficiadas e 22.158 módulos construídos
Transporte cidadão	Até 1998 não existia. Redução tarifa Eixo Anhanguera de R\$ 1,80 para R\$ 0,45 / 200 mil usuários dia Redução tarifa Redução tarifa a 7 municípios da Região Metropolitana de Goiânia de R\$ 4,20 para R\$ 1,80.

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

Segundo relatório da Segplan, visando ampliar a Rede de Proteção Social dos cidadãos goianos de menor condição sócio econômica, foram investidos R\$

6,24 bilhões em Educação; R\$ 4,03 bilhões em Saúde e R\$ 3,16 bilhões em Segurança com destaque para cinco novos programas e levando benefícios à população: Salário-Escola, Bolsa Universitária, Banco do Povo, Kits sanitários, Transporte cidadão e alterado a nomenclatura de dois programas, Renda Cidadã e Morada Nova.

3.3.4.1 Saúde

Segundo Segplan, de 1998 a 2005 o Estado de Goiás investiu no setor saúde, em melhorias de infraestrutura e ampliação da rede pública e da oferta de serviços à população, além de valorizar a categoria com aumento de salários (Quadro 19)

Quadro 19 – Estado de Goiás, Rede pública de Saúde, anos 1998 e 2005

CRER	Utilização da Área do Hospital Adauto Botelho. Investimento de R\$ 20 milhões em construção e equipamento e 20.000 pacientes atendidos até 2005;
Ambulatório horas 24	Não existia até 1998. Investimento de R\$ 50,45 milhões em 52 unidades no interior do Estado;
Hospital Geral de Goiânia – HGG	Até 1998 tinha 10% de sua capacidade em funcionamento; Repasso de R\$ 2 milhões/mês e mais de R\$ 16,5 milhões (equipamentos), 15 mil consultas em média, 500 cirurgias, 20 mil exames/mês e 100% da capacidade em funcionamento
Rede Pública de Saúde	Até 1998, Rede pública obsoleta e deficiente com 6,3 % da despesa realizada investidos em saúde Aumento do percentual de investimento. De 6,3 % da despesa realizada investidos em saúde para média de 12% da receita vinculada investidos em saúde (2005)
Hospitais Regionais e de Urgência	Até 1998, Hospitais Regionais de menor porte criados no Governo Henrique Santillo e municipalizados; Investimento em Hospitais Regionais até 2005: investimento total de R\$ 42,5 milhões incluso convênios, em hospitais com status em 2005, de concluídos ou em construção: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Sto Antônio do Descoberto Outros hospitais: Águas Lindas de Goiás, Trindade, Aloândia, Campos Belos, Novo Gama.
Salários da saúde	Aumento salarial de 1998 para 2005 Nível superior: De R\$ 364,59 para R\$ 1.589,20; Nível médio: De R\$ 153,16 para R\$ 849,61; Nível elementar: De R\$ 120,41 para R\$ 559,86
Taxa de Mortalidade Infantil	De 26,9 por mil nascidos vivos em 1998 para 21,3 por mil nascidos vivos em 2005

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria.

Merecem destaque a construção do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER, criado em 2002 visando oferecer atendimento humanizado e especializado em reabilitação às pessoas com deficiência física,

auditiva, visual e intelectual, exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a estruturação do Hospital Geral de Goiânia – HGG que até 1998 operava somente com 10% da sua capacidade de atendimento e em 2005, com capacidade total, (100%).

Vale ressaltar também, como um dos resultados alcançados, a diminuição da taxa de mortalidade de 26,9 mil nascidos vivos em 1998 para 21,3 mil nascidos vivos, em 2005.

3.3.4.2 Educação

A criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) pela Lei 13.456, de 16/04/1999, foi sem dúvida um dos destaques do Governo no âmbito do Ensino Superior do Estado. Organizada como uma Universidade *multicampi*, com sede central em Anápolis, foi o resultado do processo de transformação da antiga Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA) e da incorporação de outras 12 Instituições de Ensino Superior isoladas, mantidas pelo poder público. Em 2005, num processo estratégico de interiorização, beneficiando municípios goianos, com ênfase nas especificidades regionais registrou a marca de 31 unidades, 20 polos, 32.958 alunos.

Em programas governamentais ressalta-se a criação do Bolsa Universitária de apoio a estudantes, Programas de alfabetização visando diminuir a taxa de analfabetismo e profissionalização e valorização da classe, detalhamentos que podem ser conferidos no Quadro 20.

Quadro 20 – Estado de Goiás, Investimentos em Educação, anos 1998 e 2005

Ensino Superior Universidade Estadual de Goiás - UEG e parcerias	Até 1998, Instituições de ensino – Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA e faculdades isoladas. Em 2005, UEG- 32.958 alunos, 31 unidades, 20 polos, 52.139 profissionais formados. Crescimento de 174% de número de matrículas no ensino superior saindo de 52.777 matrículas em 1998 para 144.406 matrículas em 2004; Investimentos de destaque: <ul style="list-style-type: none"> • Sede da UEG em Anápolis (R\$ 6,7 milhões); ▪ Unidades da UEG: <ul style="list-style-type: none"> - 8 unidades construídas (investimento de R\$ 12,7 milhões) - 5 unidades em construção (investimento de R\$ 16,5 milhões) - 4 unidades a iniciar em 2006 (investimento de R\$ 12,6 milhões) - Diversas reformas e ampliação (investimento de R\$ 7,1 milhões) ▪ Construção do Centro de Ensino Tecnológico da Sectec – Investimento de R\$ 5,4 milhões) – conclusão em 2006 ▪ Apoio à UFG: R\$ 60 milhões
Criação da Bolsa Universitária	60.217 estudantes beneficiados (R\$ 171,4 milhões)
Aprendizagem	Defasagem aluno idade/série (46,6%) em 1998 para Média de 90% de aprovação (Acelera Goiás) em 2005;

Alfabetização	Escola da Vida: 65.761 alfabetizados; Vaga-Lume: 41.464 alfabetizados; Alfabetização Solidária: 213.839 alfabetizados. Taxa de Analfabetismo: Diminuição da taxa de 11,64% em 1998 para 9,76% em 2005.
Profissionalização e Valorização da classe	Valorização profissional – Plano de Cargos e Salários: até 1998 ausência de Plano de Cargos e Salários. Plano de Cargos e Vencimentos instituído por Lei 13.910 em 2001
	Folha de Pagamento: folha da educação na ordem de R\$ 28,6 milhões em 1998 para R\$ 80,5 milhões 3m 2005 com aumento de salários em 2005.
	Salário professores: aumento salarial Capacitação: 32% dos profissionais habilitados em 1998 para 85% dos profissionais habilitados (8.694 professores) e disponibilização de Licenciatura Plena parcelada

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

3.3.4.3 Segurança pública

Com o objetivo de facilitar a gestão, as Corporações antes isoladas em 1998, se unificaram em uma Corporação – Civil, Polícia Militar e Bombeiros.

Merecem destaque a criação de 31 Centros Integrados de Operações Policiais (CIOPs), 6 Centros de Inserção Social, implantação de conselhos comunitários nos 246 municípios do estado além de inovação no setor com sistema digital de identificação criminal. Detalhamento no Quadro 21.

Quadro 21 – Estado de Goiás, Investimentos e Estruturação do setor Segurança Pública, anos 1998 e 2005.

Gestão	Corporações isoladas em 1998 para unificação das Corporações Civil, Polícia Militar e Bombeiros;
Frota	Cresc. de 120% saindo de 1.787 veículos em 1998 para 3.949 em 2005
Equipamentos – armamento	Cresc. de 76% saindo de 16.291 armas em 1998 para 28.627 em 2005
Efetivo	Cresc. de 52% saindo de 13.000 policiais em 1998 para 19.761 policiais em 2005 mais 6.761 pessoas nas três corporações sendo 3.124 servidores concursados
Qualificação Profissional e Valorização da Classe	Realização de 200 cursos, qualificação de 15.844 servidores (Polícia Civil, Militar, Técnico Científica e Corpo de Bombeiros) sendo 1.232 em curso de gestão de segurança pública. Vencimentos: aumento salarial de 150% a 450% dependendo da categoria
Inovações na Segurança Pública	31 Centros Integrados de Operações Policiais (CIOPs) mais 2 unidades em construção (julho/2006); 6 Centro de Inserção Social; Conselhos de Segurança Comunitários nos 246 municípios; Sistema Digital de Identificação Criminal

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

3.3.4.4 Cultura, Turismo e Esporte

Segundo relatório da Segplan, de 1999 a 2005 foram efetuados investimentos no setor para a construção de grandes equipamentos públicos tais como Centro Cultural Oscar Niemeyer – Goiânia, Centro de Cultura Labiba Fayad – Catalão e Cavalhódromo em Pirenópolis além de investimentos em infraestrutura com a

construção de redes subterrâneas em Goiás e Pirenópolis, além de fortalecimento de eventos culturais de música e dança e na produção associada ao turismo – gastronomia que fomentam o setor turístico de importantes municípios no Estado e entraram para o Calendário de Eventos do Estado. Detalhamento Quadro 22.

Quadro 22 – Estado de Goiás, Investimentos e Estruturação do setor Segurança Pública, anos 1998 e 2005.

Equipamentos públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Cultural Oscar Niemeyer – Goiânia (R\$ 60 milhões); • Centro de Cultura Labiba Fayad – Catalão (R\$ 3,3 milhões); • Cavalódromo de Pirenópolis (R\$ 7 milhões)
Valorização	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação da Cidade de Goiás em Patrimônio Histórico da Humanidade
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de redes subterrâneas em Goiás e Pirenópolis (investimento de R\$ 7,5 milhões); • Restauração de mais de 40 espaços culturais e religiosos; • Reforma do Estádio Serra Dourada com os placares: mais de R\$ 9,5 milhões
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> • FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental – Cidade de Goiás (7 edições) • Canto da Primavera – Pirenópolis (5 edições) • Mostra Nacional de Teatro de Porangatu (4 edições) • Festival de Gastronomia de Goiás (2004 e 2005) • Festival de Gastronomia de Pirenópolis (2004 e 2005) • Festival de Gastronomia de Nova Veneza (2004 e 2005) • Festival de Inverno de Anápolis (2004 e 2005) • I Mostra Nacional de Dança; • Mostras de Artes Plásticas
Incentivos no Setor	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Goyazes criada em 2000; • Programa Bolsa Esporte (500 atletas beneficiados R\$ 500,00/mês) • Pró-Esporte (benefícios fiscais de até 5% do Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para programas de estímulo ao esporte)

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

3.3.5 *Planejamento e Gestão Governamental*

Um marco essencial deste período foi a Retomada do Sistema Estadual de Planejamento com a elaboração do 1º PPA do Estado e início do 2º PPA. No quesito infraestrutura, a Reforma do Antigo Centro Administrativo no atual Palácio Pedro Ludovico Teixeira também merece destaque, criadas instituições de controle e implantação de sistemas de melhoria de gestão e da qualidade

No âmbito da Profissionalização e Valorização do Servidor Público foi implantada a Escola de Governo com a formatação de uma Política de Capacitação voltada para a qualificação dos servidores estaduais e colocado em dia a folha de pagamento que era um problema na gestão anterior. Informações no Quadro 23.

Quadro 23 – Goiás, Investimentos em Segurança Pública, anos 1998 e 2005.

Planejamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Retomada do Sistema Estadual de Planejamento, elaboração do 1º PPA do estado e início do 2º PPA; Reforma do Antigo Centro Administrativo para Palácio Pedro Ludovico Teixeira – R\$ 28,5 milhões gastos na reforma; <p>Programas de Melhoria da Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> Comprasnet; Programa Goiás Transparente; Programa da Qualidade (66 órgãos)
Controle e Regulação	<p>Criação de instituições de controle e regulação</p> <ul style="list-style-type: none"> Gabinete de Controle Interno Agência Regulação Serv. Públicos
Previdência	<p>Ipasgo: Dívida de R\$ 53 milhões/ inadimplência em 1998. Renegociação da dívida / 592, 5 mil usuários / 4.075 prestadores de serviço</p>
Melhoria no Atendimento ao Cidadão	<p>Programa Vapt-Vupt</p> <ul style="list-style-type: none"> 20 milhões de atendimentos; 14 unidades fixas e uma unidade móvel; 98% de aprovação; Implantação de Detran Vapt-Vupt (na sede)
Profissionalização e Valorização do Servidor Público	<p>Remuneração:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fim dos salários em atraso e Pagamento do salário no mês trabalhado e 13º pago no mês do aniversário do servidor; Implantação de Política de reajuste salarial e de Planos de Carreira e Remuneração para algumas categorias; <p>Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Implantação de uma Política de Capacitação – decreto 5.503 de 2001 com Criação da Escola de Governo, 29,3 mil servidores capacitados; <p>Profissionalização:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de Concursos públicos: 11.126 servidores concursados até dez/2005.

Fonte: SEGPLAN, Relatório de Realizações Governamentais, 1999-2005. Elaboração própria

3.4 PPA 2004-2007: Avançar Mais

O PPA 2004-2007 se propôs a fortalecer e a incrementar os programas exitosos do PPA anterior e acrescentar novos no intuito de aumentar a competitividade do Estado.

Em 2003, Goiás se apresentava como a 10ª economia do país com crescimento econômico acima da média nacional com projeção esperada de crescimento de pelo menos um ponto percentual acima da média nacional. O PIB goiano de R\$ 21,6 bilhões (2000) representava 28% do Centro-Oeste e 1,97% do nacional. Sua média de crescimento no período de 1991-2000 foi 3,57%, com destaque para a agropecuária (5%), indústria (3,27%) e o setor de serviços (3,31%). A indústria goiana aumentou sua participação de 26,07% em 1995 para 32,49% em 2000 sinalizando um processo de industrialização do Estado.

Vários projetos de mineração, como o do grupo Anglo American Corporation, o projeto do laboratório Teuto Brasileiro, o de consolidação e expansão do Projeto Buriti da Perdígão, o complexo produtivo da Van Den Berg Alimentos (Gessy Lever),

além da constante e tradicional expansão da Comigo (Cooperativa dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) contêm efeitos multiplicadores com potencial para reestruturação da economia regional.

3.4.1 Linha 1: Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional Desenvolvimento Econômico

3.4.1.1 Setor Agropecuário

O PPA 2004 – 2007 ressaltou a posição de destaque do setor agronegócio goiano no cenário econômico nacional e a sua importância para o estado de Goiás com a expressão de 77,55 % das exportações goianas, em 2002, serem deste relevante setor primário. Por outrem, destacou a ação governamental de maximizar as potencialidades locais, identificar os principais problemas, técnicos e administrativos, buscar soluções bem como fortalecer e captar novos mercados como fator decisivo na consolidação do processo de inserção competitiva do setor, seja a nível nacional quanto internacional.

Dos programas do Setor Agropecuário, destacam-se: Celeiro Novo, Agrofamiliar e Goiás Irrigar: Celeiro Novo (1009) com proposta de ações estratégicas da produção agropecuária e o Programa Agrofamiliar (1003), que buscou a interação entre o Governo e mini e pequenos produtores e trabalhadores rurais que utilizavam mão-de-obra familiar, e o outro programa, na área de irrigação-Programa Goiás Irrigar (1048) que propunha implantar o Plano Diretor de Irrigação, incrementando os Projetos de Três Barras, Luís Alves do Araguaia, Flores de Goiás, dentre outros.

Em termos de execução orçamentária-financeira, os resultados obtidos do Programa Agropecuário atingiram em 2006 desempenho esperado (63,7%) e em 2007, baixo desempenho (47,50%) no que concerne a eficácia física que mede o percentual de realização entre as metas planejadas e realizadas. No quesito eficiência, os patamares ficaram próximos do esperado e, em 2006 (0,90) e desempenho esperado em 2007 (1,0). O índice de liquidação que mede o percentual de despesa liquidada tendo como parâmetro o orçamento foi de 68,14% em 2006 e 49,40% em 2007. Embora o índice de 2006 tenha sido superior ao de 2007, é importante ressaltar que orçamento de 2007 foi proporcionalmente maior do que o ano anterior e o patamar atingido revelou uma capacidade de execução abaixo de

50% com retenção de orçamento que poderia ser aportado em outra ação ou programa.

Por outrem, cabe salientar que as metas de irrigação do Programa Goiás Irrigar foram frustradas apresentando índice nulo (-0,00%), e tendo como justificativa a falta de repasse de recursos federais para a realização dos referidos projetos e priorização do governo estadual para projeto em andamento e não novos projetos, neste biênio.

3.4.1.2 Setor: Indústria, Comércio e Serviços

O cenário do setor comercial e de serviços se mostrava em 2003, em plena evolução. O Produto Interno Bruto (PIB) goiano apresentava crescimento contínuo e com sustentabilidade tendo o setor de comércio 8.17% na formação do PIB Estadual (incremento de 3,25% do ano de 2000) e na mineração, cerca de 5% com R\$ 1,15 bilhão em produção mineral (2002), 8.000 empregos diretos, 3º lugar no ranking nacional, destacando-se como maior produtor nacional de amianto crisotila (Minaçu), de níquel (Niquelândia) e cobalto (Niquelândia), o segundo maior produtor de fosfato e nióbio (Catalão/Ouvidor) e grande produtor de ouro e esmeralda.

No PPA 2004-2007 o Estado se propôs a fortalecer e incrementar ações nos setores da indústria, comércio e serviços, incluso mineração, turismo, fomento às cadeias produtivas e às micro e pequenas empresas.

Imbuídas neste objetivo, as estratégias propostas perpassaram pela priorização de segmentos com maior diferencial competitivo, ampliação da política de atração e captação de investimentos aliados a criação e fortalecimento de linhas de financiamentos e instrumento de incentivos fiscais, tais como Programas Fomentar e Produzir com o objetivo macro de inserção qualitativa e quantitativa de Goiás no cenário nacional e conseqüentemente, melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida da população.

3.4.1.3 Setor: Infraestrutura, Tecnologia e Informação

No PPA 2004/2007 a infraestrutura se apresentou como estratégia fundamental para o crescimento sustentável da economia goiana, modernização e universalização dos serviços de transportes, energia e telecomunicações em Goiás

Ihe sendo destinado o maior orçamento no campo do desenvolvimento econômico (Linha 1) e o 3º do PPA (saúde 1º, assistência social 2º).

O Estado apresentava em 2003 uma malha rodoviária pavimentada de aproximadamente 11.101,3km, sendo 8.141,0km de rodovias estaduais e 2.960,3km de rodovias federais. Para ampliar, o governo contemplou um conjunto de programas, através de parcerias com o Governo Federal, de financiamentos junto ao Banco Mundial e de convênios com os municípios. Destacaram-se programas tais como Conservação e Segurança da Malha Rodoviária, Goiás Pavimentado, Estrada Nova (Consórcio Intermunicipal de Obras), Desenvolvimento da Rede Multimodal de Transportes, Asfalto Novo, Construção, Ampliação, Reforma e Gerência de Próprios Públicos e visando a diversificação logística, as ferrovias Norte-Sul e a Leste-Oeste, vem concretizar este empenho (parceria Governo Federal).

Na área de energia, o Programa Luz para Goiás e Energia e Telecomunicações se propuseram a incrementar o planejamento energético do Estado e a expansão dos setores elétrico e de telecomunicações, relativo às obras não rentáveis.

Tiveram índice de eficácia física com alto desempenho os setores Indústria, Comércio e Serviços, 2006 (121,20%) e 2007 (101,30%); Ciência e Tecnologia, 2006 (121,30%) e Mineração, 2006(117,30%). Com desempenho moderado, o setor de Infraestrutura, 2006 (74,50%); Turismo, 2007 (61,70%); Desenvolvimento Macroeconômico, 2007 (54,42%) e Mineração, 2007 (75,80%) e com baixo desempenho, o Setor de Turismo, 2006 (48,70%), Desenvolvimento Macroeconômico, 2006 (11,60%) e Infraestrutura, 2007 (40,30%), conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3 – PPA 2004-2007, Linha 1: Goiás Competitivo e Polo econômico regional – Execução orçamentária-financeira, 2006 e 2007
(R\$ 1.000,00)

DESCRIÇÃO SETOR	ANO	EFICÁCIA FÍSICA %	ÍNDICE DE LIQUIDAÇÃO %	ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO %	EFICIÊNCIA %	ORÇAMENT.A UTORIZADO R\$ (a)	DESPESA LIQUIDADADA R\$ (c)
Agropecuário	2006	63,70	68,14	2,97	0,90	21.374	14.563
	2007	47,50	49,40	7,60	1,00	65.690	32.449
Indústria, Comércio e Serviços	2006	121,20	35,76	8,42	3,40	82.576	21.399
	2007	101,30	32,09	6,86	3,20	61.223	14.396
Mineração	2006	117,30	25,75	0,79	4,60	15.128	3.896
	2007	75,80	38,62	2,10	2,00	23.161	8.945
Ciência	2006	121,30	26,00	1,83	4,60	34.588	8.992

Tecnologia	2007	41,60	32,62	2,61	1,30	34.092	11.121
Desenvolvimento Macroeconômico	2006	11,60	61,69	1,04	0,20	8.248	5.088
	2007	54,42	31,67	1,29	1,70	17.368	5.500
Turismo	2006	48,70	54,14	0,86	0,90	7.807	4.227
	2007	61,70	38,85	0,50	1,60	5.459	2.121
Infraestrutura	2006	74,50	80,13	84,09	0,90	260.612	197.577
	2007	40,30	56,6	79,05	0,70	415.123	220.544
Total	2006	79,75	68,38	24,48	2,21	717.881	480.919
Total	2007	60,37	51,23	21,00	1,64	832.908	426.712

Fonte: Relatórios de Gestão – CGE- GO, anos de 2006 e 2007 – Elaboração própria

Tabela 4 – Goiás Competitivo e Polo Econômico Regional – Execução orçamentaria-financeira, eficácia física, eficiência e desempenho – 2006 e 2007

DESCRIÇÃO SETOR	ANO	EFICÁCIA FÍSICA		EFICIÊNCIA	
		Índice %	Desempenho	Índice %	Desempenho
Indústria, Comércio e Serviços	2006	121,20	Alto	3,4	Alto
	2007	101,30	Alto	3,2	Alto
Mineração	2006	117,30	Alto	4,6	Alto
	2007	75,80	Moderado	2,0	Alto
Setor Ciência e Tecnologia	2006	121,30	Alto	3,4	Alto
	2007	41,60	Baixo	3,2	Alto
Desenvolvimento Macroeconômico	2006	11,60	Baixo	0,2	Baixo
	2007	54,42	Moderado	1,7	Alto
Turismo	2006	48,70	Baixo	0,9	Moderado
	2007	61,70	Moderado	1,6	Alto
Infraestrutura	2006	74,50	Moderado	0,9	Moderado
	2007	40,30	Baixo	0,7	Moderado
TOTAL	2006	79,75	Próximo Esperado	2,21	Alto
	2007	60,37	Desempenho Moderado	1,64	Alto

Fonte: Relatórios de Gestão – CGE- GO, anos de 2006 e 2007 – Elaboração própria

Os índices de eficiência apresentaram resultados favoráveis na maioria dos programas com alto desempenho (valores superiores a 1,0) em ciência e tecnologia, mineração, indústria, comércio e serviços nos anos de 2006 e 2007, desenvolvimento macroeconômico (2007) e turismo (2007); desempenho esperado em infraestrutura, 2006 (0,9), e desempenho moderado em infraestrutura 2007 (0,9) e turismo, 2006 (0,9). O único abaixo do esperado ficou o Setor Desenvolvimento Macroeconômico, 2006 (0,2). Estes bons índices revelam que apesar do baixo índice geral de liquidação (média inferior a 50%) foi possível alcançar objetivos propostos com menor investimento financeiro, o que não minimiza o desperdício de orçamento retido nos programas e que não foram aplicados em outras ações.

A linha estratégica obteve o 2º lugar em aporte de recursos estaduais aquém somente da área social (1º) (2006-2007) e como um todo alcançou seu objetivo com eficácia física próximo do esperado em 2006 (79,75%), e moderado em

2007(60,37%), eficiência com alto desempenho (índices superiores a 1%) e índice de liquidação com patamares acima de 50%.

3.4.2 Linha 2: Goiás Cidadania Com Melhoria De Qualidade De Vida E Desenvolvimento Social

Quanto a linha 2, que abrange dados referentes a melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento social, destaca-se os setores de: Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura, Trabalho e Renda, Segurança e Justiça, Saúde, Transporte Coletivo e Previdência.

A linha 2 intitulada “Goiás Cidadania com melhoria de qualidade de Vida “ foi desenhada para trabalhar o desenvolvimento social nos setores: Esporte, Cultura, Geração de Trabalho e Renda, Segurança e Justiça, Saúde, Transporte Coletivo e Previdência ocupando o 1º lugar na destinação de recursos no PPA 2004-2007.

Alguns dados demográficos à época subsidiaram a construção dos programas nesta linha estratégica. Segundo o IBGE³⁶ em 2001, 36% (1.803.301 pessoas) da população do Estado de Goiás (5.003.228) eram formados por crianças e adolescentes (0 a 17 anos), sendo que, 36,2% (180.621 famílias) das famílias com crianças entre 0 a 6 anos de idade viviam com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a ½ salário mínimo. A parcela jovem da população goiana (14 a 29 anos) representava cerca de 30% (1.500.968) e as mulheres residentes no Estado perfaziam a cifra de 50,18% (2.510.790 (50,18%). O grupo etário de 60 ano correspondia a 7,4% (378.493) da população tendo 47,9% rendimento médio mensal familiar per capita até 1 salário mínimo.

3.4.2.1 Setor: Assistência Social

Neste pilar o Governo idealizou programas visando diminuir a situação de vulnerabilidade – afetiva, social, econômica, segurança e preconceito a que cidadãos e famílias estavam submetidos, sobretudo aqueles em situação de maior pobreza, desemprego e assistência social precária instituindo programas como: Programa Estadual de Assistência social na promoção da inclusão social da população de baixa renda; Renda Cidadã com concessão de benefício de renda

³⁶ IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD:2001-2002, Síntese de Indicadores Sociais – 2002 apud PPA 2004-2007, cenários. Assistência social

mínima de caráter compensatório e redistributivo; Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, ampliar a participação social; Reintegração Social do Adolescente em Conflito, reintegração social dos adolescentes e garantia de direitos de cidadania; Programa da Juventude na promoção da cidadania participativa dos jovens goianos, prioritariamente os de baixa renda; Rede de Atenção e Proteção à Mulher em Situação de Risco, que por sua vez visa articular ações com a sociedade civil em prol da cidadania, dentre outros.

3.4.2.2 Setor: Educação, Esporte e Cultura

Na educação o Estado objetivava fortalecer e ampliar avanços oriundos da gestão anterior na construção de uma escola pública de qualidade e para tanto instituiu cinco grandes Programas: Escola que Queremos; Desenvolvimento e Valorização Profissional; Integração Escola e Comunidade; Gestão e Avaliação e, Salário Escola.

No esporte, a política pública instituída objetivava criar condições adequadas para o desenvolvimento do setor, aproveitando o potencial dos recursos humanos existentes para a formação de atletas. Nesse sentido a posição geográfica central e próximo à capital federal foi favorável para intercâmbios na área, sendo a criação do Centro de Excelência do Esporte de Goiás, o principal legado almejado.

No campo da cultura o PPA de 2004-2007 visou ampliar e fortalecer a gestão anterior, ampliando a oferta e qualidade de eventos e de incentivos (Lei Goyazes, Lei 13.613 de 11 de maio de 2000), criando centros de cultura em um movimento de descentralização para outras regiões e incluindo eventos exitosos no calendário de eventos do estado. Foram projetos idealizados, a construção dos centros culturais Labiba Fayad, em Catalão, o Centro Cultural de Palmeiras de Goiás e o Centro Cultural Oscar Niemeyer em Goiânia tendo como programas centrais, o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico e o Programa de Apoio e Promoção à Cultura Goiana.

Segundo o IBGE (CENSO – 2000)³⁷, o Estado de Goiás apresentava uma população residente de 5.003.228 hab., sendo 80,95% (4.050.398) pessoas em idade ativa (acima de 10 anos), 59,23% (2.399.147) economicamente ativas (41% mulheres) 36,19% com emprego formal e 8,05% desocupadas.

³⁷ PPA 2004-2007 – Cenários, Governo de Goiás, 2003.

Visando redefinir este quadro, o Governo de Goiás projetou um conjunto de ações para indução do crescimento econômico e geração de oportunidades de trabalho e instituiu programas como Programa Banco do Povo-micro-crédito a juros subsidiados e apoio técnico para microempreendedores; o Programa Qualificação Profissional para a Empregabilidade (PRÓ-AVANÇAR) capacitação profissionalizante e o Programa Atendimento ao Trabalhador (SINE) – inserção no mercado de trabalho.

3.4.2.3 Setor: Segurança e Justiça

No setor segurança e justiça o governo projetou instituir um modelo que contemplasse ações tradicionais, acrescidas de táticas inovadoras e criativas que resultassem na melhoria do Sistema Estadual de Segurança Pública. Foram inclusas ações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (DETRAN), orientadas para a redução das fatalidades do trânsito; ações de defesa e proteção aos direitos do cidadão/consumidor, promovidas pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON); as ações do Corpo de Bombeiros, incêndio e salvamento, visando a diminuição de vítimas.

3.4.2.4 Setor: Saúde

O campo da Saúde seguiu a trilha anterior – aprimoramento dos indicadores favoráveis e melhoria dos desfavoráveis com o objetivo de ampliar a cobertura de assistência ao cidadão. Foram programas e instituídos: Goiás com Mais Saúde e Cidadania-medicina preventiva; Fortalecimento e Modernização da Gestão – regulação da assistência, cadastramento universal, contratualização de prestadores, controle e avaliação, capacitações de profissionais e assessorias às gestões municipais de saúde; Regionalização da Atenção à Saúde – macro estratégia para o aprimoramento do processo de descentralização; Modernização, Sistematização e Aumento da Produção de Medicamento da Indústria Química do Estado de Goiás (IGUEGO) com abastecimento de medicamentos e do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás (IPASGO) com implementação de serviços complementares de assistência à saúde.

3.4.2.5 Setor: Transporte Coletivo

A área de transporte coletivo foi inserida na linha 2 e almejava aumentar a mobilidade, melhorar a acessibilidade, fortalecer as oportunidades de trabalho e renda. Para alcançar os resultados previstos desenhou 3 estratégias estruturantes:

1. Gestão compartilhada na Estrutura Institucional – Organismo metropolitano de gestão com participação do Governo do Estado (25%), Prefeitura Municipal de Goiânia (50%) e das demais prefeituras da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), com 25%;
2. Sistema Integrado de Transporte (SIT) – articulação entre o sistema de transporte de massa (sobre trilhos), eixos estruturais (ônibus) e o sistema alimentador (mini ônibus), com as transferências realizadas em terminais de integração e em pontos de conexão utilizando a bilhetagem eletrônica;
3. Desenvolvimento Urbano – Ações de requalificação da área de influência do sistema de transporte de massa e operações urbanas nas áreas com potencial de desenvolvimento, em consonância com os Planos Diretores Urbanos.

3.4.2.6 Setor: Previdência

Este setor buscou a obtenção de dados relativos aos servidores e beneficiários e avançar na realização do Recadastramento Previdenciário, Censo Previdenciário dos Inativos e Pensionistas, ações de incremento de receita por não evasão de recursos do erário.

Tabela 5 – PPA 2004 – 2007, Linha 2: Goiás Cidadania com melhoria de qualidade de Vida– Execução orçamentária-financeira, 2006 e 2007

Descrição Setor	Ano	Eficácia física %	Índice de liquidação % (c/a)	Índice de Participação % (c / $\sum c$)	Eficiência %	Orçamento Autorizado R\$ (a)	Despesa Liquidada
							R\$ (c)
Assistência Social	2006	88,00	44,54	12,53	2,0	257.234	148.523
	2007	78,80	27,12	6,28	2,90	326.294	88.479
Cultura	2006	123,70	96,11	2,67	1,30	51.812	47.824
	2007	81,10	74,09	0,72	1,10	13.779	10.209
Educação	2006	94,90	81,69	20,00	1,20	450.573	275.001
	2007	67,50	36,07	13,97	1,90	545.416	196.725
Esporte	2006	151,00	42,13	0,73	3,60	41.321	5.796
	2007	59,60	58,93	1,46	1,00	34.888	20.559
Trabalho e Renda	2006	50,20	53,02	0,47	0,90	20.521	4.444
	2007	89,70	29,07	0,26	3,10	12.753	3.707
Previdência	2006	-	-	-	-	150	150
	2007	-	-	-	-	-	-
Saúde	2006	94,90	80,41	54,36	1,20	846.096	597.817
	2007	91,10	81,82	64,56	1,10	957.981	842.536

Segurança e Justiça	2006	57,20	44,83	6,26	1,30	227.457	86.460
	2007	92,10	62,34	9,24	1,50	208.728	130.129
Transporte Coletivo	2006	101,60	100,00	2,98	1,00	30.044	27.453
	2007	-	-	-	-	49.327	49.324
Total Geral	2006	90,94	70,14	63,19	1,30	1.806.608	1.267.232
Total Geral	2007	83,69	61,17	69,31	1,80	2.302.352	1.408.281

Fonte: CGE. Elaboração da autora.

A linha estratégia que trata o desenvolvimento social teve o maior aporte de recursos do governo estadual nos anos de 2006 (63,19%) e 2007 (61,17%) apresentado desempenho dentro do esperado no quesito eficácia física (percentual de realização das metas) com índices 90,94% (2006) e 83,69% (2007) atingindo de forma geral os objetivos propostos. Se sobressaíram com alto desempenho, os setores da cultura 123,70% (2007), Esporte 151,00% (2006) e Transporte Coletivo– 101,60% (2006) ficando os demais com desempenho esperado ou próximo do esperado. O índice de liquidação também apresentou um bom grau de execução, 70.14% (2006) e 61, 17 % (2007). No quesito eficiência apresentou um resultado global com alto desempenho em 7 dos 9 setores da linha estratégica, excetuando o ano de 2006 no setor de trabalho e renda que obteve resultado dentro do esperado (0,90) e o setor da previdência que não foram encontrados registros de execução no relatório de gestão da CGE. Vale ressaltar que o setor transporte coletivo em 2007 embora no anuário acima referenciado não tenha índices de execução, a despesa liquidada equivale ao orçamento autorizado, o que nos possibilita inferir que o setor teve alta eficiência.

3.4.3 *Linha 3 – Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado.*

A linha 3 do PPA 2004-2007 era composta por programas relativos ao Desenvolvimento Regional e Urbano, Habitação, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento, cuja execução orçamentária e financeira do período pode ser verificada na tabela 6.

Tabela 6 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007 – Linha 3: Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado, execução orçamentária financeira, anos 2006 e 2007.

(R\$ 1.000,00)

Descrição Setor	Ano	Eficácia física %	Índice de liquidação % (c/a)	Índice de Participação % (c / $\sum c$)	Eficiência %	Orçamento Autorizado R\$ (a)	Despesa Liquidada R\$ (c)
Desenvolvimento	2006	63,10	47,30	2,55	1,30	33.769	14.660

Regional	2007	36,40	7,86	0,88	4,60	14.564	933
Habitação e Desenvolvimento Urbano	2006	101,30	99,39	21,75	1,00	6.885	5.615
	2007	100,50	98,28	13,94	1,00	1.338	1.018
Meio Ambiente e Recursos Hídricos	2006	10,8	20,84	3,03	0,503	42.492	5.791
	2007	30,20	12,93	3,38	2,30	34.145	4.414
Saneamento	2006	58,8	26,86	72,67	2,20	4.595	2.458
	2007	101,4	18,39	81,81	5,50	26.248	1.217
TOTAL GERAL	2006	58,5	32,01	7,46	1,25	467.493	149.660
	2007	67,13	20,15	6,43	3,35	648.618	130.703

Fonte: Relatório de Gestão da CGE-GO, vol. 1, anos 2006 e 2007.

O PPA 2004-2007 incluiu 4 das 10 regiões de planejamento do estado com ações específicas – Entorno do DF, Norte Goiano, Nordeste e Metropolitana. A execução orçamentária e financeira do biênio 2006 – 2007 pode ser observada na Tabela 7.

Tabela 7 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007, Linha 3 – Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado, execução orçamentária financeira de desenvolvimento regional, anos 2006 e 2007.

Descrição Setor	Ano	Eficácia física %	Índice de liquidação % (c/a)	Índice de Participação % (c / $\sum c$)	Eficiência %	(R\$ 1.000,00)	
						Orçamento Autorizado R\$ (a)	Despesa Liquidada R\$ (c)
Desenvolvimento do Entorno do DF	2006	66,10	48,22	2,30	1,40	7.138	3.422
	2007	48,20	8,48	0,71	5,70	10.875	922
Desenvolvimento do Norte Goiano	2006	27,19	4	4	100,00	0,00	0,3
	2007	102,50	8,44	0,00	12,10	39	3
Desenvolvimento do Nordeste Goiano	2006	99,00	98,94	0,25	1,0	377	373
	2007	5,80	12,83	0,01	0,20	60	8
Metropolitana de Goiânia	2006	0,10	0,0	0,0	0,0	554	0
	2007	0,30	5,88	0,16	0,1	3.594	211
Total Geral	2006	63,10	47,30	2,55	1,3	8073	3.818
	2007	36,40	7,86	0,88	4,6	14.568	1.145

Fonte: Relatório de Gestão Volume I – CGE/GO, ano de 2006, p. 186-194; 2007 p.210 -220.

Elaboração própria.

No ano de 2006 e 2007 para o Entorno do DF foram planejadas ações estruturantes como reestruturação do transporte coletivo do DF, implantação de centros culturais de esporte, cultura e lazer; construção de lagos artificiais, conclusão de obras na região, implantação de colônia rurais, ações emergenciais e articulação GO/DF, todas com eficiência e eficácia 0%. O que elevou os respectivos indicadores no resultado do setor de desenvolvimento regional neste período, não foi no campo da execução física mas no de gestão onde foram previstos e realizados planos de desenvolvimento institucional e ordenamento territorial (20 em 2006 e 15 em 2007, gerenciamento do referido Programa, apoio a formação de consórcios intermunicipais e elaboração de 2 projetos de desenvolvimento regional, todos com índices de eficácia física e eficiência de 100% respectivamente. De execução no DF foi registrado o asfaltamento de vias de transporte coletivo, equivalendo a 62,50%, 117.209 km (2006) e 7,3%, 13.747 km (2007) dos 187.581 idealizados e 2 projetos de infraestrutura em 2007 e nenhum em 2006.

O programa que contemplou a região norte teve em 2006 0% de eficácia física e eficiência em 3 das 4 ações previstas, quais sejam: desenvolvimento e gerenciamento de ações, apoio na formação de consórcios intermunicipais, implantação de 2 projetos de infraestrutura para a região. O que elevou um pouco o indicador de resultado foi a realização de 1 projeto de desenvolvimento para a região, com índice de 100% em eficácia física, mas 0% de eficiência. ³⁸Em 2007 o resultado diferiu do anterior positivamente somente em 2 itens, com o acréscimo de 100% dos atendimentos e ações previstas em prol do desenvolvimento da região para este ano.

A região nordeste sobressaiu-se em 2006 com o melhor indicador de resultado: 100% de eficácia física (alto desempenho) e eficiência de 1,00 (desempenho esperado), mas não sustentou o resultado em 2007, caindo para desempenho baixo (eficácia 5,8% e eficiência 0,5%). No entanto se se observar o número de ações e realização das mesmas em 2006 percebe-se um fato recorrente nas demais regiões relatadas anteriormente. O que elevou o índice não ficou no campo da execução, mas de gerenciamento. Ações idealizadas de execução – projetos especiais, de infraestrutura, de desenvolvimento regional e formação de

³⁸Relatório de Gestão Volume I – CGE/GO, ano de 2006, p. 186-194; 2007 p.210 -220.

consórcio intermunicipal obtiveram 0% de eficácia física e eficiência em ambos os anos.

Foi no campo da gestão – gerenciamento do programa e ações para a região que os resultados positivos do programa se ancoraram, o que nos dá um alerta de que somente o indicador quantitativo não revela se as ações foram ou não estruturantes (indicador qualitativo) e se foram capazes de promover o desenvolvimento para região tal qual o Programa se propôs a fazer, qual seja “Corrigir as distorções e os desequilíbrios da região, integrando-a às demais do estado, impulsionando o setor produtivo através do aproveitamento das potencialidades existentes visando a geração de emprego e renda...”³⁹

A região Metropolitana obteve índice de desempenho em 2006 – 2007 de 0%, 0,2% respectivamente em eficácia física e 0% de eficiência nas 6 ações previstas, a saber: transporte cidadão, zoneamento econômico-ecológico e geoprocessamento, melhoria de vias de transporte incluso 2 ações de gestão, projetos setoriais e do Programa.

3.4.4 *Linha 4 – Administração Pública Moderna e Empreendedora*

A linha 4 incluiu programas afetos à gestão pública: Divulgação e Publicidade, Finanças, Gestão e Regulação e a execução orçamentária correspondente podem ser vistos na tabela 8.

Tabela 8 – Estado de Goiás. PPA 2004-2007 – Linha 4: Administração Pública Moderna e Empreendedora, execução orçamentária financeira, anos 2006 e 2007

Descrição Setor	Ano	Eficácia física %	Índice de liquidação ,%(c/a)	Índice de Participação % (c / \sum c)	Eficiência %	(R\$ 1.000,00)	
						Orçamento Autorizado R\$ (a)	Despesa liquidada R\$ (c)
Divulgação e Publicidade	2006	95,90	100,00	48,52	1,00	47.308	47.307
	2007	97,00	78,19	24,66	1,20	20.833	16.288
Finanças Públicas	2006	91,10	75,03	17,19	1,20	22.332	16.756
	2007	72,30	58,63	19,55	1,29	22.024	12.912
Setor Gestão Pública	2006	315,50	73,10	32,42	4,30	43.238	31.608
	2007	40,30	77,69	52,66	0,50	44.781	34.790
Setor Regulação	2006	105,70	72,50	1,87	1,50	2.519	1.826
	2007	62,20	81,78	3,13	0,80	2.530	2.069

³⁹ PLANO PLURIANUAL – PPA 2004 – 2007. Goiânia, 2004

Total Geral	2006	152,05	84,49	4,86	2,00	115.397	97.497
	2007	67,95	73,26	3,25	0,93	90.168	66.059

Fonte: CGE – Relatórios de Gestão. Elaboração própria

No campo da Administração Pública o índice de execução do ano de 2006 foi superior à 2007, com indicadores que denotaram alto desempenho – eficácia 152,05% e eficiência 2% e 84,99, índice liquidação sendo o eixo que recebeu menor destinação de recursos (4, 86). O setor da gestão pública destacou-se dos demais com alto desempenho (315,50 e 4,30) seguido do setor de regulação: (105,70 e 1,50) em eficácia financeira e eficiência respectivamente. A avaliação do ano de 2007 apresentou desempenho moderado no que concerne à realização das metas planejadas – eficácia de 67,95 mas no total, conseguiu o alcance dos objetivos com desempenho dentro do esperado (0,93 eficiência) apesar de não aproveitar quase 30% do orçamento ao eixo destinado (73,26% liquidação) isso porque o alcance de resultados foi não financeiro (gestão, articulação). Detalhes na tabela 9.

Tabela 9 – Estado de Goiás, PPA parametrização por eixos, execução orçamentária e financeira. Anos de 2006 e 2007.

(R\$ 1.000,00)								
Parametrização	Linha *	Ano	Eficácia	Índice de liquidação%	Índices de participação%	Eficiência%	Orçamento Autorizado (a) R\$	Despesa Liquidada (c) R\$
Desenvolvimento Econômico	Linha 1	2006	79,75	68,38	24,48	2,21	717.881	490.919
Desenvolvimento Social	Linha 2	2006	95,19	70,14	63,19	1,3	1.806.608	1.267.232
Desenvolvimento Regional	Linha 3	2006	58,5	32,01	7,46	1,25	467.493	149.660
Administração Pública	Linha 4	2006	152,05	84,49	4,86	2	115.397	97.497
Todos os eixos inclusos empresas		2006	96,37	64,53	100	1,69	3.107.378	2.005.308
Desenvolvimento Econômico	Linha 1	2007	60,37%	51,23	21	1,64	832.908	426.712
Desenvolvimento Social	Linha 2	2007	79,99%	61,17	69,31	1,8	2.302.352	1.408.281
Desenvolvimento Regional	Linha 3	2007	67,13%	20,15	6,43	3,35	648.618	130.703
Administração Pública	Linha 4	2007	67,95%	73,26	3,25	0,93	90.168	66.059
Todos os eixos inclusos empresas		2007	68,86	52,45	100	1,93	3.874.046	2.031.755

Fonte: CGE – Relatórios de Gestão. Elaboração próprias

Em síntese, conforme Tabela 9 o desenvolvimento social foi o eixo com maior aporte de recursos (63,19% em 2006, 69,31% em 2007) seguido pelo desenvolvimento econômico (24,48% em 2006 e 21,0% em 2007). No entanto a execução orçamentária-financeira do setor administração pública destacou-se em

2006 das demais (152,05%, eficácia física). O Desenvolvimento regional apresentou uma execução com desempenho moderado nos dois biênios com eficácia financeira de 58,50%,2006 e 67,13%,2007.

A metodologia aplicada pela CGE aponta que os anos de 2006 e 2007 atingiram resultados satisfatórios em eficiência (>1%).No entanto este é um indicador quantitativo que aponta um norte da gestão executada, mas não nos subsidia dizer que o alcance geral foi estruturante, o que pode ser melhor evidenciado quando se analisa o resultado das ações por programa, por setor, por eixo. Neste trabalho esta análise se restringiu ao desenvolvimento regional e que neste biênio não alcançou resultados satisfatórios, sendo os melhores índices do setor alcançados foram em termos de gerenciamento de programas regionais e não na implementação, um conceito muito menor que a amplitude que uma gestão regional demandaria.

3.5 PPA 2008-2011- GOIÁS, ESTADO DA QUALIDADE DE VIDA

3.5.1 *Cenário – 2007*⁴⁰

Segundo dados extraídos do Cenário, PPA 2008-2011, o Estado ao avaliar os anos de 1999 a 2007 considerou que estes nove anos foram altamente bem-sucedidos, com profícua articulação entre interesses públicos e privados com o objetivo de minorar a pobreza, reduzir o desemprego, minimizar as desigualdades sociais e elevar o investimento como um todo.

Foram desafios que basearam a construção dos programas e ações do PPA 2008-2011: Expansão de taxa de investimento da economia, principalmente em infraestrutura e logística, exportações, emprego e renda consequentemente, aumentar o mercado de consumo interno e o bem-estar social do cidadão goiano. Estabeleceu como meta crescer acima da média nacional, com projeções de 4,5% e 5% e continuar com programas exitosos sobretudo naqueles de transferência de renda, renda cidadã e salário escola.

3.5.1.1 *Desenvolvimento Econômico: Agropecuária, Indústria, comércio e serviços, infraestrutura*

⁴⁰ PPA 2008-2011, Estado de Goiás, Cenários, Diário Oficial, 30 Jan 2008.

No setor Agropecuário – carro chefe do estado, veio apresentando dinamismo e a meta do Governo foi de continuar essa boa performance com aumento de investimentos, ampliação e diversificação das exportações inclusive com manufaturados de maior agregação de valor, aumento da economia de escala e ganho de produtividade, e ampliação do mercado interno. No campo de serviços, o aumento de receita sobretudo de serviços associados ao turismo.

Expectativa à época é que as intenções de investimento no Estado da ordem de 20, 70 bilhões nos setores de indústria e serviços, de 1240 projetos apoiassem no crescimento e desenvolvimento de setores, sobretudo aqueles segmentos com maior intenção como álcool/açúcar (33%), mineração e beneficiamentos (20,8%) e alimentos e bebidas (18,9%) correspondendo estes 3 segmentos à 72,7% dos investimentos e 28,40% dos projetos anunciados. É importante ressaltar que em termos de territorialização dos investimentos previstos 26,8% estavam situados na região sudoeste (setor sucroalcooleiro e alimentício), Centro Goiano (26,5%), Oeste Goiano (11,3%), Sul Goiano (1,2%) e Metropolitana (10,0%).

Balança comercial com superávit devido a adoção de políticas de campo fiscal, tributários, de incentivos, de logística, de sanidade animal e política institucional do governo e o bom desempenho dos empresários⁴¹. Detalhamento pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Goiás no Cenário Nacional e estadual – Alguns números e rankings

Setor	Ano 2007
Balança comercial	Superávit de USD 1,43 bilhões (52,5% a mais 2006)
Crescimento das Exportações	GO: 52,16% e País, 16,58% 13º ranking nacional Exportação para 149 países
Agronegócios	73,43% das exportações Complexo da Carne 1º lugar no ranking estadual de exportações – 32,23%, USD 1, 026 bilhões. Carne bovina (24,35%), suína (1,66%), aves (5,94%), outras carnes (0,28%); couro e derivados (3,31%) Milho (5,42%)
Mineração	21,96 % da exportação Cobre 3º – estreitou na exportação (13,70%) Ferroliga (5,42%)
Importações	Usd 1,702 bilhões, aumento de 71,43% Insumos, matérias-primas, aquisição de máquinas e equipamentos (modernização do parque industrial)
Indústria	Expansão de 2, 74% - Setor extrativo:38,38% ; - Alimentos E bebidas: 2,36% - Produtos químicos:1,83%

⁴¹ Relatório de Gestão CGE - GO, Ano 2007, Cap. 2, pag 22.

	- Indústria da transformação:0,62%
	- Metalurgia básica: – 9,60%
Comércio Estadual	Crescimento de 6,3%

Fonte: CGE. Elaboração da autora.

3.5.1.2 *Desenvolvimento Humano e Social*

No PPA de 2008-2011 o eixo de Desenvolvimento Humano e Social (Tabela 11) figurou com estratégias para 5 setores – educação; cultura, esporte e lazer; proteção social; saúde e segurança obtendo, em todos os anos, um desempenho dentro do esperado em eficácia física (metas planejadas / realizadas) com índices acima de 80% e alto desempenho em eficiência, com índices superiores a 1% nos 4 anos do Plano. Foi o eixo com maior aporte de recursos na série com índices de participação na faixa de 50% a 62% e bom índice de liquidação, entre 62% a 73%. Dentro do eixo 1 a saúde foi o setor agraciado com maior volume de recursos financeiros (64% a 69%) seguido da educação (11% a 19%) com índices de liquidação muito bons, entre 70% a 90% na saúde e baixos na educação, 40 a 50%. Alcançaram eficácia física com alto desempenho em 2008, segurança (126,70 %) e educação (101,10%); em 2009, unicamente o setor de segurança (122,60%; em 2010 cultura, esporte e lazer (101,60%) ficando desempenho próximo do esperado a moderado nos demais setores. Na maioria dos anos. No quesito eficiência o eixo que tratou do desenvolvimento social alcançou alto desempenho excetuando-se os anos de 2008 e 2009 no setor saúde, com os índices respectivamente 0,80 e 0,90.

O eixo 2 (Tabela 12), denominado Desenvolvimento Econômico e Científico – Tecnológico – Goiás Empreendedor, abrangeu 5 áreas: conhecimento, tecnologia e inovação; economia competitiva e expansão de investimentos empregos; Incremento das relações internacionais e comércio exterior, polos industriais, comerciais, serviços turísticos, mineração e agronegócios e por último, vantagens comparativas em infraestrutura energética, logística e obras públicas. Foi o segundo eixo com maior aporte de recursos entre 22 a 29%, no entanto com baixos índices de liquidação, 30% a 50% e eficácia física (menos de 50%) destacando-se excepcionalmente em 2008 os setores de ciência, tecnologia e inovação (82,90%); economia competitiva, 2009 (99,80%); 2010, polos industriais, comerciais, turismo, mineração e agronegócios (84,23%) e 2011, comércio exterior, 107,30% mas com eficiência considerada na metodologia aplicada como de alto desempenho, apesar das flutuações descritas anteriormente.

Tabela 11 – PPA 2008-2011, Eixo 1: Desenvolvimento Humano e Social -"Goiás Cidadania e Bem-estar Social" Execução orçamentária- financeira, Anos 2008,2009, 2010 e 2011

(R\$ 1.000,00)							
Estratégia Mobilizadora:	Ano	Eficácia Física	Índice de Liquidação	Índices de participação	Eficiência	Orçamento Autorizado (a)	Despesa Liquidada (c)
Educação	2008	101,10	51,36	18,90	2,00	557.824	286.479
Educação	2009	65,40	44,71	12,27	1,50	407.166	182.056
Educação	2010	87,87	49,92	13,47	1,37	472.934	236.112
Educação	2011	87,83	42,61	11,87	1,92	437.992	186.609
Cultura, esporte e lazer	2008	74,70	46,89	0,97	1,60	31.438	14.740
Cultura, esporte e lazer	2009	88,10	43,09	1,54	2,00	52.909	22.801
Cultura, esporte e lazer	2010	101,60	49,35	1,46	1,53	51.974	25.650
Cultural, esporte e lazer ⁴²	2011	83,32	37,89	0,79	1,65	32.968	12.490
Rede de proteção Social	2008	79,90	40,69	8,62	2,00	321.033	130.632
Rede de proteção social	2009	88,90	60,72	9,84	1,50	240.339	145.943
Rede de proteção social	2010	79,51	81,40	11,55	1,41	248.578	202.348
Rede de proteção social	2011	83,88	71,34	10,84	1,52	238.798	170.368
Continuação							
Saúde	2008	76,80	91,17	64,14	0,80	1.063.557	967.903
Saúde	2009	75,10	81,84	67,77	0,90	1.228.290	1.005.276
Saúde	2010	79,08	83,40	65,19	1,47	1.362.985	1.141.962
Saúde	2011	122,08	73,85	68,72	1,72	1.462.986	1.080.386
Segurança pública	2008	126,70	44,00	7,37	2,00	253.740	111.642
Segurança pública	2009	122,60	46,42	8,58	2,00	274.131	127.264
Segurança pública	2010	88,10	57,39	8,33	1,29	254.213	145.897
Segurança pública	2011	97,25	36,66	7,78	1,55	333.802	122.374
Valor total com empresas	2008	91,84	67,95	62,62	1,68	2.230.392	1.515.662
Valor total com empresas	2009	88,00	67,34	59,07	1,58	2.202.835	1.483.339
Valor total com empresas	2010	87,23	73,09	49,95	1,41	2.397.684	1.752.509
Valor total com empresas	2011	94,87	62,72	60,47	1,67	2.506.546	1.572.228

Fonte: Relatório de Gestão CGE, volume 1, Anos de 2008,2009, 2010 e 2011 – Elaboração Própria

⁴² Identidade cultural, excelência no esporte e promoção de lazer

Tabela 12 – PPA 2008-2011, Eixo 2: Desenvolvimento Econômico e Científico-Tecnológico- Goiás empreendedor e competitivo. Execução orçamentária- financeira, Anos 2008, 2009, 2010 e 2011

Estratégia Mobilizadora:	Ano	Eficácia física	Índice de liquidação	Índices de participação	Eficiência	Orçamento Autorizado (a)	R\$ (1,000,00)	
							Despesa Liquidada (c)	Despesa Liquidada (c)
II - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PARAMETRIZAÇÃO)	2008	82,90	23,20	3,01	2,00	74.841	17.362	17.362
	2009	65,40	36,71	6,99	1,80	119.738	43.955	43.955
	2010	52,98	39,68	7,13	1,60	186.100	73.844	73.844
	2011	40,90	57,05	15,56	0,85	159.473	90.981	90.981
Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos	2008	30,00	92,83	2,37	0,00	14.753	13.695	13.695
Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos	2009	99,80	2,47	0,09	2,00	23.320	577	577
Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e eEmpregos	2010	38,90	29,71	3,68	0,83	128.411	38.150	38.150
Economia Competitiva e Expansão de Investimentos E Empregos	2011	13,50	36,19	6,45	0,43	104.280	37.737	37.737
Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior	2008	0,00%	0,14	0,00	0,00	740	1	1
Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior	2009	38,30	0,00	0,00	0,00	0	0	0
Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior	2010	70,03	97,30	0,05	0,70	550	536	536
Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior	2011	107,30	5,50	0,02	2,00	1.715	94	94
Polos Industriais, Comerciais, Serviços, Turísticos, Mineração e Agronegócio	2008	51,00	24,09	10,94	2,00	261.855	63.080	63.080
Polos Industriais, Comerciais, Serviços, Turísticos, Mineração e Agronegócio	2009	20,10	28,13	14,63	0,70	327.102	92.012	92.012
Polos Industriais, Comerciais, Serviços, Turísticos, Mineração e Agronegócio	2010	84,23	26,71	8,55	1,55	331.733	88.589	88.589
Polos Industriais, Comerciais, Serviços, Turísticos, Mineração e Agronegócio ⁴³	2011	44,83	14,43	11,01	1,55	446.249	64.398	64.398
Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas	2008	45,20	45,37	83,67	1,00	1.063.330	482.483	482.483
Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas	2009	36,70	43,04	78,29	0,90	1.144.251	492.477	492.477
Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas	2010	69,05	67,55	80,59	1,05	1.235.917	834.915	834.915
Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas	2011	27,43	39,42	66,96	0,73	993.374	391.610	391.610
Valor total com empresas	2008	41,82	40,74	23,82	1,00	1.415.519	576.621	576.621
Valor total com empresas	2009	52,06	38,96	25,05	1,08	1.614.410	629.021	629.021
Valor total com empresas	2010	63,04	55,03	29,53	1,15	1.882.712	1.036.033	1.036.033
Valor total com empresas	2011	46,79	34,30	22,49	1,11	1.705.090	584.821	584.821

Fonte: Relatório de Gestão CGE, volume 1, Anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 – Elaboração Própria

⁴³ Polos dinâmicos industriais, comerciais, de serviços, turísticos, de mineração e de agronegócio⁴³

3.5.1.3 Desenvolvimento Regional

O Eixo 3 tratou do Desenvolvimento Regional, intitulado Desenvolvimento Regional e Local Sustentável – Goiás Integrado e Sustentável. Tabela 13 O eixo ficou em 3º lugar no aporte de recursos estaduais e obteve uma melhoria crescente no seu aproveitamento de recursos a eles destinado, índice de liquidação, 2008 – 30,96%, 2009 – 49,12%, 2010 – 61,82% e 2011 – 70,98%. Quanto à eficácia física o índice de realização das metas (eficácia física) oscilou de baixo desempenho a moderado, exceto em 2008 que a estratégia interiorização de investimentos e cidades sustentáveis alcançou alto desempenho – 184,70%. Esta mesma oscilação pode ser percebida no índice geral de eficiência que ficou entre alto (acima 1%) e moderado (0,50- a 0,80) desempenho que denota que apesar da problemática de aproveitamento dos recursos disponibilizados outros fatores contribuíram para o alcance dos resultados.

3.5.1.4 Desenvolvimento da Administração Pública

O último eixo 4, (Tabela 14) denominado Desenvolvimento da Administração Pública – Goiás Excelência em Gestão Pública foi o eixo que recebeu a menor fatia de recursos e trabalhou com 5 estratégias mobilizadoras na gestão pública – capacitação, gestão de competências e valorização profissional; avanço de gestão e regulação efetiva dos serviços públicos; gestão a qualidade a serviço do cidadão; rede de planejamento, orçamento, gestão, transparência e democratização e responsabilidade financeira e eficiência fiscal. Os índices de liquidação mostraram desempenho moderado entre 62% a 74% em eficácia física e 52% a 55% em liquidação, mas alto desempenho em eficiência, atingindo os resultados do Programa com valores acima de 1,0.(1,18-1,50).

**Tabela 13 – PPA 2008-2011, Eixo 3: Desenvolvimento Regional e Local Sustentável – “Goiás Integrado e Sustentável”.
Execução orçamentária- financeira, Anos 2008, 2009, 2010 e 2011**

		R\$ (1,000,00)						
Eixo	Estratégia Mobilizadora	Ano	Eficiência física	Índice de Liquidação	Índice de participação	Eficiência	Orçamento Autorizado (a)	Despesa Liquidada (c)
II - DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PARAMETRIZAÇÃO)								
	Habitação popular de qualidade	2008	28,10	59,52	2,06	0,47	7.301	4.345
		2009	9,20	54,82	3,80	0,17	19.209	10.531
		2010	45,80	86,98	3,80	0,50	18.204	15.833
		2011	48,70	49,37	4,38	1,10	29.408	14.520
	Interiorização do desenvolvimento e cidades sustentáveis	2008	184,70	1,86	0,38	2,00	43.722	812
		2009	62,00	47,67	9,17	1,30	53.250	25.386
		2010	64,30	56,5	3,85	2,00	28.346	16.017
		2011	35,00	2,2	0,01	1,33	1.986	44
	Qualidade ambiental e responsabilidade social	2008	77,20	6,48	0,81	2,00	26.318	1.704
		2009	19,10	27,03	2,87	0,71	29.341	7.931
		2010	13,20	72,71	3,43	0,20	19.644	14.282
		2011	55,30	8,91	0,62	2,00	22.890	2.039
	Regiões de desenvolvimento harmônico e equilibrado	2008	71,80	5,65	1,68	2,00	62.747	3.543
		2009	80,90	29,42	2,24	2,00	21.068	6.197
		2010	29,16	44,3	3,36	0,62	31.554	13.978
		2011	67,46	54,33	5,16	0,82	31.466	17.096
	Saneamento básico universalizado	2008	64,20	37,04	95,07	1,73	541.973	200.766
		2009	90,40	51,45	81,92	1,76	440.678	226.750
		2010	61,83	61,88	85,55	1,00	575.330	356.009
		2011	74,13	78,11	89,83	0,77	380.876	297.519
	Valor total com empresas	2008	85,20	30,96	8,72	1,64	682.061	211.170
		2009	52,32	49,12	11,02	1,19	563.545	276.795
		2010	42,86	61,82	11,86	0,86	673.078	416.120
		2011	56,12	70,98	12,74	1,20	466.625	331.218

Fonte: Relatório de Gestão CGE, volume 1, Anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 – Elaboração Própria

Tabela 14 – Estado de Goiás, PPA 2008-2011 Eixo 4: Desenvolvimento da Administração Pública – Goiás Excelência em Gestão Pública. Execução orçamentária-financeira, Anos 2008,2009, 2010 e 2011

Eixo	Estratégia Mobilizadora:	Ano	Eficácia física	Índice de liquidação	Índices de participação	Eficiência	Orçamento Autorizado (a)	Despesa Liquidada (c)	
								R\$ (1,000,00)	R\$ (1,000,00)
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (PARAMETRIZAÇÃO)	Capacitação, gestão de competências e valor. Profissional	2008	51,40	10,08	0,51	2,00	5.882	593	593
		2009	101,50	17,15	1,31	2,00	9.320	1.598	1.598
		2010	69,70	75,45	5,17	1,40	20.788	15.685	15.685
		2011	30,85	1,84	0,08	2,00	4.665	86	86
	Avanço de gestão e regul. Efetiva dos serviços públicos	2008	135,50	71,19	82,49	1,90	135.584	96.523	96.523
		2009	81,60	51,12	81,95	1,60	195.305	98.820	98.820
		2010	56,62	74,14	86,7	0,81	355.023	263.226	263.226
		2011	33,15	40,26	86,94	0,62	240.842	96.973	96.973
	Gestão da qualidade a serviço do cidadão	2008	26,50	15,14	1,54	1,75	11.904	1.802	1.802
		2009	89,30	70,76	3,38	1,26	5.813	4.113	4.113
		2010	70,25	45,35	1,26	1,15	8.426	3.821	3.821
	2011	29,30	15,2	1,14	1,00	8.368	1.272	1.272	
Rede de planej., orçam., gestão, transpar. e democratização ⁴⁴	2009	104,10	37,27	0,07	2,00	219	82	82	
	2010	57,80	39,86	0,08	1,33	624	249	249	
	2011	70,20	16,49	0,2	1,70	1.329	219	219	
	2008	71,90	4,93	0,02	2,00	447	22	22	
Responsabilidade financeira e eficiência fiscal	2008	92,80	45,68	15,44	2,00	39.558	18.072	18.072	
	2009	62,50	56,89	13,29	1,10	28.468	16.194	16.194	
	2010	116,95	79,56	6,8	1,95	25.933	20.631	20.631	
	2011	95,85	66,29	11,64	2,00	19.588	12.985	12.985	
Valor total com empresas	2008	75,62	60,51	4,83	1,93	193.375	117.012	117.012	
	2009	87,80	50,94	4,85	1,59	239.126	121.818	121.818	
	2010	74,26	73,91	8,65	1,33	410.795	303.613	303.613	
	2011	51,87	40,59	100,00	1,46	274.792	111.536	111.536	
TOTAL	2008	73,62	53,53	100,00	1,50	4.521.346	2.420.465	2.420.465	
	2009	70,35	54,35	100,00	1,36	4.619.916	2.510.973	2.510.973	
	2010	66,84	65,40	100,00	1,18	5.464.269	3.508.274	3.508.274	
	2011	62,41	52,49	100,00	1,35	4.963.054	2.599.802	2.599.802	

Fonte: CGE – Relatórios de Gestão. Elaboração própria

⁴⁴ Rede de planejamento, orçamento, gestão, controle interno com ética, transparência e democratização

3.6 PPA 2012-2015

O PPA 2012-2015 teve como meta a visão de transformar Goiás em um dos maiores polos de desenvolvimento econômico deste país. O modelo conceitual se firmou em eixos estratégicos de planejamento, programas globais, estruturantes e integrados, também pensados por regiões, setores da administração e por segmentos da sociedade com a expectativa de colher resultados objetivos.

Foram propostos planos de investimento em infraestrutura, como a recuperação, reconstrução e ampliação da malha rodoviária e melhoria da logística; soluções energéticas e produtivas; projetos na área da ciência e tecnologia, bem como a formação de centenas de milhares de pessoas através do Bolsa Futuro; continuidade e aprimoramento de programas voltados para modernização da máquina pública, saúde, educação e segurança pública.

3.6.1 *Cenário Socioeconômico de Goiás*

O cenário que foi concebido o Plano Plurianual de 2012-2015 teve como alicerce um ciclo de crescimento econômico positivo iniciado pela economia goiana a partir do ano 2000, com o PIB crescendo em termos reais, em média, 4,9% ao ano, com movimentação no ranking nacional, saindo da 10ª posição na composição do PIB do Brasil (2000) e posicionando-se desde 2002 na 9ª colocação, integrando há sete anos o rol das dez maiores economias brasileiras.⁴⁵ Foi estabelecido como meta PIB-GO atingir no final de 2015, R\$ 121,6 bilhões representando uma expansão no valor de R\$ 46,3 bilhões com participação de 3% da economia brasileira.

Em 2011 era esse o perfil socioeconômico: agronegócio dinâmico, aumento na balança comercial das exportações dos complexos soja e carne, recordista na geração de emprego entre as unidades da federação. Os maiores polos urbanos do Estado, Goiânia e Anápolis se firmando como regiões dinâmicas do País, mesmo que afastados do grande eixo polarizador SP e RJ.

⁴⁵ Plano PluriAnual 2012-2015 – Governo de Goiás - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº21.264, 13 DE JANEIRO DE 2012

Quadro 24 – Cenário Goiás na elaboração do PPA 2012-2015

Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> Quarto produtor nacional de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão); Milho: 8,7% da produção nacional; sorgo (40,9%), alho (37,5%), tomate (30,2%) da produção nacional;
Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> Rebanho bovino goiano é o 4º no ranking brasileiro, 10,2% no efetivo nacional; Efetivo de aves: 4,3% do rebanho nacional;
Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none"> US\$ 544,86 milhões (2000) para US\$ 4,04 bilhões 2010 Exportação de soja (34%), carne (25,1%) e minérios (23,25) em 2010.
Malha Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> 24,9 mil Km de rodovias dos quais, 52%, 13,2 mil km são pavimentados
Cenários almejados para 2015 Base referencial: 2009/2010	<p>Aumento de produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cana de açúcar, 24,3%; Soja em grão, 18,4%; Milho, 9,9%; Efetivo de aves, 28,1%; Efetivo de bovino, 10,0%; Efetivo de suínos, 10,8%; Produção de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) – 16,0 milhões; Abate (bovina, suína e aves) acréscimo de 35,5%
	<p>Indústria:</p> <ul style="list-style-type: none"> Crescimento da base industrial: 50% no Valor da Transformação Industrial (VTI) até 2015 tomando como base o ano de 2009, cujo valor era de R\$ 15,2 bilhões.
	<p>Emprego formal:</p> <ul style="list-style-type: none"> Vínculos formais ativos: 1.313.641, 2010; 9ª unidade da Federação Meta: 400 mil novos empregos até o ano de 2015.
	<ul style="list-style-type: none"> IDH: melhor posição entre os estados brasileiros no Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, ambos indicadores são usados na formação do índice
Perspectivas de investimentos	<ul style="list-style-type: none"> 25,5 Bilhões através de 989 projetos, sendo 80,4% das intenções de investimento e 23,6% dos projetos anunciados: Segmento Sucroenergético R\$ 8,18 bilhões (32,0%); Mineração e Beneficiamento R\$ 4,56 bilhões (17,9%); Transporte e Logística R\$ 3,73 bilhões (14,6%); Indústria Metal-Mecânica R\$ 2,53 bilhões (9,9%); Indústria de Alimentos R\$ 1,53 bilhão (6,0%)

Fonte: PPA 2012 – 2015 (2012) Elaboração da autora

3.6.2 PPA de 2012- 2015 – Eixos Estratégicos

O PPA de 2012- 2015 trabalhou com 3 eixos estratégicos:

1. Eixo I -Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social ;
2. Eixo II – Revitalização e Ampliação da Infraestrutura ;
3. Eixo III – Estruturação de uma Nova Administração Pública.

3.6.3 PPA 2012-2015 – Execução orçamentária-financeira

O PPA 2012 – 2015 apresentou a seguinte execução orçamentária financeira, conforme Tabela 15.

Alcançou de maneira geral um desempenho moderado com índices de eficácia física de 50% a 70%, índices de liquidação de baixo (2012 – 48,26%, 2013 –

45,95%) a moderado (2014 – 55,59%, 2015 – 66,75%) demonstrando uma certa evolução na capacidade de aproveitamento dos recursos provisionados para as ações e programas com alta eficiência, de acordo com a metodologia aplicada pela CGE, com índices superiores a 1,0 em todos os anos.

A destinação de recursos para os eixos teve uma alteração ao longo dos anos, ficando em 1º lugar o setor de Desenvolvimento Social nos anos de 2012 (37,39%), 2015 (46,03%); o setor de desenvolvimento econômico e regional em 2013 (42,17%), 2014 (44,34%) e o setor de administração pública com a menor parcela de aporte de recursos de 2012-2015.

3.6.3.1 Eixo I: Execução orçamentária- financeira – Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social (Desenvolvimento Social)

O Eixo I – Desenvolvimento Social obteve um desempenho moderado em eficácia física e alto desempenho em eficiência nos 4 anos da série (2012-2015). No que concerne a capacidade de aproveitamento dos recursos alocados alcançou baixo desempenho em 2012- 48,26 %; 2013 – 45,95% e desempenho moderado nos anos de 2014 – 55,79% e 2015 – 66,75%. Este eixo trabalhou 6 áreas – Cultura, Educação, Esporte e lazer, Proteção Social, Saúde e Segurança ficando o setor de saúde com maior fatia de recursos, seguidos da educação, proteção social, segurança e cultura.

O melhor desempenho ficou com a Proteção Social com alto desempenho nos anos de 2012 (82,69%), 2013 (80,42%), 2014 (94,99%) e a Cultura em 2014 (104,17%). Os outros setores, em todos os anos, apresentaram desempenho moderado, excetuando o setor de Esporte e Lazer que no geral teve um baixo desempenho com índices inferiores à 50% (20%-40%) e educação que no ano 2012 também não alcançou bons índices (46,07%).

3.6.3.2 Eixo II – Revitalização e Ampliação da Infraestrutura (Desenvolvimento Econômico e Regional)

O Eixo II – Desenvolvimento Econômico e Regional teve baixo desempenho em eficácia física com índices entre 41% a 49%, exceto em 2012 que obteve resultado moderado (64,68%).

O aproveitamento dos recursos alocados nas ações e programas também revelaram baixo desempenho com desperdício de orçamento, com índices de 27 % a 41%.

Percebe-se novamente um descompasso com desempenhos baixos registrados no alcance das metas (eficácia física), baixa capacidade de execução do orçamento alocado (índice de liquidação) e apesar destes indicadores desfavoráveis, os relatórios apresentam alto desempenho em eficiência, o que denota mais uma vez problemas seja metodologia aplicada, inconsistência na base de dados informada pelos órgãos. Isso remete à necessidade de formulação de indicadores de resultados mais precisos e dar mais transparência na execução da gestão pública estadual.

Como este eixo é o tema central desta dissertação segue abaixo uma melhor avaliação do desempenho nos 3 subsetores do eixo – Desenvolvimento Regional, Urbanismo e Meio Ambiente; Competitividade Econômica e Infraestrutura Econômica.

Em termos de destinação de recursos dentro do eixo foi o setor de infraestrutura o maior privilegiado, seguido do Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (índice de participação). No entanto foi o setor de Competitividade Econômica que alcançou os melhores resultados apresentando um desempenho de moderado (50% a 75%) a alto (2014 – 82,37%) em eficácia física. O índice de liquidação do eixo ficou a desejar com baixo desempenho (27% a 45%) o que demonstra que os recursos alocados não foram bem utilizados, o que revela desperdício de orçamento que poderia ser remanejado para outros programas e ações.

O índice geral de eficiência do eixo foi favorável com valores próximos ou superiores a 1,0. Vale ressaltar que foi o setor da competitividade que alavancou o índice geral (1,61 a 1,76) pois excetuando o desenvolvimento regional e meio ambiente que alcançaram em 2013 e 2014 índices de alto desempenho (superiores a 1,0) os demais setores nos anos da série, apresentaram desempenho moderado.

Analisando mais amiúde, o Eixo Estratégico Revitalização e Ampliação da Infraestrutura foi composto por 2 macro objetivos – Desenvolvimento econômico, com oportunidade para todos os goianos, subdividido em 2 setores, competitividade econômica e infraestrutura econômica e o macro objetivo – Desenvolvimento ambiental sustentável e infraestrutura urbana para melhorar a qualidade de vida que

abrangeu também, subdividido em 2 setores, urbanismo e meio ambiente. Este último, será analisado mais profundamente por alocar programas por regiões de planejamento ou mesmo por estratégia regional de desenvolvimento.

Na tabela 15, observou-se que os programas mais afetos ao desenvolvimento específico de regiões tiveram desempenho baixo tanto em eficácia física quanto em índice de liquidação com índices inferiores a 50%, em muitos com valores inferiores a 10%, o que denota uma baixa capacidade de execução e desperdício de orçamento alocado.

Este baixo desempenho se refletiu também na eficiência com índices inferiores a 1,0 com alto desempenho somente nos anos de 2013 e 2014.

No resultado final do setor averiguou-se baixo desempenho de eficácia física, baixa capacidade de liquidação com índices bem inferiores a 50%.

Ao analisar as ações dos programas de cunho regional verificou-se que em geral as mesmas não tinham cunho estruturante, mas de melhoria de equipamentos públicos ou atividades de gestão e interlocução com baixo impacto para alavancar desenvolvimento, muito embora a estratégia desenhada tenha sido por polos ou vocações regionais. No processo de execução percebeu-se a estruturação do programa com pulverização de estratégias dificultou o processo de execução orçamentária e financeira, e uma certa tendência de alocar as ações no programa 1137 denominado Programa de Desenvolvimento Regional e Polos de Desenvolvimento, não existente em 2012, e criado com uma nomenclatura que muito provavelmente pudesse abarcar outras ações. Se essa hipótese é certa, a análise não permite afirmar, mas a existência de muitos programas dificulta a execução orçamentária financeira.

Este detalhamento pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 – PPA 2012-2015 – execução orçamentária financeira, Eixo Desenvolvimento Regional, Anos 2012-2015

Programa	Ano	Eficiência Física	Índice de Liquidação	Índice de Participação	Eficiência
1006-Programa De Desenvolvimento da Região Metropolitana De Goiânia	2012	28,34	74,23	10,04	0,40
	2013	26,34	85,88	6,15	0,30
	2014	8,83	107,98	4,76	0,10
	2015	7,68	1,63	6,17	0,00
1009-Programa De Transporte E Mobilidade Da Região Metropolitana De Goiânia	2012	22,72	38,35	7,24	0,60
	2013	44,43	34,23	3,51	1,30
	2014	62,85	81,93	3,56	0,08
	2015	64,85	52,28	4,59	1,20
1010-Programa De Implantação Do VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos	2012	1,06	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	11,83	87,84	0,09	0,10
1016-Programa De Desenvolvimento Integrado Da Região Do Entorno Do Distrito Federal	2012	4,49	3,79	1,77	1,20
	2013	3,66	4,74	1,21	0,80
	2014	5,95	17,37	3,22	0,30
	2015	7,50	14,12	3,98	0,50
1024-Programa De Desenvolvimento Integrado Do Oeste Goiano	2012	5,53	0,22	0,00	2,00
	2013	5,92	8,17	0,25	0,70
	2014	20,57	21,45	0,22	1,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00
1026-Programa De Desenvolvimento Integrado Do Nordeste Goiano	2012	92,28	36,76	0,74	2,00
	2013	6,00	3,61	0,12	1,70
	2014	20,57	16,61	0,23	1,20
	2015	9,95	30,60	0,04	0,30
1032-Polo De Desenvolvimento Brasília/Corumbá/Pirenópolis/Jaraguá/Goias	2012	35,47	1,94	0,02	2,00
	2013	33,72	14,23	0,34	2,00
	2014	29,65	19,86	0,32	1,50
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua

Continuação

1035-Polo De Desenvolvimento Econômico E Turístico Da Região Dos Lagos Do Rio Paranaíba	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	20,58	4,85	0,02	2,00	2,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1037-Polo De Desenvolvimento Econômico Do Sudoeste Goiano	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	20,58	2,27	0,00	2,00	2,00
	2015	-	-	-	-	-
	2012	43,10	82,91	0,43	0,50	0,50
	2013	48,80	29,95	0,23	1,60	1,60
1040-Polo De Desenvolvimento Mineral E Turístico Do Norte Goiano	2014	20,57	24,72	0,07	0,80	0,80
	2015	-	-	-	-	-
	2012	0,69	0,35	0,00	0,00	0,00
	2013	34,67	0,10	0,01	2,00	2,00
	2014	28,52	8,10	0,01	2,00	2,00
1048-Programa De Desenvolvimento E Ordenamento Territorial	2015	0,06	0,91	0,00	0,10	0,10
	2012	73,04	0,00	0,00	2,00	2,00
	2013	29,67	16,03	0,28	1,90	1,90
	2014	9,87	2,44	0,01	2,00	2,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064-Programa De Educação, Fiscalização E Gestão Ambiental	2012	95,06	27,39	0,65	2,00	2,00
	2013	95,06	19,26	0,37	2,00	2,00
	2014	148,64	15,91	0,35	2,00	2,00
	2015	118,84	52,60	0,73	2,00	2,00
	2012	73,04	0,00	0,00	2,00	2,00
1073-Programa De Mobilidade Urbana E Trânsito	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	29,50	0,53	0,00	2,00	2,00
	2012	55,07	29,89	20,64	1,4	1,4
	2013	2,42	24,78	13,91	0,10	0,10
1082-Programa De Saneamento Básico	2014	1,87	34,00	10,74	0,10	0,10
	2015	2,02	21,30	11,89	0,10	0,10
	2012	135,11	3,95	0,02	2,00	2,00
	2013	90,77	8,09	0,02	2,00	2,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1085-Programa De Proteção Das Aguas	2015	176,11	11,40	0,03	2,00	2,00

Continua

Conclusão

1112-Programa De Desenvolvimento Da Região De Anápolis	2012	71,87	31,36	3,56	2,00
	2013	52,69	67,82	4,34	0,80
	2014	123,32	58,83	3,07	2,00
	2015	78,85	17,61	0,46	0,50
1137- Programa de Desenvolvimento Regional e Polos de Desenvolvimento	2012	-	-	-	-
	2013	16,67	0,33	0,00	2,00
	2014	47,42	8,03	0,11	2,00
	2015	16,10	29,81	1,17	0,50
1141-Programa De Desenvolvimento Sustentável	2012	1,33	19,43	0,15	0,10
	2013	0,89	32,27	0,03	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,71	26,03	0,09	0,00
GERAL	2012	31,66	26,04	45,24	0,92
	2013	25,88	21,36	30,83	1,01
	2014	30,04	30,50	26,74	1,04
	2015	20,64	27,75	29,16	0,58

Fonte: CGE. Elaboração própria

3.6.3.3 Eixo III – Estruturação de uma Nova Administração Pública

O Eixo III – Administração Pública apresentou desempenho moderado em eficácia física (55% a 68%), alta eficiência (1,15 – 1,52) e índice de liquidação de baixo desempenho (2012 – 41,11%, 2013 – 37,79%) a moderado (2014 – 65,34%, 2015 – 55,01%) o que nos aponta novamente para baixa capacidade de utilização dos recursos públicos alocados, um problema recorrente em todos os setores analisados neste documento.

As tabelas 16, 17 e 18 apresentam uma parametrização do PPA 2012-2015 em 4 eixos, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Regional e Gestão Pública de forma a melhor concluir o resultado da execução orçamentária financeira desse instrumento de planejamento.

Tabela 16 – PPA 2012-2015, Eixo 3 – Estruturação de uma Nova Administração Pública

(R\$ 1.000,00)								
Eixo	Setor	Ano	Eficácia física %	Índice de liquidação %	Índices de participação %	Eficiência %	Orçamento Autorizado R\$)	Despesa Liquidada R\$
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Parametrização)	Gestão Pública	2012	77,11	56,46	33,21	1,58	2.072.258	1.170.055
		2013	88,53	51,09	23,35	1,78	2.256.179	1.152.677
		2014	49,89	64,26	21,22	1,15	2.182.608	1.402.561
		2015	67,97	72,10	25,33	1,10	1.878.706	1.354.563
Todos os Eixos, inclusas empresas		2012	64,68	41,11	100,00	1,45	8.568.511	3.522.734
		2013	68,14	37,79	99,99	1,52	13.061.119	4.935.604
		2014	65,34	51,88	100,00	1,31	12.741.367	6.610.437
		2015	55,01	52,49	100,00	1,15	9.835.374	5.347.821

Fonte: CGE, Relatórios de Gestão Governamental, 2012- 2015. Elaboração própria

Tabela 17 – Parametrização do PPA 2012-2015, Eixo Desenvolvimento Social.
(R\$ 1.000,00)

PARAMETRIZAÇÃO	Setor	Ano	Eficácia Física%	Índice De Liquidação %	Índices De Participação %	Eficiência %	Orçamento Autorizado (R\$1.000)	Despesa Liquidada (R\$1.000)
Eixo 1: Estratégia Radical em Educação, Saúde, Segurança e Proteção Social Desenvolvimento Social	Cultura	2012	77,82	52,63	0,85	1,73	21.180	11.147
		2013	82,75	22,20	0,77	2,00	58.898	13.077
		2014	104,17	58,61	1,41	1,77	54.735	32.079
		2015	64,85	68,46	1,39	1,40	50.092	34.292
	Educação	2012	46,07	40,63	25,18	1,37	816.318	331.651
		2013	70,74	49,75	21,97	1,50	751.378	373.819
		2014	55,62	46,44	18,15	0,91	889.739	413.222
		2015	59,63	45,42	13,83	1,31	749.796	340.578
	Esporte e Lazer	2012	41,34	17,04	0,46	2,00	35.397	6.031
		2013	56,18	22,53	1,53	2,00	115.827	26.098
		2014	16,63	8,66	0,36	1,40	95.148	8.244
		2015	23,33	7,92	0,11	2,00	35.365	2.801
	Proteção Social	2012	82,69	18,49	2,60	1,37	577.700	301.046
		2013	80,42	40,12	22,17	1,50	940.312	377.219
		2014	94,99	69,55	23,81	1,49	779.196	541.964
		2015	59,37	92,45	28,25	1,21	672.280	621.536
	Saúde	2012	78,13	55,01	38,97	1,64	933.069	513.290
		2013	66,00	56,31	42,98	1,52	1.298.566	731.237
		2014	72,23	72,26	46,62	1,16	1.468.912	1.061.372
		2015	61,46	71,95	48,76	0,96	1.668.248	1.200.263
	Segurança	2012	78,92	44,57	11,69	1,28	345.398	153.927
		2013	75,66	33,61	10,58	1,36	535.863	180.090
		2014	81,34	27,70	9,65	1,43	793.151	219.681
		2015	65,86	51,18	10,65	1,17	512.449	262.247
	Valor total com empresas	2012	67,50	48,26	37,39	1,57	2.729.062	1.317.092
		2013	71,96	45,95	34,47	1,65	3.700.844	1.701.540
		2014	70,83	55,79	34,44	1,36	4.080.881	2.276.562
		2015	56,00	66,75	46,03	1,34	3.688.230	2.461.717

Fonte: CGE – Relatórios Governamentais, 2012-2015. Elaboração própria

Tabela 18 – Estado de Goiás, PPA 2012-2015, Execução orçamentária-financeira, Eixo 2, Desenvolvimento Regional, Anos 2012-2015

(R\$ 1.000,00)

Eixo	Setor	Ano	Eficácia física	Índice de liquidação	Índices de participação	Eficiência	Orçamento	Despesa
							Autorizado (a)	Liquidada (c)
EIXO 2 – REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA (PARAMETRIZAÇÃO)	Desenvolvimento Regional, Urbanismo e Meio Ambiente	2012	31,68	27,34	45,24	0,92	1.799.656	468.547
		2013	25,88	21,36	30,83	1,01	3.004.001	641.641
		2014	30,04	30,50	26,75	1,04	2.570.516	783.930
		2015	20,64	27,75	29,16	0,58	1.609.403	446.588
	Competitividade Econômica	2012	75,76	25,22	6,38	1,76	261.951	66.052
		2013	72,25	23,76	5,91	1,61	517.977	123.050
		2014	82,37	35,53	4,60	1,66	379.392	134.810
		2015	70,75	21,78	4,36	1,71	306.452	66.735
	Infraestrutura Econômica	2012	40,84	29,37	48,38	0,89	1.705.587	500.987
		2013	33,70	36,76	63,26	0,81	3.582.117	1.316.694
		2014	37,27	57,05	68,66	0,72	3.527.971	2.012.575
		2015	32,55	43,28	66,48	0,69	2.352.583	1.018.218
	Valor total com empresas	2012	64,68	27,49	29,40	1,45	3.767.194	1.035.586
		2013	43,94	29,30	42,17	1,14	7.104.095	2.081.385
		2014	49,89	45,35	44,34	1,14	6.477.879	2.931.315
		2015	41,32	40,80	20,29	0,99	4.268.438	1.531.541

Fonte: CGE, Relatórios Governamentais, 2012-2015. Elaboração própria

Analisando os 4 anos do PPA 2012 – 2015 percebe-se que o mesmo apresentou índices de execução inferiores ao PPA anterior, e a capacidade de aproveitamento do orçamento alocado ficou no patamar entre 40 a 55%.

Não se apresentou avanços enquanto Política Pública instituída de forma explícita em Desenvolvimento Regional. No entanto, a Agência de Desenvolvimento Regional desempenhou o papel institucional de executar as ações de cunho regional sobretudo aquelas que tinham direcionamento territorial – Nordeste, Norte, Sudoeste, Região de Lagos, Anápolis, Eixo Histórico sendo a questão regional novamente abordada de forma implícita, com continuidade de priorização de estratégias anteriores tais como: competitividade, expansão de investimentos e empregos; comércio exterior, Polos, desenvolvimento de potencialidade locais e regionais.

Percebe-se a influência de estratégias contemporâneas ligadas à melhoria do espaço urbano sobretudo na região metropolitana e à sustentabilidade ambiental.

3.7 INDICADORES DE RESULTADO

Aferir a execução orçamentaria e financeira é importante para analisar a capacidade de gestão estratégica governamental e perceber, pelos programas e ações prioritizadas, quais problemas e questões entraram na agenda pública, sobretudo no que tange o desenvolvimento regional.

No entanto, o estudo desses índices não nos possibilita aferir se as ações realizadas, seja de cunho regional propriamente dito ou não, mesmo que a propositura de política pública tenha se dado de forma implícita ou complementar com outros setores, tiveram arrebate no território e se promoveram crescimento e desenvolvimento e foram capazes de minimizar desigualdades regionais existentes.

Neste sentido, parte-se da utilização de indicadores econômicos e sociais tendo como principal fonte o Instituto Mauro Borges - GO, considerando indicadores gerais do estado de Goiás, como também indicadores seccionados por regiões de planejamento, com o objetivo de subsidiar a análise de ocorrência ou não, de mudanças positivas no território, de diminuição de concentração de riqueza e fomento do desenvolvimento local e regional. É certo que as ações estatais se somam às outras intervenções no território, seja pela União ou pelo próprio município, aliado ao capital social e econômico endógeno existente. É fato que a governança local, a força do mercado e das instituições existentes, importa.

A seguir, será apresentada uma série de estudos setoriais por região de planejamento com o objetivo de, além dos acima explicitados, identificar se o conjunto da obra proporcionou mudanças estratégicas com ganho local ou regional, ou se ao contrário, não foram capazes de gerar desenvolvimento e reduzir desigualdades.

Alguns dados analisados não abrangem toda a série história, 1999-2015, sendo utilizado como base os anos disponíveis ou dado disponível, dentro deste intervalo temporal.

A tabela 19 apresenta um resumo do perfil físico demográfico do Estado de Goiás e de suas 10 regiões de planejamento nos anos comparativos de 1991 e 2013 ou 2014 (conforme disponibilidade do dado) uma vez que a caracterização do território é base na formulação de estratégias voltadas para suas particularidades e especificidades.

Tabela 19 – Indicadores Físico-demográficos, Área, população residente, população por faixa etária, densidade demográfica Estado de Goiás e Regiões de Planejamento, Anos 1991,2013-2014.

Indicadores	Estado (Referência)	Metropolitana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
Municípios (nº) / %	246	8,1	12,6	10,6	10,6	8,9	7,7	17,5	8,1	10,6	5,3
Área (km²) / %	340.111,38	2,2	5,4	7,4	18,1	7,4	10,6	15,5	11,4	17,5	4,6
Densidade Demográfica (hab./km²) – 2013	19,18	325,98	36,07	17,13	9,95	10,64	32,25	6,67	4,71	5,37	9,47
População total – 1991 (nº) / (%)	4.018.903	32,7	11,9	7,4	9,1	4,7	11,8	8	3,4	7,8	3,3
População total – 2014 (nº) / %	6.523.222	36,55	10,3	6,6	9,4	4,1	17,8	5,4	2,8	4,9	2,3
População fx. Etária (2010):0-4 anos (nº) / (%)	437.864	34,9	9,7	6,1	9,4	3,7	21,3	4,6	3,4	4,9	2
População fx. Etária (2010):15-19 anos (nº) / (%)	533.590	36	10,2	6,3	9	3,8	18,8	5,5	3,1	5,1	2,2
População fx. Etária (2010): ≥ 70 anos (nº) / (%)	237.358	33,2	12,1	8,7	9,8	5,4	10,9	8,1	2,8	6	3,2

Fonte: Segplan / IMB⁴⁶

⁴⁶ Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento/Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Segplan / IMB – Regiões de Planejamento Estado de Goiás, 2014.

3.7.1 *Desenvolvimento Econômico*

3.7.1.1 *Taxas de Crescimento*

A Tabela 20 traz um resumo alguns indicadores econômicos e sociais em anos escolhidos, 1991, 2013, 2014 e nos apresenta um perfil geral das regiões de planejamento do estado.

No que concerne os indicadores do Estado nos 3 ciclos, tabela 20 (1991-2000; 2000-2010 e 2010-2014⁴⁷) temos que a taxa de crescimento anual do Estado no período de 1991/2000 foi de 2,46%, decrescendo para 1,84% no período de 2000 – 2010 e voltando a crescer de 2010 – 2014 com 2,10%.

Esse mesmo movimento pode ser percebido nas regiões Metropolitana (3,20%/2,23%/2,25%), Sul Goiano (1,77%/1,37%/1,77%) e Entorno do DF (6,2%/2,6%/2,6%) no mesmo período acima, sendo a maior queda registrada na região do Entorno do DF referente a passagem do 1º para o 2º ciclo. As demais 7 regiões registraram um movimento ascendente nos 3 ciclos. Vale ressaltar que a única região que apresentou índice negativo foi a região Norte Goiano com a taxa de crescimento de -0,44% no período de 1991-2000, conseguindo melhorar os índices nos ciclos seguintes, 0,24% (2000-2010) e 0,92 (2010-2014).

⁴⁷ Nota explicativa: Período de 2000-2014 foi o período disponível com informação no Instituto Mauro Borges, não tendo portanto dados de 2015. Acesso em maio de 2017.

Tabela 20 – Goiás, regiões de planejamento. Indicadores econômicos e sociais. Anos, 1991, 2013, 2014

Indicadores	Estado (Referencia)	Metropolit ana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
Taxa de crescimento anual (%) – 1991/2000	2,46	3,20	1,37	1,77	1,92	1,42	6,2	0,24	0,99	-0,44	0,07
Taxa de crescimento anual (%) – 2000/2010	1,84	2,23	1,4	1,37	2,49	1,58	2,6	0,30	1,40	0,24	0,44
Taxa de crescimento anual (%) – 2010/2014	2,10	2,35	1,8	1,77	2,51	1,92	2,6	0,96	1,79	0,92	1,08
Número de emprego – 2013 (nº) / (%)	1.509.395	53,4	9,6	6,5	10,0	3,7	7,5	3,5	1,1	3,2	1,4
Rend. Nominal médio mensal – (R\$) – 2013	1.849,14	2.095,21	1.629,44	1.568,55	1.735,92	1.633,91	1.421,25	1.354,45	1.237,48	1.599,48	1.263,61
IDH – M – 1991 (índice)	0,487	0,431	0,411	0,452	0,427	0,448	0,401	0,426	0,334	0,379	0,409
IDH – M – 2000 (índice)	0,615	0,566	0,550	0,593	0,559	0,595	0,533	0,565	0,480	0,533	0,560
IDH – M – 2010 (índice)	0,735	0,706	0,695	0,709	0,707	0,717	0,685	0,565	0,647	0,675	0,695
Educação: Nº de Escolas – 2013 (nº) / (%)	4.525	27,6	10,7	7,2	9,4	5,2	16,60	7,8	5,7	6,7	3,0
Educação: Alunos Matriculados – 2014 (nº) / (%)	1.440.549	34,2	10,4	6,6	9,5	4,2	20,10	4,8	3,1	5,1	2,0
Educação: Taxa de analfabetismo (%) – 2010	7,3	4,4	7,6	8,6	8,3	7,3	7,3	11,4	16,40	12,1	12,20
Saúde – hospitais (nº) – 2014 (nº) / (%)	452	34,1	11,3	8,4	9,5	5,1	8,2	9,5	4,0	6,6	3,3
Saúde – leitos (nº) – 2014 (nº) / (%)	18.968	49,3	12,3	5,9	8,5	4,0	5,2	5,3	2,10	5,0	2,4
População atendida (%) – 2014 – Água	95,27	92,93	97,13	97,98	97,76	100,0	95,35	98,54	98,32	94,14	99,93
População atendida (%) – 2014 – Esgoto	48,93	63,04	48,88	68,33	53,84	22,09	27,30	33,96	48,93	15,60	57,11
Produção de Grãos (t) – 2013	18.131.632	0,8	1,5	10,5	45,50	12,20	15,50	9,1	1,9	2,3	0,9
Pecuária – 2013 – Bovino (cab.)	21.580.398	3,5	7,1	8,9	14,60	7,5	6,60	21,10	6,0	18,10	6,6
Pecuária – 2013 – Suínos (cab.)	2.060.360	4,2	4,4	7,8	53,50	6,3	5,10	9,2	1,7	4,3	3,5
Pecuária – 2013 – Aves (cab.)	61.267.358	8,7	1,5	11,9	32,50	21,60	8,2	3,1	1,3	1,10	10,10
Pecuária – 2013 – Produção de leite (mil litros)	3.776.803	6,3	9,6	17,10	13,40	17,40	7,6	15,0	0,9	8,1	4,6
Valor exportações (US\$ FOB) – 2013 (nº) / (%)	7.042.673.945	4,9	10,0	7,4	14,5	5,9	6,8	5,9	0,0002	10,7	0,6
Valor exportações (US\$ FOB) – 2014 (nº) / (%)	6.979.883.720	7,0	11,7	8,7	15,9	4,8	3,9	5,8	0,0001	13,10	0,5
Arrecadação do ICMS (R\$ mil) – 2014 (nº) / (%)	13.252.854	57,9	6,6	2,5	3,8	2,6	3,03	0,9	0,2	2,5	0,2
PIB – 2011 (nº) / (%)	111.268.553	37,2	14,0	7,5	14,10	7,3	8,5	4,5	1,4	4,4	1,6
PIB – 2012 (nº) / (%)	123.926.301	37,0	12,50	8,10	14,30	7,6	8,9	4,3	1,4	4,5	1,5
PIB per capita – 2011 (nº)	18.298,59	18.745,58	24.724,19	20.554,78	20.554,78	21.876,70	8.850,39	13.836,50	9.099,32	15.778,78	11.911,74
PIB per capita – 2012 (nº)	20.134,26	20.471,33	24.337,47	24.551,21	31.040,26	36.940,48	10.145,14	15.672,22	10.177,93	17.957,78	13.074,00

Fonte: IMB – GO. Elaboração da autor

3.7.1.2 Produto Interno Bruto per capita

Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita) é o resultado do PIB dividido pelo número de habitantes do País ou Unidades da Federação (UF). A ocorrência do crescimento do PIB per capita é um indicador de que cada habitante está tendo acesso a uma renda média maior ou superior à que foi comparada. Representa também aumento ao acesso médio a bens e serviços. Neste trabalho este indicador tem a intenção de verificar, sob o aspecto da renda, o acesso a usufruir de uma melhor qualidade de vida.

De 1999 a 2014, Goiás ficou entre a 13ª e 10ª posição no ranking das UF do país. Em 1999, o estado ocupava o 13º lugar, melhorando uma posição no ano seguinte, (2000 – 12º) e nesta posição se manteve a maior parte do período (2001, 2004 – 2008, 2010). Os melhores posicionamentos ocorreram nos anos de 2002 e 2014 com a 10ª posição entre as unidades federativas. Nos demais anos, Goiás ficou no 11º lugar – 2003, 2009, 2011, 2013. Vale registrar que a posição mais recente de 2014 tem a marca da 10ª posição no ranking /UF PIB per capita do país. Os dados podem ser observados na tabela 21.

Tabela 21 – Estado de Goiás: Produto Interno Bruto per capita – 1999-2014

Ano	Per capita (R\$)	Taxa de Crescimento (%) GO	Ranking	População (hab)	Comportamento Ranking
1999	3.614	0,93	13º	4.922.274	-
2000	4,376	2,86	12º	5.003.228	↑
2001	4.898	2,4	12º	5.017.965	=
2002	7.308	2,72	10º	5.285.937	↑
2003	8.441	2,90	11º	5.397.115	↓
2004	9.278	3,10	12º	5.508.245	↓
2005	9.585	2,11	12º	5.619.917	=
2006	10.710	1,11	12º	5.730.753	=
2007	12.646	-	12º	5.647.035	=
2008	14.101	-	12º	5.844.996	=
2009	15.670	-	11º	5.926.300	↑
2010	17.783	-	12º	6.004.045	↓
2011	19.948	-	11º	6.080.716	↑
2012	22.544	-	11º	6.154.996	=
2013	23.516	-	11º	6.434.048	=
2014	25.297	-	10º	6.523.222	↑

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO- Elaboração própria.

Tabela 22 – PIB Per capita, Dados por Região de Planejamento de Goiás – média. Anos 2010-2014

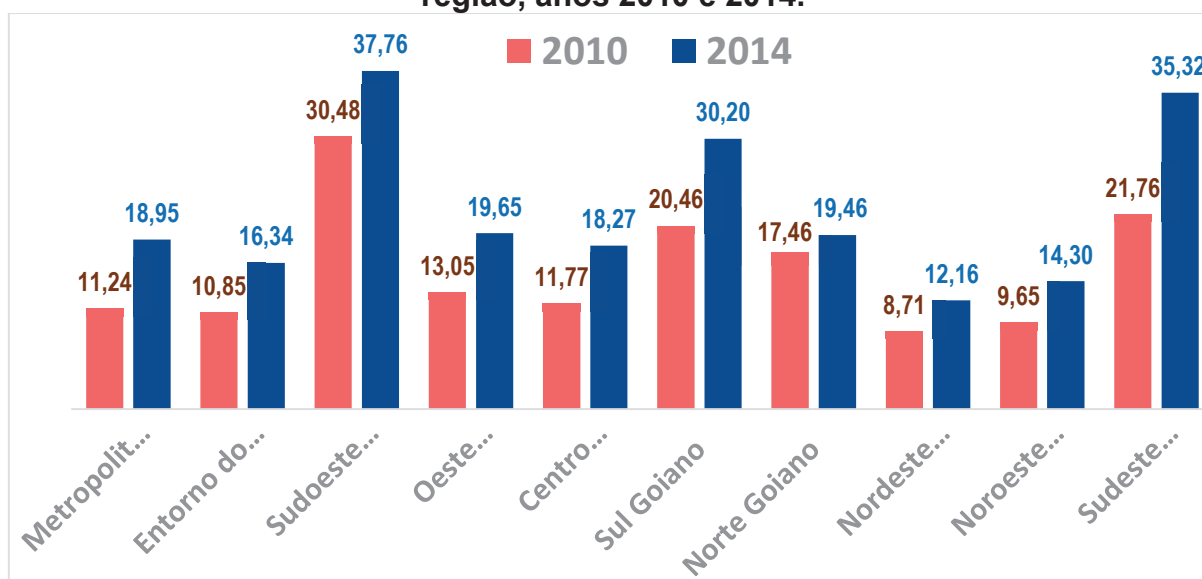
Região	2010	Ord	2011	Ord	2012	Ord	2013	Ord	2014	Ord	Comportamento
Sudoeste Goiano	30.481,	1°	31.308,7	1°	33.045,9	1°	37.944,5	1°	37.762,1	1°	=
Sudeste Goiano	21.763,	2°	26.249,6	2°	30.979,5	2°	31.479,8	2°	35.315,4	2°	=
Sul Goiano	20.455,	3°	23.769,5	3°	27.163,0	3°	29.144,2	3°	30.202,1	3°	=
Norte Goiano	17.463,	4°	19.891,9	4°	21.263,6	4°	19.196,4	4°	19.463,6	5°	=
Oeste Goiano	13.053,	5°	14.652,2	5°	16.870,6	5°	18.269,4	5°	19.653,5	4°	= ↑
Centro Goiano	11.765,	6°	12.777,6	6°	14.792,0	7°	16.843,4	7°	18.266,5	7°	= ↓
Metropolitana de Goiânia	11.235,	7°	12.750,9	7°	14.975,4	6°	16.974,9	6°	18.954,2	6°	= ↑
Entorno do Distrito Federal	10.847,	8°	12.525,3	8°	14.725,7	8°	16.090,5	8°	16.341,9	8°	=
Noroeste Goiano	9.647,1	9°	11.071,	9°	12.301,7	9°	13.242,3	9°	14.298,7	9°	=
Nordeste Goiano	8.706,6	10°	9.559,2	10°	11.781,3	10°	11.557,1	10°	12.162,5	10°	=

Fonte: IMB-GO. Elaboração da autora

A tabela 22 mostra o ranking do PIB per capita por região de planejamento e a evolução desse indicador em um período mais recente, 2010 – 2014. Percebe-se que as 3 melhores posições não tiveram mobilidade, Sudoeste Goiano (1°), Sudeste Goiano (2°) e Sul Goiano (3°), e os 3 piores posicionamentos com Nordeste Goiano (10°), Noroeste Goiano (9°) e Entorno do DF (8°). As posições de 4ª a 8ª, excetuando a 5ª que ficou com o Norte Goiano, oscilaram entre o Centro Goiano, Oeste Goiano e região Metropolitana, ressaltando que as duas últimas registram um movimento evolutivo enquanto o Centro Goiano registra uma retração.

Ao se comparar a evolução do PIB per capita por região e seu respectivo crescimento, anos 2010 e 2014, Gráfico 1, percebe-se que as regiões com os maiores índices de crescimento também estão entre aquelas melhor posicionadas no ranking, qual seja, Sudeste Sul e Sudoeste Goiano. O maior crescimento ficou para a região Sudeste (14,06%, 2º lugar); Sul (9,74%, 3º lugar) e Sudoeste (7,28%, 1º lugar).

Gráfico 1 – Estado de Goiás, PIB per capita, comparativo de crescimento por região, anos 2010 e 2014.



Fonte: SEGPLAN, IMB-GO. Elaboração própria.

Tabela 23– Estado de Goiás, PIB per capita por região

(R\$ 1.000,00).

Pib per capta – comparativo de crescimento por Região – GO, 2010, 2014 (R\$ mil)		
REGIÃO	2010	2014
Metropolitana de Goiânia	11,24	18,95
Entorno do Distrito Federal	10,85	16,34
Sudoeste Goiano	30,48	37,76
Oeste Goiano	13,05	19,65
Centro Goiano	11,77	18,27
Sul Goiano	20,46	30,2
Norte Goiano	17,46	19,46
Nordeste Goiano	8,71	12,16
Noroeste Goiano	9,65	14,3
Sudeste Goiano	21,76	35,32

Fonte: IMB- GO. Elaboração da autora

3.7.1.3 Oferta de Emprego

Conforme Tabela 24, o saldo de empregos (diferença entre admitidos e desligados) segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que instituiu o registro permanente de admissões e dispensas de

empregados, temos que na série história deste estudo, 1999 a 2015, o Estado de Goiás passou por 4 períodos de evolução de saldo de empregos – 1999-2000; 2002-2004; 2006-2008 e 2009-2010 e 4 períodos de retração – 2000-2002; 2004-2006; 2008-2009 e 2010-2015. O melhor saldo foi em 2010 com 59.062 e o pior em 2015, com valor negativo de 38.646 empregos.

Em termos de melhores posicionamento em saldo de emprego temos a Região Metropolitana (1º), Centro Goiano (2º) e Sudoeste Goiano (3º) que juntas correspondem a 64,44% do saldo geral de empregos do Estado. Os piores posicionamentos foram registrados nas regiões de Nordeste (10º), Norte (9º) e Noroeste Goiano (8º). Os melhores anos para cada região não são uniformes, variando ao longo da série destacando em parte os anos de 2000, 2005, 2008 e 2010 conforme a região.

Na análise da Tabela 25 que versa sobre o número de empregos (postos de trabalho – RAIS) correspondente ao total de vínculos empregatícios ativos por regiões de planejamento do Estado de Goiás percebe-se que a região Metropolitana ocupou a liderança, seguidas de alternância entre Centro Goiano e Sudoeste Goiano, seguidos de Sul Goiano e Entorno do DF. Os piores posicionamentos ficaram com o Nordeste e Noroeste Goiano. No entanto, analisando a evolução de saldo de empregos no mesmo período e nas mesmas regiões, observa-se uma retração com valores negativos em 8 das 10 regiões de planejamento.

Postula-se que o nível de emprego disponibilizado na região Metropolitana seja resultante do investimento e crescimento da capital Goiânia, que tem se tornado polo econômico da região Centro-Oeste, atraindo empresas, empresários, estudantes e alavancando setores como o de serviços e com isso polarizando para cidades vizinhas como Aparecida de Goiânia, que aproveitou a oportunidade, e investiu em captação de empresas e indústrias para o município. O mesmo raciocínio pode ser efetuado para o crescimento da oferta de empregos no Centro Goiano, cujo polo regional Anápolis é referência no setor farmacêutico e na região Sudoeste, referência em agronegócio, com cidades polo importantes, tais como Rio Verde e Jataí.

Tabela 24 – Estado de Goiás. Evolução do emprego por região, (CAGED⁴⁸), ANOS 1999-2015

REGIÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Metropolitana de Goiânia	8.199	22.502	12.624	11.443	5.091	18.757	17.337	11.086	16.095	25.349	20.057	31.748	29.090	21.910	15.315	385	-	
Centro Goiano	3.518	6.086	4.946	2.104	561	3.624	3.887	1.643	4.112	8.815	5.918	6.731	3.026	4.058	7.000	2.132	-2.806	
Sudoeste Goiano	2.989	3.483	5.444	1.607	4.490	4.508	1.554	2.417	8.347	4.289	1.204	5.339	7.016	5.303	3.535	-1.966	-5.380	
Sul Goiano	2.009	2.140	2.997	564	3.651	2.252	448	462	4.473	1.499	1.277	5.660	5.083	3.396	3.164	2.232	-3.372	
Entorno do Distrito Federal	1.968	2.551	2.476	1.315	2.289	2.463	2.788	462	2.185	2.883	2.266	4.298	2.031	3.010	664	1.606	-1.642	
Sudeste Goiano	1.279	1.687	1.719	2.318	1.515	1.892	1.396	886	2.930	3.541	169	359	1.898	466	1.508	784	-780	
Oeste Goiano	1.156	1.517	1.335	407	759	1.453	2.216	1.321	890	639	1.791	1.426	1.129	600	959	1.205	55	
Noroeste Goiano	847	658	568	337	605	323	558	626	422	115	357	644	-13	122	727	172	304	
Norte Goiano	554	1.429	1.152	968	1.648	1.680	1.734	2.121	1.468	-52	1.381	2.598	-470	503	228	1.612	-1.089	
Nordeste Goiano	302	2.061	-424	-1.485	209	301	-246	37	231	269	-16	259	595	66	-47	-579	-80	
Estado Goiás	22.821	44.114	32.837	19.578	20.818	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	59.062	49.385	39.434	33.053	7.583	-	38.646

Fonte: IMB-GO. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Elaboração própria

⁴⁸ **Total – Admitidos.** O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado pelo Governo Federal, através da Lei n° 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensas de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este Cadastro Geral, de empregados admitidos no período, serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-Desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais

Fonte(s): Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

Nota: Não inclui os ignorados no período de 1998 a 2003.

Tabela 25 – Estado de Goiás, empregos total – vínculos empregatícios, RAIS⁴⁹ (número postos de trabalho), por regiões de planejamento, anos 1999-2015

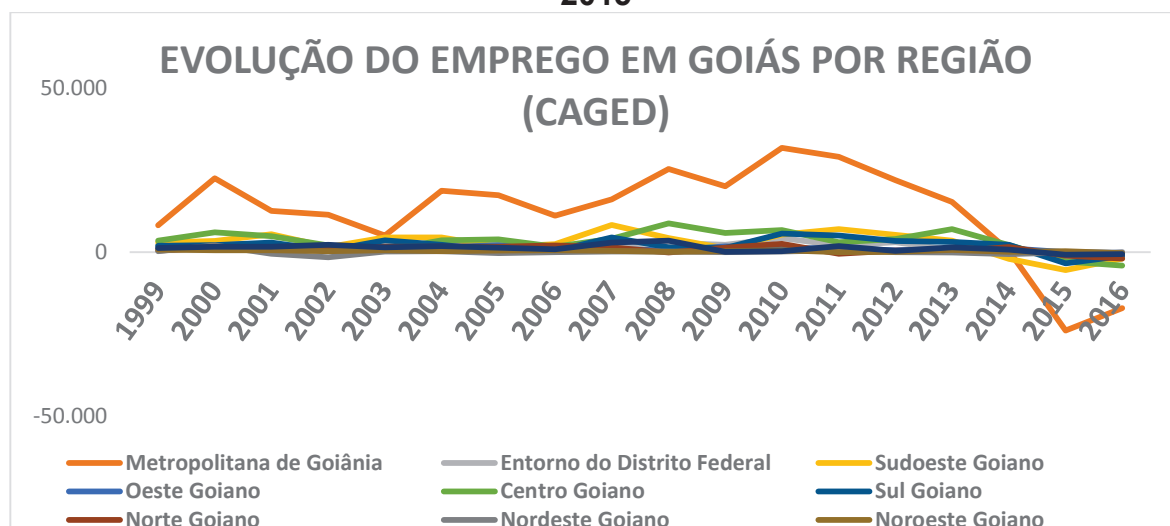
REGIÃO	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Metropolitana de Goiânia	360.769	393.969	424.999	450.492	468.621	492.494	528.068	554.727	574.986	619.147	654.266	715.938	747.910	782.302	805.772	796.059	785.527
Centro Goiano	53.202	58.063	65.413	70.979	71.808	76.454	86.094	91.134	95.663	105.012	113.720	123.595	129.336	138.356	144.267	148.609	147.996
Sudoeste Goiano	48.536	51.695	61.298	65.944	75.419	80.197	86.258	89.264	104.587	111.269	117.490	123.801	135.620	139.992	151.583	152.904	150.234
Sul Goiano	36.673	39.422	44.900	48.150	52.589	54.791	56.512	59.294	67.699	70.853	75.039	80.540	88.138	91.241	98.797	102.161	100.689
Entorno do DF	35.502	38.840	44.429	49.279	53.746	59.202	63.903	68.040	75.223	80.369	86.097	97.618	103.474	107.590	113.622	114.140	116.799
Oeste Goiano	21.027	22.096	25.829	27.262	28.587	29.934	33.867	34.904	37.777	38.409	42.927	46.820	49.473	49.757	53.038	54.755	54.648
Sudeste Goiano	19.983	22.699	24.972	28.000	29.912	32.557	35.094	36.926	41.230	43.912	46.893	48.105	51.919	51.563	56.581	57.615	58.172
Norte Goiano	18.116	19.605	21.725	23.133	26.848	27.263	31.158	33.342	35.683	36.885	40.803	42.899	44.103	43.539	47.558	49.411	48.007
Noroeste Goiano	9.729	8.274	9.169	10.664	11.017	10.608	13.044	13.648	15.782	15.672	17.315	19.054	19.182	19.225	21.435	21.778	21.643
Nordeste Goiano	7.135	9.239	7.874	7.540	8.492	9.324	10.929	11.543	12.796	13.518	14.760	15.271	16.075	15.776	16.742	17.100	17.682
Geral Goiás	610.672	663.902	730.608	781.443	827.039	872.824	944.927	992.822	1.061.426	1.135.046	1.209.310	1.313.641	1.385.230	1.439.341	1.509.39	1.514.53	1.501.39
															5	2	7

Fonte: SEGPLAN/IMB – GO, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Relatório Anual das Informações Sociais – RAIS. Elaboração própria por ranking.

⁴⁹ O número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência. Como vínculo empregatício entende-se a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré-estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente a RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98). É a soma dos subsetores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada.

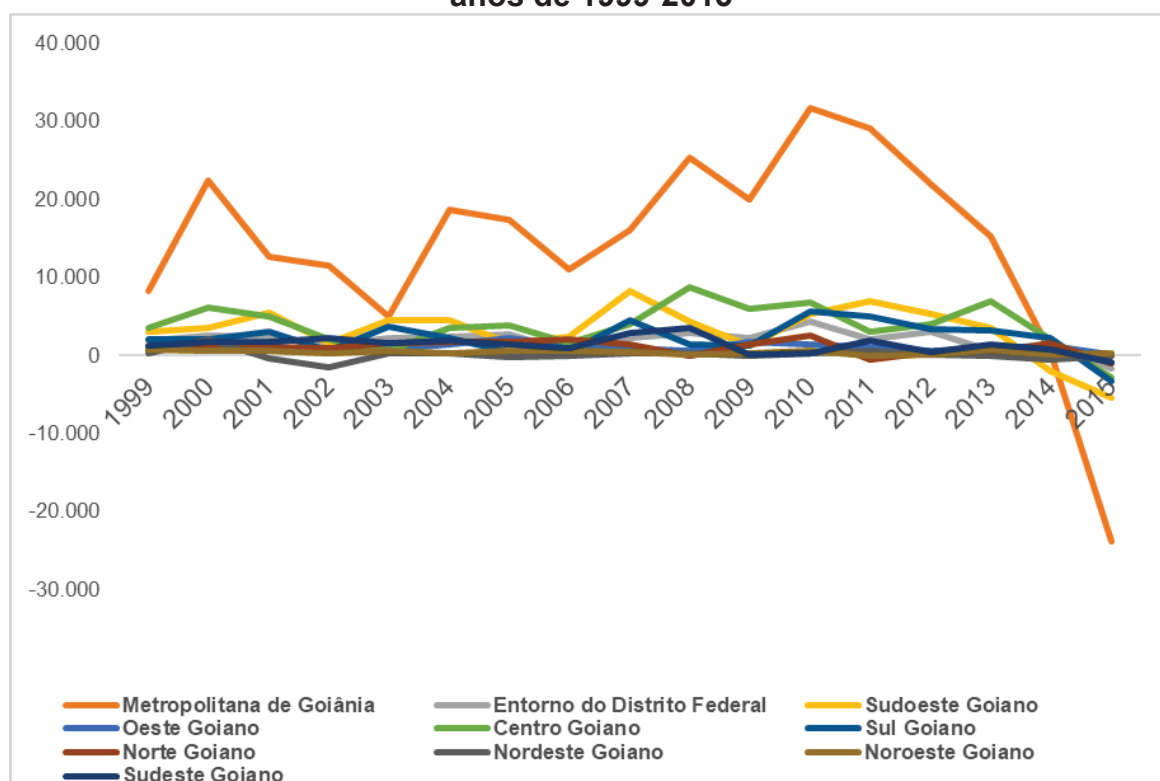
A evolução do emprego em Goiás por regiões de planejamento, dados RAIS e CAGED, pode ser observada nos gráficos 2 e 3.

Gráfico 2 – Estado de Goiás e Regiões, evolução do emprego, anos de 1999-2015



Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria.

Gráficos 3 – Estado de Goiás, regiões de planejamento, N° de empregos (RAIS) anos de 1999-2015



Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria.

Tabela 26 – Estado de Goiás – total de número de empregos (postos de trabalho,) por região de planejamento, 10 melhores ranking, anos 1999, 2003, 2007, 2012, 2015.

Centro Goiano	1.999	2.003	2.007	2.012	2.015	Comportamento
1º	Anápolis 35.641	Anápolis 47.736	Anápolis 62.455	Anápolis 94.989	Anápolis 99.003	=
2º	Goianésia 4.777	Goianésia 6.000	Goianésia 8.532	Goianésia 11.000	Goianésia 13.191	=
3º	Jaraguá 2.758	Jaraguá 3.701	Jaraguá 5.131	Jaraguá 6.100	Jaraguá 6.273	=
4º	Ceres 2.318	Ceres 2.447	Ceres 3.327	Ceres 4.249	Ceres 5.193	=
5º	Rubiataba 1.290	Rubiataba 1.544	Rubiataba 2.110	Rubiataba 3.324	Rubiataba 3.690	=
6º	Rialma 733	Itapaci 1.224	Itapaci 2.016	Barro Alto 2.605	Barro Alto 2.793	::
7º	Uruana 569	Rialma 937	Rialma 1.287	Itapaci 2.481	Itapaci 2.488	::
8º	Nova Glória 533	Carmo do Rio Verde 846	Barro Alto 1.186	Rialma 1.504	Rialma 1.397	::
9º	Barro Alto 531	Uruana 699	Carmo do Rio Verde 1.055	Carmo do Rio Verde 1.171	São Patrício 1.211	::
10º	Itapaci 514	Petrolina de Goiás 671	Uruana 822	Petrolina de Goiás 1.070	Carmo do Rio Verde 1.181	::
Entorno do DF	1999	2003	2007	2012	2015	Comportamento
1º	Luziânia 9.621	Luziânia 13.933	Luziânia 19.670	Luziânia 22.182	Luziânia 22.654	=
2º	Formosa 4.431	Formosa 7.058	Formosa 9.263	Valparaíso de Goiás 15.593	Valparaíso de Goiás 17.394	::
3º	Valparaíso de Goiás 3.926	Valparaíso de Goiás 5.561	Valparaíso de Goiás 7.699	Formosa 14.695	Formosa 15.560	::
4º	Cristalina 3.150	Cristalina 5.381	Cristalina 5.815	Cristalina 10.089	Águas Lindas de Goiás 11.933	::
5º	Planaltina 2.049	Planaltina 2.984	Águas Lindas Go 4.936	Águas Lindas go 8.389	Cristalina 11.880	::
6º	Novo Gama 1.771	Novo Gama 2.849	Planaltina 4.659	Planaltina 7.263	Planaltina 7.129	::
7º	Águas Lindas Go 1.560	Águas Lindas Go 2.802	Novo Gama 3.765	Sto Antônio Descoberto 4.831	Sto Antônio Descoberto 4.640	::
8º	Santo Antônio do Descoberto 1.475	Santo Antônio do Descoberto 2.444	Santo Antônio do Descoberto 3.580	Novo Gama 4.579	Alexânia 4.409	::
9º	Pirenópolis 1.461	Cidade Ocidental 2.069	Alexânia 2.944	Alexânia 3.687	Cidade Ocidental 4.230	::
10º	Cidade Ocidental 1.408	Pirenópolis 1.728	Cidade Ocidental 2.912	Cidade Ocidental 3.609	Pirenópolis 3.276	::
Metropolitana Goiânia	1999	2003	2007	2012	2015	Comportamento
1º	Goiânia 303.306	Goiânia 378.494	Goiânia 450.843	Goiânia 606.571	Goiânia 599.401	=
2º	Aparecida de Goiânia 33.266	Aparecida de Goiânia 54.927	Aparecida de Goiânia 77.271	Aparecida de Goiânia 110.731	Aparecida de Goiânia 110.722	=

Continua

Continuação

3°	Trindade	5.811	Trindade	7.753	Trindade	9.954	Senador Canedo	13.115	Senador Canedo	16.635	::
4°	Inhumas	3.908	Inhumas	5.697	Inhumas	7.911	Trindade	13.014	Trindade	14.852	::
5°	Nerópolis	3.203	Senador Canedo	4.789	Senador Canedo	6.838	Inhumas	9.679	Inhumas	9.899	::
6°	Senador Canedo	2.340	Nerópolis	3.801	Nerópolis	4.956	Nerópolis	6.054	Nerópolis	6.429	::
7°	Bela Vista de Goiás	2.338	Bela Vista de Goiás	2.873	Goianira	3.670	Goianira	5.332	Goianira	5.951	::
8°	Goianira	1.938	Goianira	2.431	Bela Vista de Goiás	3.256	Bela Vista de Goiás	4.319	Bela Vista de Goiás	5.408	::
9°	Hidrolândia	1.166	Hidrolândia	2.225	Hidrolândia	2.252	Hidrolândia	2.956	Hidrolândia	4.009	=
10°	Guapó	582	Nova Veneza	1.367	Nova Veneza	1.635	Sto Antônio Go	1.758	Sto Antônio Go	1.942	::
Nordeste Goiano	1999		2003		2007		2012		2015		Comportamento
1°	Posse	1.155	Posse	1.813	Posse	2.436	Posse	3.534	Posse	3.812	=
2°	Cavalcante	1.073	Campos Belos	1.137	Campos Belos	1.697	Campos Belos	2.078	Campos Belos	2.288	::
3°	Buritópolis	843	Alto Paraíso de Goiás	649	Iaciara	957	Alto Paraíso de Goiás	1.017	Alto Paraíso de Goiás	1.201	::
4°	Campos Belos	772	Iaciara	555	São Domingos	856	Iaciara	1.014	Iaciara	1.150	::
5°	Alto Paraíso de Goiás	509	Cavalcante	554	Alto Paraíso de Goiás	841	Alvorada do Norte	1.010	Flores de Goiás	945	::
6°	Iaciara	394	Alvorada do Norte	428	Alvorada do Norte	736	Flores de Goiás	915	Alvorada do Norte	930	::
7°	Alvorada do Norte	392	Monte Alegre de Goiás	350	Flores de Goiás	689	São Domingos	717	Cavalcante	889	::
8°	Flores de Goiás	243	Flores de Goiás	313	Cavalcante	616	Cavalcante	671	São Domingos	804	::
9°	São Domingos	222	São Domingos	292	Simolândia	482	Simolândia	582	Simolândia	694	::
10°	Monte Alegre de Goiás	209	Nova Roma	286	Mambai	456	Monte Alegre de Goiás	505	Mambai	595	::
Noroeste Goiano	1999		2003		2007		2012		2015		Comportamento
1°	Itapuranga	3.032	Goiás	2.845	Itaberaí	5.249	Itaberaí	7.116	Itaberaí	8.983	::
2°	Goiás	2.273	Itaberaí	2.442	Goiás	3.006	Goiás	3.812	Goiás	3.288	::
3°	Itaberaí	1.727	Itapuranga	1.917	Itapuranga	2.549	Itapuranga	2.665	Itapuranga	3.180	::
4°	Itaçu	562	Itaçu	663	Aruanã	972	Itaçu	1.070	Aruanã	971	::
5°	Aruanã	506	Aruanã	651	Itaçu	778	Aruanã	801	Itaçu	874	::

Continua

6º	Itaguaru	339	Faina	535	Faina	643	Matrinchã	665	Araguapaz	795	::
7º	Matrinchã	289	Itaguaru	411	Itaguaru	483	Faina	623	Faina	732	::
8º	Faina	265	Matrinchã	353	Araguapaz	481	Araguapaz	613	Matrinchã	720	::
9º	Araçu	232	Araguapaz	311	Matrinchã	479	Itaguaru	458	Itaguari	549	::
10º	Araguapaz	180	Itaguari	248	Heitorai	340	Itaguari	437	Itaguaru	504	::
Norte Goiano	1999								2015		Comportamento
1º	Niquelândia	3.138	Niquelândia	4.849	Niquelândia	6.624	Niquelândia	6.664	Niquelândia	6.993	=
2º	Porangatu	2.913	Porangatu	3.581	Porangatu	4.167	Porangatu	5.846	Porangatu	6.195	=
3º	Minaçu	2.219	Minaçu	3.493	Uruaçu	3.796	Uruaçu	5.355	Uruaçu	5.794	::
4º	Uruaçu	1.854	Uruaçu	2.435	Mozarlândia	3.221	Crixás	3.696	Crixás	4.285	::
5º	São Miguel do Araguaia	1.440	Crixás	2.026	Minaçu	2.996	Minaçu	3.676	Minaçu	4.222	::
6º	Crixás	1.258	Mozarlândia	1.800	Crixás	2.659	Mozarlândia	3.208	Mozarlândia	3.457	::
7º	Nova Crixás	770	São Miguel do Araguaia	1.768	São Miguel do Araguaia	2.149	São Miguel do Araguaia	2.821	São Miguel do Araguaia	3.269	::
8º	Mara Rosa	584	Nova Crixás	1.221	Nova Crixás	1.590	Nova Crixás	1.871	Nova Crixás	2.380	::
9º	Santa Terezinha de Goiás	489	Mara Rosa	695	Mara Rosa	1.051	Alto Horizonte	1.804	Alto Horizonte	2.060	::
10º	Mozarlândia	426	Santa Terezinha de Goiás	657	Alto Horizonte	1.038	Campinorte	1.211	Campinorte	1.296	::
Oeste Goiano	1999								2012		Comportamento
1º	São Luis de Montes Belos	2.431	São Luis de Montes Belos	3.632	São Luis de Montes Belos	4.213	Palmeiras de Goiás	5.916	Palmeiras de Goiás	6.870	::
2º	Iporá	1.873	Iporá	2.296	Palmeiras de Goiás	3.790	São Luis de Montes Belos	5.063	São Luis de Montes Belos	5.649	::
3º	Anicuns	1.812	Anicuns	2.204	Anicuns	3.388	Iporá	3.579	Iporá	4.463	::
4º	Jussara	1.389	Jussara	1.935	Iporá	2.839	Anicuns	3.493	Anicuns	3.477	::
5º	Palmeiras de Goiás	1.064	Palmeiras de Goiás	1.766	Jussara	2.158	Jussara	3.060	Jussara	3.236	::
6º	Paraúna	937	Paraúna	1.411	Jandaia	1.695	Paraúna	2.526	Paraúna	2.796	::
7º	Caipônia	837	Caipônia	1.197	Paraúna	1.537	Caipônia	1.800	Caipônia	2.166	::
8º	Piranhas	792	Jandaia	1.078	Caipônia	1.349	Montes Claros de Go	1.631	Montes Claros de Go	1.729	::
9º	Nazário	707	Nazário	1.031	Santa Fé de Goiás	1.082	Jandaia	1.583	Jandaia	1.596	Continuação
10º	Jandaia	679	Montes Claros Go	912	Montes Claros Go	986	Santa Fé de Goiás	1.578	Piranhas	1.482	::

Sudeste Goiano	1999	2003	2007	2012	2015	Comportamento
1º	Catalão 7.433	Catalão 11.448	Catalão 17.880	Catalão 23.407	Catalão 25.647	=
2º	Pires do Rio 2.660	Pires do Rio 4.015	Pires do Rio 5.088	Pires do Rio 6.669	Pires do Rio 7.149	=
3º	Ipameri 2.230	Ipameri 3.152	Ipameri 3.562	Ipameri 4.211	Ipameri 4.796	=
4º	Silvânia 1.437	Silvânia 1.754	Silvânia 2.229	Silvânia 2.789	Silvânia 3.261	=
5º	Orizona 880	Orizona 1.496	Vianópolis 1.868	Orizona 2.285	Orizona 2.864	::
6º	Vianópolis 846	Vianópolis 1.307	Orizona 1.727	Vianópolis 2.250	Vianópolis 2.260	::
7º	Corumbaliba 586	Ouvidor 995	Corumbaliba 1.540	Corumbaliba 1.889	Corumbaliba 2.110	::
8º	Campo Alegre Go 560	Corumbaliba 902	Campo Alegre Go 1.229	Campo Alegre Go 1.255	Ouvidor 1.575	::
9º	Ouvidor 531	Campo Alegre de Goiás 857	Leopoldo de Bulhões 1.107	Ouvidor 1.188	Leopoldo de Bulhões 1.478	::
10º	Leopoldo de Bulhões 488	Leopoldo de Bulhões 591	Ouvidor 1.046	Leopoldo de Bulhões 816	Campo Alegre de Goiás 1.350	::
Sudoeste Goiano						Comportamento
1º	Rio Verde 16.512	Rio Verde 30.714	Rio Verde 42.278	Rio Verde 54.018	Rio Verde 58.437	=
2º	Jataí 9.312	Jataí 12.561	Jataí 15.141	Jataí 18.759	Jataí 20.800	=
3º	Mineiros 4.101	Mineiros 6.065	Mineiros 10.947	Mineiros 16.130	Mineiros 17.115	=
4º	Quirinópolis 3.367	Santa Helena de Goiás 4.680	Quirinópolis 8.901	Quirinópolis 11.988	Quirinópolis 11.821	::
5º	Santa Helena de Goiás 3.148	Quirinópolis 4.332	Santa Helena de Goiás 5.193	Santa Helena de Goiás 8.225	Santa Helena de Goiás 7.157	::
6º	Acreúna 1.692	Acreúna 2.820	Maurilândia 2.360	Chapadão do Céu 3.925	Chapadão do Céu 4.252	::
7º	São Simão 1.269	Montividiu 1.630	Acreúna 2.344	Caçu 3.799	Caçu 3.499	::
8º	Caçu 911	São Simão 1.565	São Simão 1.992	Acreúna 3.145	Acreúna 3.483	::
9º	Maurilândia 902	Chapadão do Céu 1.315	Montividiu 1.819	São Simão 3.029	São Simão 3.394	::
10º	Cachoeira Alta 850	Cachoeira Alta 1.273	Caçu 1.777	Perolândia 1.926	Montividiu 2.585	::
Sul Goiano						Comportamento
1º	Itumbiara 11.596	Itumbiara 16.452	Itumbiara 18.873	Itumbiara 26.134	Itumbiara 28.349	=
2º	Caldas Novas 6.229	Caldas Novas 9.544	Caldas Novas 13.067	Caldas Novas 18.873	Caldas Novas 22.668	=
3º	Goiatuba 3.673	Goiatuba 5.153	Goiatuba 7.579	Morrinhos 9.533	Goiatuba 8.645	::
4º	Morrinhos 3.184	Morrinhos 4.367	Morrinhos 6.794	Goiatuba 8.572	Morrinhos 8.070	::

Continuação

5º	Piracanjuba	1.593	Bom Jesus de Goiás	2.271	Bom Jesus de Goiás	2.602	Bom Jesus de Goiás	3.473	Edéia	3.519	::
6º	Bom Jesus de Goiás	1.515	Piracanjuba	2.269	Piracanjuba	2.513	Rio Quente	2.898	Bom Jesus de Goiás	3.490	::
7º	Rio Quente	1.366	Rio Quente	1.760	Edéia	2.102	Edéia	2.889	Piracanjuba	3.388	::
8º	Pontalina	1.013	Pontalina	1.484	Rio Quente	1.966	Piracanjuba	2.798	Rio Quente	3.372	::
9º	Edéia	717	Cezarina	1.127	Pontalina	1.957	Indiara	2.517	Pontalina	2.580	::
10º			Indiara	951	Indiara	1.264	Pontalina	2.300	Indiara	2.500	::

Fonte: SEGPLAN/GO – IMB, Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, Relatório Anual das Informações Sociais – RAIS⁵⁰

A Tabela 26 expressa os 10 municípios que mais proporcionaram empregabilidade nas suas regiões. Foram escolhidos anos de início, meio e fim da série cronológica estudada (1999-2015), anos 1999, 2004, 2007, 2012, 2015. O resultado dessa evolução e posicionamento encontra-se abaixo analisado por região de planejamento:

- 1. Centro Goiano:** 4 municípios apresentaram uma linha evolutiva e mantiveram as suas posições no ranking – Anápolis (1º), liderança “disparada” com oferta de mais de 60% dos empregos de sua região; seguidos de Goianésia (2º), Jaraguá (3º), Ceres (4º) e Rubiataba (5º). Os outros 5 posicionamentos tiveram movimentação em 7 municípios Rialma, Itapaci, Barro Alto, Nova Glória, Carmo do Rio Verde, Uruana, Petrolina de Goiás e São Patrício.
- 2. Entorno do DF:** Dos 19 municípios do Entorno, Luziânia se destacou com liderança (1º), seguidos de movimentação no ranking dos “5 mais” na série estudada: Valparaíso, Formosa, Aguas Lindas, Cristalina. O ranking de 6º a 10º alternam entre os municípios de Planaltina, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia, Cidade Ocidental e Pirenópolis.

⁵⁰ <http://www.imb.gov.br/bde/empregos/rais>

3. **Metropolitana de Goiânia:** A liderança fica com a Capital Goiânia (1º) que registra números 5 vezes mais que o segunda do ranking, Aparecida de Goiânia (2º), e ambas mantêm esse posicionamento na série cronológica acima, os 3º a 5º lugares alternaram entre Senador Canedo, Trindade, Inhumas. As demais posições, 6º a 10º, ficaram entre 6 municípios – Nerópolis, Bela Vista, Hidrolândia, Santo Antônio de Goiás, Nova Veneza e Guapó.
4. **Nordeste Goiano:** O município de Posse destaca-se como o 1º do ranking e se mantém nesta posição na série cronológica seguidos de movimentação entre Campos Belos, Alto Paraíso de Goiás, Iaciara e Flores de Goiás. Os demais posicionamentos também apresentam movimentação entre 7 municípios – Alvorada do Norte, Monte Alegre de Goiás, Cavalcante, São Domingos, Simolândia, Mambá e Nova Roma.
5. **Noroeste Goiano:** Não apresenta liderança. Os municípios se alternam ao longo do período nas posições 1º a 5º – Itaberaí, Cidade de Goiás, Itapuranga, Aruanã e Itauçu, como também no ranking de 6º a 10º – Araguapaz, Faina, Matrinchã, Itaguari, e Itaguaru, sendo Heitoral (10º, 2007) e Araçu (9º, 1999) apenas 1 vez.
6. **Norte Goiano:** Dois municípios lideram o ranking da região – Niquelândia (1º), e Porangatu (2º), seguidos de movimentação nos lugares de 3º a 5º entre Uruaçu, Crixás e Minaçu. Os demais lugares, 6º a 10º ficam entre 6 municípios – Mozarlândia, São Miguel do Araguaia, Nova Crixás, Alto Horizonte, Campinorte e Santa Terezinha de Goiás.
7. **Oeste Goiano:** Os 5 melhores municípios posicionados na empregabilidade na região apresentam movimentação ao longo da série cronológica – Palmeiras, São Luís de Montes Belos, Iporá, Anicuns, Jussara. Os 6º a 10º do ranking se movimentam entre 8 municípios – Paraúna, Caiapônia, Montes Claros de Goiás, Jandaia, Piranhas e Nazário (9º, 2003).
8. **Sudeste Goiano:** Esta região apresentou um posicionamento consolidado nos 4 primeiros lugares – Catalão (1º) que oferta 3 vezes mais que o segundo colocado, Pires do Rio (2º), seguidos de Ipameri (3º) e Silvânia(4º). As demais posições de 6º a 10º alternam entre 6

municípios – Vianópolis, Corumbaíba, Ouvidor, Leopoldo de Bulhões e Campo Alegre.

9. **Sudoeste Goiano:** Esta região apresentou um posicionamento consolidado nos 3 primeiros lugares – Rio Verde (1º), com quase o triplo da empregabilidade ofertada pelo segundo do ranking, Jataí (2º), e Mineiros (3º). As demais posições de 4º a 10º, ao contrário, ficam diluídas com movimentação entre 11 municípios – Santa Helena de Goiás, Chapadão do Céu, Caçu, Acreúna, São Simão, Quirinópolis, Montividiu, Maurilândia, Cachoeira Alta, Quirinópolis e Perolândia.
10. **Sul Goiano:** A liderança desta região fica com 2 municípios – Itumbiara (1º) e Caldas Novas (2º), ressaltando que o último, Caldas Novas, apresentou franca evolução, 6.299 empregos em 1999 a 22.668 em 2015. As demais posições de 3º a 10º alternam entre Goiatuba, Morrinhos, Edéia, Bom Jesus, Piracanjuba, Rio Quente, Pontalina, Cezarina e Indiara. Também vale ressaltar o crescimento de Edéia, 9º em 1999, para 5º em 2015.

Conforme tabela 27, o ranking dos 10 municípios com maior população censitária do Estado de Goiás situa-se em 14 municípios com alteração no ranking na série pesquisada (1980, 1991, 2000, 2010), a saber: Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Formosa, Goiânia, Cidade de Goiás, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Novo Gama, Rio Verde, Trindade e Valparaíso, localizados sobretudo nas regiões metropolitana, Entorno do DF, Sudoeste e Centro Goiano. Na outra ponta, o ranking dos 10 municípios com menor população censitária (Tabela 27) situam-se em 18 municípios: Água Limpa, Aloândia, Anhanguera, Brazabrantes, Cachoeira de Goiás, Cristianópolis, Davinópolis, Jesúpolis, Lagoa Santa, Marzagão, Moiporá, Nova América, Nova Aurora, Palmelo, Rio Quente, São João da Paraúna, São Patrício e Teresina de Goiás predominantemente das regiões Sul, Sudeste e Oeste do Estado.

Tabela 27 – Ranking dos 10 municípios goianos com menor população censitária. Anos 1980, 1991, 2000, 2010

10 Menos	1980		1991		2000		2010
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Anhanguera	732	Rio Quente	837	Anhanguera	895	Anhanguera	1.020
Marzagão	1.095	Anhanguera	869	Cachoeira de Goiás	1.498	Lagoa Santa	1.254
Cachoeira de Goiás	1.242	Teresina de Goiás	1.373	São Patrício	1.835	Cachoeira de Goiás	1.417
Cristianópolis	1.661	Marzagão	1.405	Marzagão	1.920	São João da Paraúna	1.689
Palmelo	1.833	Cachoeira de Goiás	1.435	Nova Aurora	1.927	Moiporá	1.763
Nova Aurora	1.940	Nova Aurora	1.845	Moiporá	2.023	São Patrício	1.991
Nova América	2.204	São João da Paraúna	1.878	São João da Paraúna	2.024	Água Limpa	2.013
Água Limpa	2.226	Água Limpa	1.937	Rio Quente	2.097	Aloândia	2.051
Aloândia	2.233	Aloândia	1.992	Davinópolis	2.109	Davinópolis	2.056
Brazabrantas	2.241	Nova América	2.022	Jesúpolis	2.123	Nova Aurora	2.062

Fonte: Segplan/IMB- Elaboração própria

3.7.1.4 Rendimento Médio

Os dados de rendimento médio⁵¹ determinado pela divisão da massa salarial pelo número de empregos aplicados aos dados do Estado de Goiás podem ser vistos na tabela 28. Como não foram localizados dados de rendimento médio por região na série histórica estudada, e com o intuito de ver este indicador por região, tomou-se os dados de rendimento médio mensal, ano 2013⁵², que revelou que Goiás gerou em 2013, 1.509.395 novos empregos. As regiões com maior oferta de empregabilidade foram: Metropolitana (54,4%), Sudoeste Goiano (10%), Centro Goiano (9,6%) e com menor, as regiões Nordeste Goiano (1,1%), Noroeste Goiano (1,4%). As demais ficaram na mediana com índices de 7,5% a 3,2%.

O valor de referência de rendimento nominal médio mensal do Estado foi de R\$ 1.849,14. Os melhores rendimentos médios regiões Metropolitana (R\$ 2.095,21); Sudoeste Goiano (R\$1.633,91); Centro Goiano (R\$ 1.620,44) e Norte Goiano (R\$1.599,47). Os menores rendimentos foram das regiões Nordeste Goiano (R\$ 1.237,48) e Noroeste Goiano (R\$1.263,61). Dados na Tabela 28.

⁵¹ Nota: O número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, é diferente do número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.

⁵² disponível na publicação do IMB, Regiões de Planejamento 2014.

Tabela 28 – Estado de Goiás, percentual (%) de número de empregos e rendimento nominal médio mensal por região de planejamento, ano 2013⁵³

Indicadores	Estado	Metropolitana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste e Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
Número de emprego – 2013 (n°) / (%)	1.509.395	53,4	9,6	6,5	10	3,7	7,5	3,5	1,1	3,2	1,4
Rend. nominal médio mensal – (R\$) – 2013	1.849,14	2.095,21	1.629,44	1.568,55	1.735,92	1.633,91	1.421,25	1.354,45	1.237,48	1.599,48	1.263,61

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

Tabela 29 – Rendimento médio. Anos 1999-2015⁵⁴

Ano	Rendimento Médio	Ano	Rendimento Médio
1999	492,33	2008	1.106,26
2000	524,44	2009	1.206,08
2001	575,97	2010	1.330,82
2002	637,63	2011	1.467,99
2003	699,30	2012	1.704,53
2004	771,26	2013	1.849,14
2005	845,25	2014	2.039,90
2006	947,20	2015	2.186,88
2007	1.028,24		

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

⁵³ Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relatório Anual das Informações Sociais - RAIS

⁵⁴ Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relatório Anual das Informações Sociais - RAIS

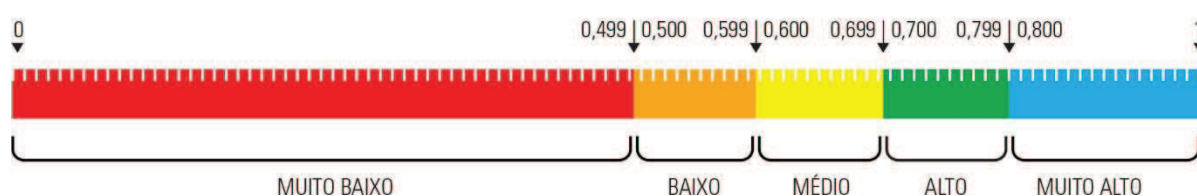
3.7.1.5 IDHM – Renda: padrão de vida

A importância do Índice de Desenvolvimento Humano reside no seu papel indicador, englobando as dimensões econômica demográfica e cultural, as quais correspondem, respectivamente, ao padrão de renda média, medido pela renda mensal per capita – IDHM – Renda, a expectativa média de vida que contemplando vida longa e saudável – IDHM – Longevidade e a taxa combinada de escolarização e taxa de alfabetização de adultos (educação e conhecimento), IDHM – Educação. Esse indicador é usado como ponto de partida para se classificar o grau de desenvolvimento municipal, utilizando a periodicidade dos últimos Censos Demográficos do IBGE – 1991, 2000 e 2010 e neste trabalho, visa apoiar a análise do desenvolvimento municipal e regional em uma comparação ao longo do tempo.

O IDHM – Renda, mede, portanto, o padrão de vida, a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou região.⁵⁵

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



A série do IDHM aborda praticamente uma década antes (1991) do marco inicial de trabalho (1999), a década de 2000 – 2010 que nos dá indicio do grau de evolução municipal e regional, mesmo que não tenhamos o fechamento da série deste estudo (2015), uma vez que o novo censo se dará em 2020.

⁵⁵ http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

Tabela 30 – Estado de Goiás, IDHM- Renda, por região de planejamento, Anos 1991, 2000

REGIÃO	1991	ORD	2000	ORD	2010	ORD
Sudoeste Goiano	0,598	1º	0,654	2º	0,72	1º
Sudeste Goiano	0,572	3º	0,649	3º	0,712	2º
Sul Goiano	0,59	2º	0,656	1º	0,71	3º
Metropolitana de Goiânia	0,56	6º	0,626	4º	0,693	4º
Oeste Goiano	0,561	5º	0,612	6º	0,685	5º
Noroeste Goiano	0,549	8º	0,614	5º	0,685	6º
Entorno do Distrito Federal	0,565	4º	0,608	7º	0,672	7º
Centro Goiano	0,54	9º	0,6	8º	0,671	8º
Norte Goiano	0,55	7º	0,592	9º	0,661	9º
Nordeste Goiano	0,49	10º	0,54	10º	0,624	10º

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

No quesito Renda – padrão de vida – todas as regiões goianas tinham em 1991, uma classificação de baixo desenvolvimento, com exceção da região Nordeste, que estava um passo atrás – muito baixo desenvolvimento. (Tabela 30) Em 2000, praticamente o ano de início deste estudo, 8 das 10 regiões experimentaram uma evolução, sendo classificadas como médio desenvolvimento, com exceção das regiões Norte e Nordeste, que ainda apresentaram baixo desenvolvimento, mesmo que essa última tenha melhorado sua pontuação (muito baixo-> baixo). Uma década mais tarde, em 2010, 3 das 10 regiões galgaram mais um patamar evolutivo, passando de médio para alto desenvolvimento – Sudoeste (1º), Sudeste (2º) e Sul (3º) Goiano, disputando ao longo da série cronológica o ranking das 3 melhores regiões melhor posicionadas, seguidas da Metropolitana (4º) e Oeste Goiano (5º). Os piores posicionamentos ficaram com Norte (9º) e Nordeste Goiano (10º).

Tabela 31 – IDHM- Renda- Ranking dos 10 municípios goianos com melhor posicionamento. Anos 1991,2000 e 2010

1991		2000		2010		Comportamento ⁵⁶	
Ord	Município	Valor	Município	Valor	Município		Valor
1º	Goiânia	0,717	Goiânia	0,776	Goiânia	0,824	=
2º	Campo Alegre de Goiás	0,684	Pontalina	0,735	Caçu	0,774	∴
3º	Mineiros	0,671	Vianópolis	0,722	Jataí	0,774	∴
4º	Valparaíso de Goiás	0,660	Caldas Novas	0,718	Catalão	0,769	∴
5º	Caçu	0,655	Morrinhos	0,717	Itarumã	0,769	∴
6º	Jataí	0,651	Joviânia	0,714	Jussara	0,768	∴
7º	Anápolis	0,651	Rialma	0,714	Rio Verde	0,765	∴
8º	Caldas Novas	0,651	Rio Verde	0,713	São Simão	0,756	∴
9º	Ceres	0,651	Goiatuba	0,711	Edéia	0,755	∴
10º	Cidade Ocidental	0,651	Pires do Rio	0,699	Ceres	0,753	∴

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

Analisando a Tabela 31, com exceção da capital Goiânia, Região Metropolitana que liderou a série cronológica houve movimentação nos lugares do ranking no período, ficando no último censo as seguintes posições de destaque: Caçu (2º, Sudoeste), Jataí (3º, Sudoeste); Catalão (4º, Sudeste) e Itarumã (5º, Sudoeste). Com exceção de Goiânia que foi classificada como muito alto IDHM-Renda, os demais 9 municípios melhores no ranking tiveram alto desenvolvimento mostrando, de maneira geral, uma evolução (médio para alto).

Tabela 32 – IDHM- Renda- Ranking dos 10 municípios goianos com pior posicionamento. Anos 1991,2000 e 2010

1991		2000		2010		Comportamento	
Ord	Município	Valor	Município	Valor	Município		Valor
1º	Buritinópolis	0,407	Buritinópolis	0,431	Amaralina	0,569	∴
2º	Vila Propício	0,421	Damianópolis	0,481	Guarani de Goiás	0,569	∴
3º	Guarani de Goiás	0,424	Guarani de Goiás	0,490	São Domingos	0,576	∴
4º	Simolândia	0,429	Nova Roma	0,492	Montividiu do Norte	0,578	∴
5º	Mambaí	0,437	Monte Alegre de Goiás	0,503	Flores de Goiás	0,583	∴
6º	Sítio D'Abadia	0,447	Mambaí	0,506	Sítio D'Abadia	0,590	∴
7º	Cavalcante	0,458	Cavalcante	0,509	Monte Alegre de Goiás	0,592	∴
8º	São Luiz do Norte	0,459	Divinópolis de Goiás	0,509	Nova Roma	0,594	∴
9º	Gameleira de Goiás	0,464	Montividiu do Norte	0,512	Cavalcante	0,595	∴
10º	Flores de Goiás	0,465	Mimoso de Goiás	0,525	Simolândia	0,595	∴

Fonte: SEGPLAN / IMB G-GO. Elaboração própria.

⁵⁶ Nota: símbolos usados (“=” permanência, sem alteração); (“∴” movimentação no ranking)

No sentido inverso, dos piores posicionamentos em IDHM-Renda temos que em 1991 todos os 10 municípios foram classificados como muito baixo desenvolvimento. (Tabela 32). Em 2000, basicamente quando do início da série cronológica, 4 municípios foram considerados como muito baixo, e os demais, como baixo desenvolvimento, permanecendo no ranking os municípios de Buritinópolis, Guarani de Goiás, Cavalcante e Mambaí. Em 2010, os 10 piores posicionamentos foram classificados todos como baixo desenvolvimento, registrando um pequeno avanço, se comparados com a década anterior, ressaltando que 9 dos 10 municípios da região, pertenciam a região nordeste e 01 município à região norte e que os municípios de Cavalcante e Guarani de Goiás, estavam presentes em toda a série cronológica (1991, 2000, 2010).

3.7.1.6 Exportações

As exportações goianas tiveram queda segundo registros do IMB⁵⁷ tendo o estado exportado US\$FOB 7.042.673.945 (2013) e US\$FOB 6.979.883.720 (2014). As regiões que mais contribuíram foram o Sudoeste (15,9%) e Norte (13,10%), seguidos do Centro Goiano (11, 7%) e metropolitana (7,0%) e as regiões com menor percentual, ao bem dizer, ínfimo, foram Nordeste Goiano (0,0001%) e Noroeste Goiano (0,5%). A melhoria na evolução de 2013 para 2014 foi registrada no Centro Goiano (10,7%→13,10%) e metropolitana (4,9%→7%). Vide tabela 33.

Tabela 33 – Estado de Goiás, Balança Comercial – Exportação, anos 1999, 2003, 2007, 2011, 2015

	US\$FOB				
	1999	2003	2007	2012	2015
Sudoeste Goiano	39.680.605	59.346.032	273.837.529	1.102.983.932	996.710.709
Norte Goiano	67.699.891	74.054.694	653.496.639	956.746.534	810.970.721
Centro Goiano	10.991.960	11.250.701	76.125.945	684.668.690	606.504.270
Sul Goiano	33.726.249	262.600.226	449.908.292	620.811.255	475.701.383
Sudeste Goiano	37.956.402	42.293.794	229.607.485	386.444.556	409.270.250
Metropolitana de Goiânia	34.325.433	136.596.223	337.053.668	323.644.706	379.715.108
Oeste Goiano	5.358.601	867.598	194.526.404	372.011.442	370.028.234
Entorno do DF	773.009	19.578.940	172.584.208	596.256.942	290.462.393
Noroeste Goiano	-	15.085.098	29.139.629	32.945.661	43.364.634
Nordeste Goiano	22.820	88.644	245.152	1.161.965	6.162
Estado De Goiás	325.890.630	1.103.187.151	3.184.780.418	7.314.578.250	5.878.262.696

Fonte: SEGPLAN /IMB-GO, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

⁵⁷ Segplan – IMB-GO. Regiões de Planejamento Estado de Goiás, 2014

Analisando a Tabela 33, percebe-se que as regiões que sobressaíram no âmbito da exportação foram Sudoeste Goiano (1º), Norte Goiano (2º), Centro Goiano (3º), Sul Goiano (4º) e Sudeste Goiano (5º). Em termos de Estado o crescimento das exportações registrou movimento evolutivo de 1999-2012, perdendo força, com retração de 2012-2015.

Os municípios que mais se destacaram nas exportações em suas respectivas regiões foram:

- **Centro Goiano:** Anápolis, Barro Alto, Pilar de Goiás e Goianésia;
- **Entorno do DF:** Luziânia, Formosa e Cristalina;
- **Metropolitana:** Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade;
- **Nordeste Goiano:** Posse e São Domingos;
- **Norte Goiano:** Alto Horizonte, Mozarlândia, Crixás, Minaçu e Niquelândia;
- **Noroeste Goiano:** Itaberaí;
- **Oeste Goiano:** Palmeiras de Goiás, Santa Fé e Nazário;
- **Sudeste Goiano:** Ouvidor, Catalão, Silvânia e Ipameri.
- **Sudoeste Goiano:** Rio Verde, São Simão, Quirinópolis, Mineiros, Jataí, chapadão do Céu Cachoeira Alta;
- **Sul Goiano:** Itumbiara, Goiatuba, Bom Jesus de Goiás, Edéia, Piracanjuba e Vicentinópolis.

Vale destacar que também no ranking de exportação há movimentação dos municípios maior exportadores na série cronológica avaliada e os municípios com melhores indicadores de exportação foram, em 2015, Rio Verde (1º), seguidos de Alto Horizonte (2º), e Itumbiara (3º).

Tabela 34 – Estado de Goiás, Balança Comercial – Exportação, ranking de municípios maior exportadores por região de planejamento, anos 1999, 2003, 2012, 2015

	1999	2003	2012	2015	
Centro Goiano					
1º	Goianésia	Goianésia	Barro Alto	Anápolis	241.515.639
2º	Anápolis	Anápolis	Anápolis	Barro Alto	219.074.193
3º	Nova Glória	Jaraguá	Goianésia	Pilar de Goiás	94.916.369
4º	Barro Alto	-	Taquaral de Go	Goianésia	50.998.069
Entorno do DF					
1º	Cristalina	Cristalina	Luziânia	Luziânia	243.677.960
2º	Luziânia	Luziânia	Cristalina	Formosa	23.698.011
3º	Águas Lindas de Goiás	Alexânia	Formosa	Cristalina	17.095.165
4º	Pirenópolis	Pirenópolis	Vila Boa	Pirenópolis	5.831.525
Metropolitana de Goiânia					
1º	Goianésia	Goianésia	Goianésia	Goianésia	105.333.133
2º	Senador Canedo	Senador Canedo	Trindade	Trindade	87.176.918
3º	Ap. de Goiânia	Trindade	Hidrolândia	Senador Canedo	79.785.190
4º	Trindade	Hidrolândia	Senador Canedo	Ap. de Goiânia	45.390.748
Nordeste Goiano					
1º	Posse	Posse	Posse	São Domingos	6.162
2º	-	-	São Domingos	-	-
Norte Goiano					
1º	Minaçu	Mozarlândia	Mozarlândia	Mozarlândia	230.815.415
2º	-	Niquelândia	Minaçu	Crixás	158.278.740
3º	-	Uruaçu	Niquelândia	Minaçu	71.063.987
4º	-	-	Uruaçu	Niquelândia	11.987.845
Noroeste Goiano					
1º	-	Faina	Itaberal	Itaberal	43.364.276
2º	-	Goiás	Goiás	Itapuranga	358
Norte Goiano					
1º	Crixás	Minaçu	Alto Horizonte	Alto Horizonte	338.553.305
2º	Minaçu	Mozarlândia	Mozarlândia	Mozarlândia	230.815.415
3º	-	Niquelândia	Minaçu	Crixás	158.278.740
4º	-	Uruaçu	Niquelândia	Minaçu	71.063.987
5º	-	-	Uruaçu	Niquelândia	11.987.845
Oeste Goiano					
1º	Nazário	Santa Bárbara	Palmeiras Go	Palmeiras Go	237.942.350
2º	São Luis de Montes Belos	Nazário	Santa Fé Go	Santa Fé Go	90.722.480

3.7.1.7 Agricultura e Pecuária

Em 2013 (Tabela 35), Goiás produziu 18.131.632 t de grãos. O Sudoeste Goiano contribuiu com 45,50% desse montante, seguidos do Entorno do DF (15,50%), Sudeste Goiano (12,20%), Sul Goiano (10,5%) e Oeste Goiano (9,10%), ficando as demais regiões com cifras entre 2,3% a 0,8%. O Rebanho bovino goiano foi de 21.580.398 cabeças. Contribuindo o Oeste Goiano com (21,10%), Norte Goiano (18,10%) e Sudoeste Goiano (14,60%). O rebanho suíno foi de 2.060.360 cabeças sendo a região Sudoeste a principal contribuinte (53,50%), seguidos do Oeste Goiano (9,2%) e Sul Goiano (7,8%). No segmento avícola, despontou com a cifra de 61.267.358 (cabeças) sendo novamente o Sudoeste Goiano o principal produtor (32,50%), seguidos do Sudeste Goiano (21,60%) e depois Sul Goiano (11,9%) e Noroeste Goiano (10,10%).

A Tabela 36 mostra a evolução do Estado de Goiás e sua posição no ranking do país em alguns produtos da agricultura tendo como parâmetro os anos de 2000 e 2015. Na análise temos que o estado manteve seu posicionamento nos produtos milho (4º), soja (4º), sorgo (1º) e produção geral de grãos (4º), e ascendendo uma posição na produção de trigo (7º-> 6º) e quatro posições na produção de açúcar (6º-> 2º). No entanto perdeu posicionamento em dois produtos com variação negativa de 37,8% em algodão diminuindo uma posição (2º-> 3º) e arroz, variação negativa de 62,73% com retração de 2 lugares no (7º-> 9º).⁵⁸

O aporte de recursos para financiamento à agricultura concedidos por instituições financeiras públicas e privadas, pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a produtores e cooperativas de produtores, para fins de custeio, investimento e comercialização nas atividades agrícolas visando o fortalecimento da agricultura goiana (Tabelas 37 e 38) demonstram um crescimento no volume de investimentos na série cronológica analisada, anos 1999, 2003, 2007, 2011 e 2015, quase duplicando o valor de 2011 a 2015, sobretudo em custeio. A região Sudoeste é líder do setor com exponencial supremacia, seguidas das Sudoeste Goiano, Sul Goiano, Entorno do DF Sudeste Goiano e Oeste Goiano.

⁵⁸ Segplan/IMB-GO. Estado de Goiás no Contexto Nacional - 2015

Tabela 35 – Estado de Goiás, indicadores na agropecuária por regiões de planejamento, ano 2013

Indicadores	Estado (Referência)	Metropolitana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
Produção de Grãos (t) – 2013	18.131.632	0,8	1,5	10,5	45,50	12,20	15,50	9,1	1,9	2,3	0,9
Pecuária – 2013 – Bovino (cab.)	21.580.398	3,5	7,1	8,9	14,60	7,5	6,60	21,10	6,0	18,10	6,6
Pecuária – 2013 – Suínos (cab.)	2.060.360	4,2	4,4	7,8	53,50	6,3	5,10	9,2	1,7	4,3	3,5
Pecuária – 2013 – Aves (cab.)	61.267.358	8,7	1,5	11,9	32,50	21,60	8,2	3,1	1,3	1,10	10,10
Pecuária – 2013 – Produção de leite (mil litros)	3.776.803	6,3	9,6	17,10	13,40	17,40	7,6	15,0	0,9	8,1	4,6

Fonte: SEGPLAN, IMB/GO, publicação Regiões de Planejamento, ano 2014

Tabela 36 – Estado de Goiás, comparativo de produção da agricultura, e participação Brasil e ranking, anos de 2000-2015

Produto	2000				2015				Análise 2000 – 2015	
	Qtd (t)	% participação Brasil	Ranking País	Qtd (t)	% participação Brasil	Ranking País	% variação	Ranking País	% variação	Comportamento Ranking
Algodão	254.476	12,68	2º	158.237	3,84	3º	-37,8	3º	-37,8	↓
Arroz	294.629	2,65	7º	109.809	0,89	9º	-62,73	9º	-62,73	↓↓
Cana de Açúcar	10.162.959	3,12	6º	69.127.015	9,16	2º	580,19	2º	580,19	↑↑↑↑
Feijão	200.415	6,56	6º	315.109	10,14	5º	57,23	5º	57,23	↓
Milho	3.659.475	11,32	4º	9.483.548	11,06	4º	159,15	4º	159,15	=
Soja	4.092.934	12,47	4º	8.595.672	8,86	4º	110,01	4º	110,01	=
Sorgo	287.502	36,27	1º	892.909	42,19	1º	210,57	1º	210,57	=
Trigo	8.509	0,49	7º	53.757	0,99	6º	531,77	6º	531,77	↑
Grãos	8.704.841	9,93	4º	19.577.125	9,23	4º	124,9	4º	124,9	=

Fonte: SEGPLAN, IMB/GO, publicação Regiões de Planejamento, ano 2014

Tabela 37 – Estado de Goiás- Financiamento à Agricultura: Custeio, investimento, comercialização e total, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015.

Financiamentos	1999	2003	2007	2011	2015
Agricultura – Custeio – Valor (R\$)	448.271.307,00	1.267.834.783,00	1.238.527.572,00	2.547.807.101,00	4.669.553.682,22
Agricultura – Investimentos – Valor (R\$)	57.657.134,00	322.120.936,00	234.037.270,00	556.136.882,00	1.192.531.506,95
Agricultura – Comercialização – Valor (R\$)	95.077.177,00	170.295.151,00	233.293.082,00	596.626.682,00	1.853.799.891,29
Agricultura – Valor – Total (R\$)	601.005.615,00	1.760.250.868,00	1.705.857.924,00	3.700.570.663,00	7.715.885.080,46

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO / BDE-GO – Crédito Rural. Elaboração própria

Tabela 38 – Estado de Goiás- Financiamento à Agricultura total, por região de planejamento, anos 1999,2003, 2007, 2011 e 2015

REGIÃO	1999	2003	2007	2011	2015
Sudoeste Goiano	276.036.963	761.851.797	723.450.726	1.769.397.818	3.722.431.001
Sul Goiano	140.358.016	344.939.788	299.055.341	468.511.937	906.798.422
Entorno do DF	48.079.726	198.246.527	179.676.378	460.328.263	945.877.938
Sudeste Goiano	47.655.230	170.564.398	199.286.082	418.676.262	837.549.985
Oeste Goiano	41.706.708	127.665.964	97.068.600	200.927.903	615.102.962
Centro Goiano	13.991.469	41.819.959	59.900.869	112.448.698	161.639.828
Metropolitana de Goiânia	13.296.700	32.319.161	60.529.715	125.741.381	108.789.187
Noroeste Goiano	9.885.144	29.768.018	32.577.075	27.869.026	62.648.620
Norte Goiano	5.511.239	27.740.210	30.025.165	71.315.571	231.152.515
Nordeste Goiano	4.484.422	25.335.045	24.287.972	45.353.804	123.894.624
Estado de Goiás	601.005.615	1.760.250.868	1.705.857.924	3.700.570.663	7.715.885.080,46

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO / BDE-GO – Crédito Rural. Elaboração própria

O aporte de recursos para financiamento à pecuária também concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), assim como na agricultura, demonstraram uma linha de evolução de aporte de recursos, tanto para custeio quanto para investimento nos anos, anos 1999, 2003, 2007, 2011 e 2015, mesmo que com valores mais módicos do que na agricultura (Tabela 39). As regiões Norte e Oeste Goiano foram as mais beneficiadas com recursos para o desenvolvimento do segmento, seguidas de Sudoeste, Sul e Sudeste Goiano (Tabela 40).

Tabela 39 – Estado de Goiás- Financiamento à Pecuária: Custeio, investimento, comercialização e total, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015.

Financiamentos	1999	2003	2007	2011	2015
Pecuária – Custeio – Valor (R\$)	117.520.317	270.547.960	653.157.747	1.660.100.562	3.172.957.000,64
Pecuária – Investimentos – Valor (R\$)	68.446.822	236.427.509	599.026.400	1.340.055.790	2.120.804.084,99
Pecuária – Comercialização – Valor (R\$)	50.009.954	42.739.200	111.246.963	278.539.416	272.134.366,27
Pecuária – Valor (R\$)	235.977.091	549.714.671	1.363.431.109	3.278.695.768	5.565.895.451,90

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO / BDE-GO – Crédito Rural. Elaboração própria

Tabela 40 – Estado de Goiás- Financiamento à Pecuária total, por região de planejamento, anos 1999,2003, 2007,2011 e 2015

Região	1999	2003	2007	2011	2015
Norte Goiano	24.386.518	83.066.114	213.778.021	604.877.076	1.035.382.994
Oeste Goiano	30.957.355	113.569.109	289.774.241	597.631.847	1.017.244.650
Sudoeste Goiano	61.503.182	122.793.558	301.747.013	558.275.859	1.044.929.164
Sul Goiano	19.250.805	40.312.978	116.724.361	300.205.079	491.007.781
Sudeste Goiano	15.254.253	37.875.789	96.523.740	286.839.942	485.513.481
Centro Goiano	12.631.192	48.731.212	90.427.425	242.172.456	379.449.464
Noroeste Goiano	10.542.397	26.622.079	72.002.479	172.945.199	360.301.752
Entorno do DF	12.136.744	32.476.178	54.438.349	144.988.425	273.312.899
Metropolitana De Goiânia	45.403.104	19.460.587	79.984.349	194.930.997	254.211.639
Nordeste Goiano	3.911.543	24.807.068	48.031.131	175.828.889	224.541.627
Estado De Goiás	235.977.091	549.714.671	1.363.431.109	3.278.695.768	5.565.895.451,90

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO / BDE-GO – Crédito Rural. Elaboração própria

Tabela 41 – Estado de Goiás, Efetivo de rebanho bovino (cabeças), por regiões de planejamento, anos 1999,2003,2007, 2011, 2015

Região	1999	2003	2007	2011	2015
Oeste Goiano	3.841.199	4.171.596	4.312.840	4.666.715	4.720.490
Norte Goiano	2.804.405	3.562.770	3.724.800	3.970.370	4.144.524
Sudoeste Goiano	3.697.545	3.649.248	3.359.950	3.233.050	3.078.500
Centro Goiano	1.316.486	1.476.898	1.376.870	1.522.180	1.628.435
Sudeste Goiano	1.122.360	1.221.869	1.345.430	1.552.850	1.603.500
Entorno Do Df	1.114.410	1.289.120	1.279.020	1.398.067	1.361.775
Noroeste Goiano	1.113.492	1.246.726	1.337.750	1.405.480	1.431.238
Nordeste Goiano	798.448	1.057.497	1.199.120	1.307.008	1.307.716
Metropolitana De Goiânia	642.237	727.204	687.410	713.410	742.244
Estado De Goiás	18.297.357	20.178.516	20.471.490	21.744.650	21.887.720

Fonte(s): SEGPLAN/IMB-GO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Elaboração própria

O rebanho bovino apresentou uma evolução gradativa, em pequena escala, na série estudada, anos 1999, 2003, 2007, 2011, 2015 com liderança da região oeste seguidas das regiões norte e sudoeste goiano. (Tabela 41)

O rebanho de aves apresentou ao contrário do rebanho bovino, uma franca ascensão, triplicando seu efetivo de cabeças de 22.376.417 em 1999 para 64.604.285 em 2015 com exponencial liderança da região Sudoeste Goiano, que aumentou em 7 vezes seu efetivo de 1999 a 2015, seguidas da Sudeste Goiano, que quadruplicou seus números no mesmo período (1999-2015).

Tabela 42 – Estado de Goiás, Efetivo de rebanho de aves (cabeças), por regiões de planejamento, anos 1999,2003,2007, 2011, 2015

Região	1999	2003	2007	2011	2015
Sudoeste Goiano	3.592.360	13.153.417	19.575.300	22.123.892	21.189.200
Sudeste Goiano	4.819.340	6.483.123	6.830.770	12.356.680	16.160.650
Sul Goiano	1.389.500	2.208.233	2.787.930	7.486.530	7.894.675
Noroeste Goiano	1.535.305	2.772.298	3.284.600	5.871.520	6.472.160
Metropolitana De Goiânia	4.981.597	4.929.038	5.169.470	5.655.140	5.217.770
Entorno do DF	2.492.540	2.800.030	3.419.750	3.493.014	3.030.722
Oeste Goiano	1.552.080	1.596.030	1.544.355	1.961.140	2.378.625
Centro Goiano	974.702	1.017.995	869.050	890.470	948.890
Norte Goiano	716.993	666.705	616.215	653.347	623.041
Nordeste Goiano	322.000	310.200	318.230	688.171	688.552
Estado De Goiás	22.376.417	35.937.069	44.415.670	61.179.904	64.604.285

Fonte: SEGPLAN / IMB – GO. Elaboração própria

3.7.1.8 Infraestrutura – Água e Esgoto

Segundo dados do IMB (Tabela 43), em 2014 o percentual de população atendida com água no Estado é bem positivo, equivalente a 95,27%, no entanto o mesmo não acontece com o percentual de cobertura de esgoto que se encontra aquém dos 50%, a saber, 48,93%. A cobertura de água nas regiões também tem índices bem positivos, de 92,93 % (Metropolitana) a 100% (Sudeste Goiano), bem perto da média do estado. O mesmo não acontece com a cobertura de esgoto. As melhores coberturas se encontram nas regiões Sul Goiano (68,33%), Metropolitana (63,04%), Noroeste Goiano (57,11%), Sudoeste Goiano (53,84%), acima da média estadual. A menores se encontram nas regiões Norte Goiano (15,60%) e Sudeste Goiano (22,09%).

Analisando o Gráfico 4, com dados também obtidos do IMB⁵⁹ percebe-se uma evolução ao longo da série história no percentual de população atendida por água no Estado de Goiás e regiões de planejamento, ressaltando que em 2015, duas regiões atingiram o percentual de 100%, Metropolitana e Sudeste Goiano.

Tabela 43 – Goiás, Percentual (%) de população atendida por água Goiás. Anos 2007-2015⁶⁰

REGIÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Metropolitana	89	89	94	100	96	98	99	100	100	100	100
Entorno do Distrito Federal	87	87	95	95	96	95	96	98	97	98	98
Sudoeste Goiano	87	87	91	91	92	93	94	95	95	96	97
Oeste Goiano	87	87	93	93	95	96	97	98	98	97	97
Centro Goiano	88	88	95	100	95	96	97	98	98	98	98
Sul Goiano	88	87	93	93	95	95	97	98	98	99	99
Norte Goiano	91	90	94	94	95	95	96	97	97	98	98
Nordeste Goiano	89	89	96	97	98	96	97	98	98	98	98
Noroeste Goiano	88	88	88	88	92	90	93	95	95	97	98
Sudeste Goiano	90	89	95	96	97	97	98	98	98	99	100
Estado de Goiás	88	88	93	95	95	95	96	97	97	98	98

Fonte: SEGPLAN / IMB- GO. Elaboração própria

Gráfico 4 – Estado de Goiás, População atendida com água, anos 2005-2015.



Fonte: SEGPLAN/ IMB – GO. Elaboração própria

⁵⁹ SEGPLAN/IMB- GO. Banco de Dados Estatísticos – BDE. Variável Água, Estado de Goiás e Regiões de Planejamento, 2005-2015

⁶⁰ Ibidem

3.7.1.9 Esgoto

Segundo dados IMB –GO (Tabelas 44 e 45) o percentual de população atendida com esgoto em Goiás não apresenta números favoráveis, sobretudo quando à oferta de água. De 2005 a 2015, o estado conseguiu ampliar em média 10% da sua oferta deste importante benefício à população, saindo de 32,33% em 2005 para 51,50% em 2015. As regiões mais beneficiadas apresentaram cobertura de 50% a 70%, sendo as mais beneficiadas: Metropolitana (63,04%), Sul (68,33%) Sudoeste (53,84%), Nordeste (48,93%) e demais regiões com índices 30% a 15%,

Tabela 44 – Estado de Goiás, percentual (%) de população atendida por esgoto, anos 2005-2015

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
%	32,33	32,88	36,04	37,00	39,10	39,30	41,29	44,00	45,03	49,00	51,5

Fonte: Segplan/IIMB-GO. Elaboração própria

Tabela 45 – Estado de Goiás, percentual (%) de população atendida por esgoto, regiões de planejamento, ano 2014.

Estado	Metropo litana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
48,93	63,04	48,88	68,33	53,84	22,09	27,3	33,96	48,93	15,6	57,11

Fonte: Segplan/IIMB-GO, Regiões de Planejamento, 2014. Elaboração própria

3.7.2 Desenvolvimento Social

3.7.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

Na tabela 46 observa-se que, em 1991, o IDH-M era Muito Baixo (índice geral do Estado e região), ficando todos abaixo do 0,4999. Em 2000, houve uma substancial melhora, passando o índice do estado à classificação de Médio Desenvolvimento (0,615). Em 2010, o avanço continuou e o Estado conseguiu o patamar de Alto Desenvolvimento (0,735) estando neste nível as regiões Metropolitana (0,735), Sudeste Goiano (0,717) e Sul Goiano (7,09) e Sudoeste Goiano (0,707). As demais regiões ficaram com médio desenvolvimento, à exceção do Oeste Goiano com baixo desenvolvimento (0,565).A região Nordeste conseguiu melhorar seus índices o que não aconteceu com a região oeste.

Tabela 46 – IDHM, Estado de Goiás e Regiões de Planejamento. Anos 1991, 2000, 2010

REGIÃO	1991	ORD	2000	ORD	2010	ORD
Sul Goiano	0,452	1º	0,593	2º	0,709	2º
Sudeste Goiano	0,448	2º	0,595	1º	0,717	1º
Metropolitana de Goiânia	0,431	3º	0,566	4º	0,706	4º
Sudoeste Goiano	0,427	4º	0,577	3º	0,707	3º
Oeste Goiano	0,426	5º	0,565	5º	0,701	5º
Centro Goiano	0,411	6º	0,550	7º	0,695	7º
Noroeste Goiano	0,409	7º	0,560	6º	0,695	6º
Entorno do Distrito Federal	0,401	8º	0,533	9º	0,685	8º
Norte Goiano	0,379	9º	0,533	8º	0,675	9º
Nordeste Goiano	0,334	10º	0,484	10º	0,647	10º
Estado de Goiás	0,487		0,615		0,735	

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO

Quando se analisa os municípios goianos com melhor posição no IDH-M tem-se ao longo da série 1991-2010 uma lista de 18 municípios concentrados na região centro-sul (sudeste-8, Sul-3, Sudoeste-1, Centro-2, Metropolitana-1, Entorno do DF-3). (Tabela 47) No entanto, os municípios piores posicionados no IDH-M se situam predominantemente nas regiões Norte e Nordeste, com exceção de Vila Boa do Entorno do DF e Vila Propício no Centro Goiano (Tabela 47).

Tabela 47 – Ranking dos 10 municípios goianos de maior IDHM. Anos de 1991, 2000, 2010

ORDEM	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR
1º	Goiânia	0,6	Goiânia	0,715	Goiânia	0,799
2º	Ceres	0,543	Catalão	0,662	Ceres	0,775
3º	Cidade Ocidental	0,538	Itumbiara	0,656	Catalão	0,766
4º	Catalão	0,533	Ceres	0,654	Goiandira	0,76
5º	Valparaíso de Goiás	0,531	Nova Aurora	0,651	Jataí	0,757
6º	Goiandira	0,521	Anápolis	0,641	Rio Verde	0,754
7º	Anápolis	0,518	Pires do Rio	0,641	Itumbiara	0,752
8º	Ananguera	0,518	Goiandira	0,639	Nova Aurora	0,747
9º	Itumbiara	0,518	Cidade Ocidental	0,638	Ouvidor	0,747
10º	Marzagão	0,51	Joviânia	0,637	Valparaíso de Goiás	0,746

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

Tabela 48 – Ranking dos 10 municípios goianos de menor IDHM. Anos de 1991, 2000, 2010

	1991		2000		2010	
Ord	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
1º	Vila Propício	0,222	Cavalcante	0,396	Cavalcante	0,584
2º	Flores de Goiás	0,231	Monte Alegre de Goiás	0,418	São Domingos	0,597
3º	Gameleira de Goiás	0,233	Mambaí	0,431	Flores de Goiás	0,597
4º	Mambaí	0,245	Buritinópolis	0,433	Amaralina	0,609
5º	Buritinópolis	0,261	Vila Propício	0,437	Montividiu do Norte	0,613
6º	Bonópolis	0,261	Mimoso de Goiás	0,445	Monte Alegre de Goiás	0,615
7º	Amaralina	0,264	Mundo Novo	0,446	Sítio D'Abadia	0,617
8º	Vila Boa	0,271	Gameleira de Goiás	0,446	Mambaí	0,626
10º	Simolândia	0,277	Guarani de Goiás	0,448	Campinaçu	0,631

Fonte: IMB /GO. Elaboração própria.

3.7.2.2 Taxa de Analfabetismo – Escolas – Alunos Matriculados

Os dados do IMB (Tabela 49) apontam que em 2010 a taxa de analfabetismo do estado era de 7,3%. A menor taxa pertenceu a região Metropolitana (4,4%), seguidas de uma média de 7,3 a 8,6% e com o registro dos piores índices para Nordeste Goiano (16,40%), Noroeste Goiano (12,20%), Norte Goiano (12,10%) e Oeste Goiano (11,40%).

Observa-se na Tabela 49, que no que tange a oferta de escolas, em 2013, Goiás contava com 4.525 escolas, sendo 27,6% delas na região Metropolitana, Entorno do DF (20,10%), Centro Goiano (10,40%) e Sudoeste Goiano (9,5%). As menores ofertas ficaram para as regiões Noroeste (2,0%), Nordeste (3,1%), Sudeste (4,2%) e Oeste Goiano (4,8%). O percentual de alunos matriculados por região do estado acompanha a capacidade de oferta acima supracitada, com outros percentuais, mas na mesma linha regional

Tabela 49 – Goiás, regiões, indicadores sociais, anos escolhidos.

Indicadores	Estado (Referencia)	Metropolitana	Centro Goiano	Sul Goiano	Sudoeste Goiano	Sudeste Goiano	Entorno do DF	Oeste Goiano	Nordeste Goiano	Norte Goiano	Noroeste Goiano
IDH – M – 1991 (índice)	0,487	0,431	0,411	0,452	0,427	0,448	0,401	0,426	0,334	0,379	0,409
IDH – M – 2000 (índice)	0,615	0,566	0,550	0,593	0,559	0,595	0,533	0,565	0,480	0,533	0,560
IDH – M – 2010 (índice)	0,735	0,706	0,695	0,709	0,707	0,717	0,685	0,565	0,647	0,675	0,695
Educação : N° de Escolas – 2013 (n°) / (%)	4.525	27,6	10,7	7,2	9,4	5,2	16,60	7,8	5,7	6,7	3,0
Educação : Alunos Matriculados – 2014 (n°) / (%)	1.440.549	34,2	10,4	6,6	9,5	4,2	20,10	4,8	3,1	5,1	2,0
Educação : Taxa de analfabetismo (%) – 2010	7,3	4,4	7,6	8,6	8,3	7,3	7,3	11,4	16,40	12,1	12,20
Saúde – hospitais (n°) – 2014 (n°) / (%)	452	34,1	11,3	8,4	9,5	5,1	8,2	9,5	4,0	6,6	3,3

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO

Ao observar o IDH-Educação das regiões de planejamento (Tabela 50) percebe-se uma alternância no ranking das posições de 1º-3º e de 4º-8º nos anos de 1991, 2000 e 2010. Apesar da região Metropolitana ser contemplada com maior rede de escolas e número de alunos matriculados há que se ressaltar que a mesma ocupa o 10º lugar ao longo de todo o tempo da série. Investigando os 10 municípios com melhor IDH-Educação tem-se que o município de Goiânia lidera o ranking na série histórica, mas por si só não consegue alavancar a melhoria do índice para a região Metropolitana, sendo necessário que outros municípios componentes também consigam uma boa evolução para que a região possa ascender no ranking.

Por outro lado, vale ressaltar que há uma constante alternância no ranking dos 10 municípios com maior IDH-Educação, afora (Goiânia, 1º) todas as outras posições têm movimentação ao longo do tempo, municípios permanecendo na lista do 10 mais, outros saindo, novos ocupando. Goiânia, Goiandira, Catalão, Ceres e Firminópolis estão presentes em toda a série; Nova Aurora, Ouidor, Valparaíso,

Urutaí, em 2 anos e apenas uma vez, Ananguera, Cidade Ocidental, Anápolis, Itumbiara, Cumari, Diorama e Barro Alto. (Tabela 51)

No lado oposto, Tabela 52, no ranking dos 10 municípios pior posicionados em educação, 3 municípios aparecem ao longo da série histórica – Cavalcante, Flores de Goiás (Nordeste Goiano) e Bonópolis (Norte Goiano). A alternância de posicionamento também está presente, no ranking negativo, com alguns municípios conseguindo sair da zona dos 10 menos, como Amaralina, Vila Boa, Buritinópolis, Simolândia, Mimoso de Goiás e outros entrando em 2010, Campinaçu, Santa Rita do Novo Destino e Montividiu do Norte.

Para analisar possíveis causas da manutenção de um melhor ou pior posicionamento no ranking, tem-se como um dos pontos relevantes o fator histórico de investimento e priorização em regiões e territórios. No sentido positivo, temos a priorização da capital do estado, Goiânia, situada na região metropolitana. No lado oposto, a carência de investimentos na metade centro-norte do estado, em regiões, como norte, nordeste. A análise da alternância de posicionamento, mesmo que restrita a um pequeno grupo de municípios, precisar-se-ia ser fundamentada em um estudo mais aprofundado sobre a questão com uma investigação mais acirrada dos fatores que influenciaram a (e)volução ou (in)volução no ranking., o que seria objeto de um novo trabalho de pesquisa.

Tabela 50 – IDHM – Educação, Ranking das Regiões de Planejamento Estado de Goiás, Anos 1991, 2000, 2010⁶¹

REGIÃO	1991	ORD	2000	ORD	2010	ORD
Sudoeste Goiano	0,598	1º	0,654	2º	0,720	1º
Sul Goiano	0,590	2º	0,656	1º	0,710	3º
Sudeste Goiano	0,572	3º	0,649	3º	0,712	2º
Entorno do Distrito Federal	0,565	4º	0,608	6º	0,672	6º
Oeste Goiano	0,561	5º	0,612	5º	0,685	4º
Norte Goiano	0,550	6º	0,592	8º	0,661	8º
Noroeste Goiano	0,549	7º	0,614	4º	0,685	5º
Centro Goiano	0,540	8º	0,600	7º	0,671	7º
Nordeste Goiano	0,490	9º	0,540	9º	0,624	9º
Metropolitana de Goiânia	0,218	10º	0,384	10º	0,616	10º

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO.

⁶¹ SEGPLAN/IMB-GO. IDH - Estado de Goiás, 1991-2010

Tabela 51 – Ranking dos 10 municípios goianos com melhor posicionamento IDHM-Educação, Anos 1991, 2000, 2010⁶²

RANKING 10 MAIS		1991		2000		2010	
ORDEM	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR	VALOR
1º	Goiânia	0,42	Goiânia	0,591	Goiânia	0,739	
2º	Anhanguera	0,38	Nova Aurora	0,541	Ceres	0,733	
3º	Goiandira	0,356	Catalão	0,519	Goiandira	0,727	
4º	Ceres	0,351	Ouvidor	0,516	Catalão	0,715	
5º	Catalão	0,341	Goiandira	0,512	Nova Aurora	0,697	
6º	Cidade Ocidental	0,338	Firminópolis	0,505	Ouvidor	0,697	
7º	Valparaíso de Goiás	0,331	Itumbiara	0,505	Diorama	0,696	
8º	Urutaí	0,324	Ceres	0,504	Valparaíso de Goiás	0,695	
9º	Anápolis	0,32	Urutaí	0,496	Firminópolis	0,688	
10º	Firminópolis	0,32	Cumari	0,495	Barro Alto	0,682	

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO

Tabela 52 – Ranking dos 10 municípios goianos com pior posicionamento IDHM-Educação, Anos 1991, 2000, 2010

RANKING 10 MENOS		1991		2000		2010	
ORDEM	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR	MUNICÍPIO	VALOR	VALOR
1º	Vila Propício	0,040	Gameleira de Goiás	0,168	Cavalcante	0,415	
2º	Gameleira de Goiás	0,040	Cavalcante	0,172	São Domingos	0,445	
3º	Flores de Goiás	0,044	Monte Alegre de Goiás	0,206	Flores de Goiás	0,457	
4º	Amaralina	0,051	Vila Propício	0,211	Campinaçu	0,476	
5º	Mambaí	0,053	Mundo Novo	0,213	Monte Alegre de Goiás	0,481	
6º	Bonópolis	0,056	Mambaí	0,222	Nova Crixás	0,485	
7º	Vila Boa	0,060	Mimoso de Goiás	0,231	Santa Rita do Novo Destino	0,487	
8º	Buritinópolis	0,066	Bonópolis	0,234	Bonópolis	0,488	
9º	Simolândia	0,078	Flores de Goiás	0,236	Montividiu do Norte	0,488	
10º	Cavalcante	0,079	Nova Crixás	0,237	Mundo Novo	0,488	

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO

3.7.2.3 Saúde – Hospitais e Leitos

Segundo o IMB, em 2014 (Tabela 53) Goiás contava com 452 hospitais e 18.968 leitos, concentrando na região metropolitana 34,10% dos hospitais com a oferta de 49,30% dos leitos seguidos do Centro Goiano com 11,30% hospitais 12,30% dos leitos e Sudoeste 9,5% hospitais 8,5% leitos. As regiões com menor capacidade de oferta foram Noroeste Goiano com 3,3% hospitais e 2,4% leitos e Nordeste Goiano com 4,0% hospitais e 2,10% de leitos.

No que tange a evolução da oferta de leitos no Estado e por região de planejamento no período de 2000 a 2015 (Tabela 53) observa-se, de maneira geral, uma evolução positiva somente em 3 das 10 regiões, qual seja, regiões

⁶² Ibidem

Metropolitana, Entorno do DF e Sudoeste Goiano e uma diminuição na oferta, uma involução, nas regiões Oeste Goiano, Centro Goiano, Sul Goiano, Norte, Nordeste, Noroeste, Sudeste como também no índice geral do Estado. Vale ressaltar que aqui estão expressos números de leitos e não a qualidade dos equipamentos ofertados, o que pelos programas de governo ora apresentados pode ter tido um avanço na qualidade e diminuição da quantidade, o que requeria um trabalho à parte para confirmação ou não desta hipótese.

No entanto, para subsidiar o quesito qualidade acima abordado o indicador IDHM-Longevidade nos dá um suporte. Segundo dados do IMB houve uma redução em Goiás de 62,58% do indicador mortalidade infantil, entre 1980 e 2010, com redução da taxa de 47,3 óbitos de crianças residentes com menos de um ano por 1.000 nascidos vivos em 1980 para 17,7 óbitos em 2010. A redução, segundo IMB, está associada a medidas de saúde pública adotadas pelo governo, de caráter preventivo por meio do atendimento às gestantes, campanhas de vacinação e a contribuição significativa do aumento da oferta do saneamento básico (83% em 2002 para 94% em 2013) e rede de esgoto, evoluindo a cobertura de 34% em 2002 para 45% em 2013. A esperança de vida ao nascer em 1980 era de 62,25 anos e, em 2010, 73,15 anos. Esta cesta de fatores contribuiu para a melhoria do patamar de IDHM- Longevidade no Estado (Tabelas 54, 55 e 56).

Em 1991, Goiás apresentava a classificação geral e também por regiões de planejamento, a classificação de médio desenvolvimento, evoluindo para Alto Desenvolvimento em 2000 e Muito Alto Desenvolvimento em 2010. Vale ressaltar que as regiões de planejamento se alternaram no ranking de posicionamento na série histórica com exceção do 4º lugar (Metropolitana), Centro (8º), Norte (9º) e Nordeste (10º). Essa mudança de posicionamento no ranking também foi verificada tanto nos 10 municípios melhor posicionados (Tabela 55) quanto nos 10 com pior IDHM-Longevidade (Tabela 56).

Tabela 53 – Número de leitos (milhares) por regiões de Planejamento e Estado de Goiás. Anos 2000-2016

REGIÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Metropolitana de Goiânia	8,5	8,6	8,6	7,9	7,9	8,1	8,3	8,5	8,4	8,6	8,8	8,9	9,3	9,3	9,4	9,6	9,6
Entorno do Distrito Federal	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9	1	0,9	1	0,9	0,9	0,9	1	1	1
Sudoeste Goiano	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,5	1,5	1,6	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Oeste Goiano	2,4	2,4	2,4	1,9	1,9	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	1,1	1,1	1	1,1	1	1
Centro Goiano	3,6	3,6	3,6	3,2	3,2	2,5	2,6	2,6	2,6	2,5	2,3	2,4	2,2	2,3	2,3	2,4	2,4
Sul Goiano	1,4	1,4	1,4	1,2	1,2	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1
Norte Goiano	1,6	1,6	1,6	1,2	1,2	1,1	1,1	1	1	1	1	1	1	1	0,9	0,9	0,9
Nordeste Goiano	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Noroeste Goiano	1	1	1	0,9	0,9	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5
Sudeste Goiano	1	1	1	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8
Estado de Goiás	21,9	22,1	22,1	19,8	19,8	18,8	18,8	18,8	18,8	18,8	18,8	18,8	18,8	18,8	19	19,2	19,2

Fonte: Segplan/ IMB/GO

Tabela 54 – Ranking IDHM- Longevidade por Região de Planejamento, Estado de Goiás. Anos 1991,2000, 2010

REGIÃO	1991	ORD	2000	ORD	2010	ORD
Sudeste Goiano	0,687	1º	0,780	2º	0,829	3º
Sul Goiano	0,683	2º	0,774	3º	0,830	2º
Sudoeste Goiano	0,682	3º	0,781	1º	0,832	1º
Metropolitana de Goiânia	0,667	4º	0,760	4º	0,827	4º
Oeste Goiano	0,664	5º	0,758	5º	0,824	7º
Entorno do Distrito Federal	0,662	6º	0,750	7º	0,825	5º
Noroeste Goiano	0,655	7º	0,751	6º	0,823	8º
Centro Goiano	0,654	8º	0,743	8º	0,825	6º
Norte Goiano	0,650	9º	0,742	9º	0,822	9º
Nordeste Goiano	0,641	10º	0,735	10º	0,816	10º

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

Tabela 55 – IDHM- Longevidade – Ranking dos municípios goianos com melhor posicionamento. Anos 1991, 2000, 2010

RANKING 10 MAIS		1991		2000		2010	
Ordem	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	
1º	Goiatuba	0,723	Jataí	0,816	Pires do Rio	0,880	
2º	Goiânia	0,718	Lagoa Santa	0,815	Rio Quente	0,878	
3º	Itumbiara	0,718	Itumbiara	0,815	Piracanjuba	0,870	
4º	Jataí	0,718	Três Ranchos	0,811	Lagoa Santa	0,868	
5º	Lagoa Santa	0,718	Goiatuba	0,809	Quirinópolis	0,863	
6º	Mineiros	0,718	Jussara	0,809	Davinópolis	0,862	
7º	Castelândia	0,710	Santa Fé de Goiás	0,809	Morrinhos	0,862	
8º	Catalão	0,710	Catalão	0,807	Itarumã	0,861	
9º	Chapadão do Céu	0,710	Ceres	0,803	Bom Jesus de Goiás	0,860	
10º	Cidade Ocidental	0,710	Morrinhos	0,803	Uruaçu	0,860	

Fonte: SEGPLAN/IMB-GO. Elaboração própria

Tabela 56 – IDHM- Longevidade – Ranking dos municípios goianos com pior posicionamento. Anos 1991, 2000, 2010

RANKING 10 MENOS		1991		2000		2010	
Ordem	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	
1º	Flores de Goiás	0,600	Flores de Goiás	0,697	Campos Verdes	0,796	
2º	Guarani de Goiás	0,615	Guaraíta	0,697	Nova América	0,796	
3º	Alvorada do Norte	0,618	Jesúpolis	0,697	Campestre de Goiás	0,799	
4º	Bonópolis	0,618	Campos Verdes	0,700	Faina	0,799	
5º	Monte Alegre de Goiás	0,618	Bonópolis	0,700	Flores de Goiás	0,799	
6º	Montividiu do Norte	0,618	Alvorada do Norte	0,702	Teresópolis de Goiás	0,799	
7º	Mundo Novo	0,618	Cabeceiras	0,702	Padre Bernardo	0,801	
8º	Arenópolis	0,621	Colinas do Sul	0,702	São Luiz do Norte	0,801	
9º	Campos Verdes	0,621	Santa Tereza de Goiás	0,702	Vila Propício	0,802	
10º	Guaraíta	0,621	Turvânia	0,702	Ananguera	0,802	

Fonte: SEGPLAN/ IMB-GO. Elaboração própria

3.7.3 *Análise geral da execução orçamentária – financeira dos PPAs de 2006 a 2015*

A seguir, uma análise geral da execução orçamentária – financeira disponível dos PPAs de 2006 a 2015 (dez anos) no que concerne eficiência física, que mede o alcance das metas realizadas tendo em vista as metas planejadas; o índice de liquidação que avalia o grau de aproveitamento dos recursos destinados tendo como parâmetro o orçamento autorizado e a despesa liquidada; o índice de participação que demonstra o montante de recursos destinados para o setor e/ou área tendo em vista o montante geral do orçamento do ano e que em última instância, demonstra o grau de priorização dado pelo volume de investimentos financeiros alocados e por último, o indicador eficiência que avalia de forma geral o alcance de resultados. A metodologia aplicada foi a seguida pela CGE nos seus relatório de gestão (Volume 1) e pelo fato de na série histórica os dados destes 4 indicadores não terem sido disponibilizados em todos os anos no relatório geral, foram pegos os dados disponibilizados dos indicadores setoriais presentes no Volume 2 da CGE, e como média final neste trabalho, foi aplicada a média aritmética simples.

Da mesma forma os eixos dos PPAs de 2006 a 2015 não demonstraram unicidade ao longo da série dos 15 anos analisados, quer seja na nomenclatura adotada, quer seja na quantidade de eixos disponibilizada sendo adotado para este trabalho a parametrização, com agrupamento de setores ou desagrupamentos da forma original concebida, de forma a se ter, no final, 4 eixos:

- Eixo 1: Desenvolvimento Social;
- Eixo 2: Desenvolvimento Econômico;
- Eixo 3; Desenvolvimento Regional;
- Eixo 4: Gestão Pública

3.7.3.1 *Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficácia Física dos PPAs de 2006 a 2015*

Analisando a eficácia física dos 10 anos da série histórica de 2006 a 2015 dos PPAs do Estado de Goiás, tem-se que o eixo de Desenvolvimento Social foi o que apresentou melhores resultados (1º lugar/ 6 anos) e 2º lugar/ 4 anos), seguidos do eixo Gestão Pública (1º lugar/4anos e 2º lugar / 3anos). O eixo Desenvolvimento

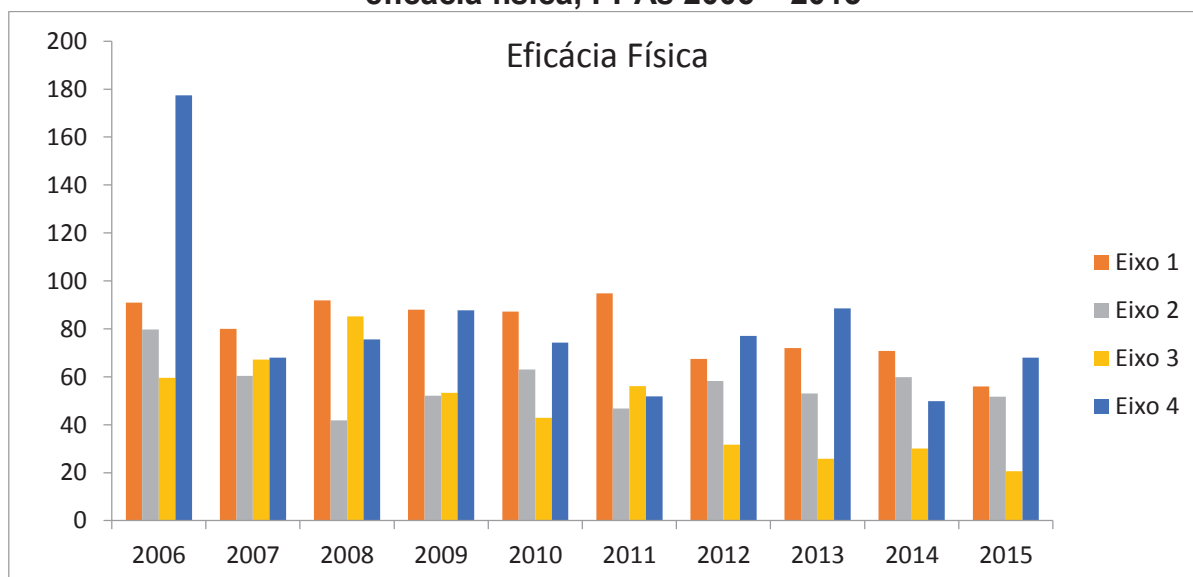
Econômico alternou entre 3º lugar e 4º lugar, ficando predominantemente no 3º lugar e o Eixo Desenvolvimento Regional, entre 4º lugar e 3º do ranking, ocupando com mais frequência o 4º lugar por 5 anos, tendo seus melhores desempenhos nos anos de 2008 e 2011 (2º lugar). Estes dados podem ser observados na Tabela 57 e Gráfico 5.

Tabela 57 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficácia Física, PPA's de 2006 a 2015

Eixos Parametrizados/ Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eixo 1: Desenvolvimento Social	90,94	79,99	91,84	88,00	87,23	94,87	67,50	71,96	70,83	56,00
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	79,75	60,37	41,82	52,06	63,04	46,79	58,30	52,98	59,87	51,65
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	59,60	67,13	85,20	53,32	42,86	56,12	31,68	25,88	30,04	20,64
Eixo 4: Gestão Pública	177,4	67,95	75,62	87,80	74,26	51,87	77,11	88,53	49,89	67,97
Total Geral	96,37	68,86	73,62	70,35	66,84	62,41	64,68	68,14	65,34	55,01

Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 5 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-eficácia física, PPA's 2006 – 2015



Fonte: CGE. Elaboração própria

3.7.3.2 Análise geral da execução orçamentária – financeira: Índice de liquidação dos PPAs de 2006 a 2015

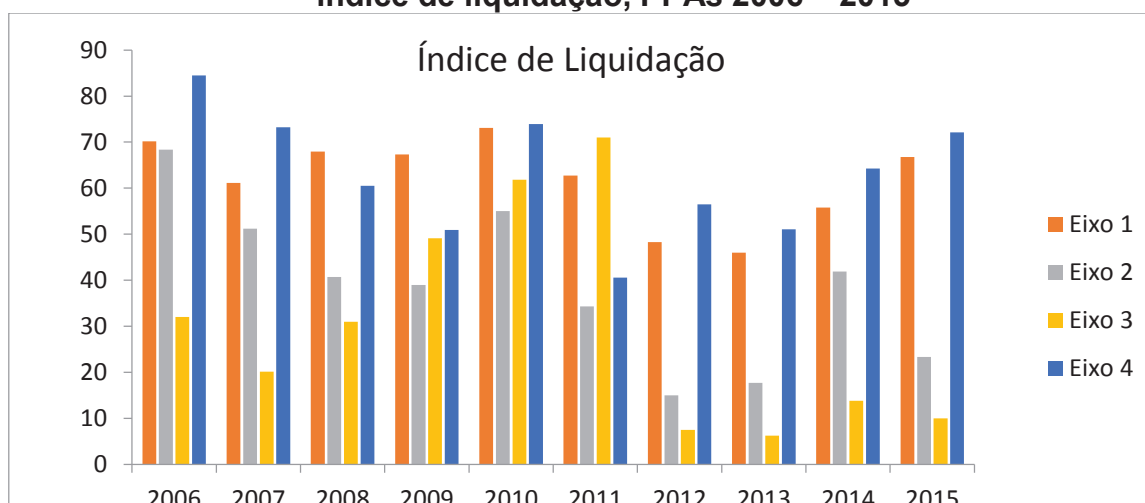
Ao analisar o índice de liquidação dos PPAs de 2006 a 2015 dos PPAs tem-se que o eixo de Gestão Pública foi o que apresentou melhores resultados (1º lugar/ 7 anos) seguidos do eixo Desenvolvimento Social (1º lugar/2 anos e 2º lugar / 8 anos). O eixo Desenvolvimento Econômico alternou entre 3º lugar e 4º lugar, ficando predominantemente no 3º lugar e o Eixo Desenvolvimento Regional, entre 4º lugar e 3º do ranking, ocupando com mais frequência o 4º lugar por 7 anos, tendo seu melhor desempenho no ano de 2011 (1º lugar) e seus piores desempenhos 2012 a 2015 com índices abaixo ou muito perto de 10%. Estes dados podem ser observados na Tabela 58 e Gráfico 6.

Tabela 58 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: índice de liquidação, PPAs de 2006 a 2015

Eixos Parametrizados /Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eixo 1:										
Desenvolvimento Social	70,14	61,17	67,95	67,34	73,09	62,72	48,26	45,98	55,79	66,75
Eixo 2:										
Desenvolvimento Econômico	68,38	51,23	40,74	38,96	55,03	34,30	15,01	17,73	41,89	23,34
Eixo 3:										
Desenvolvimento Regional	32,01	20,15	30,96	49,12	61,82	70,98	7,52	6,26	13,80	9,96
Eixo 4:										
Gestão Pública	84,49	73,26	60,51	50,94	73,91	40,59	56,46	51,09	64,26	72,1
Total Geral	64,53	52,45	53,53	54,35	65,40	52,49	31,81	37,79	51,88	52,49

Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 6 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira- índice de liquidação, PPAs 2006 – 2015



Fonte: CGE. Elaboração própria

3.7.3.3 Análise geral da execução orçamentária – financeira: Índice de participação dos PPAs de 2006 a 2015

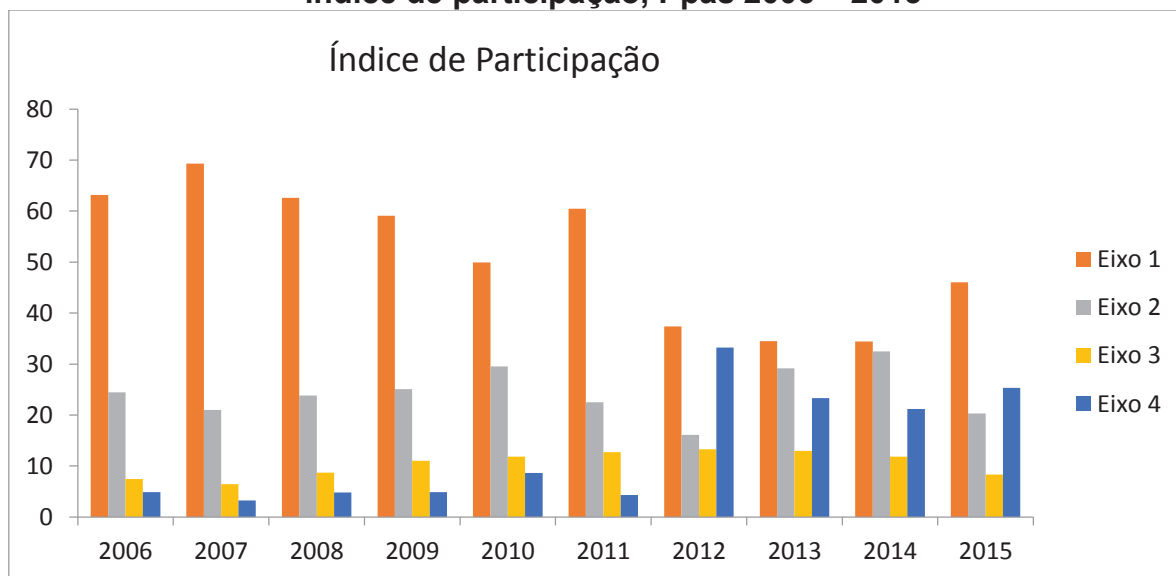
Analisando o índice de participação de 2006 a 2015 dos PPAs tem-se que o eixo de Desenvolvimento Social foi o que obteve prioridade absoluta na disponibilização de recursos, 1º lugar nos 10 anos), seguidos do eixo Desenvolvimento Econômico (2º lugar/8 anos e 3º lugar/2 anos). O eixo Desenvolvimento Regional ocupou predominantemente 3º lugar (6 anos) e 4º lugar (4 anos). O Eixo Desenvolvimento Gestão Pública alternou 4º lugar (6 anos), 3º e 2º do ranking, Estes dados podem ser observados na Tabela 59 e Gráfico 7.

Tabela 59 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: índice de participação, PPAs de 2006 a 2015

Eixos Parametrizados/ Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eixo 1:										
Desenvolvimento Social	63,19	69,31	62,62	59,07	49,95	60,47	37,39	34,47	34,44	46,03
Eixo 2:										
Desenvolvimento Econômico	24,48	21,00	23,82	25,05	29,53	22,49	16,10	29,17	32,48	20,29
Eixo 3:										
Desenvolvimento Regional	7,46	6,43	8,72	11,02	11,86	12,74	13,30	13,00	11,86	8,35
Eixo 4: Gestão Pública										
Gestão Pública	4,86	3,25	4,83	4,85	8,65	4,29	33,21	23,35	21,22	25,33
Total Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 7 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira- índice de participação, Ppas 2006 – 2015



Fonte: CGE. Elaboração própria

3.7.3.4 Análise geral da execução orçamentária – financeira: Eficiência dos PPAs de 2006 a 2015

A análise da eficiência teve como parâmetro os critérios adotados pela CGE onde índices acima de 1,00 considera-se Alto Desempenho, Igual a 1,00, Desempenho Esperado e de $0,80 \leq a < 1,00$ Desempenho Próximo do Esperado e $0,50 \leq a < 0,80$, Desempenho Moderado. Dessa forma o Eixo Desenvolvimento Social obteve Alto Desempenho, e os Eixos de Desenvolvimento Econômico e Gestão Pública predominantemente, Alto Desempenho ou dentro do esperado. O único eixo que apresentou índices gerais de desempenho moderado foi o de Desenvolvimento Regional, 2015(0,58), ficando nos demais de desempenho esperado 2010 (0,86), 2012 (0,92) a alto desempenho.

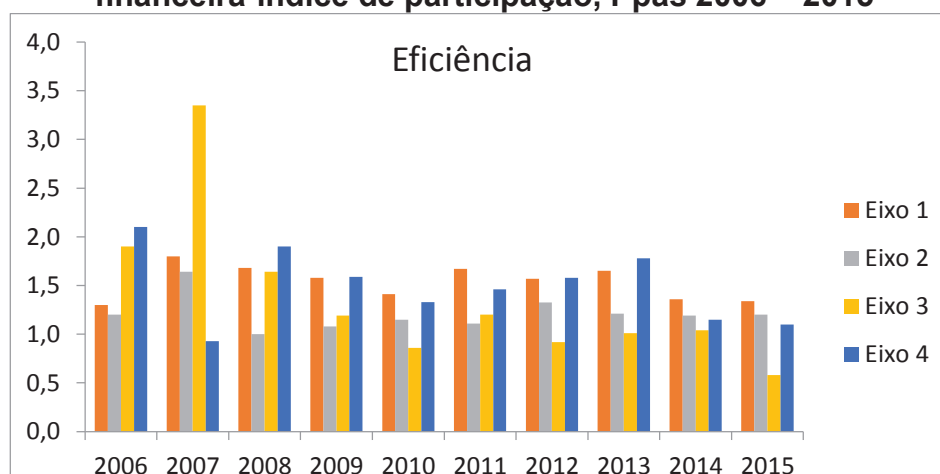
Ressalto que esta forma de mensuração é frágil e revela distorções, quer seja na construção de produtos a serem medidos, propostos, pelos órgãos gestores, os quais fazem escolha de produtos não quantificáveis ou de quantificação imprecisa que dificulta a avaliação do alcance de resultados. Como exemplo de produtos comuns adotados temos: número de projetos efetuados, número de ações realizadas/implantadas, número de pessoas sensibilizadas, dentre outros, Estes dados podem ser observados na Tabela 60 e Gráfico 8, logo a seguir.

Tabela 60 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária financeira: eficiência, PPAs de 2006 a 2015

Eixos Parametrizados /Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eixo 1: Desenvolvimento Social	1,30	1,80	1,68	1,58	1,41	1,67	1,57	1,65	1,36	1,34
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	1,20	1,64	1,00	1,08	1,15	1,11	1,33	1,21	1,19	1,20
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	1,90	3,35	1,64	1,19	0,86	1,20	0,92	1,01	1,04	0,58
Eixo 4: Gestão Pública	2,10	0,93	1,90	1,59	1,33	1,46	1,58	1,78	1,15	1,10
Total Geral	1,69	1,93	1,50	1,36	1,18	1,35	1,35	1,52	1,31	1,15

Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 8 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira-índice de participação, Ppas 2006 – 2015



Fonte: CGE . Elaboração própria.

3.7.3.5 Análise da execução orçamentária – financeira geral dos PPAs de 2006 a 2015

Na série histórica dos PPAs de 2006 a 2015, no que concerne a realização das metas planejadas (eficácia física), o resultado geral obtido foi de desempenho moderado, com valores médios entre ≤ 50 a $< 80\%$, com exceção do ano de 2006 que apresentou desempenho próximo do esperado (≤ 80 a $< 100\%$). O índice de liquidação geral obteve valores mais módicos, com desempenho geral moderado (≤ 50 a $< 80\%$), com queda nos anos de 2012 (31,81 %) e 2013 (37,79%) que apresentou baixo desempenho ($0 < a < 50\%$). O índice único de participação (100%)

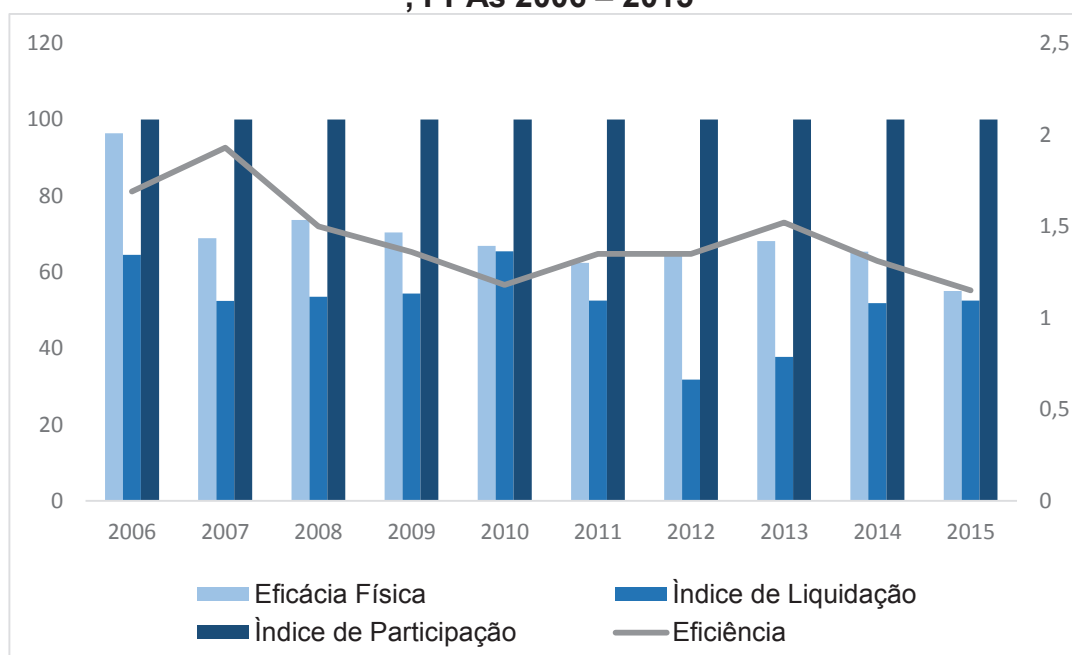
representa a soma dos recursos alocados dos eixos que compuseram o total de recursos alocados e na análise geral não tem impacto, a não ser para checar que o valor final está correto. No quesito eficácia, o patamar geral atingido segundo os critérios adotados pela CGE, com as ressalvas anteriores já enunciadas, foi de alto desempenho com valores $> 1,00$. Dados contidos na Tabela 61 e Gráfico 9.

Tabela 61 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira: eficiência, PPAs de 2006 a 2015

Indicadores / Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eficácia Física	96,37	68,86	73,62	70,35	66,84	62,41	64,68	68,14	65,34	55,01
Índice de Liquidação	64,53	52,45	53,53	54,35	65,40	52,49	31,81	37,79	51,88	52,49
Índice de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Eficiência	1,69	1,93	1,50	1,36	1,18	1,35	1,35	1,52	1,31	1,15

Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 9 – Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira- , PPAs 2006 – 2015



Fonte: CGE. Elaboração própria.

3.7.3.6 *Análise da execução orçamentária – financeira, Média Geral e Desempenho por Eixos, PPAs de 2006 a 2015*

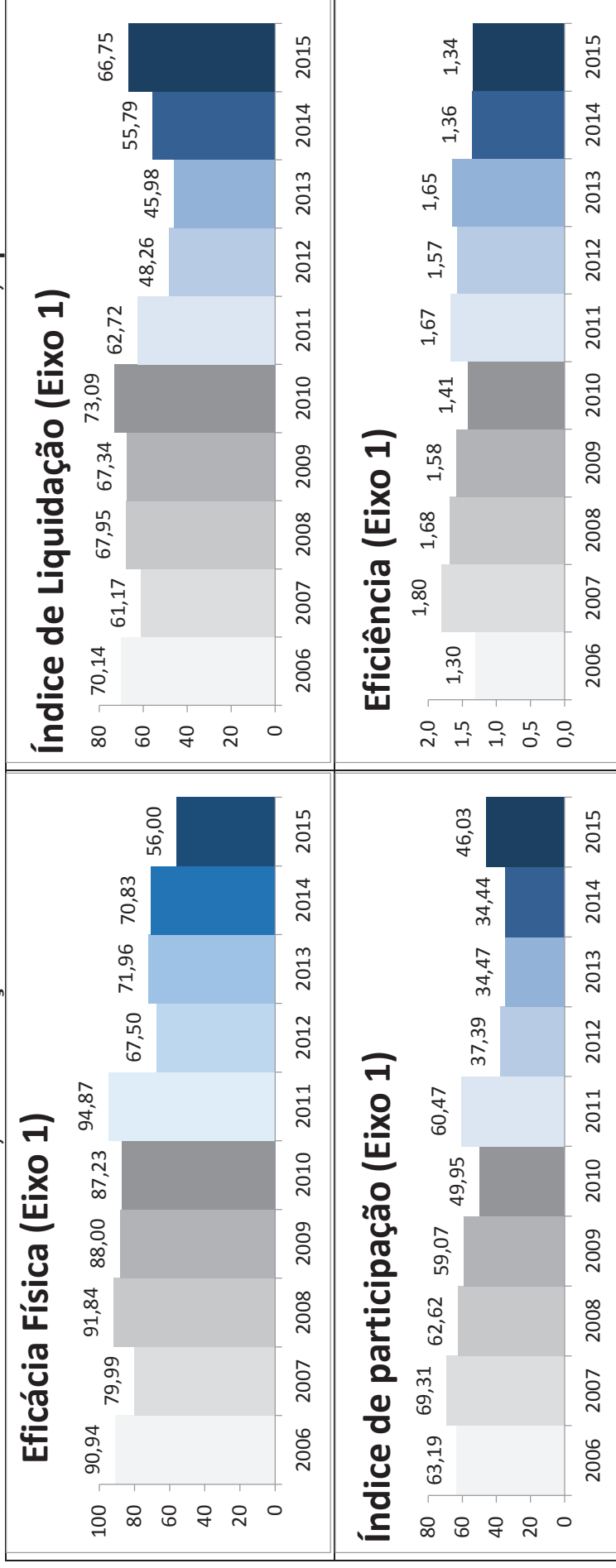
Tabela 62 – Estado de Goiás, Análise geral da execução orçamentária – financeira, média dos indicadores, PPAs de 2006 a 2015

EFICÁCIA FÍSICA		
	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	79,92	2º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	56,66	3º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	47,25	4º
Eixo 4: Gestão Pública	81,85	1º
Total Geral	69,16	
ÍNDICE DE LIQUIDAÇÃO		
	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	61,92	2º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	38,66	3º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	30,26	4º
Eixo 4: Gestão Pública	62,76	1º
Total Geral	51,67	
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO		
	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	51,69	1º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	24,44	2º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	10,47	4º
Eixo 4: Gestão Pública	13,38	3º
Total Geral		
EFICÁCIA		
	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	1,54	1º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	1,21	4º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	1,37	3º
Eixo 4: Gestão Pública	1,49	2º
Total Geral	1,43	

Fonte: CGE. Elaboração própria.

O Eixo de Desenvolvimento Social foi o eixo privilegiado no aporte de recursos (índice de participação) obtendo o 2º lugar no desempenho eficácia física (metas realizadas/metaplanejadas) e índice de liquidação (despesa liquidada/orçamento autorizado), com desempenho moderado ($\leq 50\%$ a $< 80\%$), e alto desempenho em eficiência ($> 1,0$), conforme Tabela 62 e Gráfico 10.

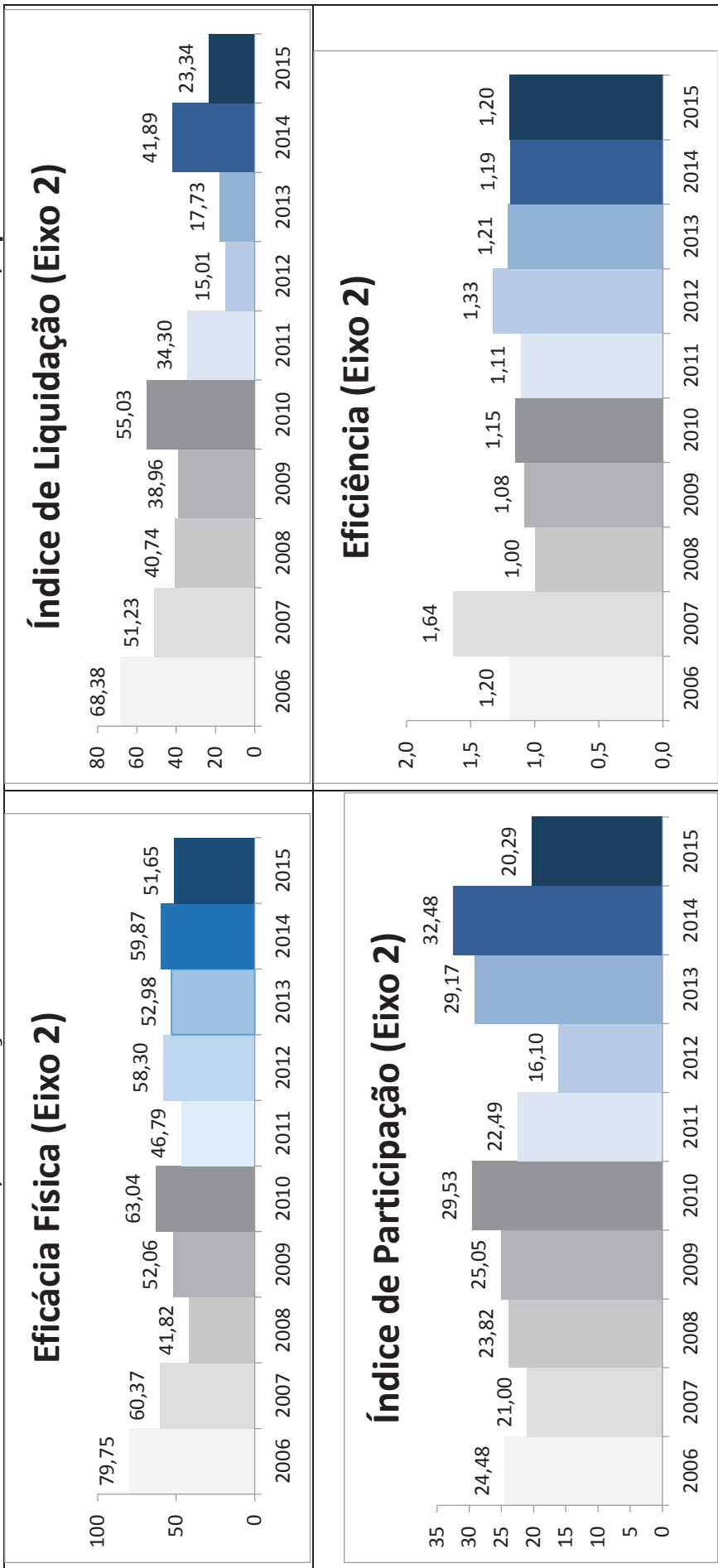
Gráfico 10 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Social, Ppas de 2006-2015.



Fonte: CGE. Elaboração própria

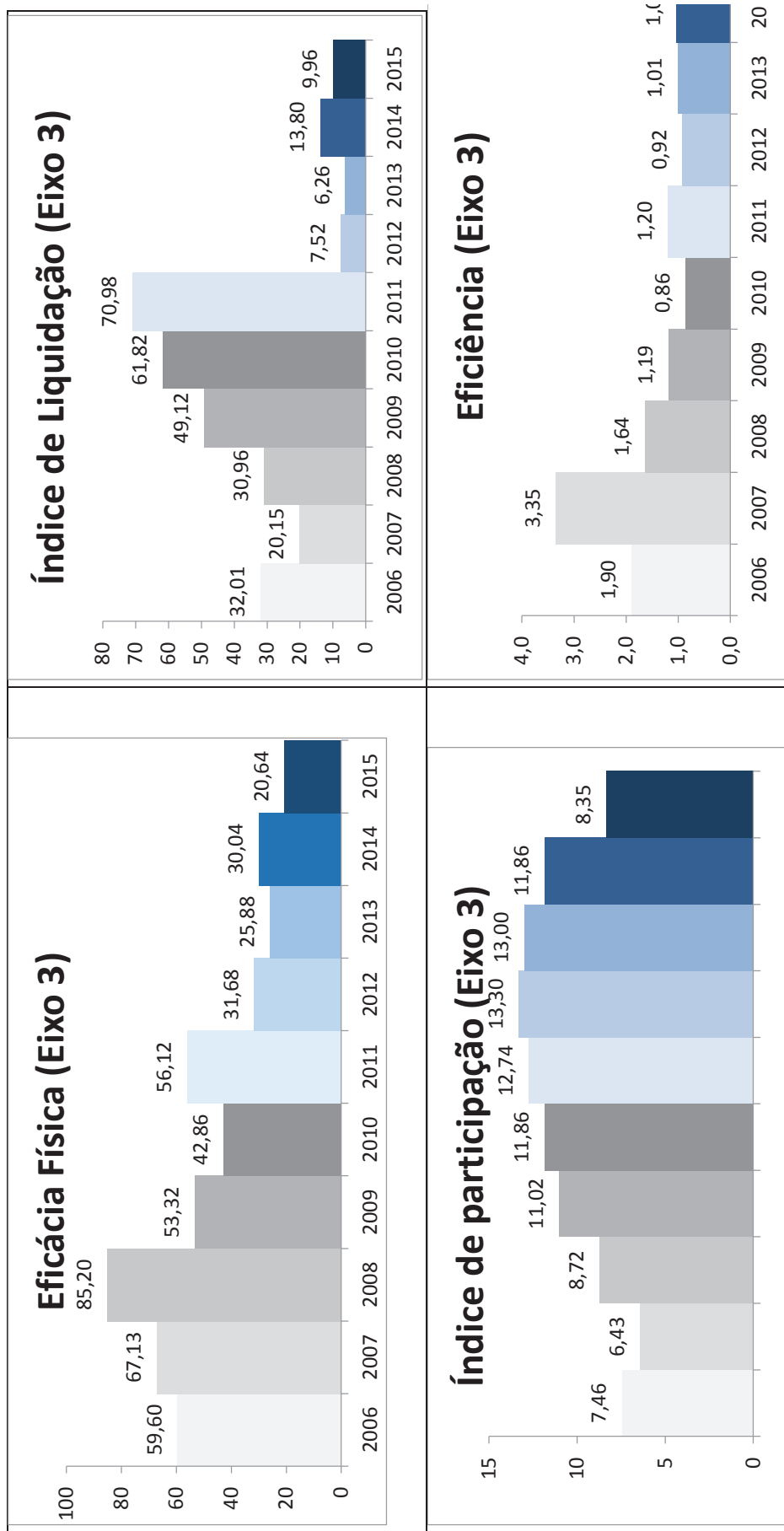
O Eixo de Desenvolvimento Econômico foi o 2º do ranking no aporte de recursos (índice de participação) obtendo o 3º lugar no desempenho, eficácia física (metas realizadas/metras planejadas) e índice de liquidação (despesa liquidada/orçamento autorizado), com desempenho moderado ($\leq 50\%$ a $< 80\%$) naquele e baixo desempenho (0% a $< 50\%$), em liquidação, e alto desempenho em eficiência ($> 1,0$), conforme Tabela 62 e Gráfico 11.

Gráfico 11 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Econômico, Ppas de 2006-2015.



Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico 12 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira, Eixo Desenvolvimento Regional, PPAs de 2006-2015

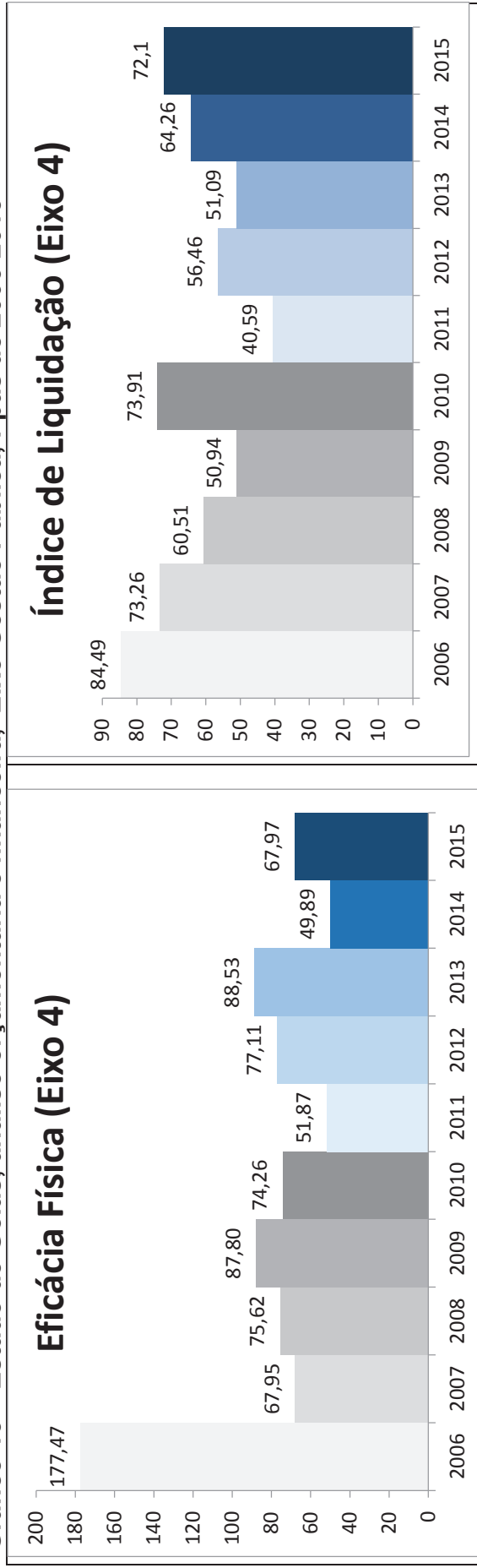


Fonte: CGE. Elaboração própria.

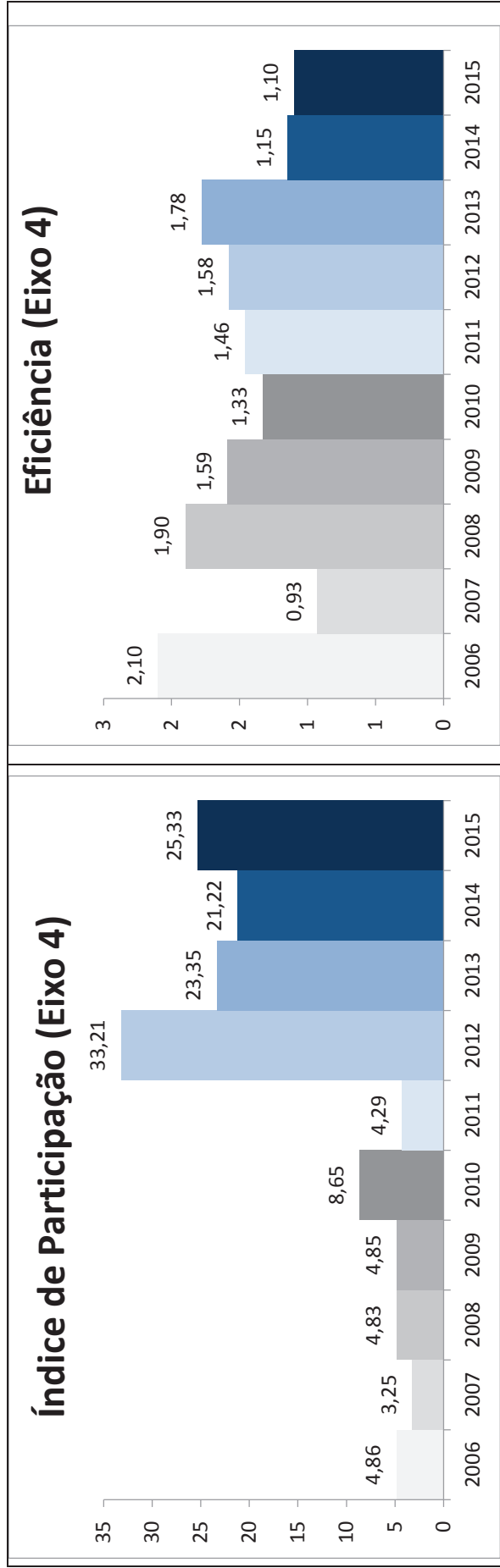
O Eixo de Desenvolvimento Regional foi dos 4 eixos aquele que teve o pior desempenho. Foi o eixo menos privilegiado no aporte de recursos, 4º do ranking (índice de participação) obtendo o 4º lugar no desempenho, eficácia física (metas realizadas/metas planejadas) e índice de liquidação (despesa liquidada/orçamento autorizado), com baixo desempenho (0% a < 50%) em ambos indicadores, embora tenha apresentado, segundo a metodologia aplicada, alto desempenho em eficiência (> 1,0), apesar de ter obtido o 4º lugar em performance, conforme Tabela 62 e Gráfico 12.

O Eixo de Gestão Pública foi 3º eixo no aporte de recursos (índice de participação) obtendo o 1º lugar no desempenho, eficácia física (metas realizadas/metas planejadas) com desempenho próximo do esperado (≤ 80 a < 100%) e desempenho moderado (≤ 50 a < 80%) no índice de liquidação (despesa liquidada/orçamento autorizado), alto desempenho em eficiência (> 1,0), conforme Tabela 62 e Gráfico 13.

Gráfico 13 – Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira, Eixo Gestão Pública, Ppas de 2006-2015



Continuação



Fonte: CGE. Elaboração própria.

São fatores que afetam o desempenho na execução dos Planos Plurianuais, muitos apontados pela CGE e outros, pela autora (*).

- Falta de Planejamento multidisciplinar entre áreas e órgãos afins *;
- Construção de Plano Plurianual com pouca participação da base e consulta pública (estilo *Top Down*- Cima para Baixo) *;
- Baixa utilização de pesquisas e diagnósticos para elaboração das ações, sobretudo no quesito regional *;
- Orçamento insuficiente *;
- Construção do PPA não observando a devida regionalização das ações *;
- Prazo de liberação dos recursos para a execução das ações do programa;
- Multiplicidade de programas e ações , até com duplicidade de objetivos, e pulverização de orçamento*;

- Capacitação profissional dos colaboradores envolvidos no programa;
- Morosidade nos processos licitatórios*;
- Frustração de contratos e convênios;
- Infra-estruturas e tecnologias disponíveis para o desenvolvimento dos programas;
- Descompasso entre a realidade local, planejamento e execução*;
- Baixo acompanhamento da operacionalização e monitoramento dos programas, ações*;
- Produtos mal definidos e pouco mensuráveis*;
- Indicadores frágeis ou ausência de estabelecimento de bons indicadores de programas e ações*.

Nos relatórios de gestão analisados alguns fatores foram apontados que influenciam nos resultados da execução orçamentária – financeira , a saber:

- Capacitação profissional dos colaboradores envolvidos no programa;
- Prazo de liberação dos recursos para a execução das ações do programa;
- Frustração de contratos e convênios;
- Infraestruturas e tecnologias disponíveis para o desenvolvimento dos programas.

A esses, acrescento alguns outros que aspectos, que são fatores críticos de sucesso:

- Baixa utilização de pesquisas e diagnósticos para elaboração das ações, sobretudo no quesito regional;
- Construção de Plano Plurianual com pouca participação da base e consulta pública; (estilo *Top Down*- Cima para Baixo)
- Falta de Planejamento multidisciplinar entre áreas e órgãos afins ;
- Construção do PPA não observando a devida regionalização das ações ;
- Descompasso entre a realidade local, planejamento e execução das ações;
- Orçamento insuficiente
- Produtos mal definidos e pouco mensuráveis;
- Indicadores frágeis ou ausência de estabelecimento de bons indicadores de programas e ações;
- Morosidade nos processos licitatórios;
- Baixo acompanhamento da operacionalização e monitoramento dos programas, ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo baseou sua fundamentação na investigação sobre a Dimensão Estratégica do Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás tendo como ferramentas principais a análise da execução orçamentária e financeira dos PPAs de 2000 a 2015, estudos regionais e municipais e indicadores setoriais fornecidos pelo Instituto Mauro Borges.

Um dos pontos centrais encontrados foi a modernização da gestão pública, enxugamento da máquina pública administrativa e um modelo de intervenção do Estado que estimula a construção de parcerias estratégicas, fomenta a atração de investimentos privados, induz o desenvolvimento da competitividade, sobretudo no agronegócio, na modernização, aumento da capacidade de produção e de exportação e busca uma melhor inserção do estado no mercado nacional e internacional.

O Planejamento na escala regional deste o marco inicial com o governo Mauro Borges e os Planos de Desenvolvimento primaram por investimentos sobretudo na infraestrutura. No período analisado, os Planos Plurianuais constituíram-se como ferramenta de diretrizes estratégicas governamentais de desenvolvimento e se estruturaram, de forma geral, em 4 eixos – desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, melhoria da gestão pública e desenvolvimento regional. A gestão estratégica de desenvolvimento do estado ancorou-se, sobretudo, nos três primeiros eixos, respectivamente. Nos estudos dos indicadores setoriais percebeu-se avanços no perfil produtivo do estado – agropecuária e indústria, na melhoria de indicadores econômicos, ranking no Pib, melhores índices de IDH-renda e sociais, IDH-educação e longevidade, muito embora sejam necessários ainda grandes investimentos tanto no desenvolvimento econômico - logística e diversificação de modais de transporte, produção de energia, incremento dos parques produtivos e tecnológicos quanto no desenvolvimento social - expansão e melhoria de serviços públicos, sobretudo na educação e saúde.

No que concerne o eixo desenvolvimento regional, percebe-se que a regionalização que vigora atualmente, instituída no PPA de 2004-2007, que teve como principais critérios a homogeneização de território em termos de condições socioeconômicas e espaciais e foram desenhadas como estratégia de planejamento

para investimentos governamentais com vistas a minimizar desequilíbrios regionais e, foram na prática, utilizadas de forma intuitiva. Percebeu-se que as previsões de investimentos nos 4 PPAs do período de 2000 a 2015 tiveram pouco embasamento teórico quanto à aplicação de estratégias de desenvolvimento regional e local, embora tenham sido criadas algumas, mas talvez muito mais pelo modelo do momento ou segundo à ótica da política nacional vigente, do que embasada em estudos teóricos em si. Destacaram-se neste quesito, ações de desenvolvimento de arranjos produtivos locais de fomento à vocações e potencialidades regionais, criação de distritos industriais, incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos, fomento a polos regionais de desenvolvimento, aumento da capacidade produtiva e empreendedorismo local, dentre outros. No entanto, as ações propostas, em escala intra regional, tiveram baixa observância das potencialidades regionais e quando realizadas, efetuadas numa abordagem mais macro, com pouco embasamento de estudos existentes das peculiaridades locais. Por outra, os programas e ações propostos de “natureza” regional não abrangeram todas as 10 regiões de planejamento do estado, priorizando algumas, dentre as quais Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do DF e polos locais, industriais em segmentos⁶³ em ascensão, como produtos farmoquímicos, farmacêuticos, alimentícios, bebidas, máquinas e equipamentos, veículos, produtos minerais, vestuário, celulose, papel, plástico situados em regiões específicas, conforme sua *vocação*, tais como⁶⁴ Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Rio Verde, Uruaçu, Cristalina, Catalão, Itumbiara; polos de agronegócios e biocombustíveis, no sudoeste Goiano (Rio Verde, Mineiros, Jataí, Santa Helena, Chapadão do Céu). Ao se analisar as ações programáticas desenvolvidas nos planos plurianuais tem-se que estas não tiveram caráter estruturante, mas foram preponderantemente, de melhoria de equipamentos públicos, atendimento a necessidades emergenciais e ainda, atendendo a critérios políticos, que muito embora em se tratando de governança política, não possam ser desprezados, não geram per se, desenvolvimento.

⁶³ Arriel, Marcos Fernando. A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana [Manuscrito, Tese Doutorado], UFG, Goiânia, 2017..

⁶⁴ Caráter exemplificativo de municípios que polarizam uma região com o desenvolvimento de sua potencialidade.

Observou-se que, apesar do desenvolvimento regional estar presente na agenda pública, com ações e iniciativas elencadas nas peças de planejamento – Planos Plurianuais, e que em detrimento de haver um discurso de convergência de redução das diferenças no nível de desenvolvimento dos territórios que apresentam maior estagnação, menor dinamicidade, menor acesso à oportunidades e com condições inferiores de qualidade de vida para a população ali residente, na prática, não há uma Política Pública Regional explícita, concebida e implementada ou em implementação. O que se encontra são políticas regionais implícitas com rebatimentos territoriais que, mesmo que sejam significativos, não foram pensados a partir do viés do desenvolvimento regional e não foram substanciados em estudos acerca das desigualdades regionais. Por outro lado, políticas setoriais implementadas possuem também um recorte, uma regionalização. No entanto, são políticas, no máximo, regionalizadas que possuem uma espacialidade, uma vez que se efetivam no território, adquirindo portanto, uma localização espacial-territorial.⁶⁵

O movimento de convergência de fato, necessário para o alcance da redução das desigualdades regionais deve perpassar pela coesão territorial alinhada com a coesão econômica e social; o reconhecimento das potencialidades, diversidades econômicas, sociais e culturais; a valorização das capacidades produtivas locais, de forma a alavancar vantagens competitivas, agregação de valor e produção, na ponta, maior geração de emprego e renda. Como movimento conectivo multidimensional é salutar que haja transescalaridade, e que se estabeleça, com clareza, critérios elegíveis de priorização de intervenção territorial e de aporte de investimentos, de projetos estruturantes com metas e indicadores específicos, quantificáveis que sinalizem o alcance dos resultados e direcionem, a replanejar e realinhar quando necessário, e que, em última instância, o desenvolvimento social possa proporcionar maior equidade no acesso aos serviços e equipamentos públicos ao cidadão.

É certo que são diretrizes a longo prazo, mas é dessa forma que se alicerça a construção de uma Política de Desenvolvimento Regional de base, com olhar para fora, para as janelas de oportunidades ofertadas pelas instituições – federal,

65 ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil: desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (Org.). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

parceiros e pelo mercado; que seja ancorada com princípios de transparência, participação e controle social firmados em arranjos institucionais estruturados. No nível estratégico, uma Política que dê diretrizes e norte, com especificidade dos eixos de intervenção multidisciplinares; no nível tático, para que seus desdobramentos possam ser gerenciados, monitorados e avaliados a contento, e no nível operacional, para que possa enfim, ser finalmente uma Política implementada, e não apenas e meramente, desenhada.⁶⁶

Para isso é importante que haja a estruturação de uma unidade administrativa estadual que possa ter a capacidade institucional instalada, de como agente público institucionalizado, representativo, que seja capaz de cumprir o papel de planejar e implementar uma Política Pública de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás, mesmo a despeito, da morosidade da implementação de uma Política Nacional correspondente e do volume de recursos orçamentários e financeiros, que a priori, são sempre aquém das necessidades.

Há que se aproveitar o cenário e ambiente favorável: nos fatores locacionais - uma diversidade e potencialidade regional relevante; cidades polos que hoje são vértices importantes, podendo gerar efeitos propulsores para a criação e fortalecimento de polos e formação de uma rede regional; no ambiente institucional tem-se a presença de um instituto de ponta de pesquisa e conhecimento – IMB, uma instituição com capacidade de fomentar a inovação e construir redes colaborativas – Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEG); uma Escola de Governo apta a criar programas que apoiem os gestores a melhorar a execução orçamentária e financeira, a gerenciar projetos, a captar recursos, dentre outras ativações no campo do conhecimento, no ambiente regional tem - se ainda uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED), apesar de ter sido extinta a Agência de Desenvolvimento Regional (AGDR) que tinha atribuições bem específicas de cunho regional, tem-se a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), uma participação proativa e de liderança no Fórum de Governadores do Centro-Oeste, precisa-se então, estabelecer as diretrizes, com velocidade e direção, e criar o ambiente institucional adequado, apto e necessário, coeso, para a formulação de uma Política Pública explícita, com planos regionais instituídos que observem as diferenças locais e então, começar a colher os frutos

⁶⁶ DUARTE, Sérgio Castro. Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional [apresentação], PNDR II, Ministério da Integração Nacional, 2013.

de um Estado menos concentrado, com riqueza melhor distribuída, e romper, com a dicotomia que separa a metade centro-norte, menos favorecida, mais estagnada, da metade centro -sul, mais produtiva e dinâmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Brasil: **Desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional Contemporânea**. In: DINIZ, Clélio Campolina. Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à Luz das experiências da União Europeia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ALMEIDA, J. Uma experiência de planejamento regional em Goiás. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 1964.

ARRAIS, T. A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator. Revista de Geografia da UFC**, ano 06, n. 12, 2007.

ARRIEL, M. F. **A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana** [Manuscrito, Tese Doutorado], UFG, Goiânia, 2017.

BRANDÃO, C. A. busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jul./jun. 2011.

_____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

_____. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global** – 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. **Decreto nº 2.829 de 28 de outubro de 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF -,30/10/1998, p. 9

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional: relatório final**. Brasília: MI, 2013

_____**Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Portaria Nº 42, de 14 de abril DE 1999. Estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF -15.04.99.**

CAVALCANTE, L. R. Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização. RBEUR - **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, V.2, N.1, 2008.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **Consolidação das Ações dos Órgãos e Entidades**: 2015. v. 1 e v.2 Goiás, 2015.

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017.

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2006 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2007 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2008 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2009 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2010 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2011 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____**Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2012 v.1, v2. Goiás, 2006

Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>.Acesso em 10 jan. 2017

_____ **Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2013 v.1, v2. Goiás, 2006
Disponível em: < <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 10 jan. 2017

_____ **Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2014 v.1, v2. Goiás, 2006
Disponível em: < <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 10 jan. 2017

_____ **Relatório da Gestão Governamental,**
Exercício: 2015 v.1, v2. Goiás, 2006
Disponível em: < <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 10 jan. 2017

CASTRO, S. C. **Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional** [apresentação], PNDR II, Ministério da Integração Nacional, 2013.

_____ **Política regional e desenvolvimento: caminhos para o Brasil e para o Nordeste.** In: P. F. GUIMARÃES; R. A. AGUIAR; H. M. LASTRES; M. M. SILVA. Um olhar territorial para o desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014 (p.502-539).

DINIZ, C. C. A busca de um Projeto de Nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Revista Economia, Selecta**, Brasília (DF), v. 7, n. 4, p. 1-18, dez., 2006.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DUARTE, Sérgio Castro. **Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional** [apresentação], PNDR II, Ministério da Integração Nacional, 2013.

FARIA, R.; SCHVARSBURG, B. (Orgs.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil.** Brasília: Universidade de Brasília, 2011

GUERINO, E.; CARVALHO, E. A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 467-482, novembro 2001

GOIÁS. **Lei complementar estadual nº 27, de 30 de dezembro de 1999.** Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho

de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas. Diário Oficial da União, Goiânia, 30 dez. 1999.

_____. **Goiás em dados 2014**. Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, Superintendência Executiva de Planejamento, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos. 2015. Disponível em: . Acesso em: 03/2017.

_____. **Lei nº 3.040, de 07 de novembro de 1960**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás para o período 1961-1965 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Goiânia, 07 nov. 1960.

_____. **Lei nº 11.655 de 26 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Goiânia, 26 dez. 1991.

_____. **PLANO PLURIANUAL – PPA 2000 – 2003**. Goiânia, 2000.
Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 20 jun. 2016

_____. **PLANO PLURIANUAL – PPA 2004 – 2007**. Goiânia, 2004.
Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 20 jun. 2016

_____. **PLANO PLURIANUAL – PPA 2008 – 2011**. Goiânia, 2008.
Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 20 jun. 2016

_____. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO: PPA 2012 – 2015**. Goiânia, 2012.
Disponível em:< <http://www.transparencia.go.gov.br/>>. Acesso em 20 jun. 2016

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Regiões de Planejamento do Estado de Goiás**. Goiás: SEGPLAN, 2013. Disponível em:< <http://www.imb.go.gov.br/bde/>> Acesso em 20 jun. 2016

_____. **Análise do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Goianos**. IDHM – 1991 2000 e 2010. Goiás: SEGPLAN, 2014.
Disponível em:< <http://www.imb.go.gov.br/bde/>> Acesso em 20 jun. 2016

]

_____. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiás: SEGPLAN, 2012. Disponível em: < <http://www.imb.go.gov.br/bde/> > Acesso em 20 jun. 2016

LIBERATO, R. de C. Revisando os modelos e as teorias da análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 127-136, 2008.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

LIMONAD, E.; RAMOS, E. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento Regional: principais teorias. **Revista Thêma et Scientia**, v. 5, n. 2, jul./dez., 2015.

Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**: sumário executivo. Brasília: MI, 2007

ROCHA NETO, J.; OLIVEIRA, S. **O território na Política Nacional de Desenvolvimento Regional em território, estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

SALGADO, T. R. **Planejamento e Regionalização: análise dos planos plurianuais elaborados pelo governo do estado de Goiás entre 1999 a 2007**. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SARAIVA, E; FERRAREZI, E. **Políticas Públicas – Coletânea. V. 1. Escola Nacional de Administração Pública**. Brasília. 2006

SCHUMPETER, J.A. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico ; tradução de Maria Sílvia Possas – São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEGPLAN. **Relatório de Realizações Governamentais-1999- 2005**. Goiânia, 2006.

SENRA, K. V. Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil. In: FARIA, R.; SCHVARBERG, B. (Orgs.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, D. F. R. **A construção do objeto teórico das teorias do Desenvolvimento Econômico**. 88 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, S. A. **A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2015.

SOUZA, N. Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação. **Revista Análise**. Porto Alegre, v.16, n.1, pag.87-112,2005.

STEINBERGER, M. **Território, estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

_____. Política de Desenvolvimento Regional: uma proposta para debates. **Revista Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 117-129, abr./jun. 1988.

VIEIRA, J. de C. A experiência do planejamento em Goiás: uma reflexão do Plano Mauro Borges. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 24, mar. 2013.

APÊNDICE A – Planejamento Estatal no Estado de Goiás

Quadro A1-Estado de Goiás, Planos Governamentais, 1955 - 2015.

GOVERNOS	PERÍODOS	PLANOS
JOSÉ LUDOVICO DE ALMEIDA	1955-1961	Proposta de UM PLANO QUINQUENAL DE DESENVOLVIMENTO
MAURO BORGES	1961-1964	PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS
OTÁVIO LAGE	1966-1970	PLANO DE AÇÃO do GOVERNO
LEONINO CAIADO	1971-1974	Sem Referência de Plano neste Governo
IRAPUÁ COSTA JR.	1975-1979	DIRETRIZES GERAIS E SETORIAIS DA AÇÃO DO GOVERNO
ARY VALADÃO	1979-1982	PLANO DE GOVERNO
ÍRIS REZENDE	1983-1987	PLANO GLOBAL DE TRABALHO
HENRIQUE SANTILLLO	1987-1990	Outro documento - PROGRAMA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO
ÍRIS REZENDE	1991-1994	Outro documento (Não Plano de Governo/ Programa /Plano Ação)
MAGUITO VILELA	1995-1998	Outro documento (Não Plano de Governo/ Programa /Plano Ação)
MARCONI PERILLO	2000-2003	1º PPA: PLANO ESTRATÉGICO GOIÁS SÉCULO XXI
MARCONI PERILLO	2004-2007	2º PPA: GOIÁS PARA O SÉCULO XXI - AVANÇAR MAIS
ALCIDES RODRIGUES FILHO	2008-2011	3º PPA: GOIÁS COM MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA
MARCONI PERILLO	2012-2015	4º PPA: PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Fonte: Arrais, 2007. Elaboração própria.

APÊNDICE B – O Plano Plurianual como estratégia de intervenção no território goiano, 1999 - 2015.

Quadro B1-Estado de Goiás, Metodologia - base de dados e parametrização para análise da Política de Desenvolvimento Regional, Anos 2000-2015.

ANÁLISE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM GOIÁS

❑ BASE DE DADOS:

- ❖ Planos Plurianuais efetuados : 2000 a 2015;
- ❖ Relatórios de Gestão da SEGPLAN: 1999-2005 (sem padrão)
- ❖ Relatórios d Gestão da CGE: 2006- 2015 (com padrão)
- ❖ Indicadores econômicos e sociais IMB: 1999-2015

❑ PARAMETRIZAÇÃO:

Dados coletados agrupados em 4 eixos,

- ❖ Eixo 1: Desenvolvimento Social;
- ❖ Eixo 2: Desenvolvimento Econômico
- ❖ **Eixo 3: Desenvolvimento Regional (objeto principal)**
- ❖ Eixo 3: Gestão Pública.

Fonte: CGE – GO. Elaboração própria

Quadro B2 - Estado de Goiás, Análise da execução orçamentária - financeira dos Planos Plurianuais, 1999-2005**AVALIAÇÃO DO FORMATO:**

Não foi possível avaliar a execução orçamentária e financeira pelo formato dos dados encontrados:

- Relatórios de execução anuais sem padronização da informação, condensados em uma série histórica, com início entre 1998/1999 e término em 2005/2006;
- Informação da execução demonstrada no formato de resultados alcançados com cunho de publicização das ações sem informação da execução orçamentária financeira ;
- Ausência de indicadores de avaliação;

AVANÇOS ALCANÇADOS – RESULTADOS DIVULGADOS.






- ❖ Melhoria nas contas públicas e do Grau de endividamento do estado;
- ❖ Pagamento de folha do estado em dia;
- ❖ Aumento de arrecadação ICMS;
- ❖ Evolução do agronegócio;
- ❖ Evolução na produção e exportação de minérios;
- ❖ Incremento das exportações;
- ❖ Ampliação das negociações internacionais;
- ❖ Incentivos Fiscais – Fomentar Produzir e FCO, Banco do Povo;
- ❖ Melhoria nos números de emprego e renda;
- ❖ Melhoria da infraestrutura – rodovias, aeródromos, logística;
- ❖ Melhoria no saneamento;
- ❖ Programas sociais: Salário-Escola, Bolsa Universitária, Renda Cidadã, Morada Nova, Kits sanitários, Transporte cidadão.

Quadro B3- Estado de Goiás, Parametrização dos Planos Plurianuais em Eixos e setores, anos 2006-2015



Eixos	Descrição	SETORES
Eixo 1 (DS)	Desenvolvimento Social	Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Saúde, Proteção Social, Segurança Pública
Eixo 2 (DE)	Desenvolvimento Econômico	Conhecimento, Tecnologia e Inovação; Economia, Emprego e Renda, Turismo, Mineração, Agronegócio, Infraestrutura, Indústria.
Eixo 3 (DR)	Desenvolvimento Regional	Habitação, Saneamento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Regional
Eixo 4 (GP)	Gestão Pública	Administração Pública, Regulação, Prestação de Serviços, Responsabilidade Financeira, Eficiência Fiscal.

Fonte: CGE- GO. Elaboração própria

Quadro B4- Estado de Goiás, metodologia - indicador eficácia física, análise da execução orçamentária e financeira anos 2006-2015

INDICADOR 1: EFICÁCIA FÍSICA		
Descrição	Forma de Cálculo	Desempenho
Mede o percentual de realização entre as metas planejadas e realizadas da <i>ação, programa ou eixo</i>	Média Aritmética Simples da razão do Indicador de Resultado obtido do Programa pela Eficácia Física planejada do Programa	<p> <i>Alto desempenho: >100%</i></p> <p> <i>Desempenho esperado: $\leq 100\% \text{ a } \leq 80\%$</i></p> <p> <i>Desempenho Moderado: $< 80\% \text{ a } \leq 50\%$</i></p> <p> <i>Baixo Desempenho: $< 50\% \text{ a } > 0\%$</i></p> <p> <i>Não executado ou com insuficiência de informação = 0%</i></p>
Fonte / Base de informação: resultado informado no Relatório de Gestão CGE – Go, disponível de 2006 a 2015.		

Quadro B5- Estado de Goiás, metodologia – indicador Índice de liquidação, análise da execução orçamentária e financeira anos 2006-2015

INDICADOR 2 : ÍNDICE DE LIQUIDAÇÃO		
Descrição	Forma de Cálculo	Desempenho
Mede o percentual de despesa liquidada tendo como parâmetro o orçamento autorizado	Razão entre a Despesa Liquidada e o Orçamento Autorizado	<p> <i>Alto desempenho: >100%</i></p> <p> <i>Desempenho esperado: $\leq 100\% a \leq 80\%$</i></p> <p> <i>Desempenho Moderado: $< 80\% a \leq 50\%$</i></p> <p> <i>Baixo Desempenho: $< 50\% a > 0\%$</i></p> <p> <i>Não executado ou com insuficiência de informação = 0%</i></p>
Fonte / Base de informação: resultado informado no Relatório de Gestão CGE – Go, disponível de 2006 a 2015.		






Elaboração própria

Quadro B6- Estado de Goiás, metodologia – indicador Índice de participação, análise da execução orçamentária e financeira anos 2006-2015

INDICADOR 3 : ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO		
Descrição	Forma de Cálculo	Desempenho :
Mede o orçamento destinados ao eixo, programa, ou ação tendo como parâmetro o orçamento anual autorizado	Razão entre o Orçamento da ação, programa e/ou eixo e o Orçamento Anual Autorizado	COMPARAÇÃO DE PROPORCIONALIDADE ENTRE O PERCENTUAL DISTRIBUÍDO
Fonte / Base de informação: resultado informado no Relatório de Gestão CGE – Go, disponível de 2006 a 2015.		

Elaboração própria

Quadro B7- Estado de Goiás, metodologia – indicador eficiência, análise da execução orçamentária e financeira anos 2006-2015

INDICADOR 4 : EFICIÊNCIA		
Descrição	Forma de Cálculo	Desempenho
Mede os resultados físicos alcançados pelas ações dos programas, comparando-os aos gastos efetuados na execução dos mesmos.	calcula-se o Índice de Eficiência (I.E), dividindo-se a Eficácia Física pela Eficácia Financeira	<p> <i>Alto desempenho: >100%</i></p> <p> <i>Desempenho esperado: $\leq 100\% a \leq 80\%$</i></p> <p> <i>Desempenho Moderado: $< 80\% a \leq 50\%$</i></p> <p> <i>Baixo Desempenho: $< 50\% a > 0\%$</i></p> <p> <i>Não executado ou com insuficiência de informação = 0%</i></p>
Fonte / Base de informação: resultado informado no Relatório de Gestão CGE – Go, disponível de 2006 a 2015.		

Elaboração própria

APÊNDICE C – Análise geral da execução orçamentária-financeira, 2006-2015.

Tabela C1- Estado de Goiás, análise geral em % da Eficácia Física, PPAs de 2006 a 2015

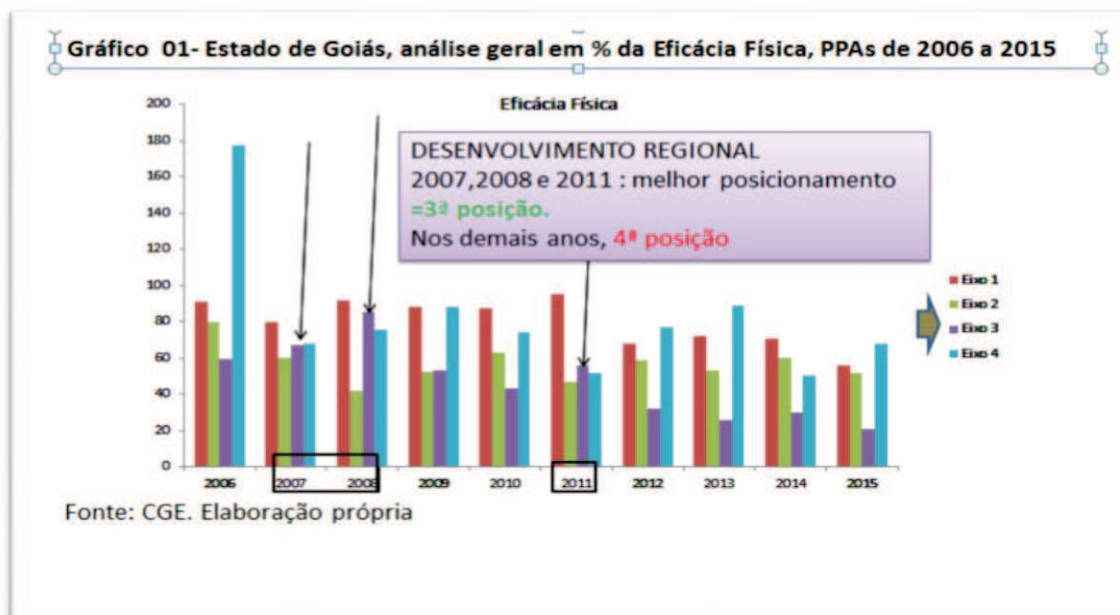
EIXO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1-DS	90,94	79,99	91,84	88,00	87,23	94,87	67,50	71,96	70,83	56,0
2-DE	79,75	60,37	41,82	52,06	63,04	46,79	58,30	52,98	59,87	51,6
3-DR	59,60	67,13	85,20	53,32	42,86	56,12	31,68	25,88	30,04	20,6
4-GP	177,4	67,95	75,62	87,80	74,26	51,87	77,11	88,53	49,89	67,9
Total	96,37	68,86	73,62	70,35	66,84	62,41	64,68	68,14	65,34	55,0

Fonte: CGE. Elaboração própria

Legenda

- Alto desempenho: >100%
- Desempenho esperado: ≤ 100% a ≤ 80%
- Desempenho Moderado: < 80% a ≤ 50%
- Baixo Desempenho: < 50% a > 0%
- Não executado ou com insuficiência de informação = 0%

Gráfico C1- Estado de Goiás, análise geral em % da Eficácia Física, PPAs de 2006 a 2015



Fonte: CGE – GO. Elaboração própria

Tabela C2- Estado de Goiás, análise geral em % índice de participação, PPAs de 2006 a 2015

EIXO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1-DS	63,19	69,31	62,62	59,07	49,95	60,47	37,39	34,47	34,44	46,03
2-DE	24,48	21,00	23,82	25,05	29,53	22,49	16,10	29,17	32,48	20,29
3-DR	7,46	6,43	8,72	11,02	11,86	12,74	13,30	13,00	11,86	8,35
4-GP	4,86	3,25	4,83	4,85	8,65	4,29	33,21	23,35	21,22	25,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: CGE. Elaboração própria

Legenda

- 1ª maior aporte de recursos
- 2ª maior aporte de recursos
- 3ª maior aporte de recursos
- 4ª maior aporte de recursos

Gráfico C2- Estado de Goiás, análise geral em % índice de participação, PPAs de 2006 a 2015

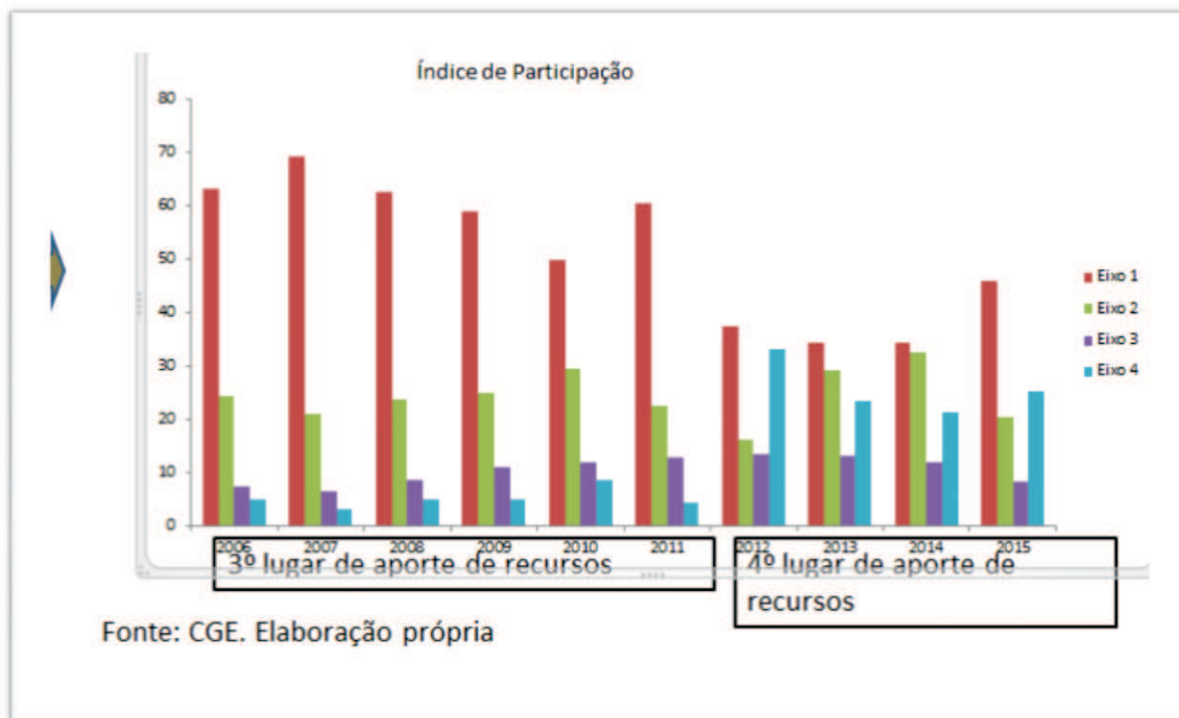


Tabela C3- Estado de Goiás, análise geral em % índice de liquidação, PPAs de 2006 a 2015

EIXO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1-DS	70,14	61,17	67,95	67,34	73,09	62,72	48,26	45,98	55,79	66,75
2-DE	68,38	51,23	40,74	38,96	55,03	34,30	15,01	17,73	41,89	23,34
3-DR	32,01	20,15	30,96	49,12	61,82	70,98	7,52	6,26	13,80	9,96
4-GP	84,49	73,26	60,51	50,94	73,91	40,59	56,46	51,09	64,26	72,1
Total	64,53	52,45	53,53	54,35	65,40	52,49	31,81	37,79	51,88	52,49

Fonte: CGE. Elaboração própria

Legenda

- Alto desempenho: >100%
- Desempenho esperado: ≤ 100% a ≤ 80%
- Desempenho Moderado: < 80% a ≤ 50%
- Baixa Desempenho: < 50% a > 0%
- Não executado ou com insuficiência de informação = 0%

Gráfico C3- Estado de Goiás, análise geral em % índice de liquidação, PPAs de 2006 a 2015

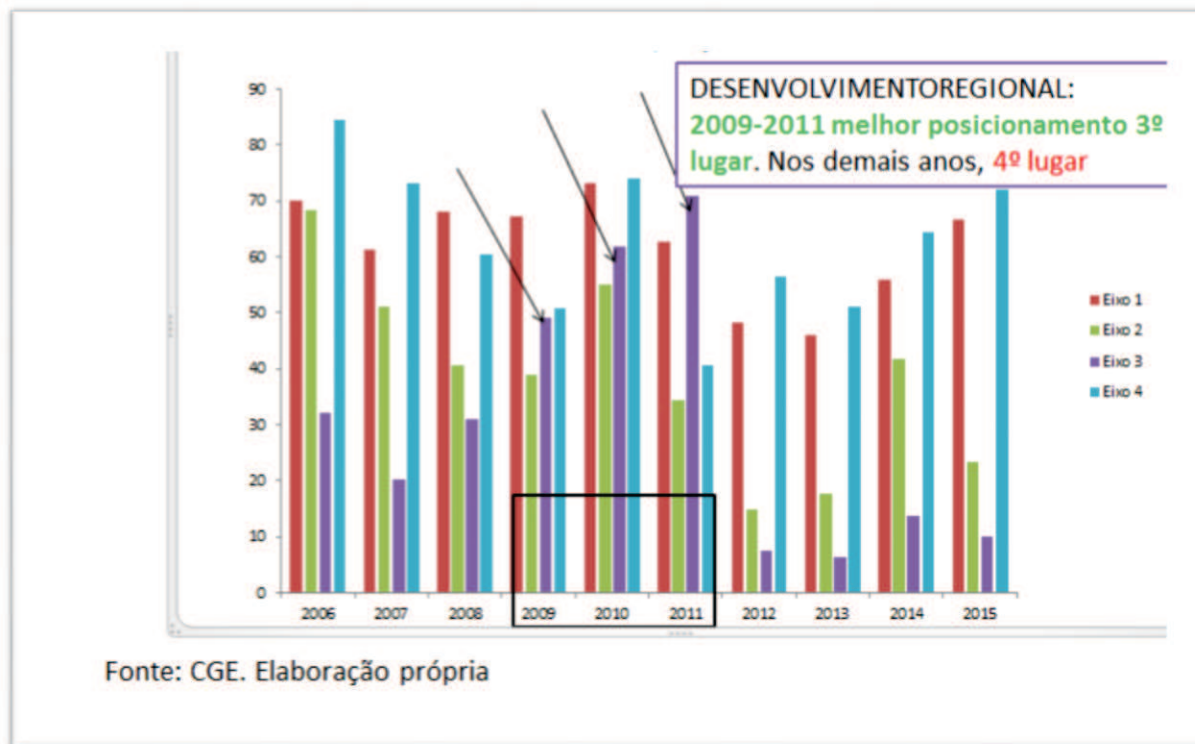


Tabela C4- Estado de Goiás, análise geral em % índice de eficiência, PPAs de 2006 a 2015

EIXO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1-DS	1,30	1,80	1,68	1,58	1,41	1,67	1,57	1,65	1,36	1,34
2-DE	1,20	1,64	1,00	1,08	1,15	1,11	1,33	1,21	1,19	1,20
3-DR	1,90	3,35	1,64	1,19	0,86	1,20	0,92	1,01	1,04	0,58
4-GP	2,10	0,93	1,90	1,59	1,33	1,46	1,58	1,78	1,15	1,10
Total	1,69	1,93	1,50	1,36	1,18	1,35	1,35	1,52	1,31	1,15

Fonte: CGE. Elaboração própria

Legenda	
■	Alto desempenho: >1,00%
■	Desempenho esperado: $\leq 1,00\%$ a $\leq 0,80\%$
■	Desempenho Moderado: $< 0,80\%$ a $\leq 0,50\%$
■	Baixa Desempenho: $< 0,50\%$ a $> 0,00\%$
■	Não executado ou com insuficiência de informação = 0,00%

Gráfico C4- Estado de Goiás, análise geral em % índice de eficiência, PPAs de 2006 a 2015

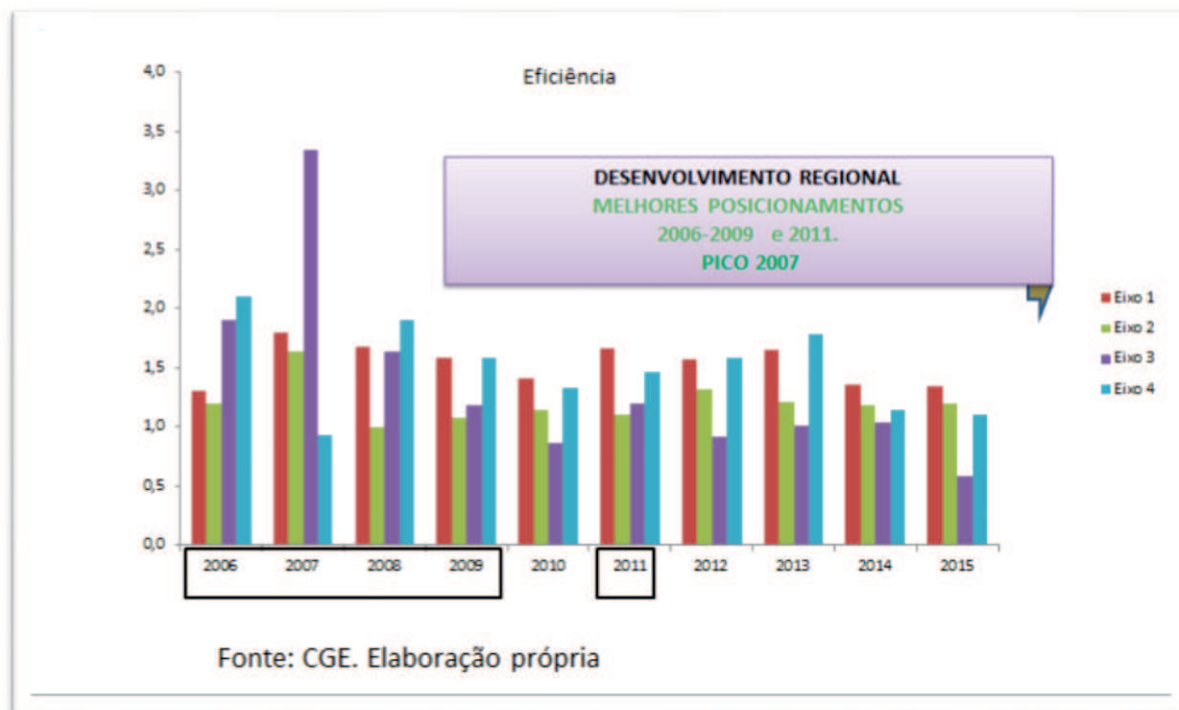


Tabela C5- Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira, PPAs de 2006 a 2015

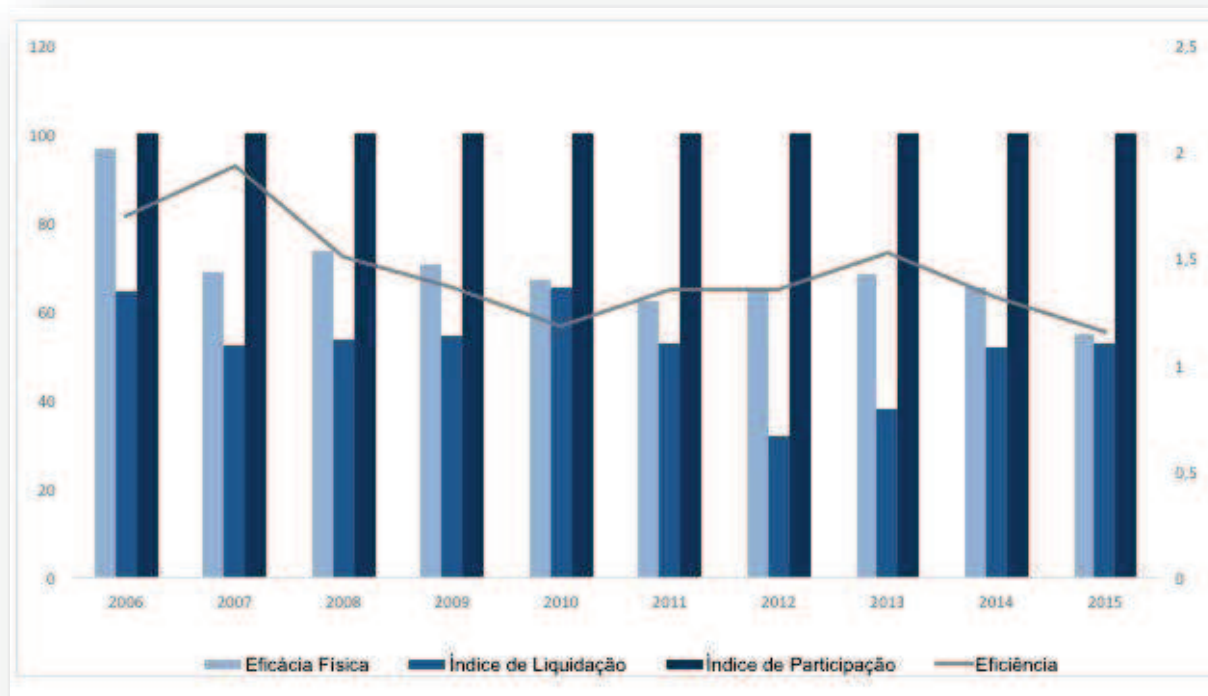
INDICADOR	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Eficiência Física Índice de Liquidação	96,37	68,86	73,62	70,35	66,84	62,41	64,68	68,14	65,34	55,01
Índice de Participação	64,53	52,45	53,53	54,35	65,40	52,49	31,81	37,79	51,88	52,49
Índice de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Eficiência	1,69	1,93	1,50	1,36	1,18	1,35	1,35	1,52	1,31	1,15

Fonte: CGE. Elaboração própria

Legenda

- Alto desempenho: >100%
- Desempenho esperado: ≤ 100% a ≤ 80%
- Desempenho Moderado: < 80% a ≤ 50%
- Baixa Desempenho: < 50% a > 0%
- Não executado ou com insuficiência de informação = 0%

Gráfico C5- Estado de Goiás, análise geral execução orçamentária financeira, PPA's de 2006 a 2015



Fonte: CGE. Elaboração Própria

Tabela C6: Estado de Goiás, Execução orçamentária – financeira, média indicadores e ranking dos Eixos, PPAs 2006-2015

	Média	
EFICÁCIA FÍSICA		
Eixo 1: Desenvolvimento Social	79,92	2º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	56,66	3º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	47,25	4º
Eixo 4: Gestão Pública	81,85	1º
Total Geral	69,16	
ÍNDICE DE LIQUIDAÇÃO	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	61,92	2º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	38,66	3º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	30,26	4º
Eixo 4: Gestão Pública	62,76	1º
Total Geral	51,67	
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	51,69	1º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	24,44	2º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	10,47	4º
Eixo 4: Gestão Pública	13,38	3º
Total Geral		
EFICÁCIA	Média	
Eixo 1: Desenvolvimento Social	1,54	1º
Eixo 2: Desenvolvimento Econômico	1,21	4º
Eixo 3: Desenvolvimento Regional	1,37	3º
Eixo 4: Gestão Pública	1,49	2º
Total Geral	1,43	

Fonte: CGE-GO. Elaboração própria

Gráfico C6: Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Social, PPAs de 2006-2015.

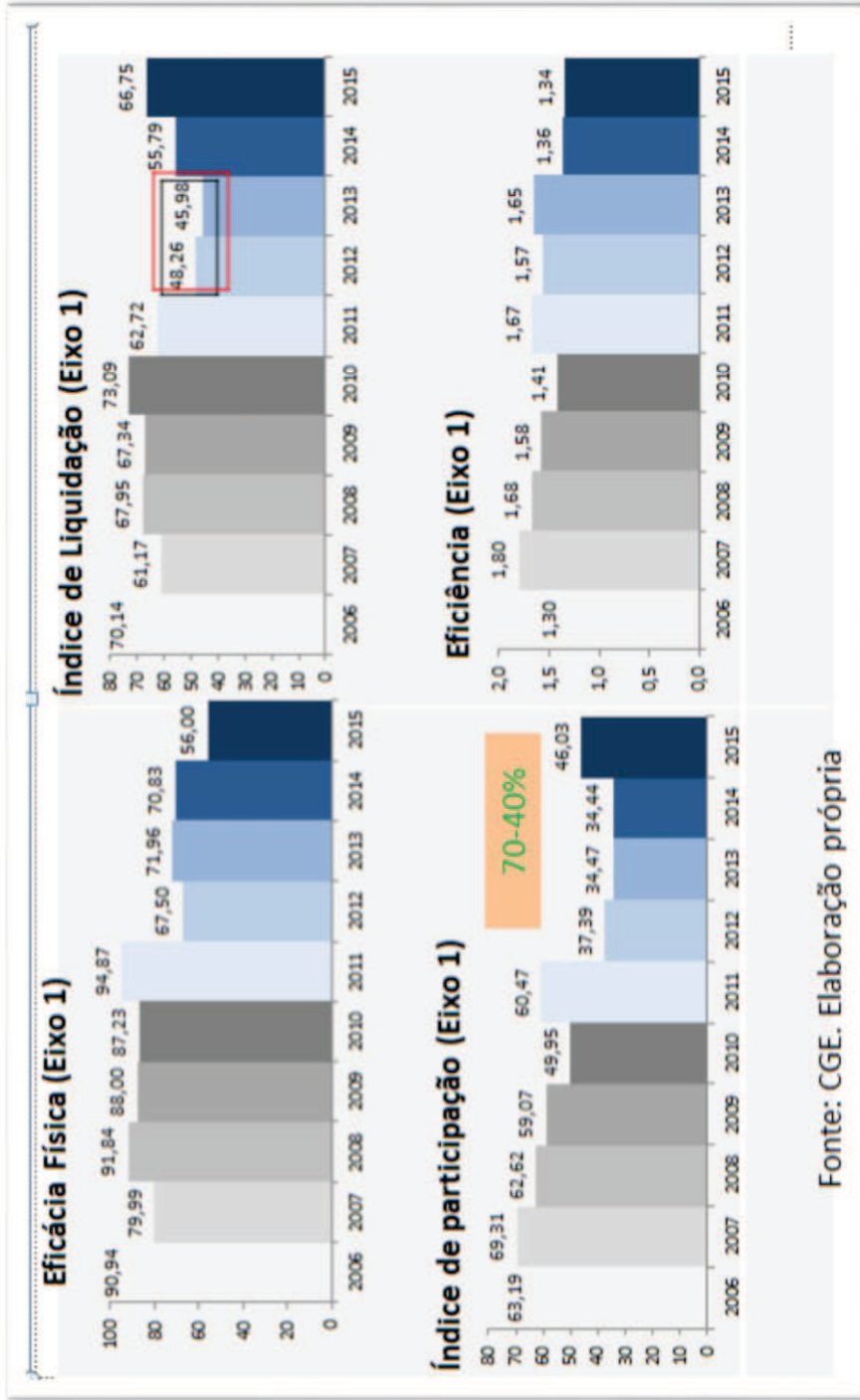
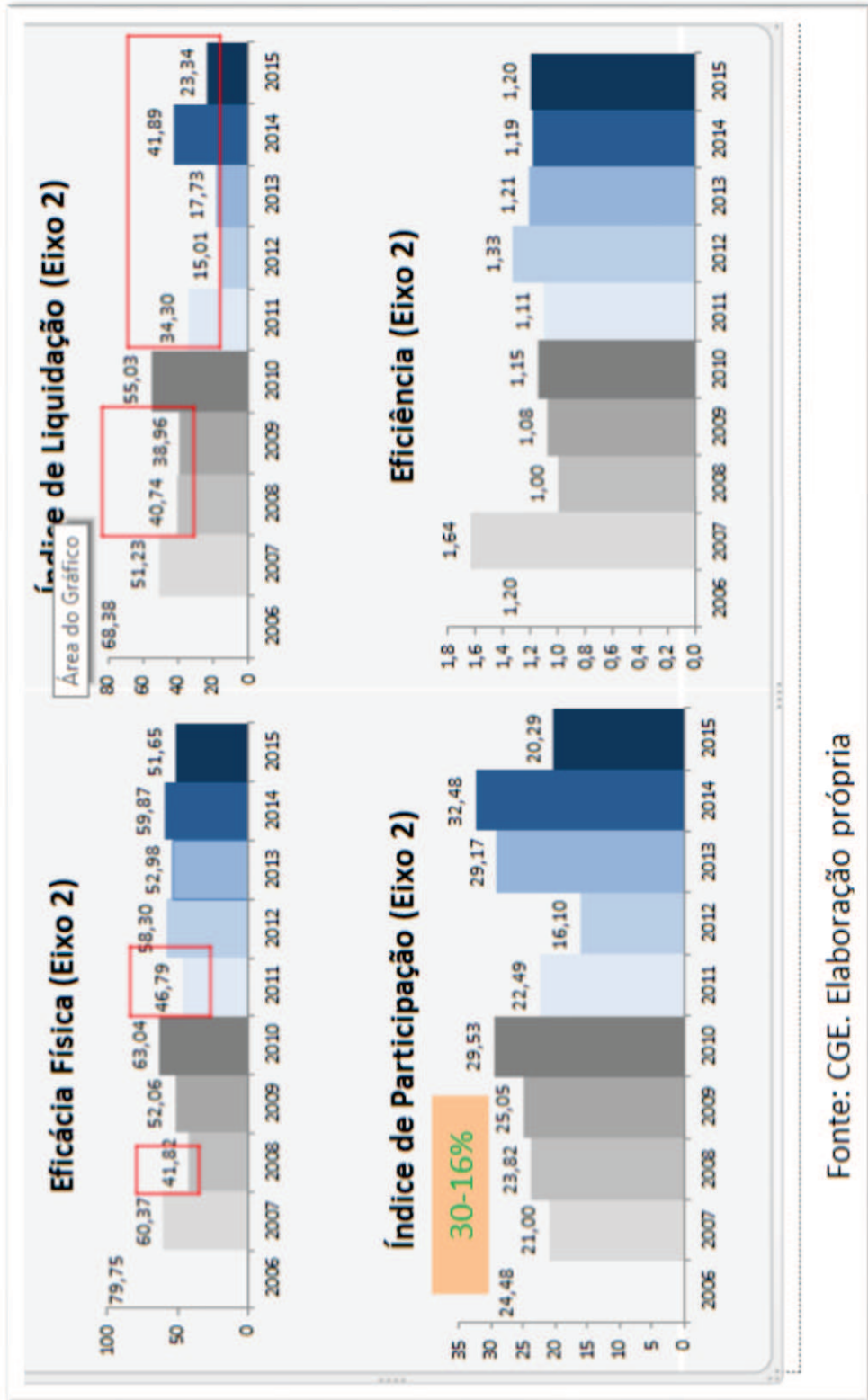
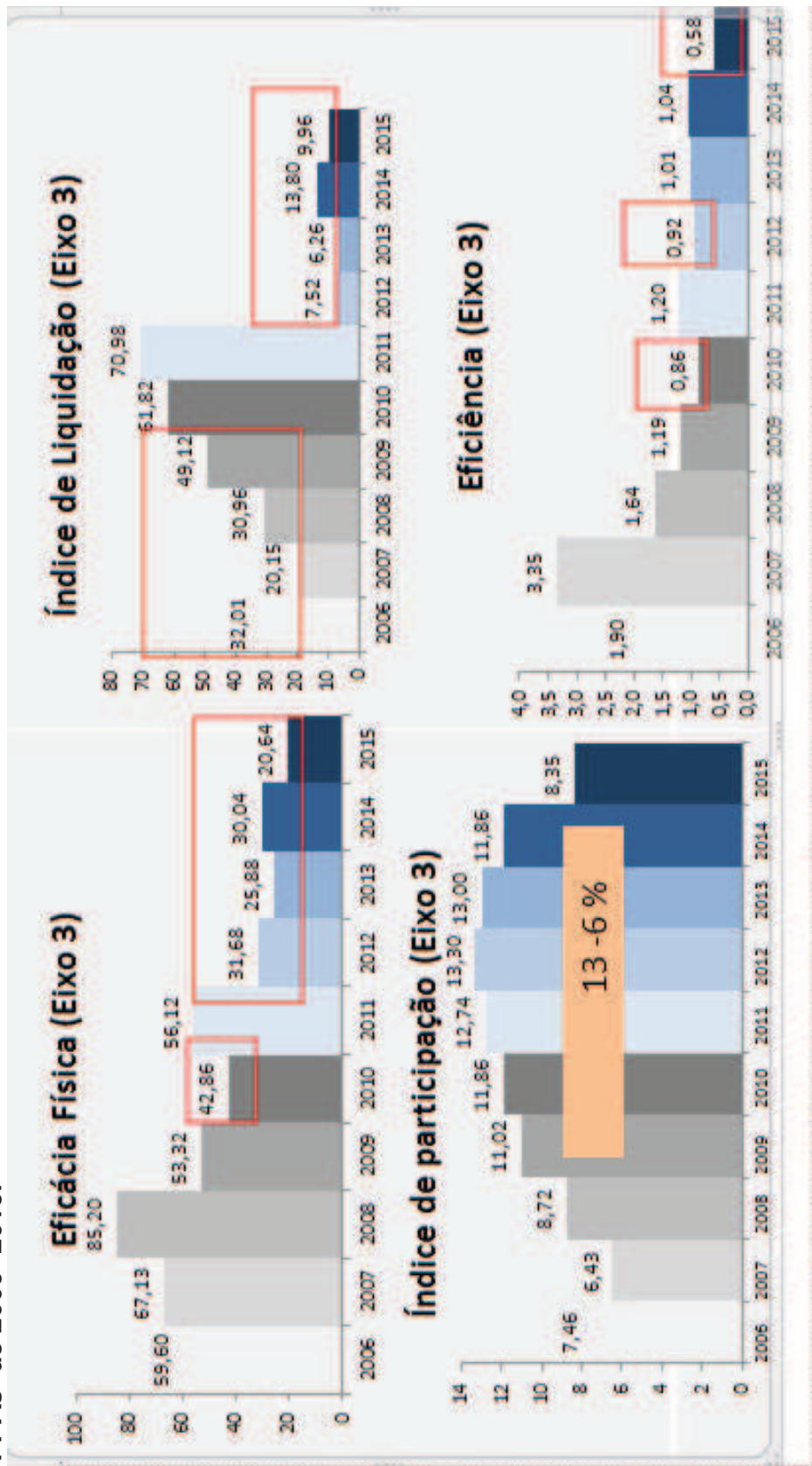


Gráfico C7: Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Econômico, PPA de 2006-2015.



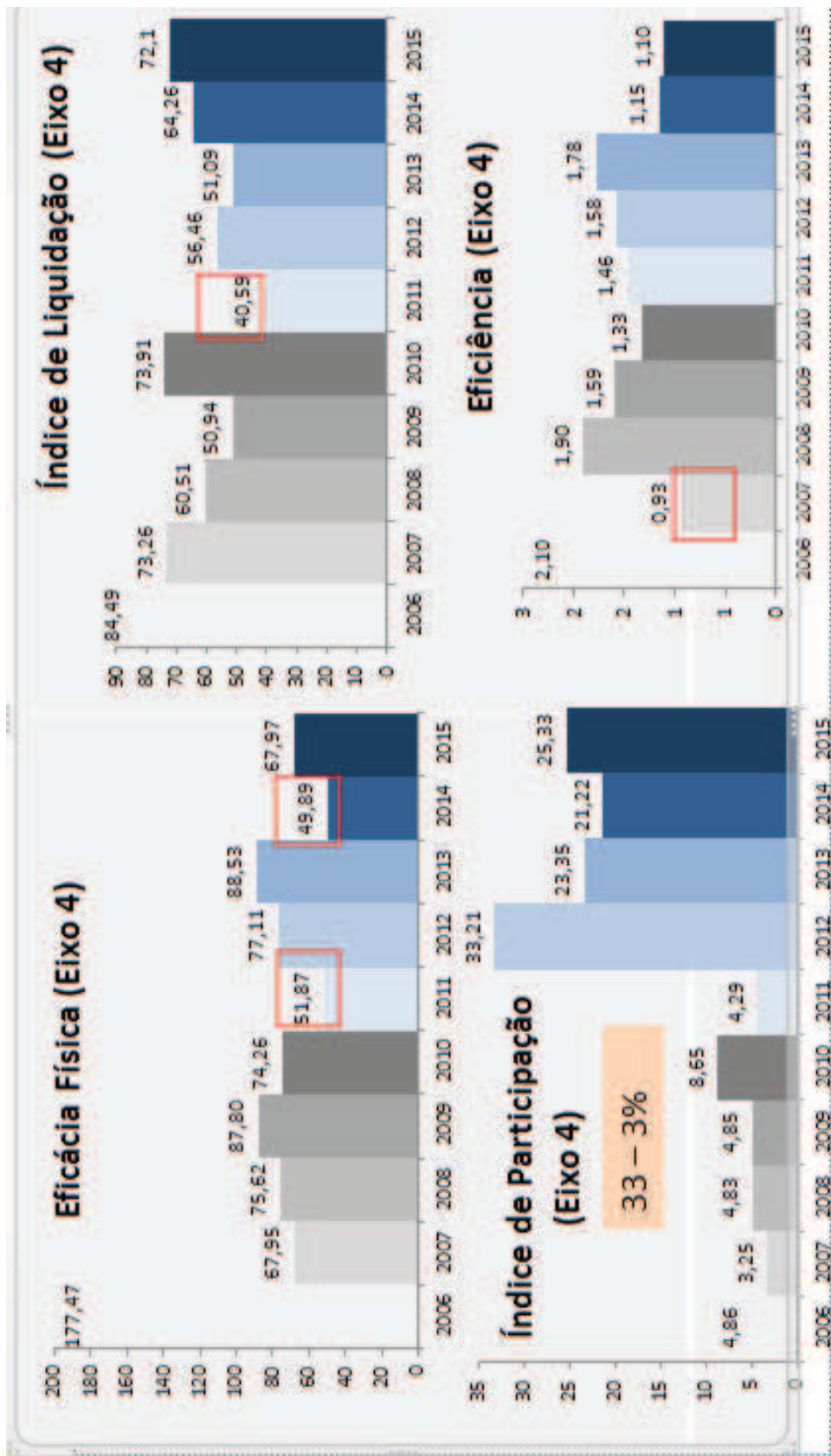
Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico C8: Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Desenvolvimento Regional, PPAs de 2006- 2015.



Fonte: CGE. Elaboração própria

Gráfico C9: Estado de Goiás, análise orçamentária e financeira do Eixo Gestão Pública, PPAs de 2006-2015



Fonte: CGE-GO. Elaboração própria

APÊNDICE D – Avaliação Geral da Gestão Estratégia de Desenvolvimento Regional em Goiás – 1999-2015

Quadro D1: Limitações da análise de execução orçamentária-financeira dos PPAs e resultados de indicadores econômicos e sociais.

ESTRATÉGIA I: Análise da execução orçamentária-financeira dos PPAs

Problema 1: 1999- 2005

Não encontrado documentos para análise, mas quão somente resultados alcançados com vistas à publicidade e publicação das ações.

Problema 2: 2006- 2015

Indicador Eficiência utilizado pela CGE: frágil e os produtos que baseiam sua análise pouco estruturantes e pouco mensuráveis.

ESTRATÉGIA II: Análise dos resultados indicadores econômicos e sociais.

Problema 1: os resultados obtidos NÃO SÃO EXCLUSIVOS DA AÇÃO ESTATAL, mas um CONJUNTO DE FATORES e ATORES. Não é possível atribuir ao ente estatal a exclusividade do alcance dos resultados, mas sim um indicativo de resultado.

União + Estado+ Municípios +Empresas Serviços+ Sociedade Civil Organizada.



DESENVOLVIMENTO ESTÁ CHEGANDO NAS REGIÕES ?

MELHORIA DOS ÍNDICES?

DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES?

BÚSSOLA

Fontes: SEGPLAN -GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria.

continua

continuação

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DO DESENVOLVIMENTO

REGIONAL

ESTRATÉGIA III: Análise de resultado de alguns indicadores econômicos e sociais tendo por base os

10 municípios por região de planejamento melhor posicionados e pior posicionados.

Objetivo: analisar o resultado de diminuição de desigualdade regional e desconcentração da riqueza e renda.

RESULTADO: Concentração da riqueza e renda

Desigualdade regional

Nº DE MUNICÍPIOS EM GOIAS: 246



**HÁ POUCA MOVIMENTAÇÃO, ALTERNÂNCIA NO RANKING OU NOVAS INSERÇÕES.
TANTO NO POSICIONAMENTO POSITIVO , QUANTO NO NEGATIVO.**

Fontes: SEGPLAN -GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria.

Tabela D1: Estado de Goiás, Produto Interno Bruto per capita , anos 1999 - 2014

Ano	Per capita (R\$)	Taxa de Crescimento (%) GO	Ranking	População (hab)	Comportamento Ranking
1999	3.614	0,93	13º	4.922.274	-
2000	4.376	2,86	12º	5.003.228	↑
2001	4.898	2,4	12º	5.017.965	=
2002	7.308	2,72	10º	5.285.937	↑
2003	8.441	2,90	11º	5.397.115	↓
2004	9.278	3,10	12º	5.508.245	↓
2005	9.585	2,11	12º	5.619.917	=
2006	10.710	1,11	12º	5.730.753	=
2007	12.646	-	12º	5.647.035	=
2008	14.101	-	12º	5.844.996	=
2009	15.670	-	11º	5.926.300	↑
2010	17.783	-	12º	6.004.045	↓
2011	19.948	-	11º	6.080.716	↑
2012	22.544	-	11º	6.154.996	=
2013	23.516	-	11º	6.434.048	=
2014	25.297	-	10º	6.523.222	↑

Fonte: IMB-GO. Elaboração própria.

Tabela D2: Estado de Goiás, comparativo de produção da agricultura, participação Brasil e ranking, anos 2000 e 2015

Produto	2000				2015				Análise 2000 – 2015
	Qtd (t)	% participação Brasil	Ranking País	Ranking País	Qtd (t)	% participação Brasil	Ranking País	% variação	
Algodão	254.476	12,68	2º	2º	158.237	3,84	3º	-37,8	↓
Arroz	294.629	2,65	7º	7º	109.809	0,89	9º	-62,73	↓↓↓
Cana de Açúcar	10.162.959	3,12	6º	6º	69.127.015	9,16	2º	580,19	↑↑↑↑
Feijão	200.415	6,56	6º	6º	315.109	10,14	5º	57,23	↓
Milho	3.659.475	11,32	4º	4º	9.483.548	11,06	4º	159,15	=
Soja	4.092.934	12,47	4º	4º	8.595.672	8,86	4º	110,01	=
Sorgo	287.502	36,27	1º	1º	892.909	42,19	1º	210,57	=
Trigo	8.509	0,49	7º	7º	53.757	0,99	6º	531,77	↑
Grãos	8.704.841	9,93	4º	4º	19.577.125	9,23	4º	124,9	=

Fonte: IMB- GO. Elaboração própria

Quadro D1: Estado de Goiás, Ranking Produto Interno Bruto per capita , anos 1998 - 2014

ANO	RANKING BRASIL
1998 -1999	11º
2000 -2004	10º
2004 - 2015	9º

Fonte: IMB- GO. Elaboração própria

RESULTADO

**MELHOR POSICIONAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS
NO RANKING BRASIL**

PRESENÇA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Fonte: IMB-GO. Elaboração própria.

Tabela D3-Estado de Goiás, regiões de planejamento, indicadores econômicos e ranking, anos 2013, 2014

INDICADORES	METROP.	CENTRO	SUL	SUDESTE	SUDESTE	SUDESTE	ENTORNO DF	OESTE	NORDESTE	NORTE	NOROESTE
Pecuária(cab.) Bovino 2013	10º	6º	4º	2º	5º	8º	8º	1º	9º	3º	7º
Pecuária(cab.) Bovino 2015	10º	4º	4º	3º	5º	7º	7º	1º	6º	2º	8º
Pecuária(cab.) Aves 2013	5º	8º	3º	1º	2º	6º	6º	7º	9º	10º	4º
Pecuária(cab.) Aves 2015	5º	8º	3º	1º	2º	6º	6º	7º	10º	9º	4º
Leite -2013	8º	5º	2º	4º	1º	7º	7º	3º	10º	6º	9º
Grãos - 2013	10º	8º	4º	1º	3º	2º	2º	5º	7º	6º	4º
Pecuária(cab) Suínos 2013	8º	6º	3º	1º	4º	5º	5º	2º	10º	7º	9º

Fonte: IMB-GO. Elaboração própria

Tabela D4: Estado de Goiás, regiões de planejamento, indicadores econômicos e ranking, anos 2011, 2012, 2013, 2014

	METROP.	CENTRO	SUL	SUDESTE	SUDESTE	ENTORNO DF	OESTE	NORDESTE	NORTE	NOROESTE
Exportação 2013	8º	3º	4º	1º	7º	5º	6º	10º	2º	9º
Exportação 2014	5º	3º	4º	1º	7º	8º	6º	10º	2º	9º
PIB 2011	1º	3º	5º	2º	6º	4º	7º	10º	8º	9º
PIB 2012	1º	3º	5º	2º	6º	4º	8º ↓	10º	7º ↑	9º
PIB 2014	1º	4º ↓	5º	2º	6º	3º ↑	9º ↓	10º	7º	8º ↑
PIB per capita 2012	6º	7º	3º	1º	2º	8º	5º	10º	4º	9º
PIB per capita 2014	6º	7º	3º	1º	2º	8º	4º ↑	10º	5º ↓	9º
Nº de empregos ranking, % 2013	1º (53,40)	3º (9,6%)	5º (6,5%)	2º (10%)	6º (3,7%)	4º (7,5%)	7º (3,5%)	10º (1,1%)	8º (3,2%)	9º (1,4%)
Arrecad. ICMS -2014	1º	2º	6º	3º	5º	4º	8º	9º	7º	10º

Fonte: IMB- GO. Elaboração própria.

Tabela D5: Estado de Goiás, regiões de planejamento, ranking IDHM, IDM-renda, educação e longevidade, anos 2000 e 2010

	METROP.	CENTRO	SUL	SUDESTE	SUDESTE	DF	OESTE	NORDESTE	NORTE	NOROESTE
IDHM-2000	4º	7º	2º	3º	1º	9º	5º	10º	8º	6º
IDHM-2010	4º	7º	2º	3º ↑	1º	8º ↑	5º	10º	9º ↓	6º
IDHM- Renda 2000	4º	8º	1º	2º	3º	7º	6º	10º	9º	5º
IDHM- Renda 2010	4º	8º	3º ↓	1º ↑	2º ↑	7º	5º ↑	10º	9º	6º ↓
IDHM- Educação 2000	1º	7º	1º	2º	3º	6º	5º	9º	8º	4º
IDHM- Educação 2010	1º	7º	3º ↓	1º	2º ↑	6º	4º ↑	9º	8º	5º ↓
IDHM- Longevidade 2000	4º	8º	3º	1º	2º	7º	5º	10º	9º	6º
IDHM- Longevidade 2010	4º	6º ↑	2º ↑	1º	3º ↓	5º ↑	7º	10º	9º	8º ↓

Fonte: IMB-GO. Elaboração própria.

Quadro D2- Estado de Goiás, análise qualitativa de Gestão e resultados , anos 1999-2015

PONTOS CENTRAIS POSITIVOS	AVANÇOS ALCANÇADOS PELO ESTADO	NECESSIDADES AINDA A ALCANÇAR
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modernização da Gestão Pública; ▪ Enxugamento da máquina pública administrativa; ▪ Estímulo à construção de parcerias estratégicas; ▪ Fomento à atração de investimentos privados; ▪ Indução ao desenvolvimento da competitividade, sobretudo no agronegócio, na modernização; ▪ Estímulo ao aumento da capacidade de produção e de exportação; ▪ Busca de uma melhor inserção do estado no mercado nacional e internacional. 	<p>Perfil produtivo do estado – agropecuária e indústria;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria de indicadores econômicos – ranking no Pib, melhores índices de IDH-renda , IDH- educação e IDH- longevidade <p>▪ Planejamento Governamental: Planos Plurianuais ferramenta de diretrizes estratégicas governamentais de desenvolvimento em 4 eixos : desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, melhoria da gestão pública e desenvolvimento regional.</p>	<p>Desenvolvimento econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Logística e diversificação de modais de transporte, ▪ Produção de energia, ▪ Incremento dos parques produtivos e tecnológicos <p>Desenvolvimento social</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão e melhoria de serviços públicos, sobretudo na educação e saúde

Fontes: SEGPLAN-GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria

Quadro D3- Estado de Goiás, análise qualitativa do Planejamento na escala regional, anos 1999-2015

Planejamento & Priorização:	Regionalização do Território	Características PPA's de 2000 a 2015	Estratégias de desenvolvimento regional e local utilizadas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desde o Marco inicial com o governo Mauro Borges e os Planos de Desenvolvimento primaram por investimentos, sobretudo na infraestrutura. 	<p>REGIONALIZAÇÃO ATUAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituída no PPA de 2004-2207 como estratégia de planejamento para investimentos governamentais ▪ Minimizar desequilíbrios regionais <p>CRÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Foram na prática utilizadas de forma intuitiva 	<p>FATOR POSITIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento Regional presente na Agenda Governamental <p>FATORES CRÍTICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo / ausência de embasamento teórico quanto à aplicação de estratégias de desenvolvimento regional e local; ▪ Baixa observância das potencialidades regionais e quando realizadas, efetuadas numa abordagem mais macro, com pouco embasamento de estudos existentes das peculiaridades locais ▪ Priorização de algumas regiões 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arranjos produtivos locais de fomento à vocações e potencialidades regionais; ▪ Fomento à Polos de Desenvolvimento; ▪ Criação de distritos industriais; ▪ Incentivos fiscais /financeiros: atração de investimentos; ▪ Fomento a polos regionais de desenvolvimento; ▪ Fomento da capacidade produtiva; ▪ Fomento ao empreendedorismo local; ▪ Fomento à tecnologia, inovação e conhecimento.

Fonte: SEGPLAN-GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria

Quadro D4- Estado de Goiás, análise qualitativa da Dimensão Estratégica da Política de Desenvolvimento Regional, anos 1999-2015

Caráter das ações regionais	Política pública regional (explícita ou implícita?)	Resultados	Proposições
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo caráter estruturante; ▪ Foco na melhoria de equipamentos públicos – pavimentação asfálticas, espaços de lazer e entretenimento (praças, ginásios de esporte); ▪ Atendimento à necessidades emergenciais; ▪ Governança política ▪ Existência de investimentos importantes, mas que não geram per si DESENVOLVIMENTO 	<p>FATOR CRÍTICO</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há uma Política Pública Regional explícita, concebida e implementada ou em implementação. <p>PRESENÇA DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas regionais implícitas com rebatimentos territoriais significativos ▪ sem viés do desenvolvimento regional ▪ não substanciados em estudos a cerca das desigualdades regionais ▪ Políticas setoriais com uma regionalização -> localização espacial-territorial ▪ POLÍTICAS, no máximo, REGIONALIZADAS > NÃO REGIONAIS 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoría no posicionamento do estado de Goiás no ranking Brasil ▪ Presença de desenvolvimento do estado <p>PROBLEMAS RECORRENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desigualdade regional ▪ Concentração da riqueza e renda ▪ Baixa movimentação e alternância de melhores posicionamentos das regiões e de municípios 	<p>ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coesão territorial alinhada com a coesão econômica e social; ▪ Observância das potencialidades, diversidades econômicas, sociais e culturais; ▪ Valorização das capacidades produtivas locais, ▪ Fomento à vantagens competitivas, agregação de valor e; ▪ Geração de emprego e renda; ▪ Utilização de critérios elegíveis de priorização de intervenção territorial e de aporte de investimentos, de projetos estruturantes com metas e indicadores específicos; ▪ Observância e aproveitamento das janelas de oportunidades ofertadas pelas instituições – federal, parceiros e pelo mercado; ▪ Estruturação em Arranjos institucionais; ▪ Estratégico -> Diretrizes; ▪ Tático -> Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação; ▪ Operacional -> executada com maior eficácia.

continua

Fonte: SEGPLAN-GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria

Quadro D4- Estado de Goiás, análise qualitativa da Dimensão Estratégica da Política de Desenvolvimento Regional, anos 1999-2015

CENÁRIO FAVORÁVEL	ESTRUTURAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HIPÓTESE	PROPOSIÇÃO FINAL
<p>FATORES LOCACIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade e potencialidade regional; ▪ Cidades polos ->fortalecer outras e criar novos polos->rede regional; <p>AMBIENTE INSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ IMB (Instituto Mauro Borges) - instituto pesquisa e conhecimento ; ▪ FAPEG(Fundação de Amparo à Pesquisa) ▪ Escola de Governo: <p>AMBIENTE REGIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SED) – atribuições regionais; ▪ Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO); ▪ Fórum de Governadores do Centro- Oeste - participação proativa e de liderança 	<p>PROBLEMATICA</p> <p>A Política de Desenvolvimento Regional no Estado de Goiás está estruturada de forma estratégica?</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ em observância à dinâmica regional, aos problemas existentes de forma a combater as desigualdades regionais? ▪ RESPOSTA: Não. Não está. 	<p>HIPÓTESE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incipiente formulação, execução e gerenciamento de Política Pública de fomento ao desenvolvimento regional no Estado de Goiás com baixa capacidade de coordenação estratégica de ações <p>HIPÓTESE CONFIRMADA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Não há uma Política Desenvolvimento Regional estruturada e portanto não se posiciona de forma estratégica. 	<p>criação de uma política pública explícita</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Planos regionais instituídos; ▪ Observância das diferenças locais ▪ Romper, com a dicotomia que separa a metade centro -norte, menos favorecida, mais estagnada da metade centro- sul, mais produtiva e dinâmica. <p>OBJETIVOS A ALCANÇAR</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuir a concentração da riqueza ▪ Melhor distribuição de renda; ▪ Desenvolvimento regional mais equilibrado

continuação

Fonte: SEGPLAN-GO, CGE-GO e IMB-GO. Elaboração própria.